UNIVERSIDADE
BEIRA INTERIOR

Passado Presente e Futuro da Covilhã
Através da Arquitetura

Vera Martins Pinto de Almeida

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitetura

(mestrado integrado)

Orientador: Prof. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato

Coorientador: Prof. Doutor Carlos Alberto de Assunção Alho

junho de 2022

Pensar o Passado para compreender o Presente e idealizar o Futuro…

Heródoto (historiador e geógrafo grego)

Dedicatória

À minha incrível família.

Agradecimentos

Esta é a parte mais pessoal e por isso mais difícil deste trabalho. Aqui sou livre para falar na primeira pessoa, das minhas experiências pessoais, mas também é uma parte onde todas as palavras possíveis não seriam suficientes para agradecer a todas as pessoas importantes na minha vida, também existem muitas outras que apesar de não referidas foram muito importantes…

À Betty por tudo.

Quero agradecer a minha Avó Isabel por tudo o que sempre fez por mim, por ser um exemplo na minha vida sem a qual não era possível chegar até aqui.

À minha Avó Alda pelo imenso carinho.

Ao meu Pai por ser uma incrível pessoa e o arquiteto que tenho e sempre tive como referência.

À minha Mãe pelo excelente ser humano que é.

Ao Eduardo por ser a pessoa que melhor me conhece e pela sua imensa generosidade.

Ao Zé pelo carinho.

À Rita pela amizade.

À Francisca por ser como uma irmã.

Às pessoas incríveis que conheci durante estre percurso e em especial aos Amigos que fiz e espero levar para a vida. Em particular à Aline por ser uma pessoa incrível que me ensinou muito. E à Andreia por ser um ótimo ser humano. Obrigado as duas por me terem dado a mão quando mais precisava e me terem dado o privilégio da vossa amizade.

À D. Ermelinda por me ter ajudado mal cheguei a Covilhã, por me ter mostrado o lado humano e simpático dos covilhanenses. E aos Covilhanenses em geral pela sua simpatia e acolhimento um dos motivos que me fez escolher este tema.

E um especial agradecimento a minha coordenadora ao Professor Doutor Carlos Alberto de Assunção Alho e ao Professor Doutor Iñaki Albisu, um muito obrigado.

Prefácio

A estrutura desta dissertação assenta em três grandes capítulos, cada um com vários subtítulos que abordam os principais temas considerados relevantes pela forma como interferem diretamente ou indiretamente com a cidade, seja na sua vivência quotidiana, seja na sua planificação Passada, Presente e Futura, ou na sua estrutura e malha urbana.

Capítulo 1 – Passado: neste capítulo pretende-se conhecer o Passado da cidade da Covilhã. Está dividido em vários subcapítulos, sendo que no primeiro é feita uma breve introdução sobre a formação de Portugal, os primeiros registos que existem da Covilhã, a atribuição dos Forais à cidade, uma breve lista das principais igrejas no centro histórico e são referidas algumas das personalidades que marcaram a época medieval. Segue-se a marcante época industrial onde se tentou conhecer muitas das fábricas da Covilhã, umas um pouco mais a fundo e outras só com a informação básica, fazendo um estudo sobre por quem, como e porquê as fábricas se localizaram nos locais onde se encontram e de que forma a sua localização interfere com a cidade. Também são abordados brevemente os bairros operários e os palacetes da cidade acompanhados por breves referências aos estilos que estão mais presentes em cada época abordada. Noutro subcapítulo é feita uma breve referência às greves operárias e ao Estado Novo e como este interferiu com a organização da cidade, seguindo-se algumas referências a alguns dos principais edifícios construídos nesta época. O primeiro capítulo termina com o 25 de Abril de 1974 e aquilo que trouxe para a Covilhã em termos de construção.

Capítulo 2 – Presente: o segundo capítulo é dedicado a analisar como está a Covilhã atualmente, o que aconteceu com as fábricas depois do declínio da indústria e como a cidade superou este declínio e se reinventou. Analisa-se o que está a ser feito e são observadas as características que se devem valorizar e aquilo que se poderá melhorar. O capítulo inicia com uma explicação do Programa POLIS, analisando rapidamente as principais intervenções na Covilhã, em seguida é feita uma rápida análise da muralha e da praça do município na sua configuração atual, assim como do bairro judaico e dos bairros operários. É feita uma análise das recuperações feitas pela UBI com uma listagem que identifica a antiga fábrica onde estão instalados os serviços da Faculdade e a sua atual função. Também é feita referência a algumas reabilitações consideradas relevantes que

tenham sido feitas ou que serão feitas brevemente. Em sequência é analisado o turismo e comércio, quais as iniciativas que estão a ser postas em prática e qual o seu contributo para a cidade, fazendo uma referência à arte urbana. Este capítulo termina com uma síntese cronológica retirada da tese de doutoramento do arquiteto Helder Pereira de Oliveira que pareceu pertinente colocar devido a síntese cronológica que faz dos principais acontecimentos.

Capítulo 3 – Futuro: o último capítulo é um capítulo utópico, em que depois de uma extensa análise é proposto pensar uma hipótese de Futuro para a Covilhã, partindo da sua história, e usando como base o que está a acontecer em outras cidades mundiais. Analisa-se, à luz dos atuais acontecimentos, qual a influência que poderá ter para o Futuro das cidades. São analisadas as principais questões do espaço urbano e feitas sugestões para os principais setores que intervêm nas metrópoles.

Este é um capítulo que se propõe pensar a habitação e a cidade, como deverá ou poderá ser o Futuro da arquitetura desde a escala da casa até à da cidade. São abordados os temas fundamentais da vivência humana de forma sucinta e objetiva com o intuito de aplicar os vários conceitos num Futuro melhor para a vida em cidade, seja ela uma cidade pequena como a Covilhã ou de maior dimensão. Os conceitos, que acabam por se traduzir numa cidade onde é bom viver e envelhecer, são conceitos gerais que depois se devem adaptar ao local e às suas necessidades específicas. Ecologia, espaços verdes, “smart cities”, são temas que devem ser abordados para construir um futuro melhor.

Durante a elaboração do terceiro capítulo vão sendo dadas propostas consideradas relevantes para que a cidade melhore, ponderadas ideias que contribuem para o desenvolvimento da Covilhã dando alguns exemplos práticos.

Objetivo

Foi objetivo deste trabalho conhecer o Passado da Covilhã para entender a forma como influencia toda a sua vivência e como se chegou à atualidade e, a partir destas premissas, começar a desenhar o seu Futuro. O conhecimento do Passado e uma análise do Presente permitem identificar o que está bem e continuar nesse caminho, e identificar os erros para que possam ser corrigidos e para que não se voltem a cometer.

Ao longo de toda esta dissertação vai ficando cada vez mais clara a importância e o peso da história de uma cidade em toda a sua construção, desde a origem, passando pela

organização da forma urbana, pelo seu crescimento ou declínio, pelo tipo de construções, pela sua localização, pela forma como estão localizados os edifícios. Esta dissertação pretende também conhecer o Passado da Covilhã, um Passado a que todos os dias somos expostos seja por uma antiga fábrica que agora é a Universidade, seja pelo que resta da muralha, seja por um antigo palacete que desperta curiosidade sobre a sua história.

Metodologia

Esta dissertação é essencialmente teórica, e para a sua elaboração foi necessário conhecer o Passado da cidade. Para tal recorreu-se à consulta de várias fontes consideradas relevantes como livros sobre a cidade, sites com conteúdos importantes sobre o tema estudado, trabalhos elaborados sobre a Covilhã ou temas relevantes ao estudado, e diversos livros sobre arte e arquitetura. Foram ainda consultados mapas de diferentes épocas da cidade disponíveis no site do Arquivo Municipal da Covilhã, recorreu-se à análise da malha urbana da cidade, assim como à recolha de notícias em meios de comunicação como jornais da região e rádios. Os blogs ligados à Câmara Municipal da Covilhã mostraram-se muito valiosos para a recolha de fotografias e factos relativos ao passado da cidade. Foram também visitados museus, como o "Museu de Arte Sacra", o "Museu da Cidade" e o "New Hand Lab", foram ainda elaborados mapas da cidade com a sinalização de locais referidos durante o estudo de modo a mostrar a sua relevância para o tema proposto.

Para o último capítulo, depois de um extenso estudo que passou pelo que define a cidade no Presente e pelos projetos que tiveram grande impacto na sua configuração atual e apontam um Futuro, foram consultadas referências no que diz respeito à forma de pensar a cidade e a arquitetura aliadas ao comportamento humano. Em suma, devido ao facto de o tema ser bastante abrangente, a elaboração desta dissertação recorreu à consulta de diversas e variadas fontes com o intuito de estudar o maior número possível no tempo disponível para a realização de uma dissertação tão extensa e abrangente como esta.

Resumo

O Passado da Covilhã desperta grande curiosidade devido à estreita ligação com a indústria, aos imponentes edifícios fabris e às diferenças sociais que podemos observar nos extremos opostos, dos Bairros Operários às Casas Senhoriais. Esta curiosidade levou à elaboração de um primeiro capítulo de uma dissertação que se mostrou muito interessante, mas também muito extensa, pois a história de uma cidade tem muito para contar. Assim foi necessário recorrer à capacidade de síntese tentando transmitir uma noção geral de como se formou a cidade e como foi o seu Passado industrial.

A ideia para esta trabalho partiu da curiosidade que os antigos edifícios de fábricas despertam diariamente em quem percorre a malha urbana da Covilhã. Assim procurou-se conhecer um pouco mais sobre estes imponentes edifícios, a forma como influenciaram o crescimento da cidade e como chegaram aos dias de hoje.

Passando de uma compreensão geral do Passado para entender o Presente, o que está a ser feito, o que traz esperança à cidade e o que ainda precisa de ser feito. Numa análise rápida que estabelece a ponte entre o Passado e o Futuro.

No terceiro e último capítulo é elaborada uma análise mais utópica, são estudados grandes arquitetos e pensadores como Jan Gehl, Richard Rogers, Francois Ascher. Com base no estudo realizado nesta dissertação são propostas soluções e aspetos por onde a cidade da Covilhã pode melhorar para que todo, ou grande parte do seu enorme potencial possa ser aproveitado de modo a que se torne uma cidade onde é bom viver, envelhecer e visitar. Para que deixe de ser apenas a porta da Serra da Estrela, mas sim uma extensão, trabalhando em conjunto para tornar o Futuro mais sustentável, e harmonioso.

Pretende-se fazer uma viagem no tempo, desde o início histórico, chegando ao Presente e começando a desenhar o Futuro. Toda esta viagem é feita através da arquitetura.

A cidade de estudo é a Covilhã e através dela e da sua arquitetura vai-se contando o seu Passado e como chegamos aqui. Acredita-se que a história de um local interfere diretamente com toda a sua organização, estrutura, arquitetura, malha urbana e consequentemente com a sua qualidade de vida. É a arquitetura que conta melhor que ninguém a história de um local.

Palavras-chave

Cidade da Covilhã;Arquitetura;Passado;Presente;Futuro.

Abstract

Covilhã's past arises great curiosity due to its close connection with industries, its imposing industrial buildings and the social differences that we can observe, from the Laborer's Neighborhoods to the Genteel houses. This curiosity lead us to write the first chapter of a thesis that has revealed itself very interesting but also extensive, due to Covilhã's depth of history. Thus it was necessary to summarize, attempting to transmit in broad strokes the beginnings of the city and its industrial Past.

This thesis was born from the curiosity that the old factory buildings arise in those that walk through the urban mesh of Covilhã. We've attempted to learn more about these imposing buildings, their influence in the city's growth and how they became what they are now.

Coming from a general understanding of the Past to perceive the Present, what is being done, what brings hope to the city and what can still be done. In a quick analysis that establishes a bridge between the Past and the Future.

In the third and final chapter we construct a more utopic analysis, examining great Architects and thinkers such as Jan Gehl, Richard Rogers, Francois Ascher. Based on research, we propose solutions and aspects where the city could improve so that all or most of its potential can be garnered to make the city and excellent place to live, grow old, and visit. So that Covilhã is no longer just the gateway to Serra da Estrela but its extension, together making a more harmonious and sustainable future.

The city we are analyzing is Covilhã, and it is through its architecture that we learn of its past and how we have arrived to the present. We believe that a place's history interferes directly with its organization, structure, architecture, urban mesh and consequently with the quality of life. More than anything else, a place's architecture tells us about its history.

Keywords

Covilhã City;Architecture;Past;Present;Future.

Índice

Capítulo 1 – Passado 1

Introdução 1

1.1 - A Formação de Portugal e o Foral da Covilhã 2

1.1.1 - Foral da Covilhã 8

1.2 - A cidade medieval da Covilhã 9

1.2.1 - Muralha e planta medieval da Covilhã 10

1.2.2 - Comunidade Judaica da Covilhã 17

1.2.3 – Outros Edifícios medievais 26

1.2.4 - Igrejas da Covilhã 30

1.2.5 - Praça do Município e Pelourinho 51

1.2.6 - Personalidades Medievais da Covilhã 53

1.3 – Covilhã Industrial 61

1.3.1 - Arquitetura do Ferro e do Vidro 64

1.3.2 - Fábricas da Covilhã 70

1.3.3 - Personalidades da Indústria 149

1.4 - Estado Novo na Covilhã 156

1.4.1 - Dos Bairros Operários aos Palacetes 163

1.5 - 25 de Abril 195

Conclusão 201

Capítulo 2 - Presente 203

Introdução 203

2.1 - Programa POLIS 203

2.1.1 - Ponte Pedonal de Cima da Ribeira da Carpinteira 214

2.1.2 - Parque da Goldra 215

2.1.3 - Jardim do Lago 217

2.1.4 - Nuno Teotónio Pereira....219
2.2 - Muralha da Covilhã e Praça do Município na atualidade....221
2.3 - Bairro Judaico na atualidade....225
2.4 - Bairros Operários na atualidade....226
2.5 - Fábricas, Recuperações da UBI e Exemplos de Reabilitação....230
2.5.1 - Reabilitações feitas pela UBI....231
2.5.2 - Alguns Exemplos de Recuperações....235
2.6 - Turismo e Comércio na atualidade....249
2.7 - Arte Urbana....254
2.8 - Síntese Cronológica....257
Conclusão....268
Capítulo 3 – Futuro....273
Introdução....273
3 .1 - Cidades do Futuro....274
3.2 - Teletrabalho....285
3. 3 - Mobilidade....289
3.4 - Reabilitação e Sustentabilidade....307
3.5 - Turismo....321
Conclusão....326
Considerações Finais....327
Bibliografia....339
Anexo....353
Glossário....355

Lista de Figuras

Figura 1 - Foral da Covilhã, de D. Sancho I (1186). Imagem cedida pela Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Fonte: Soares, 2016.

Figura 2 - Frontispício do Foral da Covilhã de D. Manuel I. Imagem cedida pelo Arquivo Municipal da Covilhã. Fonte: Soares, 2016.

Figura 3 – Centro Historio da Covilhã com Muralha. Fonte: Mathias, 2013 trabalhada por Vera de Almeida.

Figura 4 – Portas de São Vicente, década de 80, situadas no início da Rua da Oliveira (já se chamou Rua do Vigário). Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 5 – Portas de São Vicente atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 6 – Rua das Portas do Sol, década de 90, rua paralela às Muralhas. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 7 – Rua das Portas do Sol atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 8 – Rua António Augusto de Aguiar, década de 50, "A muralha existente constitui um muro de pedra, que parece apresentar traças de diferentes idades, provavelmente de diversas épocas de reconstrução" Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 9 - Rua António Augusto de Aguiar atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 10 – Local onde se situava o Castelo. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 11 – Local onde se situava o Castelo, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 12 – Rua do Castelo, década de 90. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Figura 13 – Atualmente Rua do Castelo. Autor: Vera de Almeida.

Figura 14 – Antiga Judiaria da Covilhã - Mapa retirado da Tese de Doutoramento "Densidade do espaço urbano e identidade local: estudos comparativos das antigas judiarias da Covilhã, Castelo Branco, Guarda e Trancoso", p.33. Autor: Zacarias, C.S, 2011.

Figura 15 – Estudo das ruas da antiga Judiaria da Covilhã - Mapa retirado da Tese de Doutoramento "Densidade do espaço urbano e identidade local: estudos comparativos das antigas judiarias da Covilhã, Castelo Branco, Guarda e Trancoso", p.52. Autor: Zacarias, C.S, 2011.

Figura 16 – Rua do Ginásio. Autor: Vera de Almeida.

Figura 17 – Janela Manuelina da Rua das Flores. Autor: Vera de Almeida.

Figura 18 – Mapa retirado da Tese de Doutoramento "Densidade do espaço urbano e identidade local: estudos comparativos das antigas judiarias da Covilhã, Castelo Branco, Guarda e Trancoso", p.41. Autor: Zacarias, C.S, 2011.

Figura 19 - Capela de São Sebastião, já desaparecida. (Borges & Morão, 2002).

Figura 20 - Interior da Capela de São Sebastião, já desaparecida. (Borges & Morão, 2002).

Figura 21 – Representação da planta do Anexo 1 com a sinalização da localização das Igrejas referidas, Autor: Vera Almeida.

Figura 22 - Capela de São Martinho, década de 30, Drogaria Pedrosa. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 23 - Capela de São Martinho, década de 80, U.B.I. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 24 - Capela de São Martinho, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 25 - Interior da Capela de São Martinho, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 26 - Capela de Santa Cruz (Calvário), década de 50. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 27 - Capela de Santa Cruz, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 28 - Interior da Capela de Santa Cruz, década de 90. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 29 - Alpendre de oito colunas da Capela de Santa Cruz, década de 60. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 30 - Igreja de Santa Maria Maior, década de 80. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Figura 31 - Igreja de Santa Maria Maior, atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 32 - Interior da Igreja de Santa Maria Maior, ano 1930, "Todo o interior da Igreja é anterior ao restauro da década de 40. Esta é considerada uma das maiores da Diocese. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Figura 33 - Igreja de Santa Maria Maior, atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 34 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 35 - postal da Capela de São João de Malta. Fonte: Jesus, 2014.

Figura 36 - Capela de São João de Malta, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 37 - Igreja da Misericórdia. Fonte: Jesus, 2014.

Figura 38 - Igreja da Misericórdia, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 39 - Largo de S. Silvestre e Capela de S. Silvestre, década de 80. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 40 - Largo de S. Silvestre e Capela de S. Silvestre, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 41 - Igreja do Sagrado Coração de Jesus, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 42 - Igreja de Nossa Senhora de Fátima, ano 2000. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 43 - Igreja de Nossa Senhora de Fátima, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 44 - Igreja de São José, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 45 - Capela de Santo António. Fonte: Jesus, 2014.

Figura 46 - Igreja da Santíssima Trindade, atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 47 - Igreja da Santíssima Trindade, atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 48 - Praça do Município como o edifício dos Paços do Concelho. Fonte: Jesus,

2009.

Figura 49 - Praça do Município atualmente 2021. Autor Vera de Almeida.

Figura 50 - Praça do Município com coreto e a Fonte das Três Bicas.

Figura 51 - Fonte das Três Bicas atualmente perto do Jardim Publico. Autor: Vera de Almeida.

Figura 52 – Representação da planta do Anexo 2 com a sinalização da localização das Fábricas referidas, Autor: Vera Almeida.

Figura 53 - Planta e fachada principal da Fábrica Velha". Fonte: Câmara Municipal da Covilhã [C.M.C], Madaleno, & Ferreira, 2015.

Figura 54 - Antiga imagem da fábrica. Fonte: C.M.C, Madaleno, & Ferreira, 2015.

Figura 55 - Fábrica de Sarjas e Baetas (Fábrica Velha), atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 56 - Antiga Fábrica Real de panos, ano 1890. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 57 - Atual Universidade da Beira Interior, Polo principal. Autor: Vera De Almeida.

Figura 58 - Antiga Fábrica Real de Panos, década de 20. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 59 - Atuais Serviços Académicos da Universidade da Beira Interior. Autor: Vera de Almeida.

Figura 60 - Tinturaria de Panos, “suporte em granito dos caldeiros e fornalhas”, edição U.B.I, década de 90. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 61 - Tinturaria de Panos, Museu dos Lanifícios, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 62 - Tinturaria das Dornas, Museu dos Lanifícios, edição U.B.I, década de 90. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 63 - Tinturaria das Dornas, Museu dos Lanifícios, atualmente 2021. Autor: Vero de Almeida.

Figura 64 - Antiga Fábrica Real de Panos, década de 60, foto cine. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 65 - Figura - Atual Universidade da Beira Interior, conhecido como “Arco da U.B.I”. Autor: Vera De Almeida.

Figura 66 - Fábrica José Mendes Veiga Sucessores, Agência Literária e Tabacaria Central. Fonte: Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 67 - Planta do piso 1 da Real Fábrica Veiga, atual Museu dos Lanifício. Fonte: Esteves, 2017, p.19.

Figura 68 - Planta do piso térreo da Real Fábrica Veiga, atual Museu dos Lanifício. Fonte: Esteves, 2017, p.20.

Figura 69 - Alçado norte da Real Fábrica Veiga, atual Museu dos Lanifício. Fonte: Esteves, 2017, p.19.

Figura 70 - Alçado sul da Real Fábrica Veiga, atual Museu dos Lanifício. Fonte: Esteves,

2017, p.19.

Figura 71 - Alçado da Real Fábrica Veiga, atual Museu dos Lanifício. Fonte: Esteves, 2017, p.18.

Figura 72 - Corte da Real Fábrica Veiga, atual Museu dos Lanifício. Fonte: Esteves, 2017, p.18.

Figura 73 - Reconstituição do escritório, Museu dos Lanifícios. Autor: Vera de Almeida.

Figura 74 - Reconstituição da zona dos operários, Museu dos Lanifícios. Autor: Vera de Almeida.

Figura 75 - Empresa Transformadora de Lãs. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Figura 76 - Painel Arte Nova da entrada das Engenharias da U.B.I, atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 77 - Fachada da antiga Empresa Transformadora de Lãs, atual Engenharias da U.B.I, ano 2000. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Figura 78 - Fachada das Engenharias da U.B.I, atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 79 - Alçado nascente da Empresa Transformadora de Lãs. Fonte: Esteves, 2017, p.21.

Figura 80 - Tecelagem, interior da Empresa Transformadora de Lãs, Lda., finais dos anos 40. Fonte: Leite, 2012.

Figura 81 - Cardação, interior da Empresa Transformadora de Lãs, Lda., finais dos anos

40. Fonte: Leite, 2012.

Figura 82 - Selfactina, interior da Empresa Transformadora de Lãs, Lda., finais dos anos 40. Fonte: Leite, 2012.

Figura 83 - Fiação, interior da Empresa Transformadora de Lãs, Lda., finais dos anos 40. Fonte: Leite, 2012.

Figura 84 - Fachada da Fábrica Alçada & Mouzaco. Fonte: E.M.V. Ribeiro, 2020.

Figura 85 - Atual, 2021, edifício devoluto da Fábrica Alçada & Mouzaco. Autor: Vera de Almeida.

Figura 86 - Pormenor do portão do edifício devoluto da Fábrica Alçada & Mouzaco. Autor: Vera de Almeida

Figura 87 - Fabrica de Francisco Mendes Alçada – Alçada & Pereira, Lda. E Tinturaria Alçada, década de 80. Fonte: Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 88 - Antiga Fábrica de Francisco Mendes Alçada – Alçada & Pereira, Lda. E Tinturaria Alçada, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 89 - Fábrica de António Pessoa de Amorim e Tinturaria Alçada, década de 70. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 90 - Fábrica de António Pessoa de Amorim e Tinturaria Alçada, atual Tinturaria Galeria. Autor: Vera de Almeida.

Figura 91 - Fabrica Paulo de Oliveira, Lda. Década de 70. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 92 - Atual edifício de Arquitetura da U.B.I. Autor: Vera de Almeida.

Figura 93 – Fabrica de Joseph Bouhon. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 94 – Fabrica de Joseph Bouhon. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 95 - Planta da Fábrica de Arnaldo da Silva Carreira. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 96 - Fábrica de Arnaldo da Silva Carreira. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 97 - Fábrica de Arnaldo da Silva Carreira. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figuras 98 e 99 - Fábrica de José Camolino & Sousa. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 100- Fábrica de José Camolino & Sousa. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figuras 101 e 102 - Fábrica de Amândio de Moraes. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 103 - Fábrica de Amândio de Moraes. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 104 - Atual Residência Universitária de Pedro Álvares Cabral da U.B.I. Autor: Vera de Almeida.

Figura 105 - Atual Residência Universitária de Pedro Álvares Cabral da U.B.I. Autor: Vera de Almeida.

Figura 106 - Planta térrea da Fábrica de João Roque Cabral, atuais Residências Pedro Alvares Cabral. Fonte: Esteves, 2017, p.22.

Figura 107 - Planta de cobertura da Fábrica de João Roque Cabral, atuais Residências Pedro Alvares Cabral. Fonte: Esteves, 2017, p.22.

Figura 108 - Alçado da Fábrica de João Roque Cabral, atuais Residências Pedro Alvares Cabral. Fonte: Esteves, 2017, p.23.

Figura 109 - Fábrica de Alberto Miguel. Autor: Vera de Almeida.

Figura 110 - Fábrica de Alberto Miguel. Autor: Vera de Almeida.

Figura 111 - Fábrica de Armando António Martins. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 112 - Atual edifício da antiga Fábrica de José Henriques da Fonseca Júnior. Autor: Vera de Almeida.

Figura 113 - Atual edifício da antiga Fábrica de José Henriques da Fonseca Júnior. Autor: Vera de Almeida.

Figura 114 - Fábrica de João Mosa. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 115 - Fábrica de Augusto de Almeida Fortuna & Filhos. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 116 - Fábrica de Augusto de Almeida Fortuna & Filhos. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 117 - Atual edifício devoluto da antiga Fábrica de Augusto de Almeida Fortuna& Filhos. Autor: Vera de Almeida.

Figura 118 - Atual edifício devoluto da antiga Fábrica de Augusto de Almeida Fortuna& Filhos. Autor: Vera de Almeida.

Figuras 119 - Fábrica de Alexandrino Fernandes Nogueira. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 120 - Alçado da Tinturaria de Clemente Petrucci & Irmão.Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 121 - Tinturaria de Clemente Petrucci & Irmão. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 122 – Lanternins da Tinturaria de Clemente Petrucci & Irmão. Autor: Vera de Almeida.

Figuras 123 e 124 - Fábrica Covilan. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figuras 125 e 126 - Fábrica de Valério Gomes Correia & Irmão. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 127 - Alçado da Sociedade Fiandeira Mirense e a Fábrica de Borges Terenas & Irmão. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 128 - Alçados da Fábrica de Manuel Lopes Bola. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 129 - Fábrica de Ranito Mesquita & Companhia. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figuras 130 e 131 - Fábrica dos Cruzes. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 132 - Fachada da devoluta fábrica de Vitorino Duarte Moreno, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 133 - Porta da devoluta fábrica de Vitorino Duarte Moreno, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 134 - Ruínas da antiga Fábrica do Castelo, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 135 - Ruínas da antiga Fábrica do Castelo, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 136 - Portão da antiga Fábrica do Castelo, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 137 - Beco Castelo, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 138 - Rua de São João de Deus, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 139 - Atual Centro Comunitário de Apoio ao Idoso da Associação Mutualista Covilhanense. Autor: Vera de Almeida.

Figura 140 - Antiga Fábrica de Francisco Ribeiro Aibéo. Autor: Vera de Almeida.

Figura 141 - Centro Cultural e Desportivo Oriental de S. Martinho e café Oriental. Autor: Vera de Almeida.

Figura 142 - Centro Cultural e Desportivo Oriental de S. Martinho e café Oriental. Autor: Vera de Almeida.

Figura 143 - Convento de Santo António, década de 50. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 144 - Fachada do Convento de Santo António, década de 80. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 145 - Atual Faculdade de Ciências da Saúde da U.B.I. Autor: Vera de Almeida.

Figura 146 - Antiga Fábrica do Rato ou Fábrica de Sebastião da Costa Rato & Sobrinhos, ano 1890. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Figura 147 - Antiga Fábrica do Rato ou Fábrica de Sebastião da Costa Rato & Sobrinhos atual U.B.I, década de 90. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Figura 148 - Antiga Fábrica do Rato ou Fábrica de Sebastião da Costa Rato & Sobrinhos, década de 50. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Figuras 149 e 150 - Fábrica de José da Cruz Fael. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figuras 151 e 152 - Fábrica Anaquim & Copeiro. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 153 - Fábrica de João da Silva Fiadeiro. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 154 - Fábrica Sutre, Antunes & Oliveira, Lda. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 155 e 156 - Fábrica de Álvaro de Moura. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figuras 157 e 158 - Fábrica de João Nave Catalão. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figuras 159 e 160 - Fábrica de João Pereira Espiga. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 161 – Antiga Fábrica de Fiação Roseta, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 162 – Antiga Fábrica de Fiação Roseta, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 163 - Alçado da Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs Lda. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 164 - Interior da Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs Lda. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 165 - Fachada atual do devoluto edifício da Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs Lda. Autor: Vera de Almeida.

Figura 166 - Fachada lateral que acompanha a curvatura da Estrada da Fábrica Velha, atualmente, 2021, o devoluto edifício da Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs Lda. Autor: Vera de Almeida.

Figura 167 - Entrada da Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs Lda. Autor: Vera de Almeida.

Figura 168 - Portão de entrada da Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs Lda. Autor: Vera de Almeida.

Figura 169 - Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs Lda. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 170 - Fábrica de Alçada & Pereira / António Pereira Nina Júnior & Filhos, Ninafil, década de 70. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Figura 171 - Ponte do Rato. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 172 - Ponte do Rato, atualmente. Autor: Vera de Almeida.

Figura 173 - Antiga Fábrica de António Estrela & CIA. Atual New Hand Lab. Autor: Vera de Almeida.

Figura 174 - Planta da Antiga Fábrica de António Estrela & CIA, atualmente a New Hand Lab. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 175 - Antiga Fábrica de António Estrela & CIA, atualmente a New Hand Lab. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Figura 176 - Interior da Lanofabril Lda. Fonte: Leite, 2013.

Figura 177 - Interior da Lanofabril Lda. Fonte: Leite, 2013.

Figura 178 - Interior da Lanofabril Lda. Fonte: Leite, 2013.

Figura 179 - Interior da Lanofabril Lda. Fonte: Leite, 2013.

Figura 180 – Representação da planta do Anexo 3 com a indicação da localização dos Bairros referidos, Autor: Vera Almeida.

Figura 181 - Planta da 1ª fase do Bairro dos Penedos Altos. Fonte: Abreu, 2010, p.43 (as cited in Arquivo Municipal).

Figura 182 -Alçado principal da 1ª fase do Bairro dos Penedos Altos. Fonte: Abreu, 2010, p.43 (as cited in Arquivo Municipal).

Figura 183 - Alçado posterior da 1ª fase do Bairro dos Penedos Altos. Fonte: Abreu, 2010, p.43 (as cited in Arquivo Municipal).

Figura 184 - Planta da 1ª fase do Bairro dos Penedos Altos. Fonte: Abreu, 2010, p.43 (as cited in Arquivo Municipal).

Figura 185 - Planta térrea da 2ª fase do Bairro dos Penedos Altos. Fonte: Abreu, 2010, p.43 (as cited in Arquivo Municipal).

Figura 186 - Alçado lateral 2ª fase do Bairro dos Penedos Altos. Fonte: Abreu, 2010, p.43 (as cited in Arquivo Municipal).

Figura 187- Planta dos pisos superiores de tipologia T4 e T5 da 1ª fase do Bairro da Estacão. Fonte: Abreu, 2010, p.55 (as cited in ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral).

Figura 188 - Alçada 1ª fase do Bairro da Estacão. Fonte: Abreu, 2010, p.68 (as cited in ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral).

Figura 189 - Planta dos pisos superiores de tipologia T4 e T5 da 1ª fase do Bairro da Estacão. Fonte: Abreu, 2010, p.55 (as cited in ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral).

Figura 190 - Alçada 1ª fase do Bairro da Estacão. Fonte: Abreu, 2010, p.68 (as cited in ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral).

Figuras 191 e 192 - Alçado dos prédios da 3º fase do Bairro da Estacão. Fonte: Abreu, 2010, p.69 (as cited in Arquivo Municipal).

Figura 193 - Planta do piso térreo da 3ª fase do Bairro da Estacão. Fonte: Abreu, 2010, p.68 (as cited in Arquivo Municipal).

Figura 194 – Representação do Anexo 4 com a Planta de localização de alguns dos palacetes e edifícios públicos referidos. Autor: Vera Almeida.

Figura 195 - Rua Marques de Ávila e Bolama, década de 60. Fonte: Borges & Morão, 2002. – Anexo 4: ref. 1.

Figura 196 - Rua Marques de Ávila e Bolama, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida. – Anexo 4: ref. 1.

Figura 197 - Edifício do Engenheiro Melo e Castro, década de 50. Fonte: Borges & Morão, 2002 – Anexo 4: ref. 2.

Figura 198 - Centro de Seminários Conferências e Colóquios, atualmente 2021, Autor: Vera de Almeida. – Anexo 4: ref. 2.

Figura 199 - Colégio de Nossa Senhora da Conceição (Colégio das Doroteias), década de 60. Fonte: Borges & Morão, 2002. – Anexo 4: ref. 3.

Figura 200 - Colégio de Nossa Senhora da Conceição, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida. – Anexo 4: ref. 3.

Figura 201 - Rua Marques de Ávila e Bolama, década de 60, “No centro da imagem, encontra-se o edifício da família Morão”. Fonte: Borges & Morão, 2002. – Anexo 4: ref. 4.

Figura 202 - Rua Marques de Ávila e Bolama, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida. – Anexo 4: ref. 4.

Figura 203 - Casa de João Roque Cabral atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida – Anexo 4: ref. 5.

Figura 204 - Atual Biblioteca Central da U.B.I. Autor: Vero de Almeida– Anexo 4: ref. 6.

Figura 205 - Palacete do Conde do Refúgio, década de 80. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Figura 206 - Palacete do Conde do Refúgio, década de 80. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Figura 207 - Fachada principal do Palacete. Fonte: Romãozinho, 2013. P.82. – Anexo 4: ref. 7.

Figura 208 - Bow-window da sala de jantar do Palacete do Jardim. Fonte: Romãozinho, 2013, p.90. – Anexo 4: ref. 7.

Figura 209 - Ligação à sala de jantar do Palacete do Jardim. Fonte: Romãozinho, 2013, p.93. – Anexo 4: ref. 7.

Figura 210 - Cozinha do Palacete do Jardim. Fonte: Romãozinho, 2013, p.107. – Anexo 4: ref. 7.

Figura 211 - Planta do piso térreo do Palacete do Jardim. Fonte: Romãozinho, 2013, p.84. (as cited in Acervo do Arquivo Distrital de Leiria). – Anexo 4: ref. 7.

Figura 212 - Planta do segundo piso do Palacete do Jardim. Fonte: Romãozinho, 2013, p.111 (as cited in Acervo do Arquivo Distrital de Leiria). – Anexo 4: ref. 7.

Figura 213 - "Planta do primeiro subsolo: versão quase final apesar de alguns desajustes relativos ao construído. Palacete do Jardim". Fonte: Romãozinho, 2013, p.106 (as cited in Acervo do Arquivo Distrital de Leiria). – Anexo 4: ref. 7.

Figura 214 - Corte transversal do Palacete do Jardim. Fonte: Romãozinho, 2013, p.120 (as cited in Acervo do Arquivo Distrital de Leiria). Anexo 4: ref. 7.

Figura 215 e 216 - Club União atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 8.

Figura 217 - Atualmente Edifício residencial Rua Conselheiro Santos Viegas. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 9.

Figura 218 - Atualmente Edifício residencial Rua Conselheiro Santos Viegas. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 9.

Figura 219 - Agência Do Banco de Portugal, década de 30. Fonte: Borges & Morão, 2002. - Anexo 4: ref. 10.

Figura 220 - Agência Do Banco de Portugal, atualmente 2021. Autor: Vero de Almeida. - Anexo 4: ref. 10.

Figura 221 - Agência Do Banco de Portugal, década de 30. Fonte: Borges & Morão, 2002. - Anexo 4: ref. 10.

Figura 222 - Agência Do Banco de Portugal, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 10.

Figura 223 - Atualmente Banco Millennium bcp. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 11.

Figura 224 - Praça do Município da Covilhã a 25 de Abril e 1º de Maio de 1974. Fonte: Jesus, 2017.

Figura 225 - Praça do Município da Covilhã a 25 de Abril e 1º de Maio de 1974. Fonte: Jesus, 2017.

Figura 226 - Praça do Município da Covilhã a 25 de Abril e 1º de Maio de 1974. Fonte: Jesus, 2017.

Figura 227 - Praça do Município da Covilhã a 25 de Abril e 1º de Maio de 1974. Fonte: Jesus, 2017.

Figura 228 - Como seria a ocupação de toda a proposta para a Covilhã no âmbito POLIS. Fonte: Moura, 2014, p. 53.

Figura 229 - Pleno de Mobilidade Pedonal para a Covilhã de Nuno Teotónio Pereira.

Fonte: Machado, 2018, p. 30.

Figura 230 - Proposta para a Praça do Município da Covilhã no âmbito POLIS. Fonte: Moura, 2014, p. 32 (as cited in Pereira A. N., 2005, p. 12).

Figura 231 - Antigo edifício dos Correios. Fonte: Borges & Morão, 2002. - Anexo 4: ref. 12.

Figura 232 - Atual edifício da PT. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 12.

Figura 233 - Camara Municipal da Covilhã, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 13.

Figura 234 - Caixa Geral de Depósitos, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 14.

Figura 235 - Hotel Sol Neve, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 15.

Figura 236 - Cine-Teatro, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 16.

Figura 237 - Rua António Augusto de Aguiar. “Esta Rua era paralela as antigas muralhas da cidade”. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 238 - Atual António Augusto de Aguiar. Autor: Vera de Almeida.

Figura 239 - Rua de Olivença em direção a Rua Conselheiro Dr. António Pedroso dos Santos, década de 60. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Figura 240 - Rua de Olivença em direção a Rua Conselheiro Dr. António Pedroso dos Santos, atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.

Figura 241 - Placa no Largo 5 de Outubro com informação da Judiaria da Covilhã.

Figura 242 - Placa da Rua das Flores com informação sobre a Judiaria da Covilhã.

Figura 243- Entra principal do antigo Sanatório dos Ferroviários, década de 50. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Figura 244 - Anos de abandono do Sanatório dos Ferroviários, 1989. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Figura 245 - Quarto do Sanatório dos Ferroviários, década de 60. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Figura 246 - Sala de convívio onde as visitas eram recebidas no Sanatório dos Ferroviários, década de 60. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Figura 247 - Atualmente, 2021, fachada da Garagem de São João. Autor: Vera de Almeida.

Figura 248 - Atualmente, 2021, interior da Garagem de São João. Autor: Vera de Almeida.

Figura 249 - Devolutos no Centro Histórico – Intra-Muralhas da Covilhã. Fonte: Lopes, 2011, p.52.

Figura 250- Praça do Município com o Cine Teatro. Fonte: Leite, 2013 - Anexo 4, ref. 16.

Figura 251- Praça do Município com o Cine Teatro, atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida -Anexo 4, ref. 16.

Figura 252 - Alçado do Cine Teatro da Covilhã. Fonte: Leite, 2013 - Anexo 4: ref. 16

Figura 253 - Planta do auditório do Cine Teatro da Covilhã. Fonte: Leite, 2013 - Anexo 4: ref. 16.

Figuras 254 e 255 - Interior do Cine Teatro da Covilhã antes das obras de reabilitação e reabertura em 2021. Fonte: Leite, 2013 - Anexo 4: ref. 16.

Figura 256 e 257- Interior do Cine Teatro da Covilhã antes das obras de reabilitação e reabertura em 2021. Fonte: Leite, 2013 - Anexo 4: ref. 16.

Figura 258 - Rua Conselheiro Dr. António Pedroso dos Santos e parte de fachada do Mercado que acompanha a rua. Fonte: Borges & Gouveia, 2003. - Anexo 4: ref. 17.

Figura 259 - Atualmente, 2021, Rua Conselheiro Dr. António Pedroso dos Santos e parte de fachada do Mercado que acompanha a rua. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 17.

Figura 260 - Mercado Municipal, década de 70. Fonte: Borges & Gouveia, 2003. - Anexo 4: ref. 17.

Figura 261 - Atualmente Figura - Mercado Municipal. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 17.

Figura 262 - Mercado Municipal, década de 60. Fonte: Borges & Gouveia, 2003. - Anexo 4: ref. 17.

Figura 263 - Atualmente Figura - Mercado Municipal. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 17.

Figura 264 - Proposta de reabilitação das Torres da Serra da Estrela. Autor: Vera de Almeida.

Figura 265 - Proposta da entrada no interior da Torres da Serra da Estrela. Autor: Vera de Almeida.

Figura 266 - Proposta bar/café panorâmico da Torres da Serra da Estrela. Autor: Vera de Almeida.

Figura 267 - Proposta bar/café panorâmico da Torres da Serra da Estrela. Autor: Vera de Almeida.

Figura 268 - Intervenção de arte urbana da autoria de Bordalo II. Autor Vera de Almeida.

Figura 269 - Catálogo disponibilizado pela Camara da Covilhã para poder descobrir as obas de arte da cidade. Fonte: VisitCovilhã & Câmara Municipal da Covilhã [C.M.C], 2021.

Figura 270 - Arte Urbana da Covilhã com ovelhas devido a ligação com a história da cidade. Autor: Vera de Almeida.

Figura 271 - Arte Urbana da Covilhã. Autor: Vera de Almeida.

Figura 272 – Representação da planta do Anexo 5 com a representação do crescimento da cidade, Autor: Vera Almeida.

Figura 273 - Ruas de “comércio de rua” mais interativas. Fonte: 100 Street Architecture & Urban Intervention., 2019.

Figura 274 - Exemplo de jardim e espaço urbano. Fonte: Frearson, 2019.

Figura 275 - Circulação como deve ser pensada nas cidades. Fonte: Gehl, 2010, p.245.

Figura 276 - Exemplo de ciclovia. Fonte: Frearson, 2019.

Figura 277 - Drenagem de água urbana. Fonte: Sustainability Toolkit.

Figura 278 - Drenagem de água urbana, diferença entre pavimento permeável e pavimento impermeável. Fonte: Hawkey, 2013.

Figura 279 - Medidas de espaço ocupado conforme as necessidades de cada um. Fonte: Nogueira, 2020, p.17.

Figura 280 - Espaço necessário para manobra de uma cadeira de rodas. Fonte: Nogueira, 2020, p.17.

Figura 281 - Largura útil e largura bruta de um passeio. Fonte: Nogueira, 2020, p.27.

Figura 282 - Critérios de qualidade para o peão. Fonte: Gehl, 2010.

Figura 283- O que afasta as pessoas da circulação e o que convida as pessoas à circulação. Fonte: Gehl, 2010.

Figura 284 - “Reordenamento prioridades, por favor”, como ainda acontece e como deveria acontecer. Fonte: Gehl, 2010.

Figura 285 - Esquema de solução para aproveitar água da chuva. Fonte: Arasaki, 2022.

Figura 286 - Esquema de solução para aproveitar água e aquecimento em prédios. Fonte:

arch daily, 2018.

Figura 287- Esquema de Captação Horizontal. Fonte: ENAT – Comércio de Equipamentos e Energias Naturais, LDA.

Figura 288- Esquema de Captação Vertical. Fonte: ENAT – Comércio de Equipamentos e Energias Naturais, LDA.

Figura 289 - Esquiços da proposta e esquema dos pisos desencontrados. Autor: Vera Almeida.

Figuras 290 e 291 - Plantas dos pisos 1 e 2. Autor: Vera Almeida.

Figuras 292 e 293 - Plantas dos pisos 3 e 4. Autor: Vero Almeida.

Figura 294 - Corte e maquetes. Autor: Vera Almeida.

Figura 295 - Montagem. Autor: Vera Almeida.

Figura 296 - Esquiços da no local e para estudo da proposta. Autor: Vera Almeida.

Figuras 297, 298 e 299 - Plantas dos pisos 1, 2 e 3 respetivamente. Autor: Vera Almeida.

Figura 300 - Montagem. Autor: Vera Almeida.

Figura 301 - Exemplo de smart city, Copenhagen, Dinamarca. Fonte: Stott, 2016.

Figura 302 - Mobilidade de Copenhagen, Dinamarca. Fonte: Stott, 2016.

Figura 303 - Imagem das Levadas da Madeira. Fonte: Quintal, 2010.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Ficha técnica do Museu de Lanifícios - Núcleo das Tinturarias da Real Fábrica de Panos. Fonte: M. L. U.B.I, 2008.

Tabela 2 – Tabela de obras previstas para a Covilhã no âmbito POLIS. Fonte: Moura, 2014, pp. 49- 52

Tabela 3 – Tabela de obras feitas na Covilhã no âmbito POLIS. Fonte: Moura, 2014, p.56

Tabela 4 – Lista de antigas fábricas qua atualmente pertencem a UBI. Fonte: E.M.V. Ribeiro, 2020.

Tabela 5 – Lista de antigas fábricas e a sua atual ocupação. Fonte: E.M.V. Ribeiro, 2020.

Tabela 6 – Largura desperdiçada devido a obstáculos no passeio. Fonte: Nogueira, 2020, p.26.

Tabela 7 – Largura mínima do passeio. Fonte: Nogueira, 2020, p.27.

Tabela 8 – Largura mínima admissível do passeio para ceder espaço ao estacionamento. Fonte: Nogueira, 2020, p.28.

Lista de Acrónimos

a.C. – Antes de Cristo
APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigo do Cidadão Deficiente Mental
CIL – Complexo Industrial de Lanifícios
CMC – Câmara Municipal da Covilhã
CMM – Câmara Municipal de Manteigas
d.C. – Depois de Cristo
DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGPC – Direção Geral do Património Cultural
DRCC – Direção Regional se Cultura do Centro
EFTA – Associação Europeia do Comércio Livre
EXPO'98 – Exposição Mundial de Lisboa, 1998
FFH – Fundo de Fomento de Habitação
FIL – Feira Internacional de Lisboa
ICOMOS – International Council of Monuments and Sites
INATEL – Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres
INE – Instituto Nacional de Estatística
INH – Instituto Nacional da Habitação
INTP – Instituto Nacional de Trabalho e Previdência
IPC – Instituto Politécnico da Covilhã
MFA – Movimento das Forças Armadas
M. L. U.B.I – Museu dos Lanifícios Universidade da Bira Interior
PDM – Plano Diretor Municipal
PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/ Direcção-Geral de Segurança
PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do Território
POLIS – Programa de Requalificação Urbana E Valorização Ambiental das Cidades
PP – Plano Pormenor
PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
PU – Plano de Urbanização
RAN – Reserva Agrícola Nacional
Ref. – Referência
RGEU – Regulamento geral das Edificações Urbanas
SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório
Séc. – Século
SNI – Secretariado Nacional de Informação

STBI – Sociedade Têxtil da Beira Interior
TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage
UBI – Universidade da Beira Interior
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WOOL – Festival de Arte Urbana da Covilhã

Capítulo 1 – Passado

Introdução

A história da Covilhã é uma história difícil de contar por ser bastante longa e nas páginas desta dissertação muito ficará por dizer ou referir, porém pretende-se conhecer o passado, ainda que de forma sucinta, mas que com certeza será bastante esclarecedora para entender o presente.

A História da cidade está presente em cada canto e ao longo deste primeiro capítulo tenta-se conhecer um pouco mais dela.

A Covilhã localiza-se no interior de Portugal Continental, mais precisamente na Cova da Beira, pertencente ao distrito de Castelo Branco.

É uma cidade que se estende ao longo da encosta da Serra da Estrela e a isto deve a sua morfologia, tendo sido esta vital para a implantação das unidades industriais na Covilhã.

Foi a exposição solar e a abundância de água vinda da Serra com origem nas duas principias ribeiras: a Ribeira da Goldra (também designada como Ribeira Degoldra) e a da Ribeira Carpinteira, que se mostraram recursos essenciais para a produção de lanifícios, assim como a longa ligação que a cidade sempre teve com a atividade pastorícia, a prática da transumância e o tratamento da lã.

A morfologia do local também possibilitou o refúgio na Covilhã de judeus perseguidos apenas devido à sua religião, e que depois se converteram em cristãos-novos. Foi precisamente esta comunidade a mais impulsionadora e proprietária de fábricas.

A edificação das fábricas ao longo da Ribeira da Goldra e da Ribeira da Carpinteira definiu a malha urbana da cidade. A partir da implantação das unidades industriais foram-se definindo núcleos, como os Bairros Operários situados perto das fábricas, ou os palacetes localizados perto uns dos outros e afastados dos locais mais pobres. No centro ficava o Pelourinho e a Praça do Município representando o poder. A partir destas premissas foi crescendo a cidade (Delgado, 1991 e Mathias, 2013).

Quem percorre as ruas da cidade vai vendo o passado, muito representado nos edifícios industriais, alguns decadentes e outros recuperados. Estes sim, desenham o presente e

dão esperança no Futuro.

A Covilhã caracteriza-se pelas ruas enviesadas com acentuadas inclinações e bastante labirínticas, resultado da história da cidade e da sua adaptação à topografia do terreno. O tecido urbano é assim caracterizado por ruas medievais estreitas e irregulares e por muitas fabricas que representam o cariz operário e industrial que a cidade sempre teve até que se começou a transformar na cidade universitária que é atualmente. São estes edifícios que se desenham na encosta da serra e definem a paisagem da cidade que demonstram toda a sua história através da arquitetura. Basta prestar atenção.

Assim, poder-se-á dizer que foi o trabalho do povo e a ligação à lã que fizeram a cidade. Partindo desta premissa iniciou-se um longo percurso ligado aos lanifícios que desenhou a cidade como ainda hoje a conhecemos (Mathias, 2013).

1.1 - A Formação de Portugal e o Foral da Covilhã

Atribui-se a formação da Covilhã a D. Afonso Henriques, filho de D. Henrique de Borgonha e de D. Teresa de Leão, em 1143. Esta é uma História feita de desavenças familiares em lutas por poder e por terra.

O condado Portucalense dividia-se entre os Cristãos a Norte, guerreiros e conquistadores, e a população Muçulmana a Sul, mais urbana, comercial e artística. Mas tanto a estrutura social do Norte Cristão como a do Sul Muçulmano funcionavam de maneira semelhante. Havia uma classe de proprietários, donos de terras que recebiam rendas de quem nelas trabalhava, num sistema conhecido como Feudalismo (Proença, 2015).

Com os Muçulmanos veio um imenso conhecimento na agricultura, na poesia, na matemática e nas ciências, conhecimento este que séculos mais tarde foi decisivo para os descobrimentos. Tanto Muçulmanos como Cristãos contribuíram para a atual identidade portuguesa (Mattoso & Henriques, 1973).

Nos reinos Cristãos da Península Ibérica do século XI idealizava-se uma cultura hispânica unida, herdeira dos Visigodos. A liderar estava o Imperador Afonso VI que tentou impor autoridade tanto nos reinos Cristãos como nos Muçulmanos cobrando-lhes impostos para

proteção (Espinosa & Guerra, 1980).

Durante esta época as fronteiras entre reinos eram bastante instáveis, Cristãos e Muçulmanos lutavam uns contra os outros mas também entre si, formando alianças entre reinos de religiões diferentes e contratando soldados mercenários (Espinosa & Guerra, 1980).

D. Henrique de Borgonha auxiliou o Imperador Ibérico na luta contra os infiéis e como recompensa pela ajuda na reconquista do território, D. Afonso VI casou D. Henrique de Borgonha com sua filha D. Teresa de Leão e concedeu-lhes Portucale e Coimbra, a D. Raimundo concedeu a mão de sua filha mais velha, D. Urraca dando-lhes o governo da Galiza (A. Ribeiro, 1952).

Desta forma o condado de D. Henrique estendia-se do Minho a Coimbra, tendo como capital Guimarães, a quarta maior cidade do condado, sendo a maior cidade Braga com cinco mil habitantes e uma área entre muralhas de catorze hectares. Coimbra com doze hectares e mais habitantes que Braga era a segunda maior cidade, já a terceira maior era Portucale situada onde fica atualmente a cidade do Porto.

Mais tarde, em 1129 já sob a governação de D. Afonso Henriques, Coimbra acaba por ser capital. Esta mudança ficou a dever-se a uma estratégia geográfica, por estar mais perto do território a conquistar, e também ao facto de Coimbra ser um importante polo económico nas transações entre Cristãos e Muçulmanos (A. Ribeiro, 1952).

Inicialmente as transações económicas eram feitas com troca de géneros e foi D. Afonso Henriques que como afirmação de poder e seguindo o exemplo do bulhão de Leão e de Castela mandou cunhar a primeira moeda portuguesa a que chamou “Dinheiro” (A. Ribeiro, 1952).

> “O dinheiro foi a primeira moeda a ser cunhada no reino de Portugal, tendo sido batido em bolhão, uma liga metálica à base de cobre e prata, provavelmente em Braga ou Coimbra. Esta moeda não ostenta ainda os símbolos nacionais frequentes na posterior amoedação portuguesa, mas mostra já a simbologia que denota as origens cristãs da monarquia. O dinheiro traz no anverso a representação do pentagrama, com ponto ao centro, e, no reverso, a representação da cruz cantonada por dois caracteres. Pela primeira vez se encontra numa moeda a referência ao nome de D. Afonso I e à sua condição de rei dos Portugueses. Ainda que cunhada num suporte baixo, esta moeda serviu como um importante instrumento no processo de afirmação do poder e prestígio da monarquia

> portuguesa, interessada em criar fontes de legitimidade para o reforço da ideia de soberania nacional, no quadro político da Cristandade europeia." (Imprensa Nacional-Casa da Moeda, as)

Por volta de 1105, perto do final da vida, D. Afonso VI tentou transmitir a coroa a D. Sancho, fruto da relação extraconjugal com a princesa Muçulmana Zaida e seu único filho varão. Nessa altura D. Raimundo e D. Urraca, que sempre prestaram vassalagem a D. Afonso VI e que achavam que teriam direito ao trono por D. Urraca ser a filha legítima mais velha, decidiram fazer um acordo com D. Henrique que em troca de mais território lhes daria apoio nas suas pretensões ao trono (Saraiva, 1981).

Este pacto foi assinado, mas não houve tempo para o implementar porque D. Raimundo morreu dois anos depois, em 1107. No ano seguinte em 1108, D. Sancho morreria em combate e em 1109 morre Afonso VI, assim quem herda a coroa é D. Urraca mas, sendo mulher, não fica com o titulo imperial (Ramos, Sousa & Monteiro, 2012).

Viúva, D. Urraca casa-se pela segunda vez com D. Afonso I de Aragão enfraquecendo o reino da Galiza e provocando um estado de guerra civil quase permanente, D. Henrique prefere não se comprometer com nenhuma das partes.

A morte de D. Afonso VI marcou o início da "independência" de Portugal, uma vez que com a sua morte se desfazem os laços de vassalagem que uniam D. Henrique ao imperador. Esta "semi-independência" durou, no entanto, pouco tempo, porque D. Henrique morre três anos depois, em 1112.

Após a morte do marido, D. Teresa assume o governo do Condado Portucalense, seguindo a política do marido e até expandindo o território a pequenos feudos na Galiza, Castela e Leão (Proença, 2015 Ramos, Sousa & Monteiro, 2012).

Quando D. Teresa se torna amante do conde Galego, D. Fernão Peres de Trava, provoca um grande escândalo entre o alto Clero e a Nobreza Portucalense, despertando um imenso temor de que o poder fosse perdido para Galiza (Ramos, Sousa & Monteiro, 2012).

> "D. Teresa intitulou-se rainha e reclamava para si a Galiza, como parte da herança de seu pai, o imperador D. Afonso VI. Junto com D. Fernão Peres de Trava, o mais poderoso nobre galego, planeava a junção do Condado Portucalense à Galiza. Porém, além da oposição de sua irmã, regente dos reinos de Leão e Castela, D. Teresa via-se a braços com a resistência dos barões de Entre Douro e Minho, a

> quem não agradava o protagonismo de Fernão Peres de Trava. Estes representantes das mais poderosas famílias portucalenses abandonaram a corte da rainha, em Coimbra, e reuniam-se em conspirações no Paço de D. Paio Mendes da Maia, arcebispo de Braga" (Torrão, 2011)

Com a morte de D. Urraca sobe ao trono de Leão e Castela o seu filho D. Afonso VII, primo direto de D. Afonso Henriques.

D. Afonso VII impôs-se à sua tia, D. Teresa, recuperando o território da Galiza, ficando assim o Condado Portucalense reduzido aos seus domínios iniciais do Minho ao Mondego.

D. Teresa ficou, então, sujeita às intenções do sobrinho que foi aclamado Imperador, tal como o seu avô Afonso VI. Isto aumentou ainda mais a oposição da Nobreza e do Clero Portucalense liderados no descontentamento e revolta por D. Afonso Henriques, filho de D. Teresa, que partilhava com os notáveis do Condado Portucalense o receio de perder o poder para Galiza (Proença, 2015 e Saraiva, 1981).

A tensão crescente leva à Batalha de S. Mamede, travada a 24 de Junho de 1128. Os Barões Portucalenses, venceram o confronto com a Nobreza Galega e recusaram-se a aceitar a política da alta Nobreza Galega e do Arcebispo de Compostela, inviabilizando assim um Reino que englobasse Portugal e a Galiza, e elegendo D. Afonso Henriques como líder. A batalha de S. Mamede foi mais do que um conflito familiar, representou a divisão da Galiza em duas partes e a vitória da parte Portuguesa sobre a parte Leonesa.

Com esta derrota, D. Teresa foi viver para a Galiza com D. Fernão Peres de Trava e morre dois anos depois (Saraiva, 1981).

Afonso VII ficou satisfeito com a divisão do território, pois com menos poder concentrado menor era a ameaça. Por um lado, tinha o apoio dos galegos e por outro a palavra de honra dos portugueses de que não o atacariam, representados na palavra de Egas Moniz.

Diz a lenda, ilustrada nos painéis da estação de São Bento no Porto, que por esta palavra não ter sido cumprida, Egas Moniz foi até à corte de D. Afonso VII para oferecer a sua vida e a da sua família. D. Afonso VII, comovido com esta atitude, permitiu-lhes ir em paz (Ramos et al., 2012).

No Império de Afonso VII reinavam dois Reis, o de Aragão e o de Navarra. Por reinar num estado maior que os outros dois, D. Afonso Henriques podia aspirar ao mesmo título, porém, segundo a lei da altura, por se ter revoltado contra a mãe sem o consentimento do Imperador, D. Afonso Henriques não podia sequer aspirar a ser Conde.

Quando Afonso VII é coroado Imperador, os Reis de Aragão e de Navarra estavam presentes para lhe prestar vassalagem, mas D. Afonso Henriques não, pois ao prestar vassalagem a Afonso VII não poderia ser rei. Isto comprometeu as relações entre ambos e foi só em 1137, com o Tratado de Tui, que foi firmada a paz entre os primos, Afonso Henriques e Afonso VII (Proença, 2015 e Ramos et al., 2012).

Apesar da paz alcançada, em 1140, D. Afonso Henriques invade de novo a Galiza e D. Afonso VII invade o condado Portucalense. A luta continua assim, tanto com os Mouros como com Castela.

Após a batalha de Ourique em 1139 e graças à vitória sobre os Mouros, D. Afonso Henriques passa a intitular-se Rei. É devido à vitoria nesta batalha que na bandeira portuguesa estão representadas as cinco quinas, cada uma representando um Rei Mouro derrotado na batalha e cada quina carregando as cinco chagas de Cristo (Proença, 2015 e Ramos et al., 2012).

D. Afonso Henriques tinha grande proximidade com os Cavaleiros Templários, que foram bastante importantes nas conquistas. Os Templários tinham como principal missão proteger os Cristãos nas peregrinações a Jerusalém. Em Portugal foram fundamentais em grande parte da conquista e manutenção do território (Ramos et al., 2012).

A Ordem dos Templários deu origem à Ordem de Cristo, cujo símbolo está presente em todos os Descobrimentos. O Convento de Cristo em Tomar foi sede dos Templários em Portugal, e é um dos símbolos da importância que tiveram para a formação do País. A sua simbologia acompanhou todos os primeiros Reis portugueses.

A pretensão de Afonso Henriques em ser Rei de Portugal não agradou nada a Afonso VII e levou o Vaticano a ter que intervir (A. Ribeiro, 1952).

Para resolver o conflito entre Castela e Portugal, foi feito o Tratado de Zamora, que daria a independência a Portugal, no entanto o Cardeal Guido de Vico, emissário do Papa, fez dois discursos diferentes para agradar a ambos os lados

Com Portugal acordou que por quatro onças anuais, pagas ao Papa, seria dada a tão desejada independência do Reino, no entanto o Papa aceitou o tributo, mas designou D. Afonso Henriques apenas como Duque e Portugal como Terra e não Reino. Afonso Henriques nunca pagou este tributo. E só trinta e cinco anos mais tarde e por um preço superior o Papa Alexandre III deu a Bula Papal a Portugal (A. Ribeiro, 1952).

Com a morte de D. Afonso VII em 1157, os seus filhos dividem o território, ficando D. Fernando II com Leão e Galiza e D. Sancho III com Castela, sendo o título de Imperador

abandonado. Isto fez com que se extinguisse a obrigatoriedade de Portugal prestar vassalagem ao Imperador (Proença, 2015).

D. Afonso Henriques casa uma das suas filhas, D. Urraca, com D. Fernando II, mas apesar disto Afonso Henriques invadiu a Galiza e conquistou uma parte do seu território.

Estas terras só foram perdidas no desastre de Badajoz, quando Afonso Henriques decide conquistar a cidade, contrariando o Tratado de Zamora que indica que estas terras teriam que ser conquistadas por Leão. Afonso Henriques foi obrigado a fugir e ao ferir-se foi feito prisioneiro e obrigado a devolver as terras da Galiza e da Andaluzia. Mais tarde D. Sancho I, filho de D. Afonso Henriques, prossegue com a conquista rumo ao Algarve (A. Ribeiro, 1952).

Em 1147, com a ajuda dos Cruzados, D. Afonso Henriques conquista Lisboa ou, como era conhecida na altura, Al-Usbuna, cidade moura, já na época a principal e maior cidade do condado, maior do que as suas rivais cristãs Braga e Coimbra (Espinosa & Guerra, 1980).

A conquista de Lisboa era fundamental pela sua localização geográfica e marítima. E, apesar do apoio dos Cruzados, a conquista de Lisboa foi bastante difícil. Começando a guerra da conquista em 1137. Só a 20 de Outubro de 1147 é que os Muçulmanos se renderam.

Até ao fim da reconquista os Cruzados ainda voltaram mais cinco vezes a Portugal, na última para conquistar Alcácer do Sal (Espinosa & Guerra, 1980 Proença, 2015).

Com a derrota em Lisboa os Muçulmanos mais ricos fugiram, mas os mais pobres ficaram. Regra geral a população Muçulmana era obrigada a deixar o recinto amuralhado para ir viver para os subúrbios. O seu bairro era a Norte da Cidade, a zona mais fria e sombria, com um muro com portas a rodear o bairro, estando impedidos de sair depois do toque de recolher e até à primeira missa da manhã.

Nos trabalhos do campo era exigida à população Moura uma contribuição fiscal maior e não lhes era permitido desempenhar cargos públicos (Espinosa & Guerra, 1980).

A tolerância para com os Muçulmanos foi diminuindo com o tempo sendo que com a chegada dos Cristãos muitas mesquitas tiveram que passar a ser igrejas. Esta transição não foi nada pacífica (Espinosa & Guerra, 1980).

A reconquista alargou-se até 1249 quando D. Afonso III conquistou ao Califa Mouro Ibn-Mahfuz, a Cidade de Faro, incorporando o Reino do Algarve no Reino de Portugal e passando D. Afonso II a usar o título de Rei de Portugal e do Algarve (Proença, 2015 e Saraiva, 1981).

1.1.1 - Foral da Covilhã

Todas estas disputas pelo território e a instabilidade nas fronteiras, levaram os primeiros Reis de Portugal a seguirem o exemplo de Leão e de Castela e a outorgarem Forais (Soares, 2016).

Os Forais eram documentos Reais concedidos entre os séculos XII e XV que outorgavam autonomia aos municípios tornando-os livres do domínio feudal, organizando as regiões e dando aos seus habitantes regalias e privilégios administrativos e fiscais.

Eram atribuídos dois tipos de forais: uns tinham como principal objetivo povoar a região e por isso ofereciam terras para cultivo, eram normalmente atribuídos em locais despovoados; outro tipo de foral fixava somente os direitos e deveres da população, não tendo o povoamento como principal preocupação (Silva, 1970 e Soares, 2016).

O primeiro Foral da Covilhã (Figura 1), tinha como objetivo restaurar e povoar. Foi outorgado a 1 de Setembro de 1186 por D. Sancho I. Séculos mais tarde, para reforçar o poder real, político, fiscal, jurídico e contribuir para o centralismo, o rei D. Manuel I outorga, a 1 de Junho de 1510, o segundo foral à Covilhã (Figura 2), ficando conhecido como o Foral Manuelino da Covilhã, hoje à guarda do Arquivo Municipal da Covilhã (Soares, 2016).

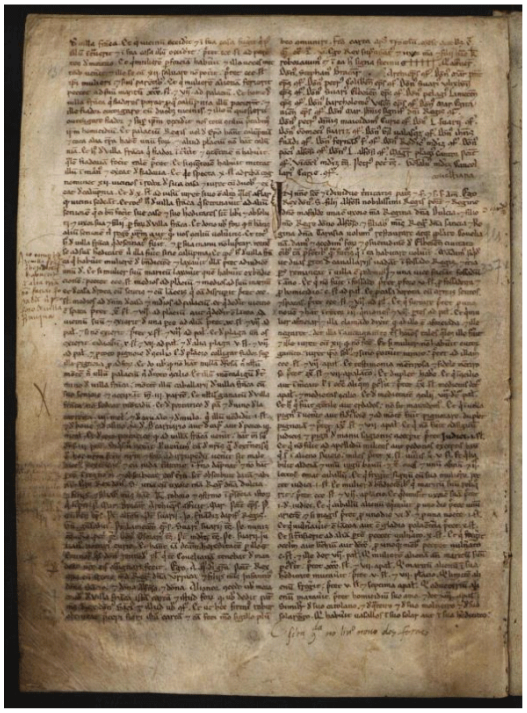


Figura 1 - Foral da Covilhã, de D. Sancho I (1186).

Imagem cedida pela Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Fonte: Soares, 2016.



Figura 2 - Frontispício do Foral da Covilhã de D. Manuel I.

Imagem cedida pelo Arquivo Municipal da Covilhã. Fonte: Soares, 2016.

1.2 - A cidade medieval da Covilhã

A Idade Média é o período compreendido entre o século V e XV, por ser bastante longo na história as características da Cidade Medieval vão mudando. Podemos dividir a Idade Média em duas partes: a Alta Idade Média e a Baixa Idade Média (Mattoso & Henriques, 1973).

A Alta Idade Média corresponde à primeira metade do período classificado como Idade Média, entre os séculos V e XI, é uma época marcada pelo feudalismo. A planta das cidades é de traçado irregular e tortuoso rodeada por muralhas (Mattoso & Henriques, 1973 e Silva, 1970).

Com as inovações na agricultura, o aumento da população e o aparecimento de ofícios, o núcleo amuralhado começou a expandir-se para fora das muralhas originando bairros

chamados Burgos ou Arrabaldes (Mattoso & Henriques, 1973).

A Baixa Idade Média corresponde à segunda metade deste período, entre os séculos XI e XV. Nesta época as Cidades Medievais eram ainda fortificadas, mas já tinham uma planta mais organizada. A planta da cidade tinha geralmente no centro o edifício mais importante - igreja ou castelo. O traço urbano podia assumir três plantas diferentes; Radiocêntrica, Irregular ou Regular (Mattoso & Henriques, 1973 e Vaz, D. 2004).

A defesa era o principal objetivo das Cidades Medievais, isto conferia-lhes uma planta muito característica quanto ao seu aspeto físico e geográfico. Assim, as Cidades Medievais encontram-se em locais de difícil acesso, normalmente no topo de uma colina ou rodeadas por água. Mas o elemento mais característico é que todas são fortificadas por uma muralha com portas de entrada para limitar e controlar o acesso (Delgado, 1991 e Mattoso & Henriques, 1973 e Pereira,2009).

O crescimento populacional ficou a dever-se a fatores de inovação na agricultura como a rotação dos solos cultivados e a preparação dos campos agrícolas. Isto permitiu campos de cultivo mais extensos e o aumento da produção agrícola e, consequentemente deu origem ao aumente da população. Este aumento da população provocou um fluxo migratório incentivado pela procura de melhores condições de vida e pela vontade de sair da servidão do Feudo. Houve assim uma transição de poder, os bispos e uma parte da nobreza foram gradualmente perdendo poder para a burguesia, uma classe social em ascensão que surgiu graças ao excedente da agricultura e ao consequente aumento do comércio. No século XIII, já estavam estabelecidas as grandes cidades da Europa (Mattoso & Henriques, 1973 e Silva, 1970).

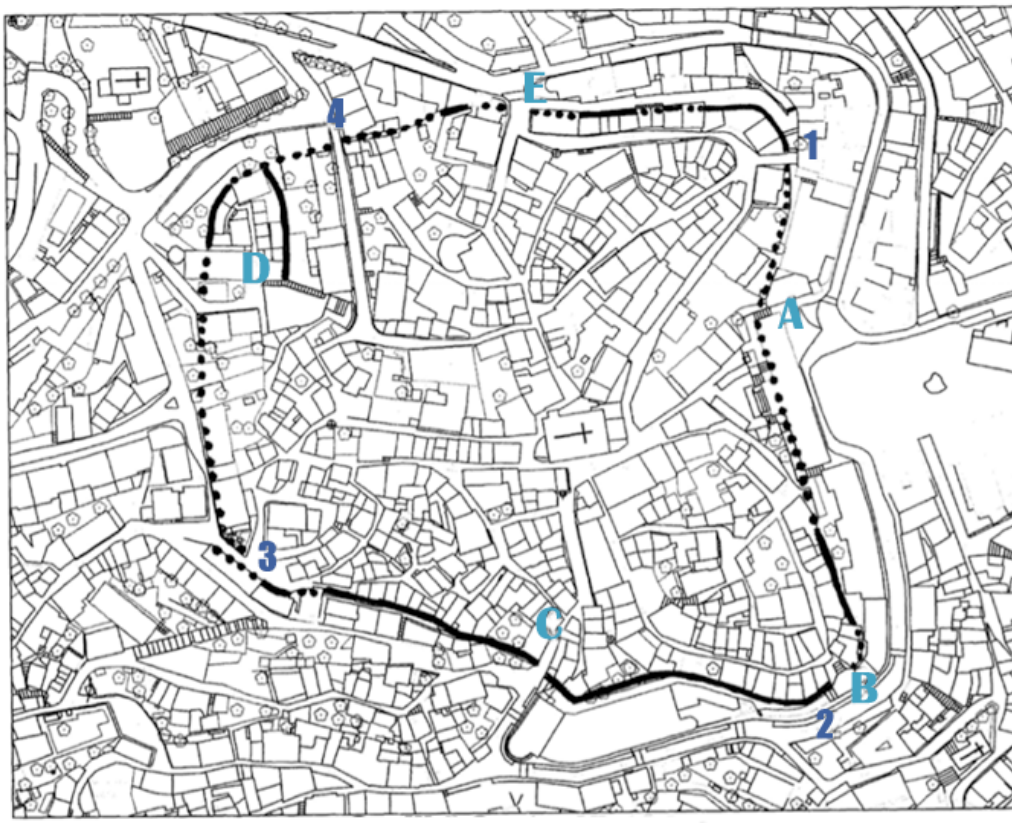
1.2.1 - Muralha e planta medieval da Covilhã

A Covilhã situa-se no interior de Portugal, na encosta nascente da Serra da Estrela, com uma altitude de 550 a 750 metros. Existem duas importantes ribeiras que delimitam o centro histórico da Covilhã. A Ribeira da Carpinteira a Noroeste e a Ribeira da Degoldra (também designada Ribeira da Goldra) a Sudeste. Ambas descem a serra e a cerca de três quilómetros do Centro juntam-se formando a Ribeira do Corges, que vai desaguar no rio

Zêzere, na Cova da Beira.

É neste espaço geográfico que se encontra a cidade da Covilhã. A sua origem é desconhecida sendo a sua formação contada através de lendas como a do Conde Julião e a sua filha Florinda (Santos, 1994).

O que se sabe é que foi D. Sancho I (1185-1211) quem atribuiu o primeiro Foral à Covilhã, em 1186, e que provavelmente foi também ele quem mandou construir a muralha (Figura 3) e o Castelo. Várias vezes reparada e ampliada, podemos destacar o alargamento da muralha que D. Dinis (1279-1325) mandou fazer em 1303 (Mathias, 2013, Silva, 1970 e Vaz, 2003).



Centro Histórico da Covilhã com Muralha, Portas e Postigos assinalados

Portas da Muralha:

- A "Portas da Vila"
- B "Portas do Sol"
- C "Portas de S. Vicente"
- D "Portas do Castelo"
- E "Portas Altravelho ou Caravelho"

Postigos:

- 1 "Postigo do Terreiro da D. Teresa"
- 2 "Postigo da Barbacã"
- 3 "Postigo do Rosário"
- 4 "Postigo da Pouza"

Figura 3 – Centro Historio da Covilhã com Muralha. Fonte: Mathias, 2013 trabalhada por Vera de Almeida.

O Foral da Covilhã foi atribuído com o intuito de restaurar e povoar a Covilhã. Em 1186 viviam-se tempos de bastante violência, de lutas contra os Mouros e defesa do território. D. Sancho I, para poder povoar e garantir a segurança dos habitantes da Covilhã mandou fazer a muralha, sendo que para subsistência da população mandou entregar rebanhos de ovelhas (Mathias, 2013 e Vaz, 2004).

A malha urbana, tanto fora como dentro da muralha, não é homogénea. A muralha abrange quatro colinas, sendo a mais alta a do castelo com cerca de 730m de altura, com cinco portas: Portas da Vila, Portas de S. Vicente (Figuras 4 e 5), Portas do Castelo, Portas do Sol (Figuras 6 e 7), e Portas de Altravelho ou Caravelho (Mathias, 2013).



Figura 4 – Portas de São Vicente, década de 80, situadas no início da Rua da Oliveira (já se chamou Rua do Vigário). Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 5 – Portas de São Vicente atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.



Figura 6 – Rua das Portas do Sol, década de 90, rua paralela às Muralhas. Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 7 – Rua das Portas do Sol atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.

Com o Foral Manuelino da Covilhã outorgado em 1510 por D. Manuel I foram confirmados todos os seus privilégios e foi ampliada a cintura da muralha (Mathias, 2013).

A 20 de Outubro de 1870 D. Luís I concedeu o estatuto de Cidade à Covilhã. O terramoto de 1755 afetou a Covilhã, destruindo o Castelo e boa parte da muralha. Nesta época de paz uma cidade muralhada já não era essencial para a sobrevivência da população e as pedras caídas da muralha foram aproveitadas para a construção de edifícios entre os quais a Real Fabrica de Panos (Figuras 8 e 9). Em 1769 com autorização regia, teve início a demolição da muralha, sendo que já no século XX a demolição continuou com especial relevância nos anos cinquenta devido ao Estado Novo permitir grandes modificações nos centros das cidades (Mathias, 2013 e Pereira,2009).

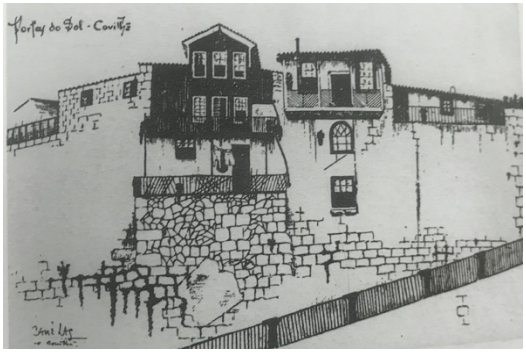


Figura 8 – Rua António Augusto de Aguiar, década de 50, "A muralha existente constitui um muro de pedra, que parece apresentar traças de diferentes idades, provavelmente de diversas épocas de reconstrução" Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 9 - Rua António Augusto de Aguiar atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.

As pedras e vestígios da muralha podem ser encontrados por todo o edificado da cidade. Exemplo disso é o edifício da Câmara Municipal, inaugurado em 1958, em substituição do antigo Paço e Cadeia concelhios, construído em 1614 durante a época Filipina. Este edifício estava encostado à muralha nas Portas da Villa, tendo inicialmente duas torres; a torre a Norte tinha já desaparecido em 1958, mas a torre do lado Sul foi integrada na nova construção assim como a porta denominada "Arco da Cadeia" (Mathias, 2013 e Silva, 1970).

Por todo o Centro Histórico da Covilhã podemos encontrar vestígios da muralha, sejam as pedras aproveitadas para outras construções, seja a própria muralha integrada na nova construção. São exemplo disso as casas de habitação da Rua António Augusto d'Aguiar e as da Rua 6 de Setembro, que aproveitam vários vestígios da muralha (Mathias, 2013 e Pereira,2009).

Uma das cinco portas da muralha, as Portas do Sol, dão acesso a um aglomerado habitacional com uma forma semi-ogival que se localiza numa das quatro colinas que a muralha cerca (Mathias, 2013).

> "A antiga judiaria da Covilhã situava-se na atual "Rua das Portas do Sol" e a Casa dos Ministros, na esquina com a Rua 1º de Dezembro. A sua zona de proteção abrange a estreita Rua de Baptista Leitão, que conduz ao ponto mais alto com uma cota máxima de 700m." (Mathias, 2013, p. 40)

Na zona da judiaria, foram encontrados achados arqueológicos que datam da Idade Media até ao século XX "sem contexto estratigráfico seguro" (Mathias, 2013, p. 40).

> "Este silo seria um primeiro indício de uma ocupação medieval deste sítio já no século XII. As sepulturas antropomórficas achadas uns anos atrás entre a Casa dos Ministros e da Igreja de Santa Maria na Rua 1º de Dezembro são mais difíceis para datar, mas não contrariam uma ocupação no séc. XII." (Mathias, 2013, p. 40).

Também na Rua das Portas do Sol as pedras da muralha foram aproveitadas para a construção das casas mais antigas. Aqui as pedras assentam diretamente em cima da rocha e servem como alicerces das habitações. Nestas casas é possível observar as várias fases da sua construção (Mathias, 2013 e Silva, 1970).

> "Quem continua a subir a "Rua Capitão João de Almeida" até ao cimo, à "Rua do Castelo" (cota 726m), encontra à sua esquerda uma torre octogonal. Trata-se de um depósito de água da antiga "Fábrica do Castelo", que foi alimentado por um aqueduto, demolido nos anos trinta do último século e não da "Torre de Menagem" (Pereira, 2009: 18)." (as cited in Mathias, 2013, p.44).

O castelo encontra-se no ponto mais alto da antiga "villa" com aproximadamente 730m. Tanto a fundação da Covilhã como a muralha e o castelo têm origem desconhecida. Fontes medievais referem as muralhas, mas não o castelo, mas fontes do século XVII descrevem o castelo e as Portas do Castelo. Segundo Quintela, "As "Portas do Castelo" eram protegidas por duas torres, uma retangular e outra de cinco quinas, que era simultaneamente a torre de menagem do castelo (as cited in Mathias, 2013, p.44).

Existia uma porta a Nascente ladeada por duas torres, mas uma delas caiu com o terramoto de 1755. Há informações que indicam que durante o século XVI o castelo terá sido usado como prisão até à construção de uma nova prisão (Mathias, 2013). Idem.:

> "O castelo tem um formato ogival incompleto. A parte virada para Sul foi cortada pelas "Escadas do Castelo" e pela "Rua do Castelo". Da cintura da muralha, restam apenas uns panos virados para Nascente e Poente. As "Portas do Castelo" provavelmente situaram-se nesta área. A colocação de mais uma porta flanqueada

por duas torres e virada para Nascente num espaço relativamente reduzido parece difícil, no estado atual da investigação, por outro lado, permite a conclusão da existência isolada do castelo numa fase inicial e da sua integração no sistema defensivo da cidade mais tarde." (Mathias, 2013, p.45).

No final do século XIX havia três fábricas implantadas no castelo. Mas o edifício da fábrica de Januário da Costa Rato, que se situava a Nascente, foi totalmente desmantelado (Figura 10 e 11). Na Rua do Castelo há uma pequena praceta onde se encontram as Escadas do Castelo e o antigo estendedouro da fábrica. "Trata-se de uma área inclinada e pavimentada com blocos graníticos de tamanhos diferentes, alguns deles provavelmente das muralhas do castelo, que se destinava à secagem da lã lavada. A fábrica fechou em 1940." (Mathias, 2013, p.45).



Figura 10 – Local onde se situava o Castelo.

Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 11 – Local onde se situava o Castelo, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida

O único acesso ao castelo é feito exclusivamente pelas Escadas do Castelo (Figuras 12 e 13) que são bastante estreitas. Na parte superior do castelo encontra-se a Fábrica do Castelo de Manuel Mendes da Cunha e Francisco Rodrigues Pintassilgo (Mathias, 2013).

O Beco do Castelo tem dois edifícios fabris e casas para habitação de operários e do proprietário da fábrica. Também aqui se podem ver troços da muralha que foi aproveitada para as construções. Nos anos 90 houve um incêndio e a fábrica fechou (Mathias, 2013).



Figura 12 – Rua do Castelo, década de 90. Fonte: Borges & Gouveia, 2003



Figura 13 – Atualmente Rua do Castelo. Autor: Vera de Almeida

Ainda, na Rua do Castelo encontra-se a antiga Fábrica de Peixeiro & Irmão que foi adaptada para casa de habitação. Também esta construção aproveita a muralha. Estes exemplos mostram-nos também a forma como a História da Covilhã se mistura com a das fábricas e com a produção de lã (Delgado, 1991 e Mathias, 2013).

Um pouco por toda cidade da Covilhã se encontram vestígios da muralha, quer porque as pedras foram aproveitadas para outras construções, quer porque foram usadas nas habitações ou fábricas, aproveitando a muralha como alicerce, parede da construção ou terraço. Aqui o passado medieval da cidade mistura-se com a marcada indústria que sempre acompanhou a história da Covilhã e a das pessoas que a habitam (Mathias, 2013 e Pereira, 2009).

1.2.2 - Comunidade Judaica da Covilhã

É de referir a comunidade judaica que está presente na Covilhã desde o século XII, e que até ao início do século XX tinha muita importância na região. Pode-se ainda observar vestígios pela cidade da existência judaica (Delgado, 1991 e VisitCovilhã & Câmara Municipal da Covilhã [C.M.C], 2017).

Desde o Império Romano que existiam comunidades judaicas em Portugal, que procuram refúgio em Bairros Judeus no interior das povoações, conhecidos como Judiarias

(VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Há referências históricas da presença de judeus na Covilhã já desde o Foral em 1186 e chegou inclusive a ser edificada uma sinagoga, que posteriormente foi demolida e que se situava nas cercanias da atual Igreja de Santiago.

Com a implantação da ditadura em 1932, toda a atividade judaica diminuiu, ou pelo menos teve que se esconder, e a Covilhã não foi exceção (Silva, 1970 e VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

"A ligação entre a parte cristã da cidade e o bairro judeu era feita através de cinco das dez portas e postigos da antiga muralha." (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Na antiga Judiaria da Covilhã existiam dois núcleos hebraicos (Figura 14).



Mapa com os dois núcleos da antiga Judiaria e da zona antiga da cidade da Covilhã, com a indicação das muralhas medievais ___ existentes e ..... destruídas; hipotética localização da Judiaria Velha e sinagoga; espaço público da antiga Judiaria, no exterior das muralhas medievais; espaços privados da antiga Judiaria; espaços privados da zona antiga; igreja/capela. Escala 1/3000.

Figura 14 – Antiga Judiaria da Covilhã - Mapa retirado da Tese de Doutoramento "Densidade do espaço urbano e identidade local: estudos comparativos das antigas judiarias da Covilhã, Castelo Branco, Guarda e Trancoso", p.33. Autor: Zacarias, C.S, 2011

O núcleo mais antigo localizava-se intra-muralhas junto às Portas do Sol, o segundo núcleo hebraico estava fora das muralhas (Figura 15), mas confinado com as mesmas, próximo das Portas da Villa, na zona que abrange a Rua do Ginásio (Figura 16) e a Rua das

Flores. Aqui destacam-se três imóveis com janelas manuelinas (Figura 17), decoradas com motivos náuticos: duas na Rua das Flores e uma na Rua do Ginásio Clube (Delgado, 1991 e VisitCovilhã & C.M.C, 2017). As ruas são caracterizadas por serem estreitas, sem ornamentos e com escassos espaços públicos, as construções são estreitas e altas com fachadas marcadas pela arquitetura judaica, tais como uma porta grande e uma porta pequena, janelas desenquadradas, portas chanfradas ou ombreiras (Pereira, 2009 e Zacarias, 2011).

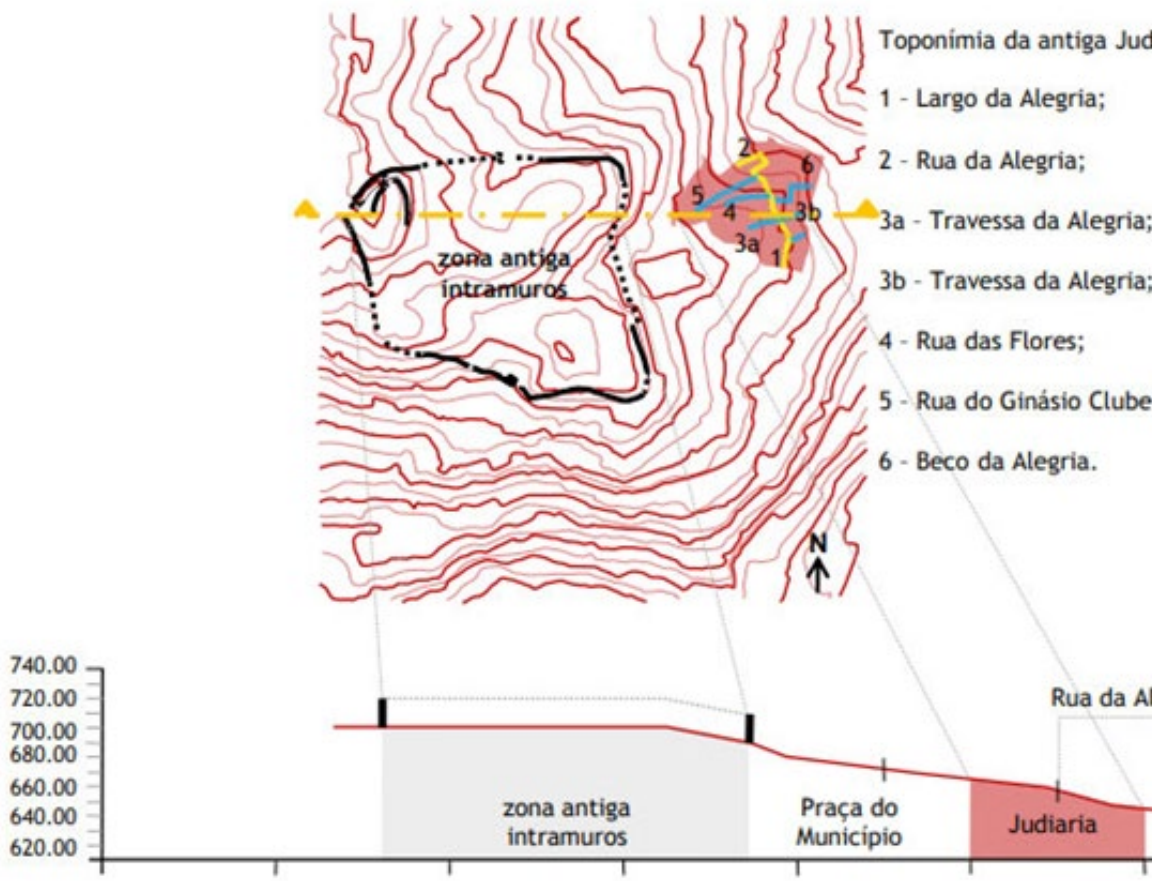


Imagem das ruas interiores da antiga Judiaria que se encontram perpendiculares ( ) e paralela ( ) ao declive natural do terreno; localização conhecida do núcleo do antigo bairro judaico; muralhas medievais existentes e muralhas medievais destruídas; curva de nível mestra; curva de nível secundária.

Perfil da zona antiga intramuros e da antiga Judiaria no sentido nascente/poente, onde são visíveis as diferenças significativas de cota existentes na antiga Judiaria e na zona antiga no interior das muralhas medievais.

Figura 15 – Estudo das ruas da antiga Judiaria da Covilhã - Mapa retirado da Tese de Doutoramento "Densidade do espaço urbano e identidade local: estudos comparativos das antigas judiarias da Covilhã,

Castelo Branco, Guarda e Trancoso", p.52. Autor: Zacarias, C.S, 2011



Figura 16 – Rua do Ginásio. Autor: Vera de Almeida



Figura 17 – Janela Manuelina da Rua das Flores. Autor: Vera de Almeida

Em 1614 houve um aumento da população judaica na Covilhã, isto contribui para a organização e para o crescimento urbano que se desenvolveu a grande velocidade. Devido ao crescimento populacional, nos séculos XVI e XVII a malha urbana cresce entre muralhas e são feitas mais ruas adaptadas à topografia (Santos, 1994 e Silva, 2014).

A antiga zona da cidade assenta no lado Sul da encosta da Serra da Estrela, uma área de topografia mais favorável por ser orientada para o vale do rio Zêzere. "O núcleo antigo da cidade, incluindo a sua antiga Judiaria, surgiu de uma forma geral, como consequência de sucessivas e diferentes épocas." (Zacarias, 2011, p.47).

Inicialmente o tecido urbano tentou seguir a topografia natural da encosta, o que resultou numa malha irregular, "com ruas estreitas, tortuosas, labirínticas, com becos e escadas, ou seja, a morfologia da zona antiga da cidade surge sob a aparência de cidade medieval" (Zacarias, 2011, p.47).

A comunidade judaica da Covilhã foi muito importante para impulsionar vários sectores, de destacar o desenvolvimento posterior da indústria dos lanifícios, tendo sido várias fábricas fundadas por empresários cristãos-novos, como a Real Fábrica dos Panos, a Fábrica Campos Melo e a Fábrica Velha (Silva, 1970 e Mixlife, 2011).

Também foram vários os portugueses de origem judaica covilhanense que estiveram

ligados aos descobrimentos e à expansão marítima portuguesa (Mixlife, 2011 e Pereira, 2009).

> "Mestre José Vizinho, cosmógrafo de D. João II; Rui Faleiro, artífice da viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães; Francisco Faleiro, grande cosmógrafo colocado ao serviço de Espanha, autor do " Tratado del esphera y del arte del marear "; eventualmente mesmo Pêro da Covilhã, explorador e preparador do caminho marítimo para a Índia, seria de origem cristã-nova; também o famoso João Ramalho, primeiro bandeirante no Brasil, teria origem judaica covilhanense;" (Mixlife, 2011).

Judeus Sefarditas

De um modo geral o termo Sefardita refere-se aos judeus descendentes de origem Portuguesa e Espanhola. Já os judeus com origem na Europa Central e na Europa Oriental designam-se por Asquenazes, "cujo termo provém do hebraico medieval para designar a região que atualmente corresponde à Alemanha – Ashkenaz." (Zacarias, 2011, p.18)

Já no século XV, D. Manuel decreta a conversão forçada dos judeus ao cristianismo, deixando assim de existir oficialmente o culto judaico, os judeus convertidos eram designados de cristãos-novos sendo que aos cristãos-novos era permitido habitar entre os cristãos. Com a conversão forçada deixou de haver Judiaria, no entanto, o termo "Judiaria" prevaleceu até hoje (Zacarias, 2011).

Marcas criptojudaicas - elementos cruciformes gravados nas pedras de granito

O património judaico português, para além de ser muito rico em costumes, também o é nos testemunhos materiais. Exemplo são as marcas religiosas que se encontram um pouco por toda a judiaria. Estes símbolos tinham como finalidade a transmissão da fé com o secretismo imposto à comunidade judaica devido às perseguições sofridas ao longo da História. A presença judaica também é evidente em pormenores característicos da arquitetura judaica, como é o caso da existência de uma porta grande e uma porta pequena, de janelas desenquadradas ou das "portas chanfradas ou ombreiras" (Mixlife, 2011). As casas seguem a tipologia medieval, com dois a três pisos, em que o piso térreo

estava destinado ao comércio e os pisos superiores à habitação (Pereira, 2009 e VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Já no século XX, a comunidade judaica foi restabelecida na Covilhã e edificou-se uma sinagoga chamada “Sha’ari kabbalah” que quer dizer “As Portas da Tradição". No entanto com a ditadura Salazarista em 1932, a atividade judaica diminuiu na Covilhã, assim como por todo o território Português (Santos, 1994 e VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Destas marcas associadas à comunidade judaica, criptojudaica e cristãos-novos, destacam-se as cruciformes, marcas nas mezuzot e gravações longitudinais (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).



- Mapa com a localização das marcas (cruciformes), na antiga Judiaria e zona antiga da Covilhã. Legenda: espaços privados da antiga Judiaria; espaço público da antiga Judiaria; espaç privados da zona antiga; espaços vazios/privados da zona antiga; igreja/capela; muralh medievais existentes; muralhas medievais destruídas; marca (cruciforme, entre outras). Esca 1/3000.

Figura 18 – Mapa retirado da Tese de Doutoramento "Densidade do espaço urbano e identidade local: estudos comparativos das antigas judiarias da Covilhã, Castelo Branco, Guarda e Trancoso", p.41. Autor: Zacarias, C.S, 2011

Marcas Cruciformes

Encontram-se sobretudo gravadas em ombreiras de portas ou janelas. Podem estar gravadas quer no lado direito, quer no lado esquerdo, como na parte interior ou na exterior da ombreira. Assim como podem ter diferentes tamanhos, traços e formas.

Podem ter a forma de cruz simples ou mais elaborada, no entanto a sua interpretação não pode ser generalizada (associando a existência de uma simples cruz com a presença judaica ou cristã-nova), pois em bom rigor a simbologia de cruz é anterior à figura de Jesus Cristo, tendo um significado que ultrapassa a religião cristã (Câmara Municipal de Manteigas [C.M.M], 2021 e Delgado, 1991).

> "Entre vários significados, estes sinais poderão ser demonstrativos de um sentimento de medo. A gravação dos cruciformes pode estar relacionada com a marcação de uma antiga judiaria, mas também podem indicar a reafirmação pública da aceitação da fé e das práticas religiosas cristãs por parte de indivíduos que se sentiam perseguidos e inseguros devido à sua anterior condição de judeus. Poderá ainda resultar de um simples ato de fé, que o cristão-velho utilizaria com o intuito de recolher a proteção divina para o espaço." (C.M.M, 2021)

Marcas nas Mezuzot

Estas marcas encontram-se nas ombreiras das portas e são um importantíssimo símbolo judaico. Destinam-se à afirmação do culto monoteísta judaico e a sua concavidade destinava-se a guardar um pequeno estojo que continha um rolo de pergaminho com a inscrição das palavras de "Shemá" e "Vehaiá", uma oração fundamental no culto judaico, "elaborada a partir de versículos de Deuteronomio (Dt. 6, 4-9; 11, 13-21)" (C.M.M, 2021). É um costume beijar a "Mezuzah" sempre que se passa pela porta, para lembrar as orações e os princípios do judaísmo que simboliza (C.M.M, 2021).

Gravações Longitudinais

São rasgos longitudinais abertos na pedra que podem ser interpretados de duas maneiras:

Uma forma secreta dos cristãos-novos continuarem a pertencer ao judaísmo de forma

disfarçada; outra interpretação baseada na tradição oral diz que estas marcas resultam de os artesãos afiarem os seus instrumentos de trabalho. "No caso dos sapateiros, utilizariam a ombreira para afiarem as sovelas (instrumento com que os sapateiros furam o couro para o cozer); no caso dos ferreiros, utilizariam a ombreira para afiar alguns dos instrumentos que produziam." (C.M.M, 2021).

Portas com Chanfros

Estes portais são caracterizados por arestas biseladas e cantarias trabalhadas. Estes pormenores construtivos implicam um trabalho de cantaria que demonstra algum poder económico e por isso são poucas as edificações judaicas com este pormenor.

Na Covilhã podemos destacar duas janelas Manuelinas, uma na Rua das Flores nº 29 e a outra na Rua do Ginásio Clube nº39 (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

1.2.3 – Outros Edifícios medievais

A Idade Média é uma época com uma grande influência religiosa e dominada pelo poder da Igreja. Isto reflete-se na arquitetura medieval, que expressa estas características dando destacada importância a igrejas, catedrais, basílicas, mosteiros, entre outros (Pinto, Meireles, & Cambotas, 2006 e Pereira, 2009).

A planta medieval é caracterizada pelo seu aspeto físico e geográfico. Por questões de defesa e como anteriormente referido, as cidades eram construídas em locais de difícil acesso, como topos de colinas, ilhas ou perto de rios. Mas o mais característico da malha urbana medieval é que todas as cidades estavam cercadas por uma muralha que delimitava o recinto urbano, com ruas estreitas e tortuosas que originavam de um núcleo central em direção às portas de entrada. Estas portas limitavam o acesso à cidade. No núcleo central estava o edifício mais importante, normalmente uma igreja ou o castelo (Pinto et al., 2006 e Silva,1970).

Durante a época medieval os estilos que prevaleceram foram o estilo Românico e o estilo

Gótico, com características comuns, como os temas religiosos e o uso de arcos e abóbadas (Pinto et al., 2006).

Estilo Românico

O estilo românico surgiu na Europa durante os séculos XI e XII, e apesar da sua grande variedade é o primeiro estilo internacional da Idade Média (Pinto et al., 2006).

É o culminar da absorção de várias influências, recriando e reelaborando conhecimentos da Antiguidade pagã que nunca foi rejeitada, do Oriente, em especial o esplendor da arte bizantina, dos povos bárbaros e da Irlanda, trazidos durante as grandes invasões (Pinto et al., 2006).

"Cidade, castelo e mosteiro foram os três focos civilizacionais e os núcleos tradicionais da cultura, a partir do século XI" (Pinto, Meireles, & Cambotas, 2006, p.262).

A arquitetura Românica foi essencialmente religiosa, mas também é de destacar uma arquitetura civil e militar com características defensivas (Pinto et al., 2006).

As construções inicialmente eram feitas em madeira, mas adaptaram-se às novas técnicas de defesa e ao armamento, passando a ser feitas em pedra com paredes bastantes espessas e poucas aberturas, o que tornava o interior bastante escuro. "Em contrapartida, as casas dos pobres desapareciam consumidas pelos incêndios e pela sua própria miséria" (Pinto et al., 2006, p.262).

"A arquitetura românica religiosa é formada por dois tipos de edifícios – mosteiros e igrejas – que, não raro, foram construídos em conjunto, formando uma estrutura complexa" (Pinto et al., 2006, p.264).

Os mosteiros eram os mais importantes núcleos culturais e artísticos da época. Por norma situavam-se estrategicamente em locais privilegiados e de grande beleza natural. A planta respondia às necessidades da vida quotidiana e de oração. O claustro era adossado ao lado sul do templo. "Constava de quatro alas, rodeadas por galerias com arcos de volta inteira apoiados em colunas. As alas formavam um quadrado que se disponha à volta de um pátio ou jardim interior" (Pinto et al., 2006, p.264).

Nos finais do século XI as catedrais eram quase totalmente abobadadas. A abóbada substituiu os tetos em madeira que eram facilmente inflamáveis. Para conseguir elaborar estas construções de grande dimensão foi necessário reencontrar soluções para os vários

problemas técnicos, como é o caso da arte de aparelhar a pedra, uma arte que já não era usada desde o final da Antiguidade. Este método construtivo tornou possível a construção de abóbadas de grandes dimensões (Pinto, Meireles, & Cambotas, 2006).

> "A pedra aparelhada com rigor era justaposta sem argamassa, mantendo-se em equilíbrio por meio do peso e da pressão exercidos, fazendo-se a descarga das forças para os pilares no interior e para os contrafortes no exterior. É por este motivo que os pilares se situam no mesmo alinhamento dos contrafortes." (Pinto et al., 2006, p.266).

Apesar de variada, o mais comum nas plantas das igrejas é a forma de cruz latina com três a cinco, por vezes sete naves, sendo a principal mais alta e larga do que as laterais. O comprimento da igreja é um múltiplo da largura da nave central, assim como a largura da nave lateral é reduzida a um submúltiplo. A métrica espacial é algo sempre presente no estilo românico (Pinto et al., 2006).

As catedrais eram construídas em pedra, o que resolveu o problema de os telhados em madeira serem facilmente inflamáveis, mas colocou problemas técnicos que só foram totalmente resolvidos durante o século XI (Pinto et al., 2006).

Na nave principal a mais usada era a abóbada de berço, resultante da sucessão de arcos de volta inteira. Nas naves laterais, que são mais baixas, são usadas abóbadas de berço com a mesma dimensão. "Nas catedrais sob influência oriental, as abóbadas foram substituídas por sucessões de cúpulas." (Pinto et al., 2006, p.270).

A pressão que é continuamente exercida pela abóbada ou pela cúpula da nave principal é descarregada através dos arcos para os pilares ou colunas que dividem o interior das naves laterais e por sua vez as forças são transportadas para as paredes exteriores do edifício (Pinto et al., 2006, p.270).

Estilo Gótico

Paralelo ao estilo românico, o estilo gótico nasceu em meados do século XII em França onde perdurou até ao século XV, em Itália nos séculos XII e XIV e nos países mais a norte para além deste século onde deixou grande influência, tendo um papel preponderante na

cultura medieval (Pinto et al., 2006).

A arquitetura gótica foi considerada desde o século XIX como o estilo da Idade Média. Derivada do Românico, a arquitetura Gótica não foi só uma continuação, pois a expressão da linguagem estética e o desenvolvimento técnico trouxeram uma novidade a este estilo tão marcante da idade média. A principal inovação técnica da arte gótica é o arco ogival. "O seu aparecimento resultou da necessidade de, num tramo retangular, elevar os quatro arcos (principais e formeiros) à mesma altura, o que só se poderia fazer agudizando os arcos dos lados mais pequenos." (Pinto et al., 2006, p.338).

A arquitetura gótica é essencialmente alta, com uma forte presença da verticalidade, em detrimento da horizontalidade românica, o que indicava a vontade de permanecer cada vez mais perto de Deus. O estilo gótico foi o estilo mais usado para erguer igrejas e catedrais, que permanecem até hoje, sendo a arte gótica considerada a arte das catedrais.

> "Tal como nas igrejas românicas, as catedrais góticas foram, quase todas, do tipo basilical, com planta em cruz latina, cabeceiras viradas para este e o coro principal dividido em naves – três no geral, mais raramente cinco, como nas catedrais de Notre-Dame, em Paris, e de Colónia, na Alemanha." (Pinto et al., 2006, p.346).

As construções góticas diferenciam-se do estilo românico também na espessura das paredes. No estilo gótico as paredes são mais finas e leves, existem mais janelas e vãos proporcionando uma maior entrada de luz. As técnicas de sustentação do estilo gótico permitiram explorar a estética das catedrais: ao libertar as paredes da sua tradicional função de suporte da cobertura foi possível abrir as amplas janelas que podiam ir de um pilar ao outro permitindo muito maior entrada de luz; aumentando a altura a que estava a abóbada de cobertura e, devido ao facto de suportarem menos cargas, adelgaçando colunelos e pilares, acentuando, assim, a verticalidade e tornando os espaços interiores mais amplos (Pinto et al., 2006 e Vaz, D. 2004).

A arquitetura gótica soube adaptar-se a várias tipologias – arquitetura religiosa, civil e militar - e em todas elas refletiu uma vertente mais tecnicista e intelectual, mas também mais mundana e urbana. Mas foi sobretudo uma arte religiosa, comprovado pelo facto de os edifícios religiosos serem os seus melhores exemplares técnicos que foram de possível construção graças às novas técnicas usadas (Pinto et al., 2006).

A arte gótica em Portugal esteve presente no território nacional desde o final da

reconquista e fixação do povoamento, em especial das terras conquistadas recentemente a Sul, "se o nosso berço foi românico, a juventude passámo-la sob as ogivas do Gótico" (Pinto et al., 2006, p.388).

Estes são os principais estilos encontrados nas igrejas da Covilhã.

1.2.4 - Igrejas da Covilhã

Quando D. Sancho I atribuiu o Foral à Covilhã, pelo menos quatro freguesias foram estruturadas a partir das suas igrejas matrizes: São Martinho, São João Mártir-in-collo, Santo André, São Tiago e eventualmente a de São Miguel. De todas estas igrejas, apenas as de São Martinho e de São João Mártir-in-collo existem ainda, no entanto a igreja de São João Mártir-in-collo, pertence atualmente ao Lar de São José restando poucos vestígios da sua construção original (Câmara Municipal da Covilhã [C.M.C] & Madaleno, 2012).

Algum do legado eclesiástico desapareceu ao longo de oito séculos de existência, é o caso da Igreja de Santo André que estava localizada na zona norte do Sítio do Biribau. Em 1191 Gonçalo Peres de Sampaio deixou esta igreja em testamento ao Mosteiro do Lorvão, sendo demolida antes do século XVIII. Durante as demolições a imagem de Santo André foi levada para a igreja de Boidobra onde ainda permanece (C.M.C & Madaleno, 2012).

Junto da igreja de Santo André, a Sul, localizava-se a igreja de São Miguel e em frente a de São Lourenço, mas já nenhuma existe atualmente. (C.M.C & Madaleno, 2012).

Sobre a Igreja de São Tiago, cujo ano de construção se desconhece, mas que se sabe que foi doada ao Mosteiro de São Jorge de Coimbra em 1192, não existem muitas descrições, mas sabe-se que no seu interior se destacavam três altares com várias imagens sendo de referir duas imagens de São Tiago, uma onde combate os Mouros e outra onde enverga os trajes de Romeiro. No século XVIII, o prior Manuel dos Santos Bastos mandou restaurar a igreja que em 1873 foi vendida aos Jesuítas que ali construíram a atual Igreja do Sagrado Coração de Jesus (C.M.C & Madaleno, 2012 e Santos, 1994).

Outra igreja que já não existe dando origem a novas construções é a de São Lázaro, onde funcionava uma leprosaria e onde foi instalado o primeiro Convento Franciscano da Covilhã durante o século XIII. Nestes terrenos, em 1926, foi construída a central elétrica

da Covilhã (C.M.C & Madaleno, 2012).

Foi durante os séculos XIV e XV que se multiplicaram as paróquias na Covilhã e a consequente construção das respetivas igrejas matrizes (C.M.C & Madaleno, 2012).

Por ordem de D. Dinis, a 13 de Junho de 1321, passaram a ser atribuídas taxas às igrejas, no bispado da Guarda. Quatorze templos da Covilhã foram abrangidos por esta medida e todos eles chegaram ao século XIX, à exceção das igrejas de Santo Estêvão e de Santo André (C.M.C & Madaleno, 2012 e Silva, 1970).

Igrejas desaparecidas

A lista que se segue enumera algumas igrejas que já não existem por força das circunstâncias. Foram demolidas para dar lugar a obras públicas da cidade ou transformadas em habitações particulares, mas por alguma razão já não se encontram atualmente na cidade da Covilhã (Jesus, 2008).

Igreja de São Bartolomeu

Desde o início do século XIII foi a igreja da comenda templária. Aqui foi sepultado, em 1509, D. Fernando de Castro, alcaide-mor do Sabugal e cavaleiro do concelho de D. Manuel I, sendo mais tarde os seus restos mortais trasladados para a igreja de Nossa Senhora da Conceição. Em 1720 houve obras de preservação, mas com o terramoto de 1755 foram necessárias obras profundas de reabilitação o que alterou a tipologia original. Antes da intervenção existiam os altares de São Bartolomeu, de Nossa Senhora da Graça e de Cristo Crucificado (Jesus, 2008).

Igreja de São Salvador

Localiza-se junto à cerca do Convento de São Francisco, precisamente à entrada da rua do Salvador. Neste local esteve instalada até 2010 a sede da Banda da Covilhã, isto porque em Março de 1885 a sua capela-mor foi vendida a João Nunes Navarro e o corpo da igreja entregue à Câmara Municipal da Covilhã em troca de um terreno contíguo à igreja da Nossa Senhora da Conceição (Jesus, 2008).

Igreja de São Paulo

Não existe muita informação sobre esta igreja, mas sabe-se através de documentos históricos que em 1414 os párocos da igreja ter-se-ão envolvido numa contenda com a paróquia de São Martinho do Fundão por causa dos dízimos, contenda essa que terá durado até 1513. Em 1897 o templo foi comprado pelo industrial Inácio da Silva Fiadeiro que ali construiu a sua habitação (Jesus, 2008).

Igreja de São Vicente

Localizada em frente à porta da muralha que tem o mesmo nome, nas imediações do espaço onde foi construído o Mercado Municipal em 1943 (Jesus, 2008).

A igreja tinha uma planta longitudinal e uma nave única, o seu retábulo-mor possuía as imagens de Nossa Senhora da Ajuda, São Vicente e São Lourenço. No transepto havia mais dois retábulos, um com a imagem de Santa Rita e de Nossa Senhora da Graça e outro com a imagem de Santo André. No século XIX a igreja adquiriu a imagem da Nossa Senhora do Bom Parto (Jesus, 2008).

Igreja de Santa Marinha

Foi demolida em 1954 e localizava-se no largo a que posteriormente deu o nome. Era um pequeno templo com planta longitudinal e nave única. Na fachada principal tinha um janelão retangular que se abria para um pequeno portal de volta perfeita no qual se sobrepunha um campanário com dois sinos. No interior havia o altar de Santa Marinha, Nossa Senhora da Graça e São José. Não é possível precisar com exatidão a data, mas entre os anos 1734 e 1758, a igreja recebeu uma imagem da Nossa senhora do Carmo e em 1892 recebeu uma imagem do Beato da Covilhã Francisco Álvares (Jesus, 2008).

Igreja de Santa Maria Madalena

É uma igreja anterior ao século XIV e terá sido fundada por Marinha Tavares. Localizava-

se num dos principais acessos à Covilhã, a Rua da Madalena. Foi demolida em meados do século XIX e no seu local foi edificada a residência de José Nunes Pinto (Jesus, 2008).

Igreja de São Pedro

A igreja de São Pedro foi a matriz da paróquia que originou a atual freguesia com o mesmo nome. Localizava-se nas imediações do Hotel Solneve. Possuía uma planta longitudinal e no corpo da nave tinha dois nichos com altares. No retábulo da capela-mor estavam as imagens de São Pedro, São Paulo e de Nossa Senhora do Rosário (Jesus, 2008).

Igreja da Senhora do Rosário

A Igreja da Senhora do Rosário ficava situada junto às muralhas, do lado Sul, frente ao Postigo do Rosário. Era uma das igrejas mais antigas, mas não se sabe precisar a data da sua edificação. Sabe-se que em 1580 já existia, facto que é comprovado por uma doação feita à própria igreja por Pedro Pacheco e sua mulher, Isabel d'Abreu, com a finalidade de que fosse feito um mosteiro de freiras, algo que nunca aconteceu (Jesus, 2008).

Em 1611 o Bispo da Diocese da Guarda, D. Afonso Furtado de Mendonça, disponibiliza cem cruzados por 10 anos para auxílio das obras do Mosteiro, como consta num alvará por ele assinado. No entanto o Mosteiro nunca chegou a ser construído, e anos mais tarde foram feitas alterações na igreja a fim de a transformar em casa de habitação (Jesus, 2008).

Na década de 40 houve obras de requalificação nas quais foi fechada a porta principal, ficando só a porta lateral, algo que ainda hoje pode ser observado (Jesus, 2008).

Capela do Senhor Jesus

A Capela do Senhor Jesus situava-se ao fundo do Largo D. Maria Pia, que hoje se conhece como Jardim Público, no início da estrada que conduzia à Aldeia do Carvalho, atualmente a Rua da Indústria. A data da sua construção é desconhecida, mas sabe-se que tinha uma planta simples e que era essencialmente em pedra de cantaria. No interior tinha apenas o

altar-mor com a imagem do Senhor Jesus (Jesus, 2008).

A Capela pertenceu à antiga Paróquia de São Paulo, que foi extinta em 1835 e anexada à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Jesus, 2008).

No início dos anos 60 do século X a Capela já se encontrava em ruínas e acabou por ser demolida, com a finalidade de alargar a estrada e de desenvolver a habitação na zona, (Jesus, 2008).

Capela de São Sebastião

A capela de São Sebastião (Figuras 19) situava-se num local ermo a mais ou menos 750 metros da então Vila da Covilhã, mais precisamente ao lado da Capela de Santa Cruz (Jesus, 2008).

A Capela de São Sebastião tinha apenas um altar com a imagem de São Sebastião Mártir e pertencia à Paróquia de Santa Maria (Figura 20). Diz-se que era ali celebrada uma missa todos os Domingos e dias Santificados (Jesus, 2008).



Figura - 19 de São Sebastião, já desaparecida. (Borges & Morão, 2002).



Figura 20 - Interior da Capela de São Sebastião, já desaparecida. (Borges & Morão, 2002).

Ao redor da Capela existia um cemitério e, posteriormente em 1870, foi construído do lado Nascente o atual cemitério municipal. Ambos tinham como objetivo acabar com os aterramentos dentro dos templos (Jesus, 2008).

No início do século XX começou a ser notória a degradação da capela, que ficou em ruínas, salvando-se apenas uma parte do altar-mor que ainda perdurou durante trinta anos.

Durante as obras de abertura de um troço de estrada para melhorar o acesso à Serra da Estrela, e cujo traçado coincide com o exato local onde se encontravam as ruínas, estas tiveram que ser demolidas (Jesus, 2008).

Igrejas e Capelas existentes na Covilhã

Segue-se uma lista resumida das principais igrejas e capelas existentes da cidade da Covilhã (Figura 21 e Anexo 1). Apesar da imensa importância que tais construções religiosas têm, tanto para a comunidade em geral como em particular para o desenvolvimento da cidade, optou-se por manter uma lista resumida, mas com o essencial da informação considerada relevante (Jesus, 2008).

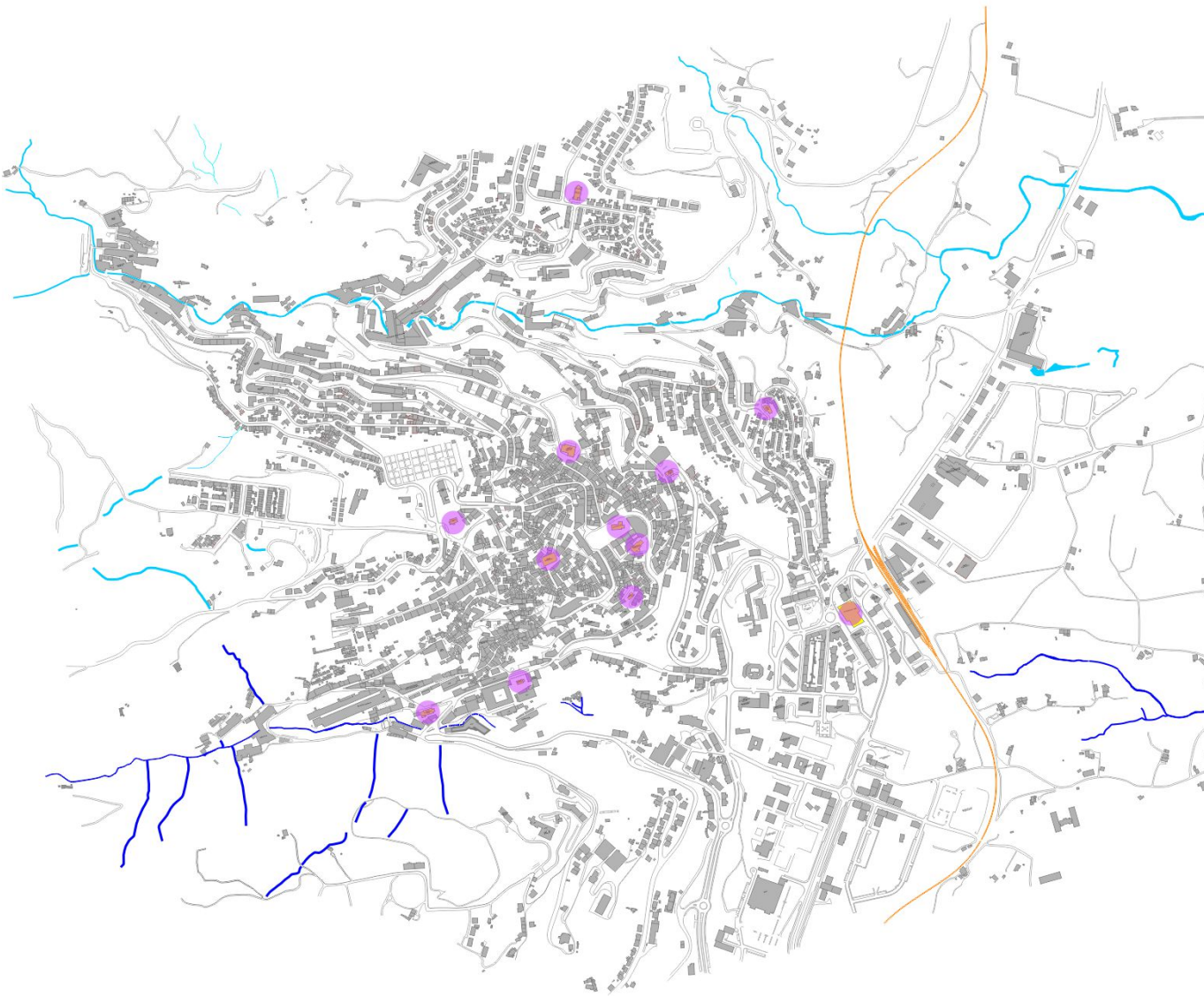


Figura 21 – Representação da planta do Anexo 1 com a sinalização da localização das Igrejas referidas, Autor: Vera Almeida

Capela Românica de São Martinho

Localização: Rua Beato Francisco Álvares, 9 (Anexo 1, ref. 1)
Data: Séc. XII/XIII
Estilo: Românico

É o templo mais antigo da cidade da Covilhã (Figuras 22 e 23, Anexo 1: ref.1), de fundação medieval, sabendo-se que a sua construção remonta aos finais do século XII. Foi erguida na antiga praça pública de S. Martinho que foi cortada pela antiga estrada real nº55 e

atualmente encontra-se entre edifícios da Universidade da Beira Interior (C.M.C & Madaleno, 2012).

O estilo é românico e a fachada tem um portal rematado com um arco de volta perfeita com duas arquivoltas assentes em colunelos de capitéis com ornamentos vegetais estilizados (Figura 24) (C.M.C & Madaleno, 2012).

O tímpano tem uma decoração com quadrifólios e é rematado pela cruz de Malta e cornija. A igreja tem também um pequeno campanário em arco abatido que foi colocado em 1938 quando foi demolida a torre sineira e as construções anexas (C.M.C & Madaleno, 2012).

São Martinho é uma capela de pequenas dimensões com uma planta longitudinal e nave única, o seu interior é iluminado por frestas (Figura 25). Tem três mesas de altar, uma na capela-mor e as outras duas a ladear o arco triunfal e com frontões revestidos por azulejos hispano-árabes. Sobre as mesas do altar existem restos de pintura a fresco com imagens sacras (Figura 24), provavelmente do tempo da fundação da capela (C.M.C & Madaleno, 2012).



Figura 22 - Capela de São Martinho, década de 30, Drogaria Pedrosa. Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 23 - Capela de São Martinho, década de 80, U.B.I. Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 24 - Capela de São Martinho, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.



Figura 25 - Interior da Capela de São Martinho, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

"A capela de São Martinho está classificada como imóvel de interesse público desde 1963 (IIP - Decreto n.º 45327, DG n.º 251 de 25 de Outubro de 1963)." (C.M.C & Madaleno, 2012, p.31).

Capela de Santa Cruz

Localização: Calçada de Santa Cruz (Anexo 1, ref. 2)
Data: Séc. XV/XVI

A capela de Santa Cruz é mais conhecida como Capela do Calvário (Figuras 26 e 27, Anexo 1: ref.2) e situa-se na parte mais alta da cidade, já fora das muralhas. O ano da sua edificação é desconhecido, mas existem referências à capela que remontam à idade media, sendo referenciada no Livro Negro da Sé de Coimbra (C.M.C & Madaleno, 2012).

Alguns autores atribuem ao infante D. Henrique a responsabilidade pela construção inicial. Mais tarde, no século XVI, foi restaurada pelo infante D. Luís, filho de D. Manuel e pai de D. António, Prior do Crato (C.M.C & Madaleno, 2012).



Figura 26 - Capela de Santa Cruz (Calvário), década de 50. Fonte: Borges & Morão, 2002



Figura 27 - Capela de Santa Cruz, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

No seu interior o teto é revestido por painéis de pintura a talha dourada com representações de cenas da vida de Jesus Cristo (Figura 28). Nos finais do século XVII foi colocado no seu interior um "teto de caixotões, com pinturas proto-barrocas onde são ainda visíveis influências maneiristas. Possui retábulo e púlpito de talha dourada de estilo nacional." (C.M.C & Madaleno, 2012, p.16)

A construção da capela é granítica, composta por capela-mor e por um corpo, de estilo renascentista. Existem dois alpendres com colunas toscanas e um púlpito (Figura 29) (C.M.C & Madaleno, 2012).



Figura 28 - Interior da Capela de Santa Cruz, década de 90. Fonte: Borges & Morão, 2002



Figura 29 - Alpendre de oito colunas da Capela de Santa Cruz, década de 60. Fonte: Borges & Morão, 2002

"A capela de Santa Cruz está classificada como imóvel de interesse público desde 1959 (IIP - Decreto n.º 42692, DG n.º 276 de 30 Novembro 1959)." (C.M.C & Madaleno, 2012, p.16)

Igreja de Santa Maria Maior

Localização: Rua da Senhora da Paciência (Anexo 1, ref. 3)
Data: séc. XVI

É a maior e mais emblemática igreja da cidade da Covilhã (Figura 30 e 31, Anexo 1: ref.3). A sua construção remonta ao século XVI por ordem do bispo D. Cristóvão de Castro e assenta sobre o templo medieval de Nossa Senhora do Castelo. A igreja tem três naves e sete altares. A sua primeira reedificação foi no ano de 1627, em 1667 foram feitas novas obras sob a orientação de José de Almeida. Posteriormente em 1758 a igreja passa a ser descrita como tendo duas naves e sete altares. No final do século XIX (1872-1886), a igreja de Santa Maria Maior volta a sofrer profundas obras que alteram a sua tipologia. Estas obras foram financiadas pelo padre Francisco Grainha e pelo seu irmão, o padre João Grainha. Em 1899 é iniciada a construção da torre e posteriormente, em 1942, já no século XX, é feito um novo e profundo restauro, apesar destas obras não terem evitado a queda do teto em 1943. Durante a intervenção para recuperar o teto foi acrescentado na fachada principal o famoso revestimento de azulejos com temas Marianos, da fábrica Aleluia (C.M.C & Madaleno, 2012).

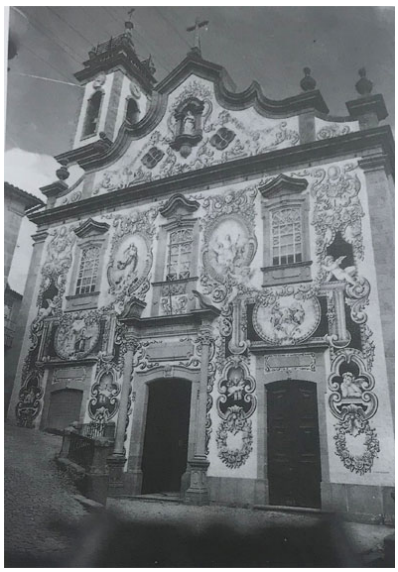


Figura 30 - Igreja de Santa Maria Maior, década de 80. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.



Figura 31 - Igreja de Santa Maria Maior, atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.

Depois de todas estas intervenções a Igreja de Santa Maria Maior (Figura 33), ficou com

tipologia revivalista e neobarroca, planta longitudinal de nave única, com capelas laterais à face e capela-mor mais baixa e estreita (C.M.C & Madaleno, 2012).

No seu interior (Figura 32), destaca-se o retábulo-mor com estilo rococó que foi trazido do já extinto convento de Santo António (C.M.C & Madaleno, 2012).

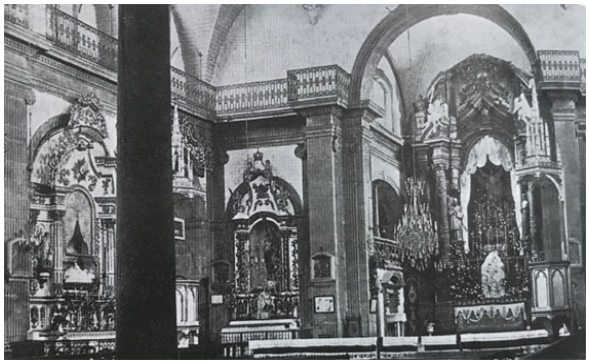


Figura 32 - Interior da Igreja de Santa Maria Maior, ano 1930, "Todo o interior da Igreja é anterior ao restauro da década de 40. Esta é considerada uma das maiores da Diocese. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.



Figura 33 - Igreja de Santa Maria Maior, atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição

Localização: Largo da Infantaria 21 (Anexo 1, ref. 4)
Data: séc. XV/XVI
Estilo: vários estilos devidos as alterações sofridas em diferentes épocas, destaca-se estilo Gótico, Manuelino e Barroco

Inicialmente a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Figura 34, Anexo 1: ref.4) era uma igreja que integrava o Convento de São Francisco, construído no século XIII durante o reinado de D. Fernando que mandou também construir a igreja. Mais tarde o convento é extinto, mas a igreja mantém-se sofrendo obras profundas que levaram, em 1884, ao início da construção da torre que foi financiada por António Saraiva. No ano seguinte foram feitas obras na fachada principal que ficaram a cargo de António Mendes Coelho (C.M.C & Madaleno, 2012).



Figura 34 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Durante o século XIX são realizadas várias obras no interior da igreja e feitos anexos. Em 1935 foram construídos o anexo Norte, uma sala de teatro e um salão de conferências. Em 1948 são construídas as abóbadas revivalistas na nave da igreja, e o coro-alto, da autoria do engenheiro covilhanense, Luís Felipe Ranito Catalão (C.M.C & Madaleno, 2012).

Na fachada principal podem ainda observar-se vestígios da primeira edificação do portal gótico em arco quebrado com três arquivoltas e colunelos com capitéis decorados com motivos vegetalistas. A restante ornamentação da fachada é neobarroca com exceção dos nichos e do janelão em arco quebrado (C.M.C & Madaleno, 2012).

A igreja tem uma planta em cruz latina, com sacristia, anexos e torre adossados no lado direito, com a casa mortuária no lado esquerdo (C.M.C & Madaleno, 2012).

No seu interior destacam-se o retábulo-mor em estilo nacional e a abóbada da capela-mor com caixotões pintados (C.M.C & Madaleno, 2012).

Desde 1986, que a igreja de Nossa Senhora da Conceição está classificada como imóvel de interesse público "(IIP - Decreto n.º 1/86, DG n.º 02 de 3 Janeiro 1986)" (C.M.C & Madaleno, 2012, p.29).

Capela de São João de Malta

Localização: Rua Marquês d'Ávila e Bolama / Largo das Forças Armadas (Anexo 1, ref. 5)
Data: séc. XVI

A Capela de São José de Malta (Figura 35 e 36, Anexo 1: ref.5), terá sido construída durante o século XVI, tem um estilo maneirista e barroco com uma planta longitudinal composta por nave única e sacristia anexa à fachada lateral direita.



Figura 35 - postal da Capela de São João de Malta. Fonte: Jesus, 2014.



Figura 36 - Capela de São João de Malta, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

A fachada principal apresenta vãos rasgados no eixo composto pelo portal, de lintel reto, sobrepujado por frontão triangular e óculo circular (C.M.C & Madaleno, 2012).

Pertenceu a uma comenda da Ordem de Malta, cujas insígnias ainda podem ser observadas no tímpano do frontão (C.M.C & Madaleno, 2012).

No interior destaca-se o retábulo-mor, com telas da autoria de Bernardo Faustino da Costa Montez (C.M.C & Madaleno, 2012).

Igreja da Misericórdia

Localização: Praça do Município (Anexo 1, ref. 6)
Data: séc. XVII
Estilo: características Maneiristas e Barrocas

Na segunda metade do século XVII, a Igreja da Misericórdia (Figura 37 e 38, Anexo 1: ref.6), foi reedificada sobre um templo que existia no local. É uma igreja de estilo

maneirista com uma nave única e capela-mor mais baixa (C.M.C & Madaleno, 2012).



Figura 37 - Igreja da Misericórdia. Fonte: Jesus, 2014.



Figura 38 - Igreja da Misericórdia, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Durante os anos quarenta do século XX, a igreja foi restaurada sob a orientação do arquiteto Bernardino Coelho sendo que a fachada principal terminada em frontão triangular e rasgada por eixo de vãos de moldura barroca não foi alterada. Destacam-se na fachada as imagens da Fé, da Esperança e da Caridade (C.M.C & Madaleno, 2012).

No interior é de destacar o retábulo-mor revivalista em talha a branco. Os elementos executados no século XVII são da autoria de André Dias e Valério Aires. Durante a última reconstrução da igreja os tetos foram pintados por António Lopes. Já os painéis e telas da capela-mor foram feitos por José Botelho por volta do século XVIII (C.M.C & Madaleno, 2012). Desde 1997 a igreja da Misericórdia está classificada como imóvel de interesse público "(IIP - Decreto n.º 67/97, DG n.º 301 de 31 Dezembro 1997)" (C.M.C & Madaleno, 2012, p.20)

Capela de São Silvestre

Localização: Largo de São Silvestre (Anexo 1, ref. 7)
Data: séc. XV (aproximadamente)
Estilo: características Maneiristas Vernaculares

Não existe uma data consensual para a primeira edificação da Capela de São Silvestre (Figura 39 e 40, Anexo 1: ref.7), mas a sua fundação é atribuída a Fernão Feio e à sua esposa Maria Calvo (C.M.C & Madaleno, 2012).



Figura 39 - Largo de S. Silvestre e Capela de S. Silvestre, década de 80. Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 40 - Largo de S. Silvestre e Capela de S. Silvestre, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Em 1728 a Capela recebeu obras profundas o que alterou a sua tipologia ficando com detalhes maneiristas e barrocos. Durante esta intervenção desapareceram também os arcossólios (túmulos parietais) que existiam nas paredes exteriores. Em 19 de Fevereiro de 1851, a paróquia é extinta e assim a Capela de São Silvestre deixa de ser Igreja Matriz. Já no século XX, mais precisamente em 1967, são realizadas novas obras, durante as quais são retirados os retábulos laterais, reedificado o arco triunfal e substituído o soalho (C.M.C & Madaleno, 2012).

A Capela de São Silvestre tem uma planta longitudinal, composta por nave, capela-mor mais estreita, sacristia e campanário de sineira dupla. Na fachada principal destaca-se o portal de boas dimensões com moldura almofadada, sobrepujado por frontão interrompido por cruz latina. No interior, mantém o painel de azulejos hispano-mouriscos colocados na parede testeira com perfil curvo (C.M.C & Madaleno, 2012).

Igreja do Sagrado Coração de Jesus

Localização: Rua de São Tiago (Anexo 1, ref. 8)
Data: 1875

Atualmente a igreja do Sagrado Coração de Jesus (Figura 41, Anexo 1: ref.8) é a Matriz da paróquia de São Pedro. Foi edificada no local onde se erguia o templo medieval de São Tiago, um dos primeiros a ser construído na Covilhã, doado ao Mosteiro de São Jorge de Coimbra em 1192 (C.M.C & Madaleno, 2012).



Figura 41 - Igreja do Sagrado Coração de Jesus, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Em 1875 o templo foi comprado e começou a proceder-se à edificação da igreja do Sagrado Coração de Jesus. A obra ficou à responsabilidade dos Jesuítas que em 1887 iniciaram o culto no local (C.M.C & Madaleno, 2012).

Durante a Primeira República, o templo foi confiscado à Companhia de Jesus para que nele fossem instalados os Paços do Concelho, o que não se concretizou. Já em 1917 acolheu o Celeiro Municipal, que posteriormente foi transformado em tribunal a 5 de Outubro de 1924. Após um incêndio ocorrido em 1948 o edifício foi novamente adquirido pelos Jesuítas que reedificaram a igreja (C.M.C & Madaleno, 2012).

Depois de tantas alterações e obras poderá definir-se a sua tipologia como sendo modernista, devendo o seu traço ao arquiteto Teotónio Pereira (C.M.C & Madaleno, 2012)

> "É uma igreja de linhas simples, com escassa decoração, destacando-se a existência de grupos escultóricos na fachada principal, da autoria de Joaquim Correia, representando o orago da igreja, o Sagrado Coração de Jesus e os dois mártires Jesuítas da cidade: o beato Francisco Álvares e o padre António de Sousa." (C.M.C & Madaleno, 2012, p.19)

No interior destaca-se a pintura do orago, inserida em mandorla, invocando as representações medievais da figura de Cristo, da autoria de Martins Barata (C.M.C & Madaleno, 2012).

Igreja de Nossa Senhora de Fátima

Localização: Rua Conselheiro Joaquim Pessoa (Anexo 1, ref. 9)
Data: 1947

A construção da igreja de Nossa Senhora de Fátima (Figuras 42 e 43, Anexo 1: ref.9) é atribuída essencialmente ao esforço feito pelos padres Joaquim dos Santos Morgadinho e Alfredo Santos Marques, tendo sido inaugurada em Julho de 1947 (C.M.C & Madaleno, 2012).



Figura 42 - Igreja de Nossa Senhora de Fátima, ano 2000. Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 43 - Igreja de Nossa Senhora de Fátima, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Foi erguida no local onde, em 1730, existia a Capela do Senhor da Ribeira, com traça

maneirista, posteriormente destruída, mas que influenciou a tipologia da igreja de Nossa Senhora de Fátima (C.M.C & Madaleno, 2012).

Semelhante à antiga capela existente no local "a fachada principal é circunscrita por pilastras e cornijas e rematada por frontão, que por sua vez é extravasado pelo frontão contracurvo do janelão, conseguindo-se maior monumentalidade ao flanquear a fachada por duas torres." (C.M.C & Madaleno, 2012, p.35)

Igreja de São José

Localização: Rua do Bairro dos Penedos Altos (Anexo 1, ref. 10)
Data: 1950

Para servir a nova comunidade dos Penedos Altos, um bairro essencialmente operário, foi iniciada a construção da igreja de São José em 1949 (Figura 44, Anexo 1: ref.10) que veio a ser consagrada no dia 22 de Outubro de 1950 pelo bispo D. Domingos da Silva Gonçalves (C.M.C & Madaleno, 2012).



Figura 44 - Igreja de São José, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

A igreja de São José tem uma planta longitudinal que, do lado direito, apresenta nave, capela-mor pentagonal, torre sineira, sacristia, e no seu lado esquerdo apresenta um batistério pentagonal que atualmente está desativado (C.M.C & Madaleno, 2012).

"A fachada principal tem vãos rasgados no eixo, composta por óculo e pelo portal de lintel reto protegido por alpendre de arco de volta perfeita como remate de empena.

No interior destacam-se os dois painéis de azulejo representando o batismo de Cristo e a Samaritana." (C.M.C & Madaleno, 2012, p. 27)

Capela de Santo António

Localização: Rua Joaquim Pereira Espiga (Anexo 1, ref. 11)
Data: 1954

Inaugurada em 1954 no Bairro do Rodrigo, a igreja de Santo António (Figura 45, Anexo 1: ref.11) tem uma planta longitudinal de nave única e com capela-mor mais estreita, cuja fachada principal é circunscrita por pilastras com portal em arco de volta perfeita, com de três janelas longilíneas.



Figura 45 - Capela de Santo António. Fonte: Jesus, 2014. (Localização não abrangida pelo mapa do Anexo 1)

A 9 de Abril de 1991 foi inaugurado o campanário de sineira dupla e um anexo destinado a sacristia, a sala de catequese e a casa mortuária que se encontram no alçado lateral esquerdo (C.M.C & Madaleno, 2012).

Igreja da Santíssima Trindade

Localização: Praça Francisco Sá Carneiro (Anexo 1, ref. 12)
Data: 2009

A 13 de Setembro de 2009, numa cerimónia dirigida pelo bispo da Guarda, D. Manuel Felício, foi inaugurada a igreja da Santíssima Trindade (Figuras 46 e 47, Anexo 1: ref.12), que veio responder à necessidade de servir a população da zona junto à estação da Covilhã (C.M.C & Madaleno, 2012).



Figura 46 - Igreja da Santíssima Trindade, atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.



Figura 47 - Igreja da Santíssima Trindade, atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.

A autoria da igreja deve-se a Carlos Remualdo, que idealizou uma nave com capacidade para 350 lugares sentados, e com áreas complementares como a capela do Santíssimo, o batistério, a torre, a capela mortuária, as salas para reuniões e a sacristia (C.M.C & Madaleno, 2012).

A igreja da Santíssima Trindade tem uma tipologia contemporânea com uma linguagem arquitetónica trabalhada, formas geométricas quase puras, com especial destaque para o triângulo numa clara referência à Santíssima Trindade. Remualdo teve o cuidado de encontrar diferentes soluções para captar a luz natural. A ornamentação é simples com o interior dominado pelos tons naturais da madeira que contrastam com o imaculado dos brancos. Destaca-se ainda a imagem da Santíssima na parede testeira da capela-mor "e na capela do Santíssimo, o sacrário de características bizantinas inserido em estrutura cruciforme." (C.M.C & Madaleno, 2012, p.24)

É uma igreja que se destaca das outras pela sua modernidade, sendo a única de estilo contemporâneo da cidade da Covilhã, o que divide as opiniões. Mas o facto é que a igreja

da Santíssima Trindade veio responder à necessidade que havia de uma igreja para as pessoas que vivem na parte baixa da Cidade (C.M.C & Madaleno, 2012).

1.2.5 - Praça do Município e Pelourinho

O edifício dos Paços do Concelho (Figuras 48), foi mandado construir em 1614 durante o Domínio Filipino (1580-1640). Tratava-se de um grande edifício onde funcionavam os serviços municipais e outros serviços públicos, funcionando no rés-do-chão a prisão do Concelho. Localizava-se no lugar da antiga Porta da Villa que era a mais importante das cinco portas das muralhas medievais (Jesus, 2016).

Ao longo dos anos o terreiro foi sendo ladeado por casas e igrejas dando assim ao local o estatuto de Praça do Município (Figura 49), que reunia pessoas e toda a envolvente quotidiana como manifestações, procissões, paradas militares e outras expressões festivas. "Ali mesmo se fizeram corridas de touros e se realizaram os mercados semanais. Estes deixaram de se realizar ali, a partir de 1944, aquando da inauguração do mercado fechado em S. Vicente." (Jesus, 2016, Web log post).



Figura 48 - Praça do Município como o edifício dos Paços do Concelho. Fonte: Jesus, 2009.



Figura 49 - Praça do Município atualmente 2021. Autor Vera de Almeida.

Na praça foi construída, durante o século XVII, a Igreja da Misericórdia, que tinha como

anexo um hospital para pobres, sendo restaurada no final dos anos trinta, início dos anos quarenta do século passado. A Praça do Município era arborizada, tinha bancos e no centro um coreto (Figura 50) onde atuavam as bandas da cidade, à volta da Praça Municipal os edifícios eram essencialmente de estilo renascentista (Jesus, 2016).

Pelos anos quarenta, durante o Estado Novo, muitas cidades Portuguesas foram reestruturadas e a Covilhã não escapou a esta intervenção. Foi a 12 de Outubro de 1958 que aconteceu a inauguração do novo edifício da Câmara Municipal, construído no local onde estava o antigo edifício Filipino que foi demolido para que a atual Câmara Municipal fosse erguida (Jesus, 2016).

Durante esta intervenção a Fonte das Três Bicas (Figura 51), que se localizava na Praça do Municipal, foi transferida para perto do Jardim Público. Trata-se de uma fonte construída em 1855, com traça barroca, "colunas trabalhadas e frontões triangulares com pilastras" (Jesus, 2016, Web log post).



Figura 50 - Praça do Município com coreto e a Fonte das Três Bicas



Figura 51 - Fonte das Três Bicas atualmente perto do Jardim Publico. Autor: Vera de Almeida.

> "Do atual edifício dos Paços do Concelho, exemplo da arquitetura do Estado Novo, deve salientar-se o Salão Nobre, com os painéis da autoria do pintor Lino António, representando, quer momentos significativos da história da Covilhã, quer as suas atividades económicas mais importantes. Numa sala contígua, pode também observar-se uma Tapeçaria tipo Portalegre, do professor António Lopes "Covilhã, Cidade Fábrica, Cidade Granja" e que representa vários quadros da vida da Covilhã. No vestíbulo, encontram-se as estátuas de Frei Heitor Pinto e Pêro da Covilhã." (Jesus, 2016, Web log post).

A Praça do Município é o centro da cidade da Covilhã e onde acontece o maior movimento comercial e turístico. Aqui se reúnem vários edifícios datados da segunda metade do século XX que são de arquitetura do Estado Novo, com uma traça, fachada e estilo bastante característicos dessa época, contando assim a história desse período de Portugal. Estes edifícios são marcos importantes de poder e cultura, definidores de uma Cidade, como é o caso da Câmara Municipal da Covilhã, do Teatro-Cine, da Caixa Geral de Depósitos e do edifício onde atualmente funciona a Portugal-Telecom que foi classificado como Imóvel de Interesse Público em Agosto de 2003, por despacho do Ministro da Cultura. Com esta classificação a Câmara Municipal pretende conservar edifícios que tenham uma traça, memória e beleza arquitetónica relevantes para a cidade e assim garantir a sua conservação para futuro, talvez para que não volte a acontecer uma reformulação tão drástica como já aconteceu no passado da Praça do Município (Jesus, 2016).

A Praça do Município foi sofrendo várias alterações ao longo do tempo, a última intervenção decorreu nos anos 2000/2001 e ficou a cargo do arquiteto Teotónio Pereira. Durante esta intervenção foi construído um silo automóvel com capacidade para trezentos e quarenta e sete lugares de estacionamento, "zonas pedonais e de lazer, e uma rotunda de que faz parte integrante um conjunto escultórico da autoria de Irene Buarque." (Jesus, 2016, Web log post).

1.2.6 - Personalidades Medievais da Covilhã

Os Descobrimentos Portugueses são uma época compreendida entre 1415 e 1543. Foi iniciada com a conquista de Ceuta em 1415 e foi a conquista desta cidade do Norte de África que permitiu a Portugal prosseguir para Sul em busca de novas conquistas. Foi uma época marcada pela expansão marítima e muitos foram os contributos tanto a nível técnico como de conhecimento e inovação com que os covilhanenses contribuíram para esta época tão marcante da História Portuguesa. Neste capítulo são abordadas de forma resumida algumas dessas personalidades covilhanenses que tanto contribuíram para os Descobrimentos Portugueses ou que se destacaram na época designada como Idade Média.

Como uma cidade é sempre feita pela sua história e pelos seus habitantes, muitas destas personalidades deram nome a ruas da Covilhã, na lista que se segue estão algumas dessas pessoas, ao conhecer-se a história entendesse a importância daqueles nomes.

Fernando de Castro

(Portugal, 1380 – Sagres, 1440)

Nascido na Covilhã, fez parte da Casa Real de D. João I, que serviu e acompanhou na conquista de Ceuta. Esteve envolvido noutras expedições, como a expedição à Grã-Canária (1424). Foi enviado a Ceuta para negociar o resgate do Infante D. Fernando, mas acabou morto por piratas em Abril de 1440 (Jesus, 2008, 2014).

Diogo Álvares da Cunha

(Covilhã, c. 1400)

Frei Diogo Álvares da Cunha era natural da Covilhã e neto da rainha dona Leonor Teles e de João Lourenço da Cunha. Juntamente com o Infante D. Henrique foi responsável pela expedição que tomou a cidade de Ceuta e que marcou o início da expansão marítima. Foi também membro da ordem de Cristo. Esteve ainda envolvido na expedição às Canárias o que lhe atribuiu a "Comenda do Castelejo e Castelo Novo" (Jesus, 2008, 2014).

Está sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na Covilhã (Jesus, 2008, 2014).

Rodrigo de Castro

(c. 1440 – 1543)

D. Rodrigo de Castro foi Alcaide-mor da Covilhã, título que recebeu do seu pai, o Conde de Monsanto, confirmado depois por D. Manuel em 1485 e novamente em 1495.

Participou nas conquistas e foi cavaleiro e poeta. Casou com D. Maria Coutinho em 1473, com quem teve cinco filhos. D. Rodrigo de Castro teve ainda vários filhos fora do

casamento, entre eles D. Cristóvão de Castro que foi nomeado bispo da Guarda em 1550.

Faleceu em 1543 sendo sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na Covilhã (Jesus, 2008, 2014).

Pêro da Covilhã

(Covilhã, 1450, 55 – Etiópia 1530)

Pêro da Covilhã foi uma figura marcante para os Descobrimentos e decisivo para a presença portuguesa no Mundo. Foi o primeiro explorador Europeu das Costas da Índia e África Oriental, contribuiu ativamente para a descoberta do caminho marítimo para a Índia, também mediou as relações entre a Europa e o Oriente e o relacionamento com o Reino Cristão do Oriente Africano; a Etiópia e o Preste João (Jesus, 2008, 2014).

Era natural da Covilhã e ainda muito jovem partiu para Castela onde serviu Medina Sidónia, mas foi em Sevilha que aprendeu a língua árabe (Jesus, 2008, 2014).

Por volta de 1475 foi admitido na Casa Real como escudeiro do rei D. Afonso V de Portugal. Nesta qualidade participa na Batalha de Toro, defendendo a pretensão do rei Português ao trono Castela (Jesus, 2008, 2014).

Em 1481 Pêro da Covilhã está a servir D. João II que aproveita as suas aptidões para o armamento e para a língua castelhana. D. João II acreditava numa ligação entre o mar Oceânico e o Índico com o objetivo de que as naus portuguesas conseguissem chegar às tão desejadas especiarias da Índia. Com esta finalidade, envia Bartolomeu Dias para descobrir uma passagem, via Costa Ocidental Africana, e simultaneamente encarrega Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva de recolherem informações sobre a Costa Oriental de África (Jesus, 2008, 2014).

Pêro da Covilhã, usando os seus conhecimentos de árabe, disfarça-se e integra uma caravana muçulmana com destino à Arábia. Desta forma percorre a Costa Ocidental da Índia, a Costa Africana entre Zena e Sofala (Jesus, 2008, 2014).

Regressando ao Cairo por volta de 1491 encontra emissários de D. João II a quem transmite toda a informação recolhida durante a sua viagem, passando a informação das rotas que estudou e de que os navios portugueses, fazendo esta rota, iriam passar por importantes cidades onde poderiam adquirir especiarias (Jesus, 2008, 2014).

Após a entrega da carta a D. João II contendo todas estas informações, Pêro da Covilhã

parte para Ormuz e daí prossegue a sua viagem passando por Meca e Medina (Jesus, 2008, 2014).

As informações que Pêro da Covilhã recolheu foram determinantes e imprescindíveis para que Vasco da Gama descobrisse o Caminho Marítimo para a Índia (Jesus, 2008, 2014).

Mestre José Vizinho

(Covilhã, 1450 – 1550)

José Vizinho foi um judeu nascido na Covilhã. Foi médico da corte de D. João II e de D. Manuel, e foi o responsável pelas inovações na navegação astronómica. Estudou em Salamanca onde foi aluno de Abraão Zacuto e desta forma adquiriu uma boa preparação científica, sendo escolhido por D. João II como cosmógrafo (Jesus, 2008, 2014).

Durante a expansão marítima portuguesa e com a aproximação ao Equador, o método de orientação dos navios através da estrela polar deixou de funcionar, pois era impossível orientar as naus em pleno Atlântico sem vista de terra e sem as referências estelares já conhecidas. Devido a esta dificuldade de orientação, D. João II mandou os seus cosmógrafos inventarem um método que fosse eficaz na determinação da latitude em qualquer ponto do mar sem haver a necessidade de contacto visual com terra (Jesus, 2008, 2014).

Para resolver este problema o cosmógrafo José Vizinho realizou uma experiência, em 1485, que revolucionou completamente a orientação marítima e permitiria a orientação de qualquer nau em qualquer ponto do hemisfério Norte ou Sul. José Vizinho foi responsável pela tradução para latim e castelhano da famosa tabela de navegação astronómica Almanach Perpetuum da autoria do astrólogo Abraão Zacuto, publicada originalmente em hebraico. Estas tabelas eram desenvolvidas pelos astrólogos para uso dos navegadores. As traduções de Vizinho foram de suma importância pelo facto de serem os únicos textos traduzidos (Jesus, 2008, 2014).

Juntando estes conhecimentos José Vizinho desenvolveu o primeiro astrolábio com a colaboração de Mestre Rodrigo e de Martin Behaim, adaptação que fez ao Astrolábio para as necessidades de navegação e conhecimento do uso do sol para determinar a latitude. Tudo isto foi determinante para o avanço da ciência náutica e consequente expansão marítima. O seu contributo foi fundamental para Cristóvão Colombo descobrir o Continente Americano, e foi também usado por Bartolomeu Dias. Foi graças ao Mestre

José Vizinho que a expansão marítima portuguesa chegou tão longe (Jesus, 2008, 2014).

Rui Faleiro

(Covilhã, século XV – Sevilha, 1523)

Foi cosmógrafo, portador de um vasto conhecimento Náutico que usou na preparação da primeira viagem de circum-navegação à volta da Terra, juntamente com Magalhães, o que lhe valeu a prisão em Portugal pois não era permitido transmitir conhecimentos a outros países (Jesus, 2008, 2014).

Sentindo-se desrespeitado, Rui Faleiro, juntamente com o seu irmão Francisco Faleiro e com Fernão de Magalhães, parte em 1517 para Castela pondo-se ao serviço do rei espanhol D. Carlos I e contribuindo para o desenvolvimento da ciência náutica espanhola que estava mais atrasada que a portuguesa. Graças a esta partilha de informação os avanços marítimos que Espanha fez foram com base nos conhecimentos que Portugal já tinha (Jesus, 2008, 2014).

A função de Faleiro era construir instrumentos e organizar as cartas geográficas que determinavam a longitude para a orientação da viagem. Enquanto Magalhães era responsável pela armação da frota, pelo recrutamento da tripulação e pela provisão de armas (Jesus, 2008, 2014).

Invocando a saúde como principal motivo, em 1519 Faleiro viu-se afastado. Porém mesmo estando afastado do planeamento da viagem Magalhães continuou a exigir a Faleiro a entrega dos estudos de longitude (Jesus, 2008, 2014).

Faleiro manteve-se em Castela onde participou em inúmeros pareceres como cosmógrafo, foi chamado a pronunciar-se sobre cartas geográficos e diversos estudos náuticos, assim como para a realização de instrumentos de navegação. Desconhece-se a data da sua morte mas terá morrido em Espanha. Graças aos seus estudos, conhecimentos náuticos e árduo trabalho, Rui Faleiro foi imprescindível para a primeira rota de circum-navegação marítima da Terra. Responsável pela primeira viagem à volta de Terra (Jesus, 2008, 2014).

Francisco Faleiro

(Covilhã, séc.XV)

Irmão de Rui Faleiro, Francisco foi também o cosmógrafo que mais contribuiu para o desenvolvimento dos estudos sobre a determinação da longitude em mar alto (Jesus, 2008, 2014).

No final do século XV, José vizinho já tinha desenvolvido a análise da latitude, no entanto era necessário aperfeiçoar os métodos para determinar a localização das naus em pleno mar. Para solucionar este problema, Francisco Faleiro publicou em 1535 o "Tratado del Esphera y del arte del marear", que foi o guia náutico mais inovador da época (Jesus, 2008, 2014).

Ajudou o irmão Rui Faleiro na organização científica para a viagem de "circum navegação marítima" à volta da Terra, no entanto, tal como o irmão, Francisco Faleiro, não acompanhou Magalhães na expedição. A data da sua morte é incerta. (Jesus, 2008, 2014).

Pedro da Covilhã

(Covilhã, séc. XV – Índia)

Natural da Covilhã entrou para o convento da Ordem da Santíssima Trindade em Lisboa no ano de 1468 onde permaneceu durante alguns anos. Quando soube da viagem de Vasco da Gama até à Índia, juntou-se à armada como capelão. Foi o primeiro português a celebrar uma missa naquele território. Morreu assassinado por inimigos da fé cristã. (Jesus, 2008, 2014).

Fernão Penteado

(Covilhã, séc. XVI)

Fernão Penteado distingue-se no primeiro cerco feito a Diu que começou a 6 de Junho de 1538. Os seus feitos heroicos foram registados por Lopo de Sousa Coutinho na obra

“História do Cerco de Diu”. (Jesus, 2008, 2014).

> "... entre estes vinha ferido na cabeça, de uma grande ferida, um Fernão Penteado, homem mancebo e esforçado, natural da Covilhã... Não esperando ser curado, disse ao cirurgião que curasse outro, e correndo como poude, se foi a combate ... e houve prestes outra ferida, isso mesmo na cabeça, assaz má ... E deixando o que cumpria à sua saúde e vida, veio de novo juntar-se de um pique, dando sinal mui claro a todos de seu alento e valentia." Lopo de Sousa Coutinho in História do Cerco de Diu (as cited in Jesus, 2008)

Fernando de Castro

(Covilhã – Ceuta, 1440)

Foi importante na conquista da de Ceuta. Pertenceu à Casa do Rei D. João I, “De regresso à pátria é enviado como Embaixador de Portugal ao concílio de Constança (1416) e Castela (1423).” (Jesus, 2014).

Foi nomeado Governador da Casa D. Infante por D. Henrique que o nomeou “alcaidaria-mor” da Covilhã.

Comandou a expedição à Grã-Canária (1424), também participou ainda na expedição a Tânger (1437) acabando por ser enviado a Ceuta para negociar o resgate do Infante D. Fernando, no entanto fracassou nessa missão e acabou morto por piratas em 1440 (Jesus, 2008, 2014).

Francisco Álvares

(Covilhã, 1539 – 1564)

Francisco Álvares foi um dos homens que ficaram conhecidos como os «quarenta Mártires do Brasil» e que foram todos beatificados em 1854 pelo Papa Pio IX.

Viveu durante o século XVI e foi missionário. Embarcou a 5 de Junho de 1570 para o Brasil mas a 15 de Julho a nau onde seguia foi assaltada por Piratas e os missionários

foram mortos e atirados à água. Álvares foi lançado ao mar ainda vivo (Jesus, 2008, 2014).

André Aranha

(Covilhã séc. XVI– 1597)

Pertenceu à Ordem de Cristo e em 1583 foi procurador da Covilhã nas cortes de Lisboa. Também lutou nas guerras do Norte de África onde foi cavaleiro. Morreu em 1597 (Jesus, 2008, 2014).

António de Sousa

(Covilhã, 1589 – Japão, 1633)

Padre António de Sousa foi um padre jesuíta covilhanense, nascido em 1589. Com quinze anos entrou para o Colégio Jesuíta em Coimbra, e com vinte anos partiu para o Oriente para fazer parte de uma expedição (Jesus, 2008, 2014).

Estudou em Macau onde permaneceu até partir para o Japão em 1616. Aqui suspeitaram que era jesuíta e por este motivo foi desterrado. Em 1628 voltou ao Japão disfarçado de mercador para confortar os cristãos e espalhar a fé cristã. Mas em 1633 foi reconhecido, preso, submetido a inúmeras torturas e executado a 26 de Outubro de 1633 (Jesus, 2008, 2014).

Simão Pinheiro Morão

(Covilhã, 1618 – Pernambuco, 1686)

De origem judaica, Simão Pinheiro Morão nasceu na Covilhã, sendo batizado na igreja de São Silvestre a 4 de Março de 1618. Foi médico na Covilhã entre 1649 e 1651, passando depois por Lisboa e por Almada. Perseguido pela inquisição fugiu para o Brasil em 1668.

Chegou a publicar artigos sob o nome de "Romão Mosia Reinhhipo", dos quais se destaca o "Tratado das Bexigas e Sarampo" impresso em Lisboa em 1683. Morreu em Pernambuco

onde exerceu medicina até à sua morte em 1686 (Marques & Salvado, 1998).

1.3 – Covilhã Industrial

As cidades crescem em camadas e novos edifícios dão resposta às necessidades que vão aparecendo. Aproveita-se o passado para dar essas respostas. Como exemplo, a muralha da Covilhã foi aproveitada para a construção das fábricas, seguindo assim para o próximo capítulo da cidade…

Com o propósito de restaurar e povoar a Covilhã, foi atribuído em 1186 o primeiro floral à cidade e criados rebanhos que davam alimento, leite e lã. Assim a história da cidade esteve desde sempre ligada às ovelhas e à lã. Bem como ao seu povo, pessoas trabalhadoras, agricultores e camponeses que procuravam uma oportunidade, um lar, e que com a força do seu trabalho construíram a Covilhã (Pinheiro, 2016).

A localização da cidade favoreceu a fixação de indústria têxtil, devido à geografia e aos percursos de água. Foi esta mesma geografia que permitiu dar guarida a judeus que fugiam de perseguições, principalmente no século XVII e na primeira metade do século XVIII, encontrando na Covilhã um local isolado e seguro. Foram estes cristão-novos os fundadores das principais fábricas, como é o caso dos Pereira da Silva, os Pessoa de Amorim, os Mendes Veiga e os Nunes de Sousa. Todas famílias importantes, cristãos-novos que se destacaram na área da produção têxtil durante mais de um século, "tendo os seus edifícios marcado até à atualidade a paisagem industrial da cidade." (Pinheiro, 2016, p.1)

Desde a idade média a Covilhã tem uma forte ligação com os lanifícios. Era de uma forma caseira que se trabalhava nas diferentes fases da transformação da lã em pano. Por norma os teares encontravam-se no piso inferior das casas particulares e toda a família estava envolvida na confeção (Pereira,.2005 e Pinheiro, 2016).

Esta produção caseira altera-se a partir dos séculos XIV, XV e XVI, quando passou a ser necessário dar resposta a uma maior procura pela produção de têxteis. Assim passou a haver oficinas especializadas: tendas que afinavam o pelo, tinturarias onde se tingiam os panos e os pisões onde eram cortados. Este é o início da industrialização da produção de panos que já começava a ser explorada por negociantes. Muitos empresários cristãos-

novos investem na especialização destas oficinas (Pinheiro, 2016).

Já Gil Vicente, ao falar da Covilhã, referia os muitos panos finos que lá se faziam.

Praticamente todos os habitantes da Covilhã estavam ligados ao trabalho da lã e por este motivo havia uma forte especialização técnica no fabrico de panos. Foi este o principal motivo que levou o Estado a investir na manufatura da Covilhã (Pinheiro, 2016).

A primeira grande fábrica de têxteis de que há registo na Covilhã é a Fábrica de Sarjas e Baetas que foi mandada erguer em 1677 por D. Luís de Meneses, 3.º Conde da Ericeira. Esta fábrica resultou da concessão de um contrato feito pelo Estado e do apoio de vários particulares, cristãos-novos, sendo a primeira manufatura de Estado. Localizava-se junto à ribeira da Carpinteira (Pereira,.2005).

Esta parceria entre Estado e particulares foi replicada pelo Conde da Ericeira e, posteriormente por D. Pedro II, nas vilas da Beira Interior como em Manteigas e no Fundão por um escasso período de tempo (Pinheiro, 2016).

Nos finais do século XVII, o Conde da Ericeira criou várias fábricas por todo o país, mas foi na Covilhã que fez o maior investimento com a manufatura da Fábrica de Sarjas e Baetas, posteriormente conhecida como Fábrica Velha (Pinheiro, 2016).

Localizada na Ribeira da Carpinteira este edifício concentrava todas a fazes de manufatura que até então estavam dispersas, assim todos os processos produtivos eram feitos no mesmo edifício. Quem estava à frente desta fábrica eram judeus, o que não agradou à população que encarou a fábrica como um concorrente aos seus interesses, mas a fábrica manteve-se (Pereira,.2005 e Pinheiro, 2016).

O Tratado de Methuen, também conhecido como “Tratado de Panos e Vinhos”, acordou a troca de vinhos Portugueses por tecidos Ingleses. Este acordo entrou em vigor entre 1703 e 1836. O tratado é referenciado como um dos principais motivos da decadência da indústria portuguesa, colapsando a economia de Portugal e impulsionando a inglesa.

Devido às técnicas mais avançadas da produção têxtil inglesa os tecidos eram mais baratos e Portugal não tinha condições para competir. Para além disso a exportação de vinho não bastou para equilibrar a balança comercial, apesar ter sido benéfica a longo prazo pois ainda hoje Portugal é reconhecido pelos seus vinhos. À época a produção de vinho fez a população passar fome e não compensou a procura por panos no país lusitano, fazendo com que Portugal ficasse com dividendos com Inglaterra e atravessasse uma grande e grave crise económica (Santiago, 2013).

Uma das principiais consequências que o Tratado de Methuen veio agravar, foi o abandono das políticas que impulsionavam a indústria promovidas pelo Conde da Ericeira. Assim Portugal entrou numa grave crise que se arrastou pelo século XVIII (Santiago, 2013).

O crescimento económico ou a sua decadência estão diretamente ligados à planta da cidade e aos seus edifícios. Isto observa-se bastante bem em qualquer cidade, mas em especial na cidade da Covilhã onde, quando o crescimento económico prosperava se ergueram grandes fábricas, fizeram-se bairros operários, casas senhoriais... Mas quando a Covilhã entrou em crise esses mesmos edifícios, que outrora se destacavam na paisagem da cidade, começaram a entrar em declínio e de ano para ano foram perdendo a grandiosidade de outros tempos (Pereira,.2005 e Pinheiro, 2016).

Por volta de 1764, com as novas políticas para o desenvolvimento da indústria promovidas pelo Marquês de Pombal, a Covilhã foi escolhida para nela ser feito um grande investimento e criar a Real Fábrica de Panos. Na construção desta fábrica foram usadas as pedras da muralha que estava a atravancar as ruas desde o seu desabamento que aconteceu com o terramoto de 1755 (Pinheiro, 2016).

A Real Fábrica de Panos teve um grande desenvolvimento, sobretudo nos finais do século XVIII e até às invasões francesas, sendo a responsável pelo fardamento do exército português (Pinheiro, 2016).

Mais tarde, com a Revolução Liberal (1820), o contrato da fábrica é adjudicado a dois empresários covilhanenses cristãos-novos, António Pessoa de Amorim e Manuel Pessoa de Amorim, que impulsionaram a fábrica ao longo de um período significativo (Pinheiro, 2016).

> "Pretendeu-se transformá-la numa escola de aprendizagem, para servir de modelo aos fabricantes locais, certificar-lhes a qualidade da produção e apoiá-los, sobretudo, na realização das operações de tinturaria e acabamento dos tecidos, que exigiam equipamentos e conhecimentos técnicos mais especializados. O sistema de produção manufatureiro era misto, caracterizando-se pela concentração das operações de ultimação e tingimento no novo edifício e pela coordenação, em regime de produção dispersa, das operações de preparação e tecelagem. Um conjunto de dinâmicos negociantes, maioritariamente cristãos-novos, começou a instalar as primeiras manufaturas à sombra da Real Fábrica. Anunciando o aparecimento das primeiras fábricas verticais, as primitivas oficinas de tinturaria e

acabamentos foram assim sendo complementadas com novas secções destinadas à concentração da fiação e da cardação.” (Pinheiro, 2016, p.2).

1.3.1 - Arquitetura do Ferro e do Vidro

Na segunda metade do século XIX a arquitetura ensinada nas escolas de Belas-Artes e aceite pela comunidade evoluíra segundo a estética romântica, assente nos estilos históricos ou revivalistas e em ecletismos. Isto mantém-se até finais do século. A arquitetura da época preocupava-se essencialmente com as questões formais e estéticas da edificação. Os materiais escolhidos eram sempre nobres e as formas equilibradas e harmónicas, tentando esconder o mais possível a estrutura e a tecnicidade da construção.

A resistência dos arquitetos em explorar as potencialidades estéticas dos modernos materiais e dos novos sistemas construtivos, fez com que perdessem a oportunidade de se modernizarem e de inovarem (Pinto et al., 2006).

O século XIX foi marcado pela explosão demográfica e pelo crescimento das cidades devido à industrialização. Com esta expansão rápida as cidades degradaram-se e o espaço habitacional passou a ser insuficiente, obrigando a uma construção mais económica e adaptada às novas condições de vida da época. A construção em altura a par com a expansão da indústria criando novas infraestruturas com a construção de fábricas, armazéns, estufas, alfandegas, mercados, pontes e pavilhões temporários para exposições, levou à inovação nos materiais e sistemas construtivos (Pinto et al., 2006).

Os arquitetos, presos às regras de uma estética ultrapassada, não conseguiram dar resposta às novas necessidades sendo a mudança liderada pelos engenheiros, profissionais novos, saídos do ensino moderno das Escolas Politécnicas e portadores de uma maior preparação cientifico-técnica, sem estarem agarrados a “preconceitos” ou estilos.

O aparecimento de novos materiais de mais baixo custo por serem produzidos de forma industrial, como o tijolo cozido, o aço, o cimento armado, o betão, o ferro e o vidro contribuíram para dar uma visão mais pragmática, racionalista e funcionalista às construções (Pinto et al., 2006).

O ferro é usado nas construções utilitárias desde os finais do século XVIII. Era produzido industrialmente e por esse motivo era mais económico. Essencialmente eram barras

lineares de secção em I que se podiam associar umas com as outras através de cantoneiras metálicas originando estruturas construtivas resistentes, fáceis de montar e adaptáveis na sua dimensão e formas (Pinto et al., 2006).

Inicialmente, o formato em barras limitou a utilização do ferro à construção de pontes. “A primeira ponte toda em ferro foi a de Coalbrookdale, construída em Inglaterra, entre 1777-79, projetada e montada pelo engenheiro Abraham Darby, e cujo arco tinha cerca de 30 metros de abertura.” (Pinto et al., 2006, p.778)

A resistência que este material demonstrou na construção de pontes fez com que se começasse a ponderar a utilização do ferro para a construção de estruturas de grandes cúpulas e outras coberturas mais elaboradas (Pinto et al., 2006).

> “Em 1780, o "grande salão" do Louvre recebeu uma cúpula com estrutura interna em ferro; em 1787, sucedeu o mesmo com o Teatro Francês; em 1806, foi a vez da cúpula do Mercado do Trigo, de Joseph Bélanger, em Paris; em 1842, ergueu-se a do Museu Britânico, em Londres.” (Pinto et al., 2006, p.778)

O francês, Polonceau, inventou a viga mestra em ferro e isto fez com que, após 1830, fosse generalizado o uso do ferro com o objetivo de aligeirar os suportes das construções, tornando-os mais finos e mais afastados, reforçando alicerces, vigas e paredes mestras, possibilitando a construção em altura. O facto de o ferro ser resistente ao fogo foi visto como outra vantagem no uso deste material. “A primeira estrutura de ferro para um edifício em altura foi aplicada por Charles Bage, logo em 1796, na construção de uma fábrica em Shrewsbury, dedicada aos têxteis de linho.” (Pinto et al., 2006, p.780)

Apesar da sua inegável funcionalidade e versatilidade que permitiu a inovação de estruturas, as potencialidades estéticas do ferro demoraram a ser aceites, isto fez com que muitas construções tivessem as vigas metálicas escondidas com invólucros de pedra, mármore ou tijolo. Quando o ferro ficava à vista era disfarçado com formas rendilhadas ou floreados decorativos muito em voga na época. “Assim aconteceu com as Salas de leitura de duas bibliotecas de Paris, construídas exteriormente em alvenaria: a de Santa Genoveva (1843-50) e a Biblioteca Nacional (1857-67), ambas do arquiteto Henri Labrouste (1801-75).” (Pinto et al., 2006, p.780)

A construção da autoria de Joseph Paxton do pavilhão “Palácio de Cristal” em Londres em 1851 que acolheu a “1.º Exposição Mundial”, foi o primeiro passo para a aceitação destes

materiais e dos seus sistemas construtivos. Devido ao carácter temporário do evento Paxton construiu um pavilhão inspirado nas estufas. Usando módulos prefabricados e estandardizados de ferro e vidro montados no local da construção, o que possibilitou a construção de um pavilhão 563 metros de comprimento, 124 de largura e 30 de altura, em apenas seis meses, e extremamente económico, tanto a nível de mão-de-obra como do custo dos materiais. A isto juntou-se o facto de os materiais poderem ser totalmente recuperados e reutilizados em outras ocasiões. Contudo o "Palácio de Cristal" de Paxton não foi só um sucesso construtivo, foi também um enorme sucesso estético (Pinto et al., 2006).

O sucesso do "Palácio de Cristal" fez com que o ferro começasse a ser considerado como modo de construção também a nível estético (Pinto et al., 2006).

> "Nas Exposições Universais de Paris, outras realizações obtiveram igual êxito: a Galeria das Máquinas, da Exposição de 1867, obra do engenheiro Gustave Eiffel (1832-1923), e a sua congénere da Exposição de 1889, do arquiteto Charles Dutert e do engenheiro Victor Contamin, planeada com base no arco triarticulado que permitia uma nova e eficaz distribuição de forças e a Torre da exposição de 1889, também de autoria de Gustave Eiffel, construída sem objetivo funcional, como um mero exercício demonstrativo das capacidades técnicas da nova engenharia. O seu sucesso foi tal que, em vez de ser desmontada no final da exposição, como se previa, ainda hoje se ergue sobre Paris, que a transformou no seu símbolo universal." (Pinto et al., 2006, p.782).

Já com a garantia da popularidade destas construções, na segunda metade do século XIX, apareceram muitos outros edifícios em ferro e vidro, como mercados municipais, fábricas, jardins de Inverno, mansões particulares e vilas operárias (Pinto et al., 2006).

Na arquitetura as construções em ferro e vidro seguiram duas tendências: "a primeira correspondeu à necessidade de modernizar os sistemas e processos construtivos, aproveitando os recursos da industrialização e o avanço da engenharia." (Pinto et al., 2006, p.782). Esta modernização aconteceu com a aceitação do esqueleto construtivo em ferro que aos poucos foi libertando as paredes, especialmente as fachadas da sua função estrutural (Pinto et al., 2006).

> “A outra foi a que promoveu o desenvolvimento de novos gostos e outros conceitos estéticos, prenúncios dos tempos que se avizinhavam.
>
> Com efeito, impondo-se como material de edificação, o ferro substituiu a ideia do volume plástico fechado, ligado à construção em pedra, pela da linearidade dinâmica e estrutural das suas longas e finas barras que, aliadas ao vidro, pareciam, numa perspectiva impressionista, desmaterializar os volumes arquitetónicos, interpenetrando-os de luz e ar. Era uma nova estética que surgia, assente na singularidade dos elementos estruturais e não nos artifícios decorativos.
>
> Reconhecendo a modernidade avant la lettre desta arquitetura, Le Corbusier, célebre arquitecto francês do século XX, afirmou um dia que "os grandes arquitectos do século XIX haviam sido os engenheiros" (Pinto et al., 2006, p.784)

Estes processos e materiais mostraram-se mais funcionais e resistentes, possibilitaram a construção em altura e o desenvolvimento de novas tipologias e, simultaneamente, embarateceram e tornaram mais rápidas as construções, algo que foi muito utilizado na arquitetura industrial. (Pinto et al., 2006).

Arquitetura Industrial

A Revolução Industrial trouxe consigo um novo “estilo arquitetónico”, que tinha como principal objetivo responder às novas necessidades que a produção, a industrialização e a mecanização do trabalho introduziram nas sociedades em todo o mundo. É uma arquitetura utilitária, que ao longo dos anos foi sofrendo diversas transformações e contribuiu fortemente para a arquitetura atual e para a construção civil. Por ser essencialmente utilitária deu uma nova perspetiva sobre a função da arquitetura, tornando-a mais funcional (vini, 2019).

Até 1800 a arquitetura era bastante ornamentada e voltada para fins de uso eclesiástico, militar e público. Com a Revolução Industrial, a arquitetura teve que se adaptar à modernização, começando a receber influências dos aspetos tecnológicos, estruturais e tornando-os estéticos.

A arquitetura industrial do século XIX era uma arquitetura marcada pela evolução da ciência e da tecnologia da época. Estes aspetos refletiam-se na utilização do tijolo ou da pedra, com telhados de madeira e paredes internas de gesso, e com formas simples e

regulares. Já nos anos setenta do século XX a arquitetura industrial apostava em sistemas construtivos simples, capazes de serem montados com rapidez, assim a estética dava lugar à funcionalidade. “a forma segue a função” como dizia o arquiteto Louis Sullivan (1856-1924) (Pereira,.2005 e vini, 2019).

Atualmente pode observar-se a influência que a arquitetura industrial teve no crescimento das cidades. Deixou de ser meramente funcional e passou a dar-se valor ao seu design adaptando-o para as atuais construções urbanas, como é o caso dos lofts, dos espaços comerciais e de algumas casas modernas. É uma arquitetura que surgiu da necessidade (Pereira,.2005).

Com as novas produções foi necessário dar resposta aos novos desafios que a economia trouxe e solucionar impasses de ordem técnica. Assim, o crescimento das cidades está ligado à economia e a arquitetura é reflexo disso. Estes novos desafios obrigaram os arquitetos a pensar em novos sistemas construtivos.

Desde o século XIX, os avanços das técnicas de construção envolviam também a aplicação dos materiais. Deste modo a pré-fabricação dos elementos construtivos e os seus esquemas de montagem permitiam que partes dos edifícios passassem a ser produzidas fora do estaleiro de obras apenas era necessário montá-las na obra, isto permitiu baixar o custo da construção. Tudo isto se deve à arquitetura industrial (Pereira,.2005 e vini, 2019).

A grave crise que Portugal atravessava no período da primeira República refletiu-se na queda da indústria, na fome vivida pela população, no empobrecimento, na falta de condições de vida e de habitação. Tudo isto degradou o país e a Covilhã não escapou a este declive. Este descontentamento culmina na queda da monarquia em 1910 e no aparecimento do que viria a ser designado como Estado Novo, que trouxe consigo um estilo próprio de arquitetura. É este “estilo” que irá definir as cidades portuguesas durante essa época e daí em diante, mudando a tipologia das cidades, por vezes por necessidade, outras descaracterizando os centros históricos.

Durante o Estado Novo, o conceito de planeamento urbano, a necessidade de habitação através da criação de bairros sociais e de prédios, assim como o uso de símbolos do poder estatal com uma arquitetura bastante característica de um regime ditatorial, vêm redefinir as cidades portuguesas. Ao passear pelas ruas da Covilhã é possível identificar facilmente os edifícios da época Estado Novo (Pinto et al., 2006).

Este vasto Património Industrial começou a despertar interesse em todo o Mundo o que levou a criação de organizações e medidas com a finalidade de proteger o Património

Industrial.

Património Industrial

Na Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial de 2003, considera-se Património Industrial todos os vestígios com valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico ou científico relacionado com a indústria. Este património pode ser edifícios, fábricas, máquinas, locais de processamento e de refinação, minas, armazéns, em suma todas as estruturas e infraestruturas relacionadas com a produção fabril ou que resultam desta atividade como por exemplo habitações, escolas, Bairros Operários, infraestruturas construídas devido a indústria (Castro, 1971).

A preocupação com o Património Industrial começou a aparecer na década de 70 do século XX com vários países Europeus e o EUA a interessarem-se pelo vasto património deixado pela Revolução Industrial. Este património é vasto, característico da época, muito inovador em termos da engenharia e está presente em muitas cidades Europeias e Americanas, mas com o tempo começou a ser desprezado e abandonado. Por isso criaram-se organizações para preservar este património com a finalidade de, não só o preservar, como também de o estudar e claro reabilitar (Mendes 2006).

Após a Segunda Guerra Mundial surge em Inglaterra a primeira catalogação do Património Industrial. Devido à destruição era necessário preservar documentação relativa à época industrial, assim começaram a aparecer as primeiras cartas e convenções internacionais que foram o primeiro passo para a classificação do património cultural, destacando-se Cartas e Convenções Internacionais sobre Património. Os principais documentos que estabeleceram as diretrizes para a gestão do património Mundial foram:

- Carta de Atenas (1931): foi definidora de orientações urbanísticas e arquitetónicas para a cidade e serviu como inspiração à arquitetura contemporânea. Nela eram destacadas as quatro principais funções de uma cidade: habitação, trabalho, circulação e socialização. Quanto ao património era defendida a ideia da qualidade artística.

- Carta de Veneza (1964): foi um documento pioneiro na definição do monumento histórico e da conservação do património.

- Carta Europeia do Património Arquitetónico (1975): estipula elementos fundamenteis de conservação de testemunhos da História e da sua evolução.

- Carta de Washington (1987): documento que pretende promover políticas de

desenvolvimento económico, social e de planeamento urbano e regional com a finalidade de preservar o carater histórico e cultural do local, tendo os habitantes como parte ativa da intervenção urbana.

Mais atualmente e a nível internacional na preservação do Património Industrial destaca-se a TICCIH, também a UNESCO e o Conselho da Europa também mostraram preocupação com este tema (ICOMOS 1964).

Em 2003 em Nizhny Tagil, na Rússia, a "The Internacional Committee for the Conservation of the Industrial Heritage" (TICCIH) promoveu uma Assembleia Geral com a finalidade de debater a preservação do Património Industrial e deste encontro foi redigida a Carta do Património Industrial (Castro, 1971 e Mendes, 2006).

Por ser um património tão vasto, mas pouco valorizado, desperta muito interesse, mas obstáculos opõem-se à sua valorização. Muito deste património pertence a privados o que dificulta a reabilitação dos edifícios (Castro, 1971).

O Património Industrial tem uma grande potencialidade de reabilitação com várias finalidades. Na Covilhã este património está em grande parte deixado ao abandono e desvalorizado. Existem alguns exemplos de excelentes trabalhos de reabilitação de fábricas, muitos a cargo da UBI, mas também pela Câmara ou por privados que deram uma nova oportunidade a estes edifícios e assim valorizaram a cidade e a sua história. Para o Futuro fica a sugestão de reabilitar o Património Industrial com a finalidade de habitação, comércio e turismo, também no âmbito do turismo a cidade deveria explorar mais a vertente da indústria através de percursos interativos pelas fábricas ficando a conhecer mais sobre este património (Portas, Domingues & Cabral, 2003).

1.3.2 - Fábricas da Covilhã

Falar de fábricas na Covilhã é uma tarefa árdua, porque por maior esforço que haja a lista nunca está completa e há sempre o risco de esquecer uma ou outra de igual importância. De facto, chegaram a existir na Covilhã mais de duzentas empresas, o que torna a tarefa de as enumerar algo difícil. Contudo, tendo em conta que o desenvolvimento da indústria se deveu às duas ribeiras, a Ribeira da Carpinteira a Norte e a Ribeira da Goldra localizada a

Sul, destacam-se nesta lista as principais e mais importantes fábricas (Figura 53 e Anexo 2) situadas junto à margem destas duas ribeiras (Pereira,.2005 e E.M.V. Ribeiro, 2020).

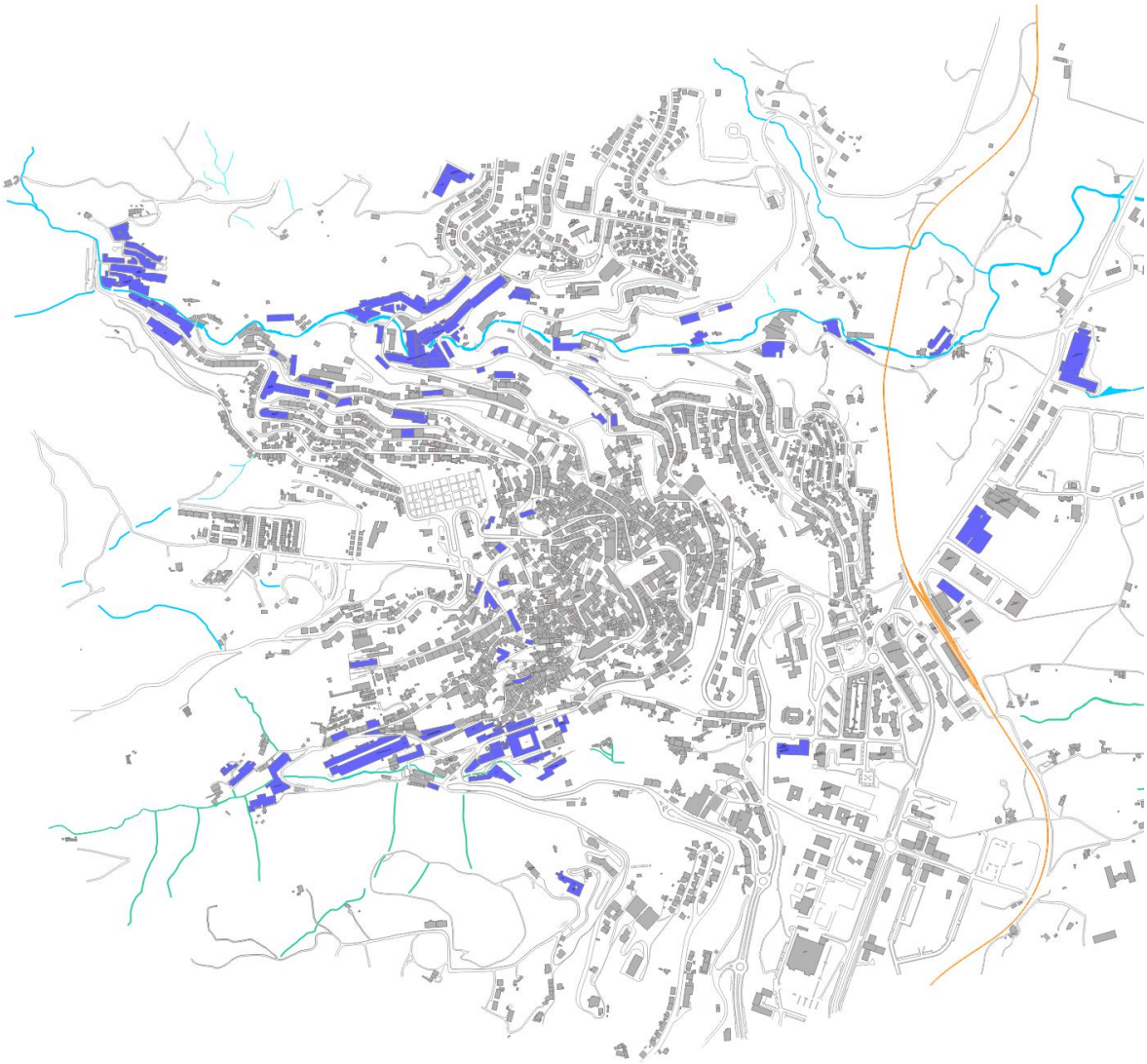


Figura 52 – Representação da planta do Anexo 2 com a sinalização da localização das Fábricas referidas, Autor: Vera Almeida

Mas não foi apenas junto das ribeiras que se localizaram as fábricas. Quando a água não era essencial para a execução do processo de transformação da lã, os edifícios fabris instalavam-se no interior da antiga cerca da cidade. Para além disso muitas vezes, o crescimento das fábricas passava pela instalação de novas unidades de produção na cidade, que podiam ser "pequenas instalações de fabrico ou armazéns, desde que o recurso à energia hídrica não fosse necessária ou se recorresse a uma outra forma de energia,

como o vapor" (E.M.V. Ribeiro, 2020).

> "As fábricas instaladas no casco histórico da cidade são, invariavelmente, construções do século XIX, hoje muito transformadas, embora respeitando a sua volumetria e traça original. A própria toponímia nos indica a antiguidade da indústria na cidade medieval. Assim, existe a travessa do Tinte onde existe o denominado "Tinte Velho", algo que deve ter funcionado pelo menos, desde o século XVIII." (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Assim na cidade da Covilhã, um pouco como em todas as cidades, é possível ver o passado em interação com o presente e ir idealizando o futuro. É muito curioso como todos os dias é possível passar por um edifício sem saber que em tempos já foi uma fábrica, um armazém, ou algo ligado à indústria, e que atualmente tem uma função completamente diferente (Pereira,.2005 e E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de Sarjas e Baetas (Fábrica Velha)

Localização: Estrada da Fábrica Velha (Anexo 2, ref. 1)
Promotor: D. Luís de Meneses (3.º Conde da Ericeira)
Data: 1677

Foi a primeira grande fábrica implementada na Covilhã, fundada 1677, sob a responsabilidade de D. Luís de Meneses, mais conhecido como 3.º Conde da Ericeira (ou simplesmente Conde da Ericeira). Tendo sido a primeira fábrica de lanifícios de Portugal (Figuras 53), e a primeira manufatura da Europa (Ramos Silva, 2014).

Numa época em que a economia da Grã-Bretanha se destacava cada vez mais sufocando a economia Portuguesa, o Conde da Ericeira decide implementar políticas económicas que promoviam a renovação e o desenvolvimento de indústrias consideradas essenciais. Para tal, escolheu as terras onde essas indústrias já tinham alguma expressão e investiu em novas fábricas e em processos de fabrico industrializados. Foi o caso da Covilhã. Aqui construiu a primeira fábrica, a Fábrica de Sarjas e Baetas (Figuras 54 e 55, Anexo 2: ref. 1) situada junto à margem da Ribeira da Carpinteira, local escolhido por a água ser essencial à produção.

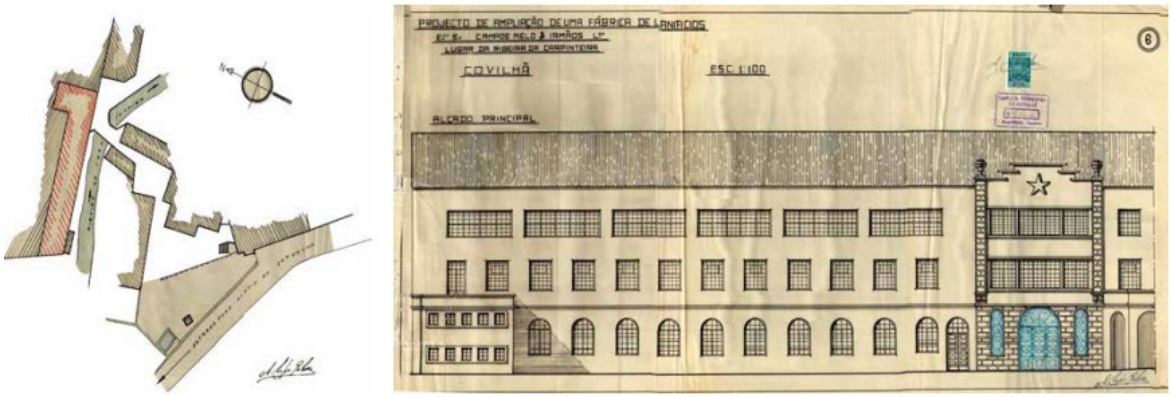


Figura 53 - Planta e fachada principal da "Fábrica Velha". Fonte: Câmara Municipal da Covilhã [C.M.C], Madaleno, & Ferreira, 2015.

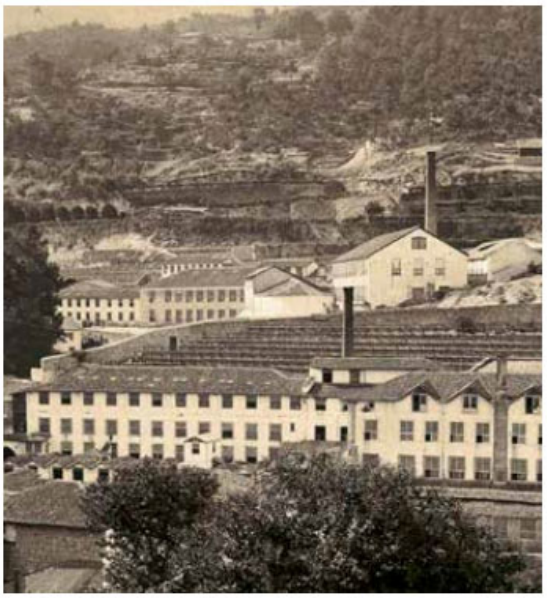


Figura 54 - Antiga imagem da fábrica. Fonte: C.M.C, Madaleno, & Ferreira, 2015.



Figura 55 - Fábrica de Sarjas e Baetas (Fábrica Velha), atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

A Fábrica de Sarjas e Baetas era um edifício monumental, construído por módulos e que reunia todos os ofícios necessários à confeção de tecidos num só local (Carvalho Dias, M. N. P., & Carvalho Dias, M. C. J. M., 2020)

Depois da sua construção foram várias as empresas que operaram no edifício. Posteriormente vieram a funcionar no edifício a Melo Geraldes & Companhia, também a Campos Melo & Irmão. Mas apesar de terem funcionado várias empresas ao longo do tempo na fábrica, o nome que sempre predominou e pelo qual foi conhecida foi "Fábrica Velha", por ser a mais antiga fábrica conhecida da Covilhã (Ramos Silva, 2014).

A fábrica conseguiu recuperar das várias crises e no final de 1680 era uma das mais prósperas da região, contado com mais de quatrocentos e quinze trabalhadores. É nesta ascensão que se mantém até 1690 quando começou a entrar em decadência devido à importação de tecidos vindos de Inglaterra, vindo a encerrar definitivamente em 1703 (Ramos Silva, 2014).

Em 1718, depois de muitos anos fechada, voltou a haver um "contrato de aforamento", em que a administração ficou a cargo de António Fróis Nunes, neto do antigo administrador Jorge Fróis Nunes (Ramos Silva, 2014).

> "Depois de 1764 as Fábricas Reais eram directamente administradas pela Junta das Fábricas que era um organismo que funcionava de forma dependente da Junta do Comércio. Mais de uma década depois, D. Maria I anuncia que só as fábricas que tivessem meios próprios deviam continuar o seu funcionamento. Só nesta altura começa a vingar no país o Liberalismo económico, a nova orientação político-económica europeia." (Ramos Silva, 2014, p.46).

Superada esta primeira crise, a Fábrica de Sarjas e Baetas prosperou por muitos anos, chegando a ser a mais importante fábrica de panos do país. Passou por várias administrações como a de Simão de Carvalho que, no início do século XIX, acabou por vender a António J. Raposo, já os seus herdeiros venderam a fábrica à empresa Campos Melo & Irmão (Ramos Silva, 2014).

É de destacar a importância que os irmãos Campos de Melo tiveram para a indústria e para a Covilhã (E.M.V. Ribeiro, 2020).

A Fábrica de Campos de Melo & Irmãos funcionou no edifício da "Fábrica Velha" sendo criada em 1835 pelos irmãos José Maria da Silva Campos de Melo (1808-1866) e Francisco Joaquim da Silva Campos de Melo (1824-1876), que já tinham a Fábrica Gregório Nunes, Geraldes & Sócios, situada perto da "Fábrica Velha", que à data pertencia a um particular e estava parcialmente devoluta (Pereira,.2005 e E.M.V. Ribeiro, 2020).

Por volta de 1851, a fábrica sofre um incêndio e grande parte da estrutura original foi comprometida, o que levou a obras que lhe renovaram o aspeto (E.M.V. Ribeiro, 2020).

> "Alguns edifícios que se encontravam nas margens da Ribeira da Carpinteira sofreram um grande incêndio que levou à reedificação de algumas instalações e à

> construção de outras novas. A reedificação e a construção foram realizadas por ação do comendador Campos Melo e daí surgiu a firma Melo Geraldes & Companhia. Catorze anos depois, em 1865, a firma é renomeada para Melo & Geraldes e é responsável pela grande revolução na produção ao comprar o primeiro motor hidráulico." (Ramos Silva, 2014, pp.46-47).

> "Em 1864, encontravam-se já criadas as firmas "Mello Geraldes & Cª.", com uma fábrica completa, na Ribeira da Carpinteira, e onde laboravam 244 trabalhadores e a "Campos Mello & Irmão", especializada em acabamentos, com 57 trabalhadores. Esta última, em 1889, foi distinguida com a medalha de prata, na Exposição Internacional de Paris. Difundiram a empresa, a nível nacional, tendo criado casas filiais e depósitos em várias cidades, nomeadamente em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Santarém, dinamizadas pelos irmãos Campos Mello, enquanto a direcção fabril se encontrava a cargo de Gregório Nunes Geraldes." (Jesus, 2008).

A "Fábrica Velha" desempenhou sempre um importante papel na formação das várias gerações de operários que ali trabalharam, algo que lhe valeu o nome de "fábrica-escola". Foi D. Luís de Meneses que iniciou esta tradição de ensino do trabalho da tecelagem quando a fábrica contratou os melhores técnicos da indústria dos lanifícios que vinham da Bélgica, França e Itália para ensinarem os habitantes da cidade (Ramos Silva, 2014).

Aquando da inauguração do caminho-de-ferro na Covilhã, em 1891, a "Fábrica Velha" foi uma das quatro fábricas visitadas pela comitiva real. E a partir de 1892 passou a produzir os fardamentos do exército português (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Em 1908 a sociedade familiar passa a ser uma sociedade por quotas, passando assim a ter a designação de Sociedade Campos Melo & Irmão Lda. composta pelos irmãos José Maria da Silva Campos Melo, Francisco Joaquim da Silva Campos Melo, José Maria Veiga da Silva Campos Melo e Nunes Geraldes passando a sede da administração da empresa para Lisboa (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Em 1920 e em 1926 deflagram novamente dois incêndios de grandes dimensões que destruíram a cardação, a fiação e a tecelagem. Seguem-se anos de decadência da empresa e nem o período de guerra que foi proveitoso para muitas outras fábricas conseguiu salvar a sociedade, pois tinha avultadas dívidas (E.M.V. Ribeiro, 2020).

> “Assim, as cotas da família Campos Melo foram adquiridas pelo industrial de Seia, Joaquim Fernandes Ferreira Simões e, embora se vivessem os complicados anos do “condicionamento industrial, a empresa foi progredindo sendo, em 1935, completamente remodelada, sofrendo ampliações em 1946 e 1957” (E.M.V. Ribeiro, 2020)

> “Em 1935, no decurso de uma grave crise que atravessou, foi sócia fundadora da “Nova Penteação e Fiação da Covilhã Lda.”, tendo, para realizar a sua quota, transferido para a nova sociedade os direitos sobre vários prédios rústicos e urbanos e uma mina, bem como a cedência de autorização para a instalação e exercício da indústria de penteação, fiação de lãs e fabrico de lanifícios, que lhes fora concedida por despacho ministerial de 1933. Este alvará e os terrenos vieram a ser adquiridos, em 1938, por aquela empresa à firma “Campos Mello & Irmão”.
>
> “Na década de 40 do séc. XX, um último esforço de modernização transformou-a numa empresa modelo, a nível nacional, datando deste período a aquisição, no âmbito do Plano Marshall, do mais moderno lavadouro de lãs do país, com capacidade para lavar 2.000 Kg de lã, por hora.
>
> O espírito progressista e filantrópico dos fundadores e continuadores desta firma, evidenciou-se na criação e apoio a diversas instituições de beneficência covilhanenses, como a Biblioteca Heitor Pinto, a Associação da Infância Desvalida, a Misericórdia da Covilhã e, particularmente, a Escola Industrial Campos Melo. Marcaram a história económica, social, política e cultural da cidade e do país, como expoentes da modernidade e do progresso e de que é ainda hoje um digno representante o especialista têxtil e poeta, Ernesto Manuel de Melo e Castro (1932).” (Jesus, 2008).

Este esforço para a modernização da empresa, para além da aquisição de um tanque de lavagem de lã que era o mais moderno do país, também se refletiu na alteração da traça do edifício. Em 1970 a fabricação da Nova Penteação e Fiação da Covilhã Lda., é transferida para um parque industrial, e aqui vai funcionar até 1998. Já em 2006 é adquirida pelo Grupo Paulo Oliveira, SA (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Um dos últimos administradores da fábrica foi o engenheiro, poeta e artista plástico Ernesto Manuel de Melo e Castro, casado com a escritora Maria Alberta Menéres e pai da artista Eugénia Melo e Castro (E.M.V. Ribeiro, 2020).

A “Fábrica Velha” é um edifício de grandes dimensões, com uma imensa importância histórica para a cidade e para o país, um edifício de uma grandiosidade e beleza arquitetónica incomparável com todas as características e qualidades que um edifício fabril daquela época tinha, e que ainda hoje é possível notar, como a excelente e solida construção feita com materiais locais como a pedra de granito, assim como a sua horizontalidade que acompanha a margem da ribeira e que se encontra associada a um lavadouro de grandes dimensões. A sua fachada é austera, mas ornamentada com pilares e pináculos. Duas colunatas impõem-se de ambos os lados da porta principal, onde é visível a caraterística estrela, que era a imagem da companhia, situada na parte superior do frontão (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Nos pisos térreos destacam-se as janelas e portas, com a parte superior em arcos de volta perfeita, já nos pisos superiores as janelas são janelas de feições retilíneas (E.M.V. Ribeiro, 2020).

> “O corpo que se lhe segue e que termina naquele enorme torreão cilíndrico faz parte das edificações dos anos 40 do século XX, apresentando três andares. Deve dizer-se que a arquitectura é claramente do Estado Novo e que vemos um pouco espalhada por todo o país. Esta fábrica possuía ainda espaço para as râmolas que se estendiam em socalcos sobre a Ribeira da Carpinteira.” (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Não nos podemos esquecer de referir os incríveis pés-direitos, a estrutura que ainda hoje, apesar de degradada, suporta as forças da cobertura. E as grandes janelas tão típicas de fábrica e que deixam a luz entrar de uma forma filtrada, mas também bastante típica de uma fábrica, criando um ambiente único. A pedra granítica da fachada, a estrela na fachada e na chaminé, tudo isto conta uma história, um Passado imponente, com uma arquitetura bastante característica da indústria, mas ao mesmo tempo com bastante qualidade tanto no desenho de fachada como nas janelas e no uso dos materiais. Tudo isto deve ser preservado e respeitado, mas dando-lhe uma nova vida, um novo Futuro (Lusa, 2016).

Por estar intimamente ligada ao crescimento e ao passado da Covilhã, muitos foram os que acharam que devia ter futuro. Assim foram feitas várias trabalhos com propostas de reabilitação ou propostas para a sua recuperação, mas a atual realidade é que a “Fábrica Velha” como é conhecida, ainda se encontra abandonada e em decadência, com cada ano que passa a pesar mais na sua magnífica estrutura. Um artigo de 9 de Dezembro de 2016,

publicado no site da RTP, dava conta das intenções do governo para a classificação da fábrica (Lusa, 2016).

> "Covilhã, Castelo Branco, 09 dez (Lusa) - A Direção Geral do Património Cultural pretende classificar o Conjunto Industrial da Ribeira da Carpinteira, Covilhã, que abrange algumas antigas unidades fabris daquela cidade."
>
> A abertura de procedimento para a classificação foi proposta pela Direção Regional de Cultura do Centro e já publicada em Diário da República (anúncio n.º 257/2016).
>
> De acordo com o documento, a classificação abrange a antiga unidade fabril Nova Penteação e Fiação da Covilhã, o edifício do Lavadouro e ruínas da Fábrica Campos Mello & Irmão, também designada por "Fábrica Velha", as ruínas do edifício da unidade fabril Manuel Batista Grifo e ainda as estruturas complementares de apoio que lhe são contíguas.
>
> Segundo o Diário da República, os imóveis em vias de classificação e os bens imóveis localizados na zona geral de proteção (50 metros contados a partir dos seus limites externos) ficarão abrangidos por um conjunto de disposições legais previstas na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.
>
> O anúncio aponta ainda que os elementos relevantes do processo estão disponíveis nas páginas eletrónicas da Direção Geral do Património Cultural, da Direção Regional de Cultura do Centro e da Câmara Municipal da Covilhã.
>
> De acordo com previsto, os interessados poderão "reclamar ou interpor recurso hierárquico do ato que decide a abertura do procedimento de classificação, nos termos das condições estabelecidas no Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da possibilidade de impugnação contenciosa" (Lusa, 2016)

As coisas levam tempo, muitas vezes mais do que o esperado ou pretendido, mas a Covilhã está a regenerar-se, aos poucos vai valorizando cada vez mais a sua história e construindo um novo futuro. Para este futuro traz o passado e a história, mas traz também cultura, traz estudantes, alojamentos para eles, turismo, indústria e também claro, traz os seus habitantes. E para tudo isto os edifícios das fábricas estão lá à espera de serem recuperados, para que a sua história não se perca, apenas se transforme (Lusa, 2016).

Real Fábrica de Panos

Localização: Rua Marquês de Ávila e Bolama (Anexo 2, ref. 2)
Promotor: Estado e Marquês de Pombal
Data: 1764

A Real Fábrica de Panos (Figuras 56 a 59, Anexo 2: ref. 2) foi uma fábrica de grande importância para a Covilhã e durante muitos anos foi a mais importante manufatura do Estado. Foi fundada a 26 de Junho de 1764 por D. José I graças ao fomento industrial do Marquês de Pombal.

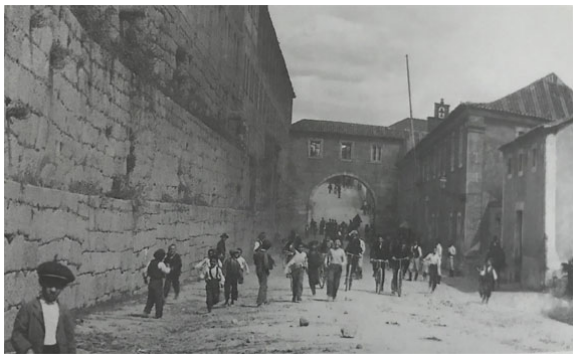


Figura 56 - Antiga Fábrica Real de panos, ano 1890. Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 57 - Atual Universidade da Beira Interior, Polo principal. Autor: Vera De Almeida.



Figura 58 - Antiga Fábrica Real de Panos, década de 20. Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 59 - Atuais Serviços Académicos da Universidade da Beira Interior. Autor: Vera de Almeida.

Para além dos objetivos estabelecidos pela política económica nacional, a Real Fábrica de Panos tinha como finalidade concentrar num só edifício feito de raiz, todos ofícios que eram dedicados ao fabrico de panos e se encontravam dispersos pela Covilhã (Museu dos

Lanifícios Universidade da Bira Interior [M. L. U.B.I], 2008).

Algo que é fascinante e que representa na perfeição como o Passado, o Presente e o Futuro se tocam é o facto de as pedras da muralha terem servido para a construção da Real Fábrica de Panos. O que no passado foi essencial à sobrevivência deixou de ser, novos tempos, novas necessidades e vontades (Castro, 1971 e M. L. U.B.I, 2008).

> "A Real Fábrica de Panos foi construída para apoiar os fabricantes locais, principalmente em termos de organização e na realização das operações de tinturaria e acabamento dos tecidos. Serviu também para certificar a qualidade da produção, tendo ainda funcionado como escola de aprendizagem para crianças órfãs e abandonadas que, com idades compreendidas entre os oito e os doze anos, eram nela mantidas em regime de internato, ao mesmo tempo que aprendiam um ofício e constituíam mão-de-obra disponível."
>
> A fábrica foi planeada para ser monumental, facto observado tanto nas dimensões do edifício, como nos materiais usados e nos cuidados com a construção. A planta era composta por quatro alas retangulares que ladeavam uma praça central e as suas fachadas sóbrias, rematadas por cornijas de granito e com aberturas regulares em representação do mais característico do "estilo pombalino".
>
> No primeiro piso, que rodeia a praça interior, foi construído um pátio de entrada, uma casa para o porteiro, uma tinturaria para os panos de cor, tinturaria das dornas, dois corredores de serviço às tinturarias, uma sala para os teares grandes, uma sala para os teares pequenos e um corredor de entrada da casa dos teares com pavimentados de calçada, também uma sala destinada a guardar os panos dos fardamentos, assim como uma sala para a composição das tintas, e ainda "uma casa para puxar estambre, uma casa para o mestre prensar,..." (M. L. U.B.I, 2008).

O segundo piso era reservado aos serviços administrativos, "de que se salienta a Casa da Aprovação, armazéns vários, salas de fiação e ainda para alojamentos dos aprendizes em regime de internato." (M. L. U.B.I, 2008).

Até meados do século XIX funcionou como manufatura de lanifícios, e a partir do ano 1885 o edifício foi cedido pela Câmara da Covilhã para instalar o Regimento de Infantaria 21, seguido do Batalhão de Caçadores 2, que ocupou o edifício até meados do séc. XX. Numa das áreas funcionou ainda a Repartição de Finanças da Covilhã. A partir de 1973

todo o edifício passou a ser destinado às instalações do Instituto Politécnico da Covilhã, que é o que está na origem da Universidade da Beira Interior. Durante as obras de reabilitação em 1975 foram reabilitadas estruturas arqueológicas que pertenciam às Tinturarias da Real Fábrica de Panos (Figuras 60 a 63). Posteriormente o edifício da Real Fábrica de Panos foi classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Dec. nº 28/82 de 26 de Fevereiro (M. L. U.B.I, 2008).

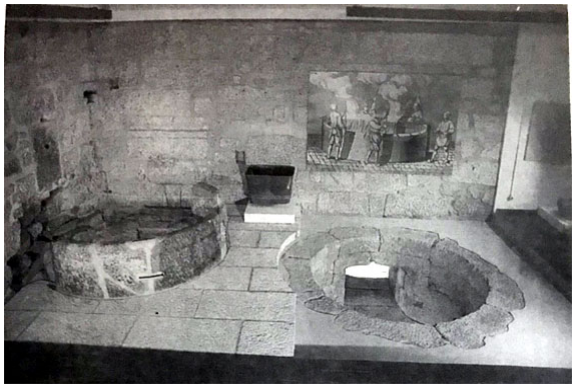


Figura 60 - Tinturaria de Panos, "suporte em granito dos caldeiros e fornalhas", edição U.B.I, década de 90. Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 61 - Tinturaria de Panos, Museu dos Lanifícios, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.



Figura 62 - Tinturaria das Dornas, Museu dos Lanifícios, edição U.B.I, década de 90. Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 63 - Tinturaria das Dornas, Museu dos Lanifícios, atualmente 2021. Autor: Vero de Almeida.

> "O projecto de recuperação, restauro e musealização desta área foi elaborado pela Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI), tendo-se constituído deste modo o primeiro núcleo do Museu de Lanifícios, que foi inaugurado em 30 de Abril de 1992." (M. L. U.B.I, 2008).

Assim como a "Fábrica Velha", a Real Fábrica de Panos formou muitas gerações de operários da Covilhã, tendo sido um local de aprendizagem para muitos. Com o tempo e com as crises no sector da indústria do têxtil os edifícios foram sendo abandonados e entram em decadência. Mas o edifício da Real Fábrica de Panos teve a sorte de se ir adaptando às novas circunstâncias e continua atualmente a ensinar muitas novas gerações, agora em muitos outros campos do conhecimento, porque atualmente os edifícios da Real Fábrica de Panos deram lugar à UBI (Figuras 64 e 65) que é um excelente exemplo de recuperação. Esta obra representa tudo o que deve ser preservado, pois é uma obra que respeita o passado, os materiais e a estrutura, mas dás-lhes uma nova vida, e adapta-se às novas necessidades que surgiram (M. L. U.B.I, 2008).



Figura 64 - Antiga Fábrica Real de Panos, década de 60, foto cine. Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 65 - Figura - Atual Universidade da Beira Interior, conhecido como "Arco da U.B.I". Autor: Vera De Almeida.

> "Os 30 anos de ensino superior na Covilhã, primeiro com o Instituto Politécnico da Covilhã (1975-1979), depois com o Instituto Universitário da Beira Interior (1979-1986) e agora com a UBI, são os anos da transformação das ruínas fabris em edifícios universitários, de salas de aula, de anfiteatros, laboratórios e gabinetes." (Fidalgo, 2005).

O Instituto Politécnico da Covilhã (IPC), foi fundando em 1973. Nesta altura atravessava-se uma crise na indústria com consequências sociais e económicas desastrosas para a região (UBI, 2021).

> "Foi neste panorama e no âmbito das atividades do grupo de trabalho para o Planeamento Regional da Cova da Beira, que surgiu a ideia de criar na região uma instituição de ensino superior, de forma a facultar aos seus naturais a possibilidade de prosseguirem os estudos pós-secundários sem que, para isso, tivessem de se deslocar para outros pontos do país, a maioria das vezes a título definitivo. Assim, na sequência da publicação do Decreto-Lei 402/73, de 11 de Agosto, no quadro da chamada "Reforma Veiga Simão", que deu origem à expansão e diversificação do Ensino Superior, foi criado o IPC, presidido pelo Dr. Duarte Cordeiro de Almeida Simões, que recebeu, em 1975, os seus primeiros 143 alunos, nos cursos de Engenharia Têxtil e Administração e Contabilidade. Em julho de 1979, seis anos passados, a instituição converte-se em Instituto Universitário da Beira Interior (IUBI) (Lei 44/79, de 11 de setembro)" (UBI, 2021).

A primeira intervenção para dar lugar ao ensino foi nos anos 1986-1992 e ficou a cargo do arquiteto Nuno Teotónio Pereira com a colaboração do arquiteto Hélder Pereira. A segunda intervenção nos anos 2006-2007, foi feita pelo arquiteto Bartolomeu Costa Cabral com a colaboração do arquiteto Carlos Mourão Pereira (Tabela 1), (M. L. U.B.I, 2008).

> "O Polo I da UBI, o da Degoldra, é caso exemplar e notável como do velho se fez novo, como se insuflou vida e arte em ruínas fabris. Na recuperação das antigas fábricas, na sua conversão académica teve papel determinante o Arquitecto Bartolomeu Costa Cabral. Cabe-lhe o mérito de, respeitando o espírito do local forjado pelas fábricas desde o século XVIII, nomeadamente os patamares e em especial a sapata em que assenta o edifício da Real Fábrica dos Panos, ter conjugado com verdadeira felicidade as condições dos edifícios existentes e as necessidades de uma moderna instituição universitária." (Fidalgo, 2005).

Tabela 1 – Ficha técnica do Museu de Lanifícios - Núcleo das Tinturarias da Real Fábrica de Panos. Fonte: M. L. U.B.I, 2008.

Ficha Técnica:

Identificação:	Museu de Lanifícios - Núcleo das Tinturarias da Real Fábrica de Panos
Entidade Promotora:	Universidade da Beira Interior
Intervenção de 1986-1992:	Projecto de Arquitectura e Equipamento Museográfico Nuno Teotónio Pereira (Arquitecto) e Hélder Pereira (Arquitecto, Colaborador) Concepção, Coordenação Científica e Museológica Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI) Investigação, Museologia e Arqueologia APAI - Jorge Custódio, Luísa Santos e Isabel Ribeiro APAI e Universidade da Beira Interior - Elisa Calado Pinheiro
Intervenção de 2006-2007:	Projeto de Remodelação da Recepção/Loja e Sala da Tinturaria dos Panos de Lã Bartolomeu Costa Cabral (Arquitecto) e Carlos Mourão Pereira (Arquitecto, Colaborador) Novas Acessibilidades a Pessoas com Mobilidade Condicionada Bartolomeu Costa Cabral (Arquitecto) e Carlos Mourão Pereira (Arquitecto, Colaborador) Execução Serviços Técnicos da UBI “

“É uma mais-valia significativa da UBI ter as instalações que tem. As velhas fábricas recuperadas conservam memórias, oferecem a identidade e a dignidade de uma cidade que viveu dos e para os lanifícios. Os edifícios de uma universidade, como aliás quaisquer edifícios, não são apenas de natureza instrumental, mas são eles mesmos elementos cruciais da identidade da instituição que albergam. Os edifícios fabris, recuperados pela UBI nos 30 anos que passaram, são o ressurgimento de uma cidade que sofreu a grave crise industrial das décadas de 70 e 80 e são também um bom sinal de um país secular que brotou para uma nova era em Abril de 74.” (Fidalgo, 2005).

Real Fábrica Veiga

Localização: Caminho do Biribau (Anexo 2, Ref. 3)
Promotor: José Mendes Veiga
Data: 1784

A Universidade da Beira Interior, para além de ser proprietária do edifício da Real Fábrica de Panos, tem ao seu dispor outro edifício de dimensões históricas, a Real Fábrica Veiga (Figuras 66 a 68, Anexo 2: ref. 3), que foi intervencionada com o propósito de que nela se instalasse "um novo núcleo museológico, a sede do Museu e o Centro de Documentação/Arquivo-Histórico." (M. L. U.B.I, 2008).

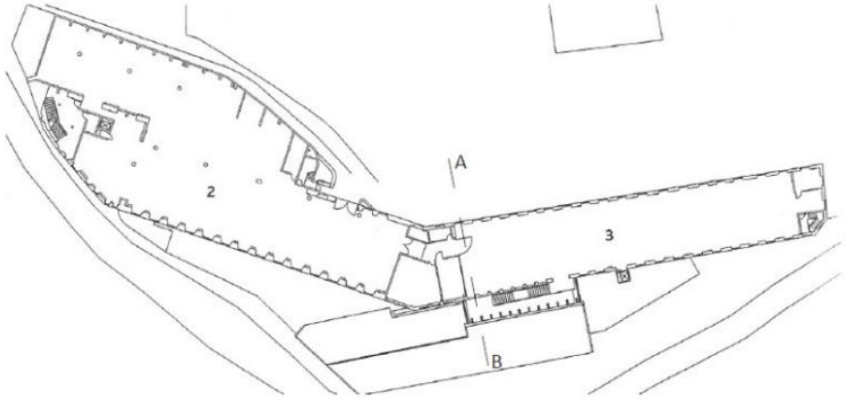


Figura 66 - Fábrica José Mendes Veiga Sucessores, Agência Literária e Tabacaria Central. Fonte: Fonte: Borges & Morão, 2002.



Museu de Lanifícios - núcleo da Real Fábrica Veiga: do piso 1.

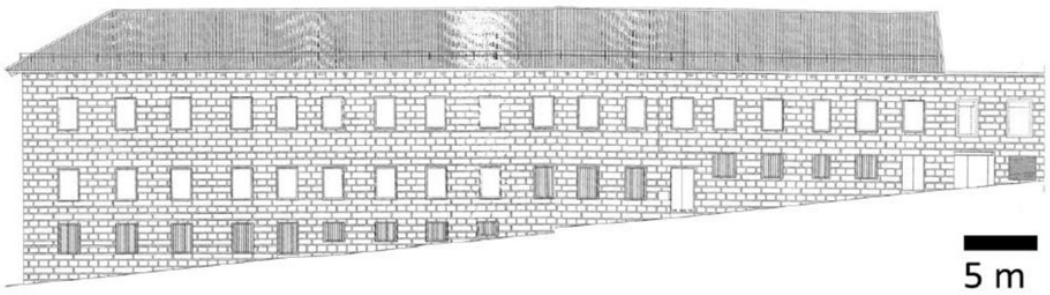
Figura 67 - Planta do piso 1 da Real Fábrica Veiga, atual Museu dos Lanifício. Fonte: Esteves, 2017, p.19.



Museu de Lanifícios - núcleo da Real Fábrica Veiga: planta do piso térreo.

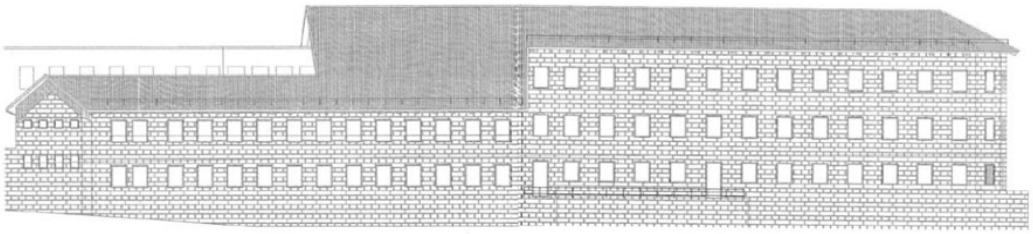
Figura 68 - Planta do piso térreo da Real Fábrica Veiga, atual Museu dos Lanifício. Fonte: Esteves, 2017, p.20.

A Real Fábrica Veiga é um edifício em cantaria de granito (Figuras 69 a 72) que se localiza junto à Ribeira da Goldra, mandado construir por José Mendes Veiga, um cristão-novo natural de Belmonte. A fábrica teve a sua atividade empresarial entre finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX (M. L. U.B.I, 2008).



Museu de Lanifícios - núcleo da Real Fábrica Veiga: alçado norte (parcial).

Figura 69 - Alçado norte da Real Fábrica Veiga, atual Museu dos Lanifício. Fonte: Esteves, 2017, p.19.



Museu de Lanifícios - núcleo da Real Fábrica Veiga: alçado sul.

Figura 70 - Alçado sul da Real Fábrica Veiga, atual Museu dos Lanifício. Fonte: Esteves, 2017, p.19.



Alçado Norte da Real Fábrica Veiga

Figura 71 - Alçado da Real Fábrica Veiga, atual Museu dos Lanifício. Fonte: Esteves, 2017, p.18.



Corte [AB] Da Real Fábrica Veiga

Figura 72 - Corte da Real Fábrica Veiga, atual Museu dos Lanifício. Fonte: Esteves, 2017, p.18.

Em 1784, José Mendes Veiga fundou a Real Fábrica Veiga que se dedicava à tinturaria e acabamento de tecidos, localizada perto das imediações da Real Fábrica de Panos. "Em 1803, para além da tinturaria e da casa para tesouras e prensas, já possuía um engenho de cardar e fiar, uma casa de teares e 6 râmolas de sol." (M. L. U.B.I, 2008).

Com a morte de José Mendes Veiga em 1817, a empresa ficou à responsabilidade da sua viúva, D. Rosa Jacinta de Carvalho Veiga, e dos seus três filhos, Rafael, José e Manuel. Passando a designar-se entre os anos 1817-1822 como Viúva Veiga & Filhos e posteriormente, entre os anos 1822-1829 como José Mendes Veiga & Irmão.

Em 1829, os filhos de José Mendes Veiga viram-se obrigados ao exílio por defenderem ideais liberais durante a Guerra Civil Portuguesa de 1832 a 1834, assim a administração da fábrica fica novamente a cargo da sua mãe, passando assim a designar-se entre os anos 1829-1834, de Viúva Veiga (M. L. U.B.I, 2008).

Com o final da Guerra Civil Portuguesa em 1834, José Mendes Veiga, filho (1792-1872) regressa à Covilhã e retoma a direção da fábrica. Já na segunda metade do século XIX era uma das mais importantes empresas da Covilhã e do país, devido a isto, em 1864, José Mendes Veiga recebeu a Comenda da Ordem de Cristo (M. L. U.B.I, 2008).

> "O estabelecimento beneficiou, ao longo do tempo, de alguns privilégios reais, nomeadamente a isenção de fiscalização pelos Juízes e Vedores dos Panos, bem como a utilização, em regime de exclusividade, de diversos métodos, técnicas e produtos, que lhe garantiram as mais competitivas vantagens de produção.
>
> Em 1881, empregava 400 trabalhadores, tinha 2 rodas hidráulicas e uma máquina a vapor e consumia mais de 180.000 Kg de lã." (M. L. U.B.I, 2008).

Em finais do século XIX, a Real Fábrica Veiga integrava quatorze unidades fabris "e algumas escolas de fiação e cardação, dispersas por diversas localidades da Beira Interior, localizando-se as mais importantes na Covilhã, em Unhais da Serra, Pêro Mouro e no Fundão" (M. L. U.B.I, 2008).

Por este motivo a Real Fábrica Veiga foi uma das quatro fábricas que os Reis D. Carlos e D. Amélia visitaram a 6 de Setembro de 1891, quando visitaram a Covilhã por motivo da inauguração do caminho-de-ferro da cidade (M. L. U.B.I, 2008).

Após a morte de José Mendes Veiga, em 1872, a fábrica passou a ser administrada pelo seu sobrinho e herdeiro, o Comendador Marcelino José Ventura (1820-1891), passando assim a fábrica a ser designada por José Mendes Veiga & Sucrs., nome que manteve até 1904.

Já nos finais do século XIX, a fábrica passa a ser gerida por Cândido Augusto de Albuquerque Calheiros (1840-1904), afilhado de Marcelino José Ventura, conhecido como o primeiro Conde da Covilhã (M. L. U.B.I, 2008).

Seguiram-se várias indústrias que ocuparam o edifício até ao século XX, quando encerra. Destas empresas destacam-se algumas como António da Cruz Inácio, Ramiro e Fazendeiro, Lda., António Maria das Neves & Irmão, João Lopes Bola, Sucrs, Fiandeira Têxtil da Covilhã, Lda. e Alberto Roseta & Irmãos, Lda. (M. L. U.B.I, 2008).

Durante o seu funcionamento foram várias as catástrofes que a fábrica sofreu. Destaca-se o desabamento, em 1895, de diversas áreas devido a um forte temporal que inundou a Ribeira da Goldra e afetou outras unidades fabris. Mas tarde, nas primeiras décadas do século XX houve quatro grandes incêndios, mais precisamente em 1904, 1915, 1916 e 1919, após a reconstrução ainda ocorreram mais dois outros incêndios durante os anos 60 e 90 o que levou ao encerramento definitivo da fábrica.

A Universidade da Beira Interior adquiriu o edifício em 1997 e transformou-o na sede do Museu de Lanifícios (Figuras 73 e 74), onde funciona o Núcleo Museológico da Industrialização e o Centro de Documentação/Arquivo-Histórico dos Lanifícios.

Após as obras de remodelação, onde foi preservada uma área arqueológica assim como a valiosa coleção de máquinas, equipamentos e documentos que "constituem os verdadeiros alicerces da história dos lanifícios da Covilhã, da Beira Interior e do próprio país." (M. L. U.B.I, 2008).



Figura 73 - Reconstituição do escritório, Museu dos Lanifícios. Autor: Vera de Almeida.



Figura 74 - Reconstituição da zona dos operários, Museu dos Lanifícios. Autor: Vera de Almeida.

> "Este novo núcleo apresenta a evolução tecnológica ocorrida no campo dos lanifícios, durante os séculos XIX e XX. Para o efeito, e de acordo com o programa e projeto museológicos elaborados, foi reunido um significativo espólio fabril.
>
> Em Abril de 2005, foi inaugurado o complexo remodelado da Real Fábrica Veiga/Centro de Interpretação dos Lanifícios, com as valências de sede do Museu, Núcleo Museológico da Industrialização dos Lanifícios (sécs. XIX-XX) e Centro de Documentação/Arquivo Histórico.
>
> Este Núcleo Museológico encontra-se aberto ao público desde 17 de Maio de 2011,

data em que foi oficialmente inaugurado.” (M. L. U.B.I, 2008).

Estas fábricas destacam-se pela sua grandeza e marcam a paisagem da Covilhã. São as principais fábricas que originaram a expansão da indústria. Mas a cidade da Covilhã teve muitas outras fábricas de lanifícios de maior ou menor dimensão de que na sua maioria ainda permanece a estrutura ou o edifício industrial devoluto à espera de um futuro, tendo sido já alguns recuperados.

Empresa Transformadora de Lãs

Localização: Calçada Fonte do Lameiro (Anexo 2, ref. 4)
Data: 1920
Arquiteto: Ernesto Korrodi

Atualmente as antigas instalações da Empresa Transformadora de Lãs (Figuras 75 a 79, Anexo 2: ref. 4) são a atual Faculdade de Engenharia da UBI. O projeto inicial data de 1920 e ficou a cargo do arquiteto Ernesto Korrodi que projetou uma fachada Arte Nova onde se destaca o painel de azulejos exterior com o nome da fábrica. No interior existe outro painel de azulejos que representa o trabalho industrial. Os grandes pavilhões de trabalho inserem-se na arquitetura do ferro, tendo colunas a suportar vigas de madeira, o que tornava as instalações da fábrica modulares (E.M.V. Ribeiro, 2020 e Brito, J2012).



Figura 75 - Empresa Transformadora de Lãs. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.



Figura 76 - Painel Arte Nova da entrada das Engenharias da U.B.I, atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.



Figura 77 - Fachada da antiga Empresa Transformadora de Lãs, atual Engenharias da U.B.I, ano 2000. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.



Figura 78 - Fachada das Engenharias da U.B.I, atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.



Transformadora de lãs, alçado nascente.

Figura 79 - Alçado nascente da Empresa Transformadora de Lãs. Fonte: Esteves, 2017, p.21.

A fábrica foi formada por três sócios em 1920, com o objetivo de fabricar fios penteados ou de estambre para tecidos e malhas com lã do Alentejo, com o destino de produzir a roupa masculina e feminina (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Com a prosperidade da empresa as instalações foram aumentadas para acolher novos meios de produção e dar melhores condições de trabalho (Figuras 80 a 83). Isto fez com que durante os anos trinta do século XX e durante muitos anos, fosse reconhecida como a melhor e mais moderna fábrica da Covilhã. Chegou a ter uma central elétrica, o que permitia uma intensa produção, dando emprego a mais de oitocentos trabalhadores que

produziam tanto a nível nacional como para exportação, para países com a Holanda, a Inglaterra e a Alemanha.

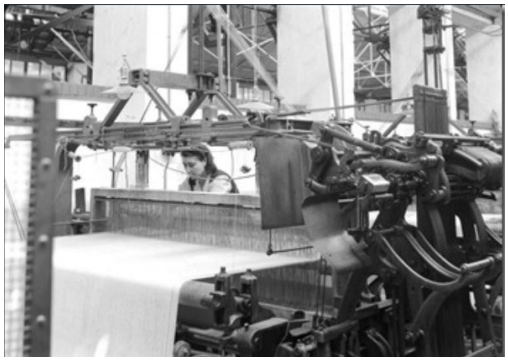


Figura 80 - Tecelagem, interior da Empresa Transformadora de Lãs, Lda., finais dos anos 40. Fonte: Leite, 2012.

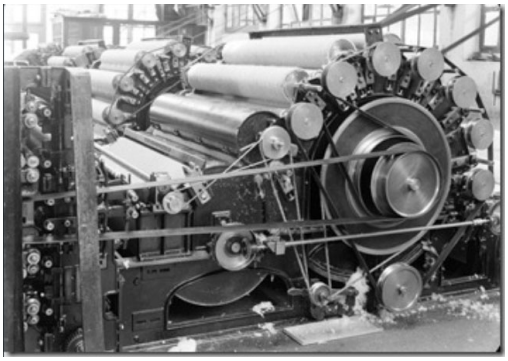


Figura 81 - Cardação, interior da Empresa Transformadora de Lãs, Lda., finais dos anos 40. Fonte: Leite, 2012.



Figura 82 - Selfactina, interior da Empresa Transformadora de Lãs, Lda., finais dos anos 40. Fonte: Leite, 2012.



Figura 83 - Fiação, interior da Empresa Transformadora de Lãs, Lda., finais dos anos 40. Fonte: Leite, 2012.

Em 1970 a produção começou a decair tendo a fábrica que encerrar em 1993, altura em que contava com apenas cento e setenta e seis operários. (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Felizmente, em 1994, o edifício foi adquirido pela Universidade da Beira Interior que remodelou o espaço de modo a adaptá-lo à Faculdade de Engenharia, que está também ligada ao edifício de José Paulo de Oliveira Júnior que se encontra nas suas proximidades. Desde o ano 2000 é no antigo edifício da Empresa Transformadora de Lãs que funciona a Faculdade de Engenharia. O arquivo da fábrica pode ser visto numa exposição permanente e também no arquivo da Real Fábrica Veiga (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica Alçada & Mouzaco

Localização: Rua da Indústria (Anexo 2, ref. 5)
Promotor: família Alçada e família Mouzaco
Data: 1878

A família Alçada é uma importante família da Covilhã, ligada à indústria e com várias fábricas com o seu nome. A Fábrica Alçada & Mouzaco (Figura 84, Anexo 2: ref. 5), também conhecida apenas por fábrica Mouzaco, (outra importante família da cidade) é um grande e longo edifício que acompanha a rua da Indústria (Figura 85 e 86), (E.M.V. Ribeiro, 2020).

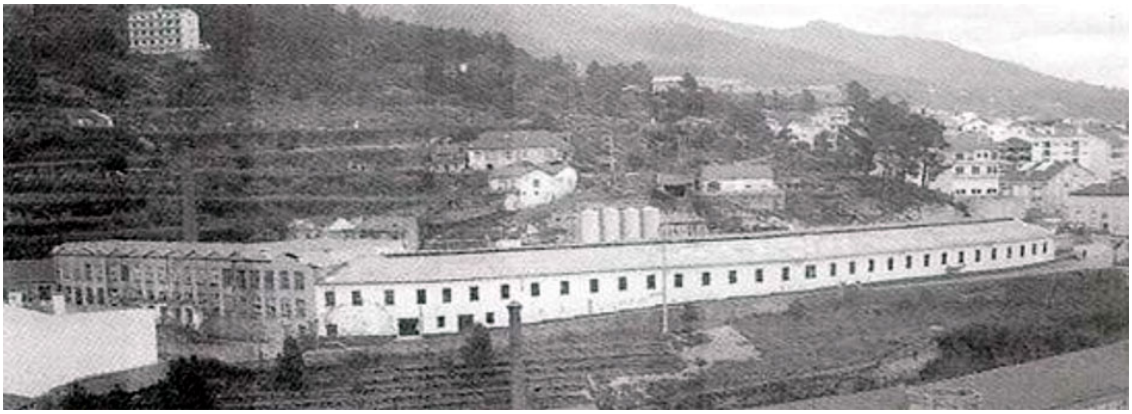


Figura 84 - Fachada da Fábrica Alçada & Mouzaco. Fonte: E.M.V. Ribeiro, 2020.



Figura 85 - Atual, 2021, edifício devoluto da Fábrica Alçada & Mouzaco. Autor: Vera de Almeida.



Figura 86 - Pormenor do portão do edifício devoluto da Fábrica Alçada & Mouzaco. Autor: Vera de Almeida.

Inicialmente eram duas fábricas, uma fundada por Manuel Nunes Mouzaco em 1840 e ao lado outra fundada por João Mendes Alçada. As duas fábricas tinham cardagem, penteação, fiação, tecelagem, tinturaria e acabamentos. Foram crescendo individualmente até ao falecimento de João Mendes Alçada em 1875, passando assim a fábrica a ser administrada pelo seu filho Manuel Mendes Alçada que casa em 1878 com Rita Mouzaco, filha de Manuel Nunes Mouzaco (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Desta união resulta também a união das duas fábricas, passando a nova fábrica a ser designada de Alçada & Mouzaco. A união mostrou-se vantajosa para o negócio chegando a fábrica a ter duzentos e trinta e quatro operários e ainda uma rede de tecelões na cidade. Já em 1899 chega aos quatrocentos funcionários. Em 1889 recebe a medalha de prata pela qualidade dos produtos na Exposição de Paris desse ano e muda de nome para Alçada & Filho. Foi uma das fábricas que recebeu a visita do rei D. Carlos quando foi inaugurado o caminho de ferro da Covilhã em 1891. A fábrica tinha seis edifícios e várias casas de habitação para operários (Pereira,.2005 e E.M.V. Ribeiro, 2020).

Nos anos noventa do século XIX e também no século XX foram feitos grandes investimentos o que a leva a ganhar uma medalha de ouro na Exposição de St Louis nos EUA (E.M.V. Ribeiro, 2020).

A fábrica Alçada & Mouzaco torna-se sócia da Alçada & CIA no início dos anos 20 do século XX, passando, assim, a chamar-se Alçada & Filho Sucursais (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Em 1957 a fábrica sofreu um violento incêndio, mas conseguiu reabrir dois anos depois com novas máquinas e tendo sido ampliada, permitindo dar emprego a quinhentos operários em 1961, continuando o seu funcionamento até 1968 ano em que encerra (E.M.V. Ribeiro, 2020).

“Neste espaço laboraram ainda duas outras empresas: nos anos 50 do século XX uma tecelagem arrendada a António Joaquim Rodrigues e mais tarde, a Emprex que substituiu a fábrica Alçada.” (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Complexo industrial de Francisco Mendes Alçada, acabamentos Estrela

Localização: Rua Morais do Convento (Anexo 2, ref. 6)
Promotor: família Mendes Alçada
Data: séc. XX

O edifício inicial possuía um lanternim que foi adaptado em 1946 para que pudesse fazer parte de uma tinturaria que pertencia ao Complexo industrial da Fonte do Lameiro, mais precisamente à Fiação Alçada (E.M.V. Ribeiro, 2020).

A fábrica data dos anos trinta do século XX e inseria-se num conjunto industrial de três edifícios de forma simples e retangular que pertenciam a Francisco Mendes Alçada (Figuras 87 e 88, Anexo 2: ref. 6). Dois edifícios encontram-se um em frente ao outro e o terceiro foi construído mais tarde, já nos anos quarenta do século XX. Trata-se de um edifício com três e quatro pisos, dependendo da cota. Aqui funcionaram a tecelagem e os acabamentos. O edifício mais recente passou a funcionar como a fábrica de tecelagem de António Fernandes Fino, responsável pela construção de um bairro para os seus operários em 1947, o Bairro Alçada (E.M.V. Ribeiro, 2020 e Santos, 1994).



Figura 87 - Fabrica de Francisco Mendes Alçada – Alçada & Pereira, Lda. E Tinturaria Alçada, década de 80. Fonte: Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 88 - Antiga Fábrica de Francisco Mendes Alçada – Alçada & Pereira, Lda. E Tinturaria Alçada, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Ainda é visível a chaminé, que embora não tendo a altura original, ainda é bastante imponente e característica. Esta chaminé pertencia à fiação que funcionava com energia hidráulica, mas também com vapor (E.M.V. Ribeiro, 2020).

> "Acontece que a caldeira/gerador que aqui existia e datava de 1878, explodiu, necessitando de ser substituída. Aproveitou-se o facto desta máquina ter estado exposta na Exposição Industrial Portuguesa, em 1891, realizada em Lisboa, sendo transportada para a Covilhã. Tratava-se de uma máquina belga da casa De Naeyer & CIA, construída em 1886. Parou definitivamente em 1995 e foi adquirida em 2004 pela UBI estando hoje conservada no núcleo museológico da UBI." (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Apesar da utilização da energia hidráulica, a fabrica contava também com a utilização do vapor para que, no caso de haver uma seca a fábrica estivesse apta a continuar a produção. O vapor era usado também na iluminação. A fábrica passou a ser a "Pereira e Alçada" que funcionaria até ao seu encerramento, nos anos 90 do século XX (E.M.V. Ribeiro, 2020).

> "Entretanto levantou-se também a tinturaria de João Mendes Alçada bem junto à ribeira da Goldra sendo hoje um espaço muito moderno e frequentado, pois é local de exposições. A Tinturaria como é conhecida acolhe hoje todo o tipo de mostras, exposições e palestras. Mesmo no fim da travessa da Fonte Santa ao chegar ao largo Joaquim dos Santos Morgadinho, desta feita do lado esquerdo, e bem em frente à enorme chaminé de que falei atrás, levanta-se um velho edifício onde funcionou, em tempos, o denominado "Tinte Velho", sendo, pois, um local de tinturaria que vem já do século XVII. Presume-se que o Tinte Velho terá funcionado no edifício que aqui se representa." (E.M.V. Ribeiro, 2020)

> "O futuro do espaço. Assim como o espaço da tinturaria de João Mendes Alçada foi adquirido e intervencionado pela câmara da Covilhã, outros edifícios seguiram a mesma linha, tendo sido adaptados para outras finalidades. É de resto, interessante que se escrevam muitas dissertações de mestrado dos alunos da UBI dando ideias sobre a reutilização dos edifícios devolutos, verdadeiras orientações no sentido de aproveitar os edifícios, nomeadamente para residências universitárias (162). Concretamente o edifício maior do Complexo industrial da Fonte do Lameiro foi adquirido pela Universidade da Beira Interior e sobre o seu futuro foram traçados vários planos de requalificação e entregue a uma sociedade privada que o vai transformar numa residência que poderá alojar até 250 estudantes, preservando a sua face externa e criando alguns postos de trabalho."

(E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de António Pessoa de Amorim

Rua Morais do Convento (Anexo 2, ref. 7)
Data:1788

Foi uma fábrica de fiação (Figuras 89 e 90, Anexo 2: ref. 7) que entre 1788 e 1802 pertenceu ao Capitão Mor Simão Pereira da Silva, passando a pertencer à família Pessoa Amorim no ano 1803 e até 1879, quando foi vendida ao industrial Rafael Morão (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 89 - Fábrica de António Pessoa de Amorim e Tinturaria Alçada, década de 70. Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 90 - Fábrica de António Pessoa de Amorim e Tinturaria Alçada, atual Tinturaria Galeria. Autor: Vera de Almeida.

Fábrica de José Paulo de Oliveira Júnior

Localização: Rua Conselheiro Joaquim Pessoa (Anexo 2, ref. 8)
Data: 1938

Dois dos edifícios que pertenciam originalmente à fábrica foram adquiridos pela Universidade da Beira Interior (Figuras 91 e 92, Anexo 2: ref. 8). O primeiro é o edifício que pertenceu à tecelagem de José Paulo de Oliveira Júnior, fundada em 1938 e que se localizava na Rua Joaquim Pessoa, nº 5 (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 91 - Fabrica Paulo de Oliveira, Lda. Década de 70. Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 92 - Atual edifício de Arquitetura da U.B.I. Autor: Vera de Almeida.

Começou por se dedicar à tecelagem, mas, por volta de 1967 a empresa instala uma tinturaria, o que fez com que mudasse o nome para Paulo de Oliveira, Lda. (E.M.V. Ribeiro, 2020).

A partir dos anos sessenta a empresa apostou na exportação dos produtos de lã o que leva ao seu crescimento e faz com que abandone as instalações da Rua Joaquim Pessoa para adquirir um outro edifício na Quinta das Mineiras, acabando por se dedicar também à fiação, em 1974, e mais tarde aos acabamentos, em 1985 (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Sendo a exportação a principal fonte de rendimento da empresa as chefias decidiram apostar na modernização tecnológica, em 1996, o que lhe alterou o nome para "Paulo de Oliveira, SA" e fez com que fosse reconhecida como uma empresa-modelo e uma referência internacional (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Foi no edifício da Rua Joaquim Pessoa, que se encontrava devoluto, que, após a sua aquisição e recuperação por parte da UBI, esteve instalado o Centro de Documentação e Arquivo Histórico, entre 1997 e 2004, atualmente a funcionar na antiga Real Fábrica Veiga. Desde 2004 aqui passou a funcionar o departamento de Arquitetura e de Engenharia do Papel, que pertencem à Faculdade de Engenharia da UBI (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de Joseph Bouhon, posteriormente de Álvaro Paulo Rato & Filhos

Localização: Travessa do Sineiro (Anexo 2, ref. 9)
Data: 1850

Localiza-se na margem direita da ribeira da Carpinteira e foi fundada nos finais do século XIX, no local onde já existiam algumas edificações (Figura 93, Anexo 2: ref. 9), do século XVIII. A primeira empresa a funcionar aqui foi a Grainha, Ginjinha & CIA que trabalhou entre 1850 e 1863.

Inicialmente, sob a alçada de Joseph Bouhon, a fábrica (Figura 94), funcionava com duas rodas hidráulicas, tinha também râmola de sol e um grupo de casas destinadas a alguns empregados (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 93 – Fabrica de Joseph Bouhon. Fonte: C.M.C et al., 2015.



Figura 94 – Fabrica de Joseph Bouhon. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Joseph Bouhon era natural da Bélgica, e foi lá que estudou até aos dezasseis anos, obtendo o curso de tintureiro. Juntamente com um irmão instalou-se na Covilhã onde viu a oportunidade para desenvolver a sua indústria. Morreu de ataque cardíaco ao ver a sua fábrica destruída por um incêndio.

No início dos anos sessenta do século XX, o edifício foi comprado por Álvaro Paulo Rato que monta uma fábrica de tecelagem e acabamento. A fábrica funcionou até 2003, altura em que passa por dificuldades e chega a despedir cinquenta e dois funcionários. Em 2006 é vendida em hasta pública, com uma cláusula que estabelecia que a fábrica continuaria a funcionar, porém as dificuldades e dívidas que tinha conduziram ao seu encerramento definitivo (E.M.V. Ribeiro, 2020 e Brito, 2012).

Fábrica de Arnaldo da Silva Carreira

Localização: Rua da Fábrica Velha (Anexo 2, ref. 10)
Data: 1961

É uma pequena fábrica (Figuras 95 a 97, Anexo 2: ref. 10), que data de 1961. Situa-se na Rua da Fábrica Velha, laborou na área da cardação e fiação. Trabalhou com o nome de Fábrica de Arnaldo da Silva Carreira passando mais tarde a designar-se por Agostinho Dias Carreira & Filhos e assim continuou a funcionar até ao ano 2000, altura em que encerra (E.M.V. Ribeiro, 2020).

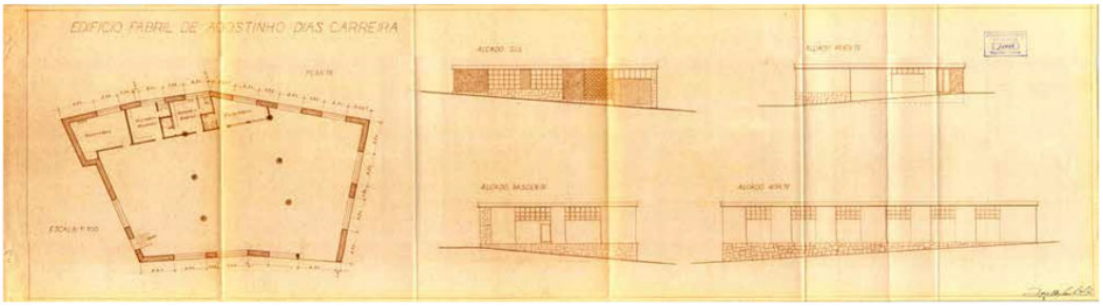


Figura 95 - Planta da Fábrica de Arnaldo da Silva Carreira. Fonte: C.M.C et al., 2015.



Figura 96 - Fábrica de Arnaldo da Silva Carreira. Fonte: C.M.C et al., 2015.



Figura 97 - Fábrica de Arnaldo da Silva Carreira. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Fábrica de José Camolino & Sousa

Localização: Estrada da Fábrica Velha (Anexo 2, ref. 11)
Data: 1941

Uma fábrica (Figuras 98 e 99, Anexo 2: ref. 11), que se encontra desativada, mas que em tempos se dedicava à tecelagem. A sua fachada em forma circular acompanha a Rua da Estrada da Fábrica Velha, com uma construção que data de 1941/42. As empresas que lá trabalharam nos seus anos ativos foram a M.J. Taborda Duarte, José Camolino e Sousa e João Inácio Conceição & Filhos (Câmara Municipal da Covilhã [C.M.C], Madaleno, & Ferreira, 2015).





Figuras 98 e 99 - Fábrica de José Camolino & Sousa. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Fábrica de Barata, Filhos

Localização: Travessa da Trapa (Anexo 2, ref. 12)
Data: 1974

Situada no cimo da Travessa da Trapa encontra-se o atual Teatro das Beiras (Figura 100, Anexo 2: ref. 12), uma instituição fundada em 1974 e que se dedica à divulgação do teatro e à produção de peças teatrais. Desde 1994 é companhia profissional e chegou a receber o "Diploma de Utilidade Pública" em 1998 (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 100- Fábrica de José Camolino & Sousa.
Fonte: C.M.C et al., 2015.

Antes da remodelação o edifício era uma importante tecelagem da cidade, construída na primeira metade do século XX, onde operaram as Empresas Barata, Filhos, Jerónimo Dias Freire e Francisco Alberto Barata / Barata, Filho – Lanifícios, (C.M.C, Madaleno, & Ferreira, 2015).

Fábrica de Amândio de Moraes

Localização: Travessa da Trapa (Anexo 2, ref. 13)
Data: 1920

A fábrica (Figuras 101 e 102, Anexo 2: ref. 13), localiza-se mesmo em frente ao atual Teatro das Beiras e está completamente irreconhecível. Em tempos foi um edifício de quatro pisos onde trabalharam as empresas Amândio de Moraes, Morais & Fino, Lda. e Pêro de Morais, Sucrs que se dedicavam à tecelagem. O ano de construção deste edifício data de 1920 (C.M.C et al., 2015).




Figuras 101 e 102 - Fábrica de Amândio de Moraes. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Fábrica de Barata Filhos / Pimentéis Lda.

Localização: Travessa dos Pimentéis (Anexo 2, ref. 14)
Data: séc. XIX

Encontra-se no fundo da Travessa dos Pimentéis, dedicava-se á cardação, fiação e tecelagem e os seus detentores foram os Barata Filhos: José Alfredo Barata & C.ª, Lda.; João Roque Cabral; José Henriques da Fonseca Júnior; Maria Henriqueta Barata; João Rodrigues Valério Júnior; Pimentéis, Lda. (C.M.C et al., 2015).

O imóvel (Figura 103, Anexo 2: ref. 14), é do século XIX, e os edifícios em redor pertenciam também a Empresas Pimentéis. A isto se deve o nome da travessa onde se situa (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 103 - Fábrica de Amândio de Moraes.
Fonte: C.M.C et al., 2015.

Fábrica de João Roque Cabral

Localização: Rua Dr. José Valério da Cruz (Anexo 2, ref. 15)
Data: 1933

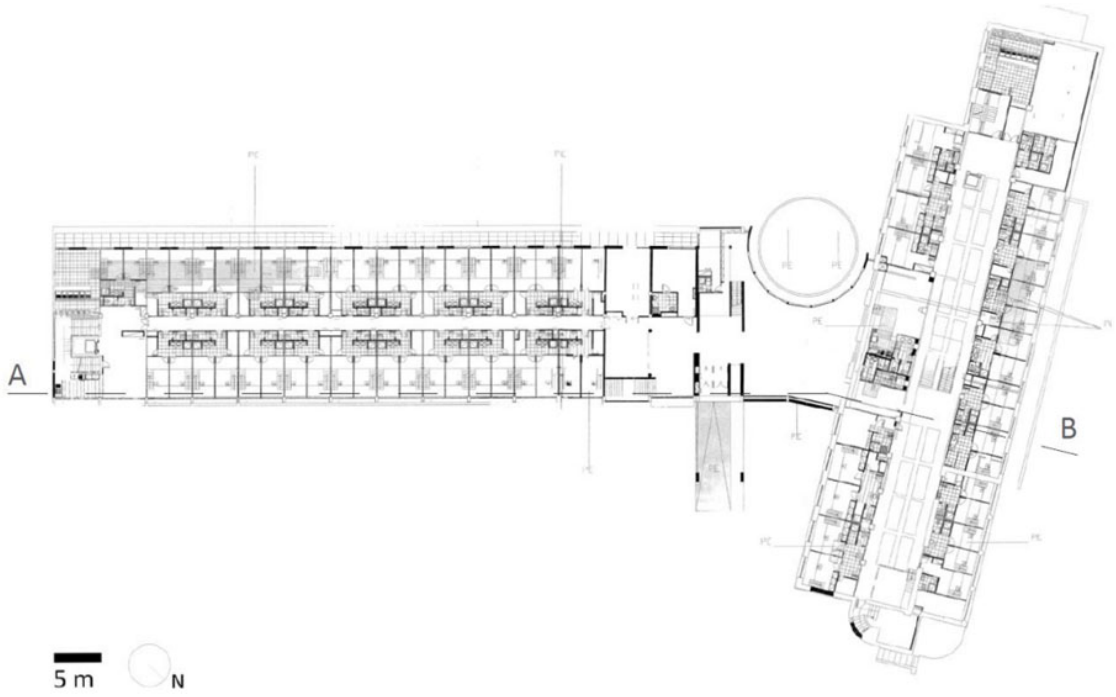
A Fábrica de João Roque Cabral (Figuras 104 a 108, Anexo 2: ref. 15) é atualmente um conjunto de apartamentos situados na estrada do Sineiro, mas em tempos foi uma fábrica dedicada a cardação, fiação, tecelagem e produção de mungo. A produção de mungo consistia num "fio que era mistura de lã e algodão reciclados. Tinha, pois, uma parte que se dedicava à reutilização de matérias-primas que eram resíduos de muitas fábricas portuguesas" (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 104 - Atual Residência Universitária de Pedro Álvares Cabral da U.B.I. Autor: Vera de Almeida.

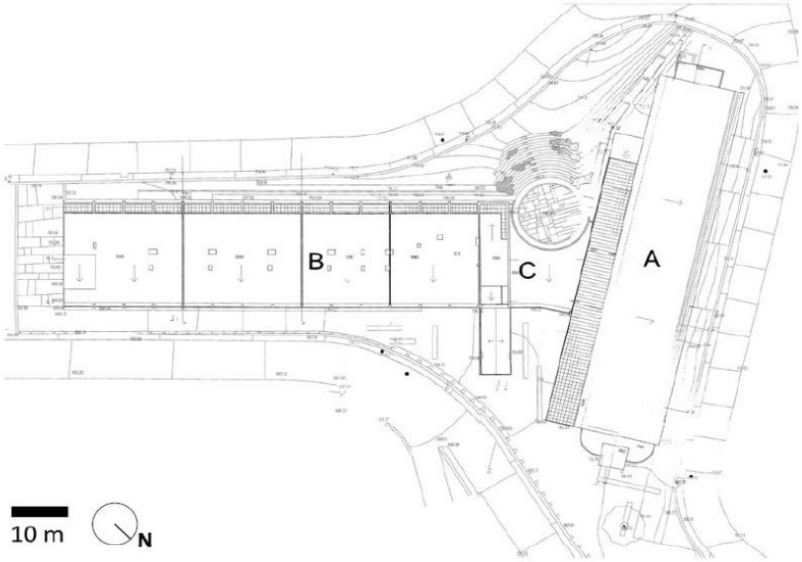


Figura 105 - Atual Residência Universitária de Pedro Álvares Cabral da U.B.I. Autor: Vera de Almeida.



Residência Pedro Álvares Cabral - Complexo fabril João Roque Cabral: planta do piso térreo.

Figura 106 - Planta térrea da Fábrica de João Roque Cabral, atuais Residências Pedro Alvares Cabral. Fonte: Esteves, 2017, p.22.



Residência Pedro Álvares Cabral - Complexo fabril João Roque Cabral: planta de cobertura.

Figura 107 - Planta de cobertura da Fábrica de João Roque Cabral, atuais Residências Pedro Alvares Cabral. Fonte: Esteves, 2017, p.22.

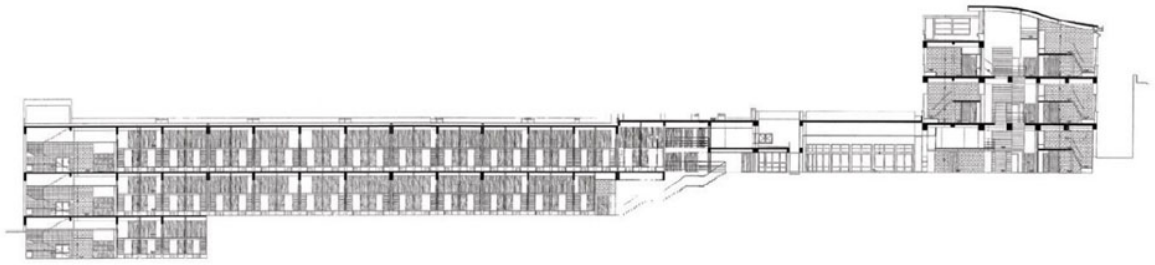


Figura 108 - Alçado da Fábrica de João Roque Cabral, atuais Residências Pedro Alvares Cabral. Fonte: Esteves, 2017, p.23.

A empresa era sucedânea da Firma Francisco Roque da Costa Cabral que foi fundada no ano de 1933. A fábrica era constituída por dois edifícios de épocas diferentes, o edifício que deu origem aos apartamentos é de 1966 e o que se que se encontra à sua frente é de 1946. A Fábrica de João Roque Cabral trabalhou até 1995, ano em que encerra declarando insolvência. O edifício dispõe de uma área notável com mais de 7000 m2 e foi adquirido pela UBI que o adaptou para ser residência universitária tendo hoje o nome de Residência Universitária de Pedro Álvares Cabral. É do agrado geral esta adaptação que é feita em algumas fábricas que, dando-lhes uma nova vivencia, respeita o passado e o património (E.M.V. Ribeiro, 2020).

> "A transformação efetuada permitiu criar quartos, cozinhas, refeitório e salas de estudo, para além de outras facilidades. Mas sobretudo é de relevar mais um aproveitamento de edifícios devolutos, transformando a sua função, mas mantendo vivo o património industrial e histórico da cidade." (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de Alberto Miguel

Localização: Rua da Indústria (Anexo 2, ref. 16)
Data: 1943

Na Rua da Indústria encontram-se as ruínas da Fábrica de Alberto Miguel (Figuras 109 e 110, Anexo 2: ref. 16), que data de 1943 e se dedicava à cardação, fiação, penteação e tecelagem.



Figura 109 - Fábrica de Alberto Miguel. Autor: Vera de Almeida.



Figura 110 - Fábrica de Alberto Miguel. Autor: Vera de Almeida.

As empresas que lá operaram foram a Alberto Miguel, a Alberto Miguel, Sucessora, a M. Figueiredo, a Belmiro Nunes de Morais, a Craveiro Martins & Rosa, Lda. e a Rosa, Lda. Não há muita informação sobre a fábrica, mas é um edifício bastante interessante, tanto na sua forma arredondada como nos poucos elementos que ainda sobrevivem, como é o caso do portão (C.M.C et al., 2015).

Fábrica de Armando António Martins

Localização: Rua da Indústria (Anexo 2, ref. 17)
Data: 1939

A Fábrica de Armando António Martins (Figura 111, Anexo 2: ref. 17) foi fundada em 1939 e dedicava-se à fiação e tecelagem. Aqui funcionaram as empresas Armando Martins, Quintino Maria da Costa, José de Almeida Cavaca Júnior e Rosa & C.ª. Funcionou até aos anos 60 e em 2009, reabriu como espaço de restauração e diversão (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 111 - Fábrica de Armando António Martins. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Fábrica de José Henriques da Fonseca Júnior

Localização: Estrada do Sineiro (Anexo 2, ref. 18)
Data: 1937

A Fábrica de José Henriques da Fonseca Júnior (Figuras 112 e 113, Anexo 2: ref. 18) funcionava desde 1937 dedicando-se à fiação e tecelagem. É composta por dois edifícios diferentes, uma parte são escritórios e no edifício mais baixo funcionava a produção.



Figura 112 - Atual edifício da antiga Fábrica de José Henriques da Fonseca Júnior. Autor: Vera de Almeida.



Figura 113 - Atual edifício da antiga Fábrica de José Henriques da Fonseca Júnior. Autor: Vera de Almeida.

O edificado foi sofrendo alterações e acrescentos a partir da primeira metade do século XX. Os seus ocupantes foram José Henriques da Fonseca, José Henriques da Fonseca Júnior, Filhos, Lda. e J. Rodrigues. Foi declarada insolvente em 1990 (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de João Mosa

Localização: Estrada do Sineiro (Anexo 2, ref. 19)
Data: 1940

> "Trata-se de uma antiga fábrica cujo desenho segue a arquitectura simples e aberta, caracterizada por uma profusão de janelas, desenho característico das construções de 1940, data em que foi construída. Embora hoje se apresente descaracterizada, o espaço agregou duas sociedades, a de João Mosa & Filhos e a de João Mosa Sucessores. Este nome, Mosa terá origem judaica." (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 114 - Fábrica de João Mosa. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Fábrica de Augusto de Almeida Fortuna & Filhos

Localização: Rua da Cidade de Cáceres (Anexo 2, ref. 20)
Data: anos 40

É um edifício de quatro pisos (Figuras 115 a 118, Anexo 2: ref. 20) que se destaca pala arquitetura característica de meados dos anos 40 do século XX, com um torreão cilíndrico e uma forma que acompanha o declive do terreno.



Figura 115 - Fábrica de Augusto de Almeida Fortuna & Filhos. Fonte: C.M.C et al., 2015.



Figura 116 - Fábrica de Augusto de Almeida Fortuna & Filhos. Fonte: C.M.C et al., 2015.



Figura 117 - Atual edifício devoluto da antiga Fábrica de Augusto de Almeida Fortuna& Filhos. Autor: Vera de Almeida.



Figura 118 - Atual edifício devoluto da antiga Fábrica de Augusto de Almeida Fortuna& Filhos. Autor: Vera de Almeida.

Aqui operaram as Augusto d'Almeida Fortuna & Filhos, Acácio Pimentel Tavares, Tavares & Filhos, João de Sá Pessoa, AP Tavares, Tavares & Filhos e Amândio Saraiva, que se dedicavam a cardação, fiação, tecelagem e produção de mungo. Infelizmente encontra-se abandonada (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de Alexandrino Fernandes Nogueira

Localização: Avenida Frei Heitor Pinto (Anexo 2, ref. 21)
Data: 1939

> "Era uma elegante fábrica de três pisos que se caracterizava pelo torreão redondo da extremidade. A fábrica dedicava-se integralmente à tecelagem e é uma das fábricas criadas durante o período da segunda guerra mundial, quando a indústria covilhanense deu um enorme pulo. A fábrica funcionou entre em 1939, pois nesta data, já era anunciada na Gazeta dos Caminhos de Ferro Portugueses como fabricante de Lanifícios. Entretanto, o edifício fabril foi totalmente modificado para dar origem a uma construção moderna onde se implantou um negócio de pizaria,..." , (Anexo 2: ref. 21) (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figuras 119 - Fábrica de Alexandrino Fernandes Nogueira. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Tinturaria de Clemente Petrucci & Irmão

Localização: Rua Afonso Domingues (Anexo 2, ref. 22)
Data: 1920

É na Rua Afonso Domingues que se encontra a Tinturaria de Clemente Petrucci & Irmão (Figuras 120 a 122, Anexo 2: ref. 22) que também tinha acesso pela Rua de Cáceres que está paralela, mas numa cota mais elevada. Foi uma tinturaria de renome na Covilhã que foi fundada em 1920 e dispunha de um conjunto de três edifícios, sendo o primeiro de

1933 e os outros dois de 1941 e 1957. Destaca-se o telhado em lanternim, típico das tinturarias, a sua chaminé que, com o seu recorte único e característico se destacava, sendo assim facilmente identificável (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 120 - Alçado da Tinturaria de Clemente Petrucci & Irmão.Fonte: C.M.C et al., 2015.



Figura 121 - Tinturaria de Clemente Petrucci & Irmão. Fonte: C.M.C et al., 2015.



Figura 122 – Lanternins da Tinturaria de Clemente Petrucci & Irmão. Autor: Vera de Almeida.

Nesta fábrica trabalharam as empresas de Clemente Petrucci & Irmão, Cil – Complexo industrial de Lanifícios, Lda. e a partir do ano 2000 passou a pertencer à STBI – Sociedade Têxtil da Beira Interior, SA. O que outrora foi uma importante tinturaria encontra-se atualmente desocupado (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica Copeiro & Donas

Localização: Alameda da Europa (Anexo 2, ref. 23)

A Fábrica de Copeiro e Donas (Anexo 2: ref. 23) foi adaptada para ser a primeira central elétrica da Covilhã, fornecendo energia para iluminação e para a pequena indústria. É um edifício de estilo Arte Nova "que se caracteriza por apresentar um quadro azulejar na sua frontaria, de carácter religioso". Foi recuperada o que modificou alguns aspetos arquitetónicos da sua fachada (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica Covilan

Localização: Avenida Cidade do Rio de Janeiro (Anexo 2, ref. 24)
Data: 1964

Situa-se na Estrada Nacional 501, conhecida também por Avenida do Rio de Janeiro. É uma empresa (Figuras 123 e 124, Anexo 2: ref. 24), relativamente recente, foi fundada em 1964 e ainda se encontra em funcionamento trabalhando na área da preparação e fiação de fibras de lã para a produção de fios, linhas e malhas (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figuras 123 e 124 - Fábrica Covilan. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Fábrica de Cristiano Cabral Nunes & Filhos

Localização: Avenida Cidade do Rio de Janeiro (Anexo 2, ref. 25)
Data: 1978

Foi construída em 1961, tendo como arquitetos Maurício de Vasconcelos e Luís Alçada Baptista, e como sócio Luís Filipe Mesquita Nunes, uma personalidade de destaque no panorama covilhanense, sendo inclusive um dos mentores da UBI.

No ano 1978 a Fábrica de Cristiano Cabral Nunes & Filhos (Anexo 2: ref. 25), fundia-se com a tinturaria de Clemente Petrucci & Irmão Lda. especializada em cardação, fiação e tecelagem, originando a CIL, Complexo Industrial de Lanifícios. Lda. que funcionou até 1979. Entre 2000 e 2006 a Sociedade Têxtil da Beira Interior funcionou no edifício, vindo a encerrar, estado em que permanece atualmente (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de Valério Gomes Correia & Irmão

Localização: Rua do Pisão Novo (Anexo 2, ref. 26)
Data: 1840

Atualmente são apenas ruínas (Figuras 125 e 126, Anexo 2: ref. 26), que pouco ou nada lembram aquilo que antes foi uma fábrica denominada Pisão Novo.



Figuras 125 e 126 - Fábrica de Valério Gomes Correia & Irmão. Fonte: C.M.C et al., 2015

Esta ruína é apenas a parte visível de um enorme complexo industrial que contava ainda com estendedores e râmolas. Havia também um sistema de levadas que conduziam a água

da Ribeira da Goldra às instalações da fábrica. A Empresa Valério Gomes Correia & Irmão funcionou aqui desde 1840, vindo a ser passada a tutela à Companhia Nacional de Lanifícios. Já no século XX foi propriedade de Francisco Fino. Sofreu um violento incêndio que deixou o edifício em ruínas (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Sociedade Fiandeira Mirense e a Fábrica de Borges Terenas & Irmão

Localização: Rua Dr. Júlio Maria da Costa (Anexo 2, ref. 27)
Data: séc. XX

Localiza-se na Rua Dr. Júlio Maria da Costa, e foi uma importante tecelagem covilhanenses (Figura 127, Anexo 2: ref. 27), do século XX que se dedicava a casimiras com padrões.

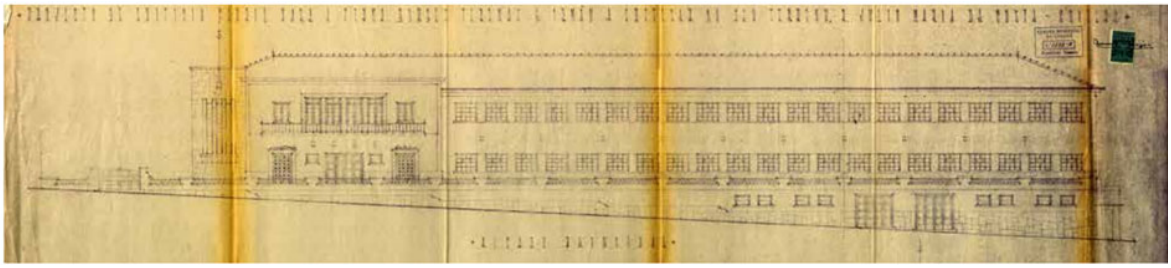


Figura 127 - Alçado da Sociedade Fiandeira Mirense e a Fábrica de Borges Terenas & Irmão. Fonte: C.M.C et al., 2015

Localiza-se na Rua Dr. Júlio Maria da Costa, e foi uma importante tecelagem covilhanenses (Figura 127), do século XX que se dedicava a casimiras com padrões. Fechou em 1987, mas felizmente o edifício foi transformado para receber o Centro de Formação Profissional para a Indústria dos Lanifícios e o Centro de Formação para a Indústria do Vestuário e Confeções. Posteriormente estas entidades dão origem ao Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário Confeções e Lanifícios, delegação da Modatex, estando ainda a funcionar nesta área, é um excelente exemplo do Futuro do património da Covilhã (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de Manuel Lopes Bola

Localização: Travessa dos Pimentéis. (Anexo 2, ref. 28)
Data: 1945

Data de 1945 e especializava-se em tecelagem, funcionando até 1971, ano em que foi adquirida pela Empresa Farias & Bichinho que laborou até aos anos 90. É um edifício (Figura 128, Anexo 2: ref. 28) que, quando visto da Estrada do Sineiro parece de um só piso, mas que na realidade tem vários andares que acompanham o declive do terreno, algo bastante característico de edificados em terrenos com declives acentuados e, portanto, algo que acontece com frequência na Covilhã (E.M.V. Ribeiro, 2020).

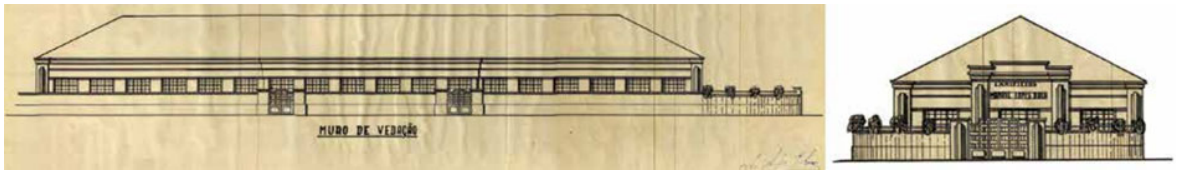


Figura 128 - Alçados da Fábrica de Manuel Lopes Bola. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Fábrica de Ranito Mesquita & Companhia

Localização: Rua Mateus Fernandes, Travessa do Ranito (Anexo 2, ref. 29)
Data: século XIX

Localiza-se na margem direita da Ribeira da Carpinteira e foi uma importante fábrica (Figura 129, Anexo 2: ref. 29) de produção completa já desde o século XIX, tendo sido considerada nos anos trinta do século XX como uma referência na indústria dos lanifícios da Covilhã.



Figura 129 - Fábrica de Ranito Mesquita & Companhia. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Chegou a ter doze edifícios e râmolas de sol e tanque de lavagem, mas atualmente só restam as ruínas devido aos vários incêndios que sofreu, sendo o último no ano 2000 e do qual não recuperou (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica dos Cruzes

Localização: Calçada das Poldras (Anexo 2, ref. 30)
Data: 1848

Encontra-se ao fundo da Calçada das Poldras (Figura 130 e 131, Anexo 2: ref. 30), que tem este nome "em homenagem às pedras existentes sobre o leito de um curso de água e que permitiam a passagem de uma margem para outra" (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figuras 130 e 131 - Fábrica dos Cruzes. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Encontra-se atualmente em ruínas, mas em tempos foi uma conhecida fábrica fundada em 1848 por Francisco Cruz. Era uma fábrica completa e dispunha de râmolas que ainda hoje podem ser observadas, assim como a casa do guarda e a casa dos operários (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de Vitorino Duarte Moreno

Localização: Calçada de Santa Cruz (Anexo 2, ref. 31)
Data: 1939

A Fábrica de Vitorino Duarte Moreno (Figura 132 e 133, Anexo 2: ref. 31) localiza-se na Calcada de Santa Cruz. Era uma fábrica que se dedicava à tecelagem, construída no ano de 1939 e pertencente a Vitorino Duarte Moreno.



Figura 132 - Fachada da devoluta fábrica de Vitorino Duarte Moreno, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.



Figura 133 - Porta da devoluta fábrica de Vitorino Duarte Moreno, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Anos mais tarde a fábrica passa a ser explorada pela firma Lanifícios de Santa Cruz pertencente ao industrial Aníbal Pereira Nina (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica do Castelo

Localização: Rua das Escadas do Castelo (Anexo 2, ref. 32)
Data: séc. XIX

A fábrica (Figuras 134 a 137, Anexo 2: ref. 32) tinha também a casa dos operários e a do dono. Uma das suas extremidades um adarve que pertenceu ao castelo e uma das antigas torres funcionou como um reservatório de água que se identifica facilmente pela sua altura. "A Fábrica do Castelo pertencia a Manuel Mendes da Cunha e foi uma tecelagem do século XIX." (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 134 - Ruínas da antiga Fábrica do Castelo, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.



Figura 135 - Ruínas da antiga Fábrica do Castelo, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.



Figura 136 - Portão da antiga Fábrica do Castelo, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.



Figura 137 - Beco Castelo, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Posteriormente foi adquirida pela Empresa Francisco Rodrigues Pintassilgo, e sofreu uma transformação arquitetónica. Teve ainda, como proprietariado António José Matos e foi sob o seu comando que houve, nos anos 90 do século XX, um violento incêndio que a deixou em ruínas (E.M.V. Ribeiro, 2020).

É um excelente exemplo da transformação de uma cidade, em especial da Covilhã, indicativa de como as prioridades se transformam e a arquitetura as acompanha. Houve tempos em que seria impensável uma cidade sem um castelo, mas com a evolução da sociedade as prioridades foram-se alterando e um castelo, que era um elemento fundamental de defesa, deu lugar a uma fábrica que impulsionou a economia da cidade durante muito tempo. Quando deixou de ser necessária ficou abandonada à espera de melhores dias, mas com esperança no futuro e com a sociedade a evoluir no sentido certo, a Fábrica do Castelo terá com certeza uma função digna da sua arquitetura e da sua história (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de José António Pereira Espiga

Localização: Rua de São João de Deus (Anexo 2, ref. 33)
Data: sec. XIX.

Na Rua de São João de Deus encontra-se o que em tempos foi a Fábrica de José António Pereira Espiga (Figura 138, Anexo 2: ref. 33), que se dedicava à fiação e à tecelagem e que começou a trabalhar no século XIX.



Figura 138 - Rua de São João de Deus, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Atualmente está irreconhecível pois nos anos oitenta do século XX foi transformada numa área habitacional (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de José Monteiro Grilo

Localização: Rua Capitão João de Almeida (Anexo 2, ref. 34)
Data: séc. XX

A Fábrica de José Monteiro Grilo (Figura 139, Anexo 2: ref. 34), também conhecida como "Fábrica do Saraiva", data dos anos quarenta do século XX e incluía também a casa do proprietário. Sofreu obras profundas no ano 2000 para lá poder funcionar o Centro Comunitário de Apoio ao Idoso da Associação Mutualista Covilhanense (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 139 - Atual Centro Comunitário de Apoio ao Idoso da Associação Mutualista Covilhanense. Autor: Vera de Almeida.

Fábrica de Manuel Anaquim e de João Roque do Nascimento

Localização: Rua da Saudade (Anexo 2, ref. 35)

"Era uma enorme tecelagem pertencente a Manuel Anaquim que também aparece ligado à firma "Alçada & Filho, Sucursais." atualmente transformada em área residencial (Anexo 2: ref. 35) (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de Francisco Ribeiro Aibéo

Localização: Rua Capitão João de Almeida (Anexo 2, ref. 36)
Data: 1936

Foi construída em 1936 e funcionou até 1990 como fiação. Em 1963 a fábrica mudou de nome para Francisco Ribeiro Aibéo & Filhos (Figura 140, Anexo 2: ref. 36), passando a dedicar-se à produção de fios de algodão retorcidos e de fantasia e fios de seda vegetal (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 140 - Antiga Fábrica de Francisco Ribeiro Aibéo. Autor: Vera de Almeida.

> "A casa situada a nível mais baixo na rua pertencia ainda à companhia cuja entrada se situava do outro lado da rua Capitão João de Almeida, no largo de Nª Sr.ª do Rosário, apresentando-se em bom estado, pois nela funciona a Associação Comercial e Industrial da Covilhã." (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de Francisco Mendes Alçada

Localização: Rua Cristóvão de Castro (Anexo 2, ref. 37)

Junto às Escadas da Boavista encontra-se "A fábrica de Francisco Mendes Alçada foi uma tecelagem de certa importância que hoje é um edifício de habitação depois de recuperado." (Anexo 2: ref. 37) (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de José Dias de Assunção

Localização: Rua Pedro Alves (Anexo 2, ref. 38)

A Fábrica de José Dias de Assunção (Anexo 2: ref. 38) situava-se no fundo das escadas da Boavista e dedicava-se à fiação e tecelagem, foi destruída por um incêndio e acabou abandonada, condição em que infelizmente ainda se encontra (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de José Nunes Jacinto (séc. XIX) – Cristiano Cabral Nunes (séc. XX)

Localização: Rua Pedro Alves (Anexo 2, ref. 39)
Data: séc. XIX

O atual edifício não é o original, cuja construção remonta à primeira metade do século XIX, sob a alçada de José Nunes Jacinto. Em 1932 foi adquirido e transformado para albergar a tecelagem de Cristiano Cabral Nunes (Anexo 2: ref. 39) que funcionou no edifício entre 1941 e 1979.

A CIL, Complexo Industrial de Lanifícios, comprou o edifício em 1971 e funcionou neste espaço até ao ano 2000, ano em que a UBI adquiriu o edifício e o transformou na Cantina da Boavista. Existe outra fábrica de Cristiano Cabral Nunes que também integrou a CIL (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de António Carlos Craveiro

Localização: Rua Conselheiro Santos Viegas (Anexo 2, ref. 40)
Data: séc. XIX

É um edifício em pedra lavrada (Figuras 141 e 142, Anexo 2: ref. 40) com dois andares onde funcionava Fábrica Têxtil de António Carlos Craveiro datada do século XIX. O edifício foi recuperado para ser as instalações do Centro Cultural e Desportivo Oriental de S. Martinho (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 141 - Centro Cultural e Desportivo Oriental de S. Martinho e café Oriental. Autor: Vera de Almeida.



Figura 142 - Centro Cultural e Desportivo Oriental de S. Martinho e café Oriental. Autor: Vera de Almeida.

> "Esta instituição, fundada em 1954, promove atividades do âmbito social, recreativo e cultural. O seu nome "Oriental" provém do facto do clube ser formado por um grupo de jovens atletas simpatizantes do Clube Oriental de Lisboa. Hoje, para além do futebol amador, é animado por um rancho folclórico. A sua ligação à têxtil vem do facto de, após a sua formação, ter integrado o campeonato da FNAT, à qual pertencia, tendo defrontado muitas equipas constituídas maioritariamente por operários têxteis. A sua opção passou pelo desporto amador que integra o futebol de cinco, o voleibol, xadrez e ténis de mesa, para além do futebol de 11. A associação dispõe hoje de um pavilhão desportivo." (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica dos Buréis no Convento de Santo António

Localização: Rua Morais do Convento (Anexo 2, ref. 41)
Data: construção do Convento 1553

O Convento de Santo António (Figuras 143 e 144, Anexo 2: ref. 41) é um convento

franciscano datado de 1553. Era um edifício bastante simples que sofreu alterações na primeira metade do século XVIII por ordem do franciscano Frei Miguel de Abrantes com o apoio do rei D. João V.



Figura 143 - Convento de Santo António, década de 50. Fonte: Borges & Morão, 2002.

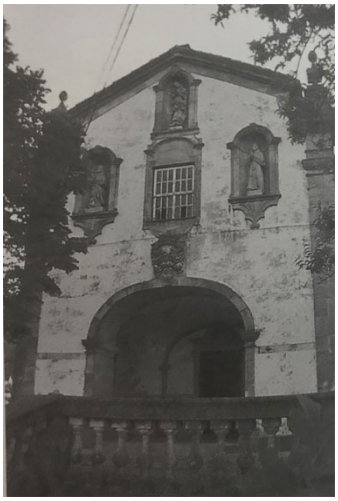


Figura 144 - Fachada do Convento de Santo António, década de 80. Fonte: Borges & Morão, 2002.

Até as ordens religiosas terem sido extintas em 1834, o convento funcionou como fábrica de buréis, tecido que servia as vestes franciscanas. Após esse ano a igreja e os aposentos dos monges ficaram algum tempo abandonados, vindo a ser adquirido e cuidadosamente recuperado pelo artista covilhanense Manuel Morais da Silva Ramos, que aproveitou as instalações para fazer o seu atelier e a sua casa até à sua morte em 1872 (E.M.V. Ribeiro, 2020 e Vaz, 2003).

Logo após a morte do artista, o convento passou para a Câmara da Covilhã que cedeu o espaço à Santa Casa da Misericórdia, e mais tarde, em 1904, foi vendido a privados. Ainda se pensou transformar o edifício num hospital, mas tal nunca se concretizou e, no ano de 1917, o convento assim como a sua igreja eram usados como armazém de Fazendas. A Universidade da Beira Interior adquiriu o edifício em 1987 e adaptou-o respeitando e deixando intactos alguns traços do antigo edifício. Atualmente no espaço funcionam a Reitoria e os Serviços Sociais da Universidade.

A Fábrica dos Buréis no Convento de Santo António é mais um excelente exemplo de uma recuperação, esta levada a cabo pela UBI (E.M.V. Ribeiro, 2020 e Brito, 2012).

Fábricas de Gregório Baltasar e Fábricas de João Carapito Donas

Localização: Rua Comandante dos Bombeiros Sebastião Santos Júlio (Anexo 2, ref. 42)
Data: séc. XIX

Estas duas fábricas encontravam-se uma a seguir à outra e datavam do século XIX, funcionando até quase ao fim do século XX. Ambas de fiação, tecelagem e tinturaria, foram demolidas para dar lugar à APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigo do Cidadão Deficiente Mental). No local existia também "o estendedouro para as lãs e todos os serviços de apoio incluindo uma área residencial.", (Anexo 2: ref. 42) (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de João Bernardo Gíria

Localização: Caminho do Biribau (Anexo 2, ref. 43)
Data: séc. XIX

Situada entre a Real Fábrica de Panos e a Real Fábrica Veiga (Figura 145, Anexo 2: ref. 43), as três dispostas em socalcos.



Figura 145 - Atual Faculdade de Ciências da Saúde da U.B.I. Autor: Vera de Almeida.

É uma fábrica que vem do século XIX, e que foi projetada durante as obras da Real Fábrica Veiga para servir de armazém. Foi adquirida e recuperada pela UBI para acolher a Faculdade de Ciências da Saúde que lá funciona desde 2002 (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica do Rato ou Fábrica de Sebastião da Costa Rato & Sobrinhos

Localização: Rotunda do Rato (Anexo 2, ref. 44)
Data: séc. XVIII

É um grande complexo industrial facilmente reconhecível pela enorme chaminé característica de fábrica (Figuras 146 a 148, Anexo 2: ref. 44).

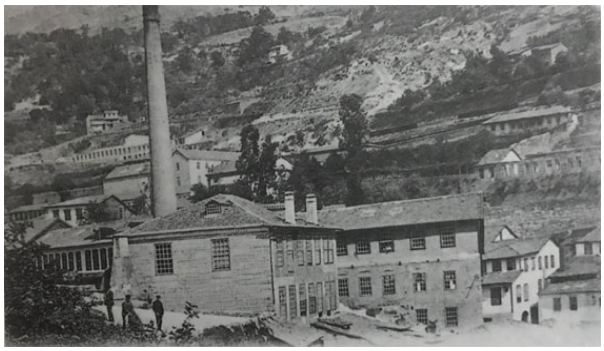


Figura 146 - Antiga Fábrica do Rato ou Fábrica de Sebastião da Costa Rato & Sobrinhos, ano 1890. Fonte: Borges & Gouveia, 2003



Figura 147 - Antiga Fábrica do Rato ou Fábrica de Sebastião da Costa Rato & Sobrinhos atual U.B.I, década de 90. Fonte: Borges & Gouveia, 2003

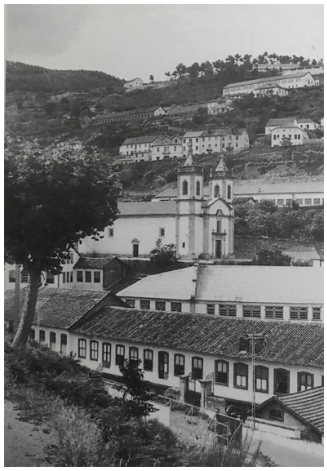


Figura 148 - Antiga Fábrica do Rato ou Fábrica de Sebastião da Costa

Rato & Sobrinhos, década de 50.
Fonte: Borges & Gouveia, 2003

É uma fábrica muito antiga que remonta ao século XVIII, sendo designada de Sebastião da Costa Rato & Sobrinhos. No ano de 1843 passou a ser uma fábrica completa e uma das mais importantes da Covilhã, chegando a ter trezentos operários em 1899. A UBI adquiriu o edifício em 1993 para o converter no atual departamento de Matemática da Faculdade de Ciências (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de José Lages

Localização: Calçada da Fonte do Lameiro (Anexo 2, ref. 45)
Data: 1939

Localizada no cimo da subida da Calçada da Fonte do Lameiro (Anexo 2: ref. 45), ocupando um edifício de grandes dimensões datado de 1939. Tem uma fachada com características modernas onde ressalta o geométrico da fenestração. Esta fábrica, que se dedicava à preparação de fios, fechou, deixando o edifício devoluto (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de José da Cruz Fael

Localização: Calcada das Poldras (Anexo 2, ref. 46)
Data: séc. XIX

A fábrica original de José da Cruz Fael (Figuras 149 e 150, Anexo 2: ref. 46) é do século XIX. A partir dos anos trinta do século XX passa a pertencer a José dos Santos Pinto, sendo uma fábrica têxtil completa.




Figuras 149 e 150 - Fábrica de José da Cruz Fael. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Na década de 70 do século XX, as empresas sucessoras de João Pereira Espiga e a de José dos Santos Pinto, passaram a constituir uma só sociedade denominada Gitêxtil (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica Anaquim & Copeiro

Localização: Calcada das Poldras (Anexo 2, ref. 47)

Esta fábrica (Figuras 151 e 152, Anexo 2: ref. 47) tem uma importante característica, que assenta no facto de a Ribeira da Carpinteira, que passa mesmo em frente, atravessar os dois edifícios, aproveitando assim o mesmo recurso hidráulico (E.M.V. Ribeiro, 2020).




Figuras 151 e 152 - Fábrica Anaquim & Copeiro. Fonte: C.M.C et al., 2015.

> "Nesta fábrica, dada a sua antiguidade, é possível apreciar a evolução das técnicas de aproveitamento da energia hidráulica destinada ao movimento das máquinas, assim como elementos estruturais onde entra o "período das estruturas em ferro" numa e o betão, na outra." (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de António Dias da Assunção Neves ou Fábrica dos Pimentéis

Localização: Travessa dos Pimentéis (Anexo 2, ref. 48)
Data: séc. XIX

É a sede de um complexo de quatro edifícios (Anexo 2: ref. 48), que vem desde o século XIX. Dedicava-se à cardação, fiação, tecelagem e acabamentos, e ainda à produção de mungos. O empreendimento tinha ainda râmolas de sol e usava rodas hidráulicas, possível graças à sua localização junto à Ribeira da Carpinteira. A fábrica pertenceu a António Baptista Leitão que aí trabalhou até 1848, passando em seguida a pertencer a António Dias da Assunção Neves até à década de oitenta do século XX. Já nos anos noventa passaram aí a funcionar as conhecidas confeções Bambi (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de João da Silva Fiadeiro

Localização: Calcada das Poldras (Anexo 2, ref. 49)
Data: séc. XIX

A Fábrica de João da Silva Fiadeiro (Figura 153, Anexo 2: ref. 49), era uma fiação enorme que funcionou durante o século XIX e XX, mais precisamente até 1947, ano em que foi integralmente consumida por um incêndio que a deixou no estado em que atualmente se encontra (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 153 - Fábrica de João da Silva Fiadeiro. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Fábrica Sutre, Antunes & Oliveira, Lda.

Localização: EN 230, Sítio da Califórnia (Anexo 2, ref. 50)
Data: 1959

É uma fábrica (Figura 154, Anexo 2: ref. 50) do ano de 1959, pertencente a Júlio Martins Sutre, João Antunes e César Fernando da Costa de Oliveira Brás. Dedicava-se à tecelagem, operou entre 1959 e 1965.



Figura 154 - Fábrica Sutre, Antunes & Oliveira, Lda. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Em 1999 foi adquirida pela Empresa Eduardo & Alves Lda. e hoje encontra-se desativada (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de Álvaro de Moura

Localização: EN 230, Sítio da Califórnia (Anexo 2, ref. 51)
Data: 1957

Foi uma fábrica de tecelagem (Figuras 155 e 156, Anexo 2: ref. 51) que trabalhou entre 1957 e 1977.



Figura 155 e 156 - Fábrica de Álvaro de Moura. Fonte: C.M.C et al., 2015.

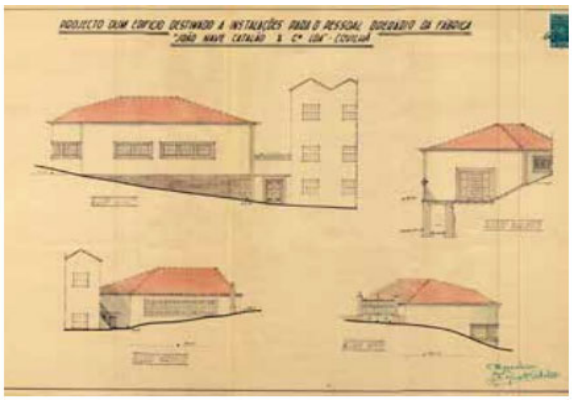
Após o seu encerramento passou a funcionara no local uma unidade de assistência técnica de climatização, assim como de venda de materiais de construção, que ainda hoje lá opera (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de João Nave Catalão

Localização: Calçada das Poldras (Anexo 2, ref. 52)
Data: séc. XX

Trata-se de uma fábrica (Figuras 157 e 158, Anexo 2: ref. 52) completa, mais precisamente dedicada à cardação, à fiação, à tecelagem, à tinturaria e aos acabamentos. "Era constituída por cinco edifícios, e possuía râmolas nas suas instalações. No fim dos anos 50 do século XX, a firma foi adquirida pela firma Sá Pessoa & Irmão." (E.M.V. Ribeiro, 2020).





Figuras 157 e 158 - Fábrica de João Nave Catalão. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Fábrica de João Pereira Espiga

Localização: Calçada das Poldras (Anexo 2, ref. 53)
Data: 1919

Localiza-se na margem direita da Ribeira da Carpinteira e é facilmente identificável devido ao seu portão que ainda possui as letras JPE, iniciais do proprietário, e a data de construção, 1919. Tratava-se de uma fábrica (Figuras 159 e 160, Anexo 2: ref. 53) composta por dois edifícios juntos, dedicando-se à cardação, fiação, tecelagem e acabamento, portanto uma fábrica completa (E.M.V. Ribeiro, 2020).





Figuras 159 e 160 - Fábrica de João Pereira Espiga. Fonte: C.M.C et al., 2015.

Fábrica de Fiação Roseta

Localização: Estrada do Sineiro (Anexo 2, ref. 54)
Data: 1854

É um imponente edifício (Figuras 161 e 162, Anexo 2: ref. 54) que se situa a Oeste da Ribeira da Carpinteira, localiza-se num ponto elevado que lhe da visibilidade na encosta, destacando-se pela sua forma.



Figura 161 – Antiga Fábrica de Fiação Roseta, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.



Figura 162 – Antiga Fábrica de Fiação Roseta, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida.

Dedicava-se à cardação e fiação e iniciou o seu funcionamento em 1854 sob o domínio da sociedade Tavares & Espinho/Gregório Baltazar Júnior. No ano de 1966 a fábrica foi adquirida pela Sociedade Têxtil António Roseta que aí trabalhou até ao seu encerramento definitivo em 1992 (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs Lda.

Localização: Estrada da Fábrica Velha (Anexo 2, ref. 55)
Data: 1938

Fábrica (Figuras 163 a 168, Anexo 2: ref. 55) dedicada à cardação, fiação e tecelagem, o que se designa por fabrica completa. O edifício tem um traçado moderno e data de 1938 (E.M.V. Ribeiro, 2020).

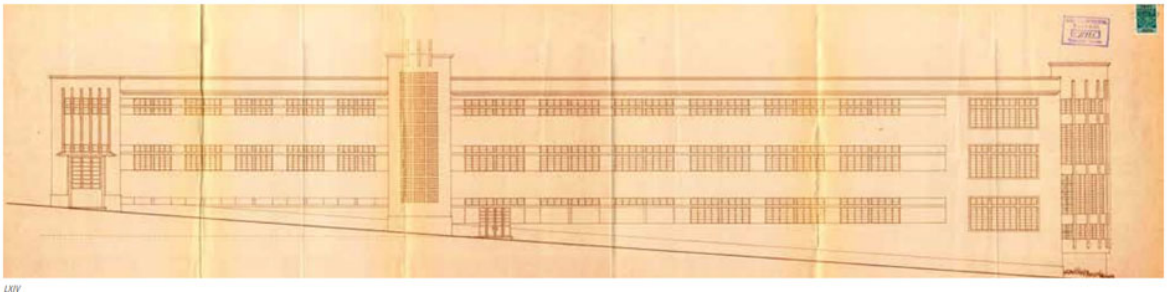


Figura 163 - Alçado da Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs Lda. Fonte: C.M.C et al., 2015.



Figura 164 - Interior da Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs Lda. Fonte: C.M.C et al., 2015.



Figura 165 - Fachada atual do devoluto edifício da Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs Lda. Autor: Vera de Almeida.



Figura 166 - Fachada lateral que acompanha a curvatura da Estrada da Fábrica Velha, atualmente, 2021, o devoluto edifício da Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs Lda. Autor: Vera de Almeida.



Figura 167 - Entrada da Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs Lda. Autor: Vera de Almeida.



Figura 168 - Portão de entrada da Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs Lda. Autor: Vera de Almeida.

A Nova Penteação numa altura, política e historicamente bastante complicada para o Mundo, mas que acabou por ser muito favorável para o aparecimento e crescimento das fábricas (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Com a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial os países que não estavam diretamente envolvidos tinham a oportunidade de produzir e exportar produtos. Foi para aproveitar esta oportunidade que surge a Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs Lda. A fábrica era caraterizada pela moderna maquinaria (Figura 169) e funcionou até 1998.



Figura 169 - Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs Lda.
Fonte: C.M.C et al., 2015.

Foi, juntamente com a Amândio de Morais e com a Fábrica de Ernesto Cruz, as únicas fábricas que conseguiram superar as primeiras greves operárias nos anos 60. Já nos anos setenta do século XX chegou a ter mais de noventa funcionários o que a tornava uma das

maiores empregadoras da cidade à época (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de Simão da Cruz Fazenda e Filhos

Localização: Rua do Pisão Novo (Anexo 2, ref. 56)
Data: séc. XVIII

O edifício data do século XVIII (Anexo 2: ref. 56) e pertencia ao industrial cristão-novo António Pessoa de Amorim, casado com a viscondessa da Covilhã, D. Maria Cândida Pereira Navarro, o que, após o casamento, o tornou visconde da Covilhã (E.M.V. Ribeiro, 2020).

> "Assim, por exemplo, um dos filhos de António Pessoa de Amorim casou-se com uma sobrinha do visconde da Coriscada que, como vimos, estava ligado à fábrica Campos Melo & Irmão. Ora estes edifícios acabaram por ser adquiridos pelo industrial Simão da Cruz Fazenda e que aqui iniciou esta fábrica e que posteriormente aumentou com a construção de um grande edifício que bordeja a rua do Pisão Novo, já na descida que utilizou para fiação e tecelagem que funcionou até 1974. No local deste edifício, antes, localizava-se o denominado "Engenho Novo" de António Pessoa de Amorim. O edifício será depois adquirido pelo industrial Júlio Madeira e Adrião, que aqui laborará entre 1994 e 1999, fechando definitivamente a partir desta data." (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de Alçada & Pereira / António Pereira Nina Júnior & Filhos, Ninafil.

Localização: Rua do Pisão Novo, Travessa da Fonte Santa (Anexo 2, ref. 57)
Data: séc. XIX

Durante o século XIX funcionou no edifício a Fábrica de Francisco Nunes Marques de Paiva (Figura 170, Anexo 2: ref. 57), conhecida por usar o vapor na sua produção. Mais tarde passou a ser Fábrica de António Pereira Nina Júnior & Filhos, mais conhecida por Ninafil. Obras feitas nos anos sessenta e setenta do século XX deram ao edifício o seu aspeto moderno (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 170 - Fábrica de Alçada & Pereira / António Pereira Nina Júnior & Filhos, Ninafil, década de 70. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Em 1963 foi alvo de uma grande remodelação e foi criada a Fábrica de Alçada e Pereira que se especializava em tinturaria e acabamento de tecidos, tendo uma instalação de tecelagem desde o ano 2009. A empresa foi grande produtora de "tecidos penteados e cardados em lã, destinados a vestuário, para além de tecidos destinados a mesas de jogo." (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de Manuel Maria Antunes Júnior

Localização: Rua Conselheiro Joaquim Pessoa (Anexo 2, ref. 58)
Data: 1937

Construída em 1937, foi uma fábrica de tecelagem (Anexo 2: ref. 58), tinturaria e râmolas de sol partilhada com outras fábricas da zona (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Localiza-se na parte alta da rua do Comendador Joaquim Pessoa e felizmente foi mais um edifício em que a UBI fez um excelente trabalho de reabilitação, funcionando desde 2002 como os Serviços Técnicos da Universidade (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de Francisco Roque da Costa Júnior

Localização: Largo do Rato (Anexo 2, ref. 59)
Data: séc. XIX

Situada no Largo do Rato, a Fábrica de Francisco Roque da Costa Júnior (Figuras 171 e 172, Anexo 2: ref. 59) funcionou durante o século XIX, era dedicada ao fabrico de mungos e de tapetes, tendo também uma parte de lavandaria e tinturaria. O edifício sofreu dois grandes incêndios, um em 1923 e outro em 1930, mas foi sempre recuperado (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 171 - Ponte do Rato. Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 172 - Ponte do Rato, atualmente. Autor: Vera de Almeida.

A Fábrica de Francisco Roque da Costa Júnior foi construída a partir de edifícios que inicialmente pertenciam à Real Fábrica Veiga. Foi adquirida pela UBI em 1991, e atualmente é um edifício modernizado onde funcionam os Serviços de Informática da UBI (E.M.V. Ribeiro, 2020 e Vaz, 2003).

Fábrica de João Borges Terenas

Localização: Largo de Sta. Maria (Anexo 2, ref. 60)

> "Aquilo que parece ser um edifício de um só piso tem, de facto, quatro quando visto da parte baixa do Largo de Santa Maria, onde se localiza uma outra entrada para o estabelecimento fabril. Foi totalmente recuperado, mantendo a sua traça original, sendo ocupado hoje por uma cooperativa farmacêutica, a Farcentro." (Anexo 2: ref. 60) (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Laboratório Têxtil da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios

Localização: Rua Conde da Ericeira (Anexo 2, ref. 61)
Data: 1950

Não é uma fábrica (Anexo 2: ref. 61), mas sim um laboratório. Foi edificado em 1950 e encontra-se já um pouco afastado do centro da cidade. Funcionou também como acondicionamento das matérias-primas e ainda armazém sendo a sua finalidade controlar a qualidade das matérias-primas que iriam servir para a produção de lanifícios (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de António Estrela & CIA.

Localização: Rua Mateus Fernandes (Anexo 2, ref. 62)
Data: 1853

A Fábrica de António Estrela & CIA (Figuras 173 a 175 Anexo 2: ref. 62) localiza-se no vale da Ribeira da Carpinteira e começou a funcionar em 1853, crescendo progressivamente e chegando a ter e um total de treze edifícios. Tinha também as suas próprias râmolas e local de secagem. O edifício central é atualmente fábrica e casa de habitação (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 173 - Antiga Fábrica de António Estrela & CIA. Atual New Hand Lab. Autor: Vera de Almeida.

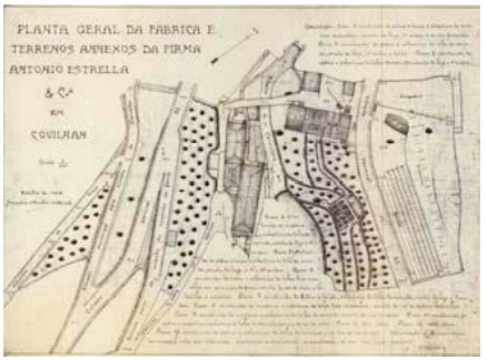


Figura 174 - Planta da Antiga Fábrica de António Estrela & CIA, atualmente a New Hand Lab. Fonte: C.M.C et al., 2015.



Figura 175 - Antiga Fábrica de António Estrela & CIA, atualmente a New Hand Lab. Fonte: C.M.C et al., 2015.

No segundo andar encontrava-se a administração, no primeiro andar era a casa de algumas pessoas ligadas ao trabalho na fábrica e no piso térreo estavam as máquinas e toda a zona de produção (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Era o que se designa por uma fábrica completa. Embora muitos dos edifícios iniciais estejam encerrados desde 2002, o edifício central foi reabilitado e ainda funciona, podendo ver-se como se processam os lanifícios. Atualmente são ali produzidas várias peças de roupa e peluches que depois são vendidos na loja da fábrica e noutras lojas da Covilhã (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Em 1904 foi-lhe atribuída a medalha de ouro pela qualidade do seu produto na exposição internacional de St. Louis, em 1976 recebeu o galardão máximo de "design mundial têxtil" e desde Junho de 2019 que todo o conjunto de edifícios foi considerado de interesse público o que levou a varias recuperações (E.M.V. Ribeiro, 2020). Este é um exemplo de criatividade que dá Futuro à cidade e promove o património Covilhanense.

> "O futuro do espaço é já o presente, pois alguns dos edifícios da fábrica de António Estrela foram transformados para receber o New Hand Lab é um espaço novo levantado a partir de antigas instalações da fábrica e que foram recentemente convertidas em espaço de associação, de comunicação e de montra para muitos

artistas que subordinam a sua obra aos lanifícios, acolhendo as iniciativas e a criatividade locais, dispondo de uma área onde estes podem vender os seus produtos. A característica fundamental desta criação reside no facto do responsável pelo espaço ser o sucessor do último dono da fábrica que aqui operava e que continua a operar. O New Hand Lab recorda, desta forma, o passado da empresa no meio onde se insere, dando-o a conhecer." (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Lanofabril Lda.

Localização: Rua da Indústria (Anexo 2, ref. 63)
Data: 1990

Foi uma importante fábrica completa de lanifícios, que funcionou até ao seu encerramento em 1990 (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Chegou a ter quatrocentos e cinquenta e cinco trabalhadores. Sendo uma empresa moderna e com boas máquinas (Figuras 176 a 179, Anexo 2: ref. 63) conseguiu resistir ao complicado período do 25 de Abril, porem não conseguiu sobreviver à crise que Portugal atravessou no final dos anos oitenta do século XX e que culminou em despedimentos massivos (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 176 - Interior da Lanofabril Lda. Fonte: Leite, 2013.



Figura 177 - Interior da Lanofabril Lda. Fonte: Leite, 2013.



Figura 178 - Interior da Lanofabril Lda. Fonte: Leite, 2013.



Figura 179 - Interior da Lanofabril Lda. Fonte: Leite, 2013.

"Hoje os edifícios continuam ativos, embora com funções muito diferentes, abrigando uma empresa de comércio e distribuição alimentar e uma outra de comércio a retalho de material de bricolage." (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica do Conde da Covilhã

Localização: Estrada do Sineiro (Anexo 2, ref. 64)
Data: séc. XIX

Cândido Augusto de Albuquerque Calheiros (1840-1904), mais conhecido como "Conde da Covilhã", era administrador na Fábrica José Mendes Veiga & Sucessores e ainda em muitas outras que pertenciam ao mesmo grupo. Uma das fábricas da qual era proprietário situava-se no terreno do seu palacete, algo que era bastante usual no século XIX (E.M.V. Ribeiro, 2020).

A Fábrica do "Conde da Covilhã" (Anexo 2: ref. 64) situa-se por baixo dos contrafortes da Fábrica de Ernesto Cruz que atualmente é o polo IV da UBI. Trata-se de um enorme edifício construído na margem esquerda da Ribeira da Carpinteira.

Hoje são ruínas, restando apenas os altos muros, mas em tempos foi um conjunto de edifícios onde se trabalhava incessantemente na produção de lanifícios que iniciou atividade no século XIX (E.M.V. Ribeiro, 2020 e Brito, 2012).

Com a morte do "Conde da Covilhã" em 1904, a fábrica passou para os seus descendentes, vindo a ligar-se a Manuel Lino Roseta em 1919 e começando a desenvolver a cardagem, a fiação e a tecelagem. Na sequência de dois incêndios que destruíram parte da fábrica em

1938, é vendida, em 1940, ao industrial João Gigante que cria a Sociedade João Gigante & Filho, funcionando até 1972, ano em que encerra, permanecendo devoluta desde então (E.M.V. Ribeiro, 2020).

> "O futuro do espaço. Nos estudos que fui efetuando sobre esta matéria, surgiu uma interessante proposta de reabilitação deste espaço, da autoria da arquiteta Maria Ana Fonseca
>
> A arquiteta refere o esforço que a Covilhã faz no sentido de reconverter muitos dos espaços industriais, hoje abandonados e em estado de profunda degradação, adaptando-os a novas funções. Por outro lado, refere, a indústria tem tendência a deixar a cidade e instalar-se nos polos industriais, na periferia da mesma. É a denominada desindustrialização, que acontece um pouco por toda a Europa, mas que conduz a maciças demolições ou então, ao abandono das fábricas que assim poluem o ambiente visual das cidades. As autoridades perceberam que a recuperação de muitos desses edifícios permite não só a sua utilização, como ainda a manutenção de património local. E, como já vimos, entre essas entidades, está a Universidade da Beira Interior, que tem tido um papel notável na recuperação do património e na musealização de muitas infra-estruturas recuperadas das ruínas. Refere, a certa altura" (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de Paulo de Oliveira

Localização: Quinta das Mineiras, Boidobra (localização não abrangida no mapa do Anexo 2)
Data: Séc. XX (ainda em atividade)

Situa-se na zona da Quinta das Mineiras e é das poucas fábricas de lanifícios da Covilhã que se conseguiu manter ao longo do tempo e que ainda funciona com o mesmo rigor, mas sempre a par das inovações tecnológicas na produção de lã. O grupo adquiriu outras unidades fabris, que se encontravam encerradas, como foi o caso da Nova Penteação – atual Tessimax, e também da Penteadora e da Firma Moura & Matos.

A fábrica passou por momentos difíceis no fim do século XX e em 2010 com a crise que afetou a Europa. Modernizou-se, apostando na energia limpa, com a aquisição de painéis solares que permitem dar responde a 1/3 das suas necessidades energéticas, começando a aplicar este modo de energia também nas outras fábricas pertencentes ao grupo. Como

medida de sustentabilidade a água usada no processo de produção é reciclada, o que torna a empresa uma fábrica têxtil muito sustentável. A empresa soube sempre sobreviver porque se foi adaptando às novas tecnologias, mas também às novas necessidades, como a aposta em novos produtos e novas fibras (E.M.V. Ribeiro, 2020 e Brito, 2012).

> "Trata-se de um grupo com enorme solidez e que representa de facto a parte boa do capitalismo industrial, centrado no autoinvestimento e na existência de fundos de reserva que permitem acudir a variações de mercado ou situações sociais e industriais anómalas. Os seus problemas atuais estão fundamentalmente centrados no custo da interioridade, nas áreas de gestão do pessoal, dada a falta de operários especializados, que combatem com uma política de formação organizada e os contactos, nomeadamente com a UBI e com a utilização cuidada da matéria-prima que representa cerca de 40% do preço do produto final." (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Companhia Nacional de Lanifícios

Localização: Rua Marquês de Pombal (Anexo 2, ref. 65)
Data: séc. XIX

É um edifício composto por três blocos caracterizados pela simetria que começou a funcionar no século XIX com a finalidade de ser sede dos escritórios da companhia. criada pelo comendador Valério Gomes Correia, o mesmo que fundou a fábrica situada no Pisão Novo, que também pertencia a Companhia Nacional de Lanifícios (Anexo 2: ref. 65) (E.M.V. Ribeiro, 2020).

A Companhia Nacional de Lanifícios era a sede administrativa de várias fábricas, como é o caso da Morões e CIA, uma fábrica que se localizava em Castelo Branco desde 1856 e que tinha como sócio maioritário José António Morão, primeiro visconde de Morão. Esta foi a primeira fábrica a ter uma "máquina a vapor que movia uma oficina de cardagem de lã e um lagar de azeite. Todo o produto fabricado por esta fábrica seguia para uma fábrica da Covilhã, a Fábrica de Francisco Nunes Marques de Paiva…" (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Foi referida em 1881 como uma das fábricas mais importantes da Covilhã juntamente com a Fábrica Campos Melo e a Fábrica Veiga. Após o seu encerramento as instalações administrativas foram usadas como uma oficina de tecelagem da Fábrica António Pereira Nina Júnior & Filhos (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fábrica de Manuel Lourenço

Localização: Estrada da Fábrica Velha (Anexo 2, ref. 66)
Data: 1965

O Industrial Manuel Lourenço adquiriu em 1965 as cotas pertencentes a família Melo e Castro, formando assim a sua própria fábrica (Anexo 2: ref. 66), que operou até 1984. A partir desse ano passa a trabalhar apenas como tecelagem até 1989, acabando por encerrar definitivamente em 2003 devido a um incêndio que destruiu as suas instalações (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Felizmente já muito se tem tentado fazer para valorizar o património da Covilhã, em especial o das fábricas. Um grande obstáculo a esta conversão e recuperação é que muitas destas fábricas pertencem a privados, herdeiros ou sociedades falidas, pois assim, para além da compra do imóvel ser muito dispendiosa, ainda se deve acrescentar o enorme investimento financeiro necessário à recuperação dos edifícios. Mas tem havido vontade e interesse por isso tem-se a esperança de que futuramente sejam reconstruídas e valorizadas estas fábricas, ganhando um novo propósito (Vieira, 2018).

Seria interessante haver recuperações no âmbito da habitação, do turismo, de residências estudantis, (como já aconteceu a Fabrica Francisco Mendes Alçada que depois de obras abriu como residencial académica junto a Faculdade de Engenharias da UBI) ou até percursos turísticos da história das fábricas, em que alguns dos edifícios teriam nova função, mas outros estavam recuperados de modo a serem museus interativos, como uma viagem no tempo (Vieira, 2018).

Os edifícios fabris da Covilhã foram-construídos ao longo de vários momentos da história e isto influenciou os seus estilos. Essencialmente funcionais, com o único propósito de cumprir uma finalidade especifica, iam incorporando também a traça que estivesse mais em voga na época. Podemos assim encontrar um “estilo fabril”, definido como uma arquitetura essencialmente funcional, na qual se encontram muitas das soluções construtivas usadas na arquitetura moderna, e posteriormente grandemente influenciados pela Arquitetura do Ferro e do Vidro, também ela uma arquitetura assente na funcionalidade e que igualmente marcou tudo o que vem a seguir. Estes são os traços gerais das fábricas da Covilhã, onde estão ainda algumas representantes do estilo do Estado Novo (Vieira, 2018).

Características da Arquitetura Fabril

Na Covilhã, destaca-se o Estendedouro de Lãs das Escadinhas do Castelo, situado em plena zona histórica da cidade, mais precisamente junto à rua do Castelo, numa zona de acentuado declive. Este local serviu para a secagem de lãs e apresenta um recinto de planta trapezoidal, formado por blocos de cantaria de granito delimitados por muro. A estrutura é em rampa é ladeada por uma escadaria designada como Escadinhas do Castelo. Apesar da forma irregular, os blocos de cantaria foram dispostos de modo cuidado, o que resulta numa superfície lisa e voltada a Sul, com uma excelente exposição solar (Estendedouro de Lãs das Escadinhas do Castelo. Património Cultural Direcção-Geral do Património Cultural).

> "Em redor deste espaço o muro apresenta-se igualmente rematado a cantaria de granito no topo e na base.
>
> Junto ao limite inferior deste recinto, situa-se uma estrutura de reduzidas dimensões formada por blocos de granito, desenvolvendo-se em três pequenos corpos de vãos retos tendo o central um remate em empena. Esta estrutura, segundo informações recolhidas, integrava-se no sistema de abastecimento de água à Fonte do Castelo" (Estendedouro de Lãs das Escadinhas do Castelo. Património Cultural Direcção-Geral do Património Cultural).

É habitualmente referida como sendo do século XVIII por ser uma época em que as manufaturas começam a ganhar expressão na cidade. Porem poderá ser um reaproveitamento de uma construção anterior. É importante referi quer as primeiras manufaturas que surgiram na cidade datam do século XVII, vindo a aumentar nos finais do século XVIII, inícios do século XIX, de tal modo que a Covilhã chegou a ser considerada um dos maiores polos de produção de tecidos de lã, tanto artesanalmente como industrialmente.

Na década de oitenta do século XX, muitas das fábricas foram desativadas e muito do que restava da atividade têxtil passou a ser considerado património a preservar.

O Estendedouro de Lãs das Escadinhas do Castelo foi gerido por Monteiro-Mor do Castelo, José Vaz da Cunha no século XVIII, passando para a posse do seu sobrinho em 1816. A determinada altura pertenceu à Fábrica de Januário da Costa Rato, que se

localizava nas imediações.

Em 1901 o espaço do estendedor era propriedade de D. Ana Cândida Freire Tavares e foi hipotecado pelo então Banco da Covilhã (Estendedouro de Lãs das Escadinhas do Castelo. Património Cultural Direcção-Geral do Património Cultural).

- Galpões industriais - área onde se produz e deposita as matérias-primas e os produtos acabados de uma empresa (SOGALPOES, 2019).

- Râmolas - eram formadas por barras com pregos e tinham como finalidade prender e esticar os "cortes de tecido". Por este motivo eram montadas sobre muretes de granito. Na Covilhã, as râmolas eram construídas em socalcos aproveitando os desníveis naturais do terreno para obter uma melhor exposição ao sol. As barras inicialmente eram construídas em madeira, durante o século XIX, passaram a ser de ferro.

Este equipamento foi utilizado até meados do século XX, altura em que se deixou de usar o método natural de secagem da lã passando a ser a secagem mecanizada (M. L. U.B.I, 2008).

- Râmolas de Sol – serviam para secar e estirar ao ar livre os panos de lã, depois de virem molhados dos lavadouros, dos pisões e dos tintes (M. L. U.B.I, 2008).

- Rodas Hidráulicas – engenho movido pela água. Trata-se de uma roda que tem “pás” onde entra e sai a água o que provoca um movimento giratório. É instalada próxima a uma pequena queda de água. Esta solução serve para transportar a água a grandes distâncias, sem outro tipo de energia, sendo, provavelmente o primeiro engenho de energia mecânica que substitui o trabalho de humanos e de animais (História da rota d´água, 2021).

- Sistema de Levadas - As “levadas” são estreitos canais de água com um declive suave que levam água para campos de cultivo ou para moinhos de água. São bastante conhecidas as “levadas” da ilha da Madeira (Madeira best, 2017).

- Telhado em Lanternim - É uma estrutura instalada na cumeeira dos telhados de galpões industriais. O lanternim tem aberturas que favorecem a ventilação natural, algo que se

torna muito eficiente na construção pois é uma resposta à ventilação e ao conforto do espaço de trabalho (SOGALPOES, 2019).

1.3.3 - Personalidades da Indústria

A Covilhã foi feita graças às suas pessoas. Desde sempre que foi uma cidade de gente trabalhadora (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Foi na época da industrialização que a cidade mais cresceu, começando a tornar-se o que é hoje. Fez-se também graças ao trabalho de muitos que infelizmente não ficaram para a história por injustiça das circunstâncias em que nasceram, mas todas essas pessoas trabalharam em condições extremas, desumanas, injustas e muitas vezes cruéis e fizeram da cidade da Covilhã o que ela é hoje (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Na lista que se segue está uma compilação de algumas personalidades ou famílias que se destacaram na cidade pelo seu contributo na época da sua industrialização, mas esta lista apenas reflete algumas pessoas, aquelas que tiveram a sorte de nascer com um estatuto social que lhes permitiu ficar na História. O trabalho que fizeram é incontestável e poderiam ter escolhido não fazer a diferença, mas felizmente contribuíram de alguma forma e ficaram na História da Cidade. Mas não devemos nunca esquecer todos os "invisíveis" que igualmente deram o seu contributo (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Conde da Ericeira

(1632-1690)

Nasceu em Lisboa a vinte e dois de Julho de 1632, com o nome de D. Luís de Meneses, mas ficou conhecido como terceiro Conde da Ericeira, ou simplesmente Conde da Ericeira. Foi casado com D. Joana Josefa de Meneses, sua sobrinha.

Destacou-se como militar ao comandar a artilharia nas batalhas do Ameixial e Montes Claros e é ainda autor da obra literária "História de Portugal Restaurado."

Foi um notável político, apoiou D. Pedro II contra D. Afonso VI. Nomeado "Vedor da

Fazenda", e pôs em prática uma política mercantilista baseada na doutrina de "Duarte Ribeiro de Macedo." Para resolver a crise que Portugal atravessava aplicou leis que vigoraram de 1677 a 1689 e que proibiam o uso de tecidos importados. Foi ainda grande impulsionador do desenvolvimento das manufaturas portuguesas, mandou plantar amoreiras e fomentou a criação de bichos-da-seda. Trouxe técnicos ingleses e italianos especializados na produção de lanifícios para que transmitissem os seus conhecimentos e ainda criou novas fábricas nos locais onde já havia alguma atividade ligada aos lanifícios. Criou as fábricas "Lanifícios do Alentejo", em Portalegre, "Lanifícios da Beira", no Fundão e, na Covilhã, a "Sedas de Trás-os-Montes".

Suicidou-se a vinte e seis de maio de 1690 (Porto Editora (Ed.), 2022).

As melhorias no comércio colonial e o ouro do Brasil ditaram, posteriormente, o abandono desta política de fomento manufatureiro (Porto Editora (Ed.),2022)

Campos Melo

(1840-1890)

A família Campos Melo está intimamente ligada à História da Covilhã, tanto na indústria, como na educação, deixando um importante legado no desenvolvimento da cidade (Oliveira, Brás & Silva, 2020).

O percurso da família Campos Melo iniciou-se com José Maria da Silva Campos Melo que, com o seu irmão Visconde da Coriscada e o sócio Gregório Nunes Geraldes, fundaram a Fábrica Campos Melo em 1835. A fábrica foi sede de um grupo empresarial que contribuiu enormemente para história dos lanifícios da região e mesmo do país, sendo uma das poucas que tinha mais de cem operários (Oliveira, Brás & Silva, 2020).

Em 1851 foi adquirido o edifício denominado "Fábrica Velha", e, após um incêndio, a fábrica foi totalmente reconstituída. A fábrica em 1864 já era de produção completa designada de Mello Geraldes & Cª, nela trabalhavam duzentos e quarenta e quatro trabalhadores. Na Campos Mello & Irmão, que era especializada em acabamentos, contava com cinquenta e sete operários (Oliveira et al., 2020).

José Maria de Campos Melo é condecorado por D. Luís I, a vinte e oito de Março de 1864, com o grau de Comendador de Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo (Oliveira et al.,

2020).

Morreu a três de Março de 1866, deixando 1.500$000 Reis à Misericórdia da Cidade da Covilhã. O seu filho, José Maria Veiga da Silva Campos Melo prossegue o trabalho do seu pai e torna-se, também ele, industrial de sucesso (Oliveira et al., 2020).

José Maria Veiga da Silva Campos Melo, também conhecido como José Maria da Silva Campos e Melo Júnior, era filho de José Maria de Campos Melo, nasceu em Junho de 1840 na Covilhã. Fez o ensino secundário em Lisboa e prosseguiu a formação em Inglaterra e na Bélgica (Oliveira et al., 2020).

O facto de ser uma pessoa viajada que percorreu o Mundo e que teve a oportunidade de conhecer as principais cidades industriais, as grandes fábricas e contactar com as mais recentes inovações técnicas daquela época, fez com que introduzisse novos mecanismos de produção e aperfeiçoasse a indústria têxtil, impulsionando assim a fábrica de família Campos, Mello & Irmão. Foi sempre muito sensível a questões sociais e tentou dar melhores condições aos trabalhadores da sua fábrica com a construção de habitações e oferecendo assistência médica.

Foi um grande benemérito da Covilhã e impulsionador do desenvolvimento do ensino primário e do ensino técnico na Cidade. Criou, em 1870, a Associação Protetora da Infância Desvalida. No ensino técnico foi o fundador da Escola Industrial em 1884, que viria a receber o seu nome. Fundou em 1882 a Biblioteca Heitor Pinto, com o apoio do Visconde da Coriscada e de Francisco Joaquim da Silva Campos Melo, seu tio e sogro respetivamente, isto porque José Maria Veiga da Silva Campos Melo casou com a sua prima Maria da Luz da Silva Campos Melo (Oliveira et al., 2020).

É ainda de referir a sua breve passagem pela política. Exerceu a presidência na Câmara da Covilhã e ocupando o cargo de vereador do Município da Covilhã.

José Maria Veiga da Silva Campos Melo morreu em Setembro de 1890 (Oliveira et al., 2020).

José Mendes Veiga

(1762 -1817)

José Mendes Veiga foi o fundador da Real Fábrica Veiga, uma das maiores empresas têxteis da Covilhã e onde atualmente está o Museu de Lanifícios (Pinheiro, 2021).

Nasceu a 12 de Março de 1762 na freguesia de Santiago da vila de Belmonte, filho de Francisco Mendes Veiga e de Maria Luísa Mendes, uma típica família de cristãos-novos negociantes de lã. Aos quatro anos, após ficar órfão, foi viver para casa dos tios maternos, Teodósio Nunes Preto, na Covilhã, cidade onde se casou em 1782 com Rosa Jacinta de Carvalho Veiga (1766-1844) e onde viria a falecer em 1817.

Em 1784, com apenas 20 anos, José Mendes Veiga fundou uma manufatura junto da Ribeira da Goldra. Foi esta fábrica que originou a Real Fábrica Veiga. Foi sob a sua administração que a fábrica conseguiu sobreviver às diversas crises e tornar-se uma das mais importantes indústrias da cidade (Pinheiro, 2021).

Morreu a 15 de Novembro de 1817 aos cinquenta e cinco anos, passando assim a fábrica a ser administrada pela sua esposa, Rosa Jacinta de Carvalho Veiga, e três dos nove filhos, Rafael, José e Manuel, designando-se a partir de então de Viúva Veiga & Filhos (Pinheiro, 2021).

Família Alçada

A família Alçada, a partir do século XIX, foi fundadora de várias unidades industriais da Covilhã, mas apenas uma fábrica foi designada como Fábrica Alçada. Fundada em 1840 por Manuel Nunes Mouzaco fica ao lado de outra que, essa sim, foi fundada por João Mendes Alçada. Foi uma família com bastante poder económico, proprietários de inúmeras fábricas e imóveis na cidade (Jesus, 2010).

Família Mouzaco

A maioria das famílias ligadas à administração da indústria da Covilhã eram cristãos-novos e as suas famílias estavam ligadas entre si. É o caso da família Mouzaco e da família Alçada. Estas duas famílias eram donas de várias unidades industriais da cidade, a Fábrica Alçada, criada em 1840 por Manuel Nunes Mouzaco, e a fábrica vizinha fundada por João Mendes Alçada que foi a responsável por unir estes dois sócios. Com o casamento entre João Mendes Alçada de Paiva e a filha de Manuel Nunes Mouzaco, Ritta do Sacramento

Mouzaco Alçada, a partir de 1878 a Fábrica Alçada passou a designar-se como Alçada & Mouzaco (Jesus, 2010).

Com a morte João Mendes Alçada, em 1875, a empresa ficou para Manuel Mendes Alçada que a partir desta formou, em 1902, a Manuel Mendes Alçada & Filhos e criou assim sucessivamente outras empresas ligadas à família (Jesus, 2010).

Morais do Convento

(1806-1872)

Manuel Morais da Silva Ramos ficou conhecido com "Morais do Convento", por viver no Convento de Santo António que comprou e reabilitou, fazendo dele a sua casa e atelier.

Nasceu a seis de Janeiro de 1806 e foi um escritor, pintor, desenhador, gravador e medalhista, condecorado pelo rei de Itália. Esteve na Casa Pia de Lisboa e aos dezoito anos ingressou na Brigada Real da Marinha. Nos anos 1832/34 esteve no Porto onde desenvolveu a sua arte chegando a trabalhar no monumento a D. Pedro V erguido em 1864 (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Fez medalhas "de grande valor artístico, como a medalha comemorativa da visita de D. Pedro V à cidade do Porto e a medalha dedicada à memória do rei Carlos Alberto que faleceu exilado na cidade do Porto" (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Mas fez muitas outras medalhas, infelizmente muitas se perderam. Trabalhou também na fábrica de cerâmica da Vista Alegre, elaborando muitas outras obras.

Por ser um escultor exímio e para ganhar dinheiro, falsificou na perfeição libras de ouro e cunhou moeda falsa, o que o levou a cumprir uma pena de prisão na Cadeia da Relação do Porto (E.M.V. Ribeiro, 2020).

> "A sua faceta de escultor legou-nos obras de muita qualidade, como a imagem de Nossa Senhora da Conceição decorada com um presépio na sua base, sendo muitas outras imagens esculpidas pelo artista.
>
> Contudo a situação política que se vivia não era favorável, com o literal assalto às obras de arte pelos liberais, muitas das quais se perderam no tempo. Para além das imagens, o artista esculpia peças várias para as igrejas, incluindo salvas e

candelabros. A aquisição do convento faz-se quando voltou do Porto para a sua cidade. Contudo estava já velho e cansado, mas ainda assim foi capaz de compor a igreja e muitas das salas que pertenceram aos monges, tendo numa delas levantado o seu atelier." (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Gregório Lopes Arroz

(1922-2003)

Nasceu a 4 de Fevereiro de 1922 e foi um importante dirigente sindicalista e Presidente do Sindicato da Indústria de Lanifícios, pertenceu também a vários órgãos sociais das coletividades da Covilhã como por exemplo o Orfeão da Covilhã. Manifestou-se contra o regime Salazarista e lutou sempre pela liberdade e pelas causas sociais, dando voz à luta pela igualdade e justiça defendendo os direitos dos trabalhadores e dos mais pobres. Faleceu a 30 de Novembro de 2003 (Oliveira, 2010).

Alberto Roseta

(1915-1990)

Nasceu na Covilhã em 1915 e foi industrial, sendo como artista plástico que se destacou. Foi autor de inúmeros desenhos da cidade, quadros a óleo e dos painéis das Igrejas de Santa Maria Maior e da Igreja da Misericórdia.

Foi ainda um grande entusiasta de esqui onde se consagrou diversas vezes como campeão. Faleceu em 1990 (Jesus, 2014).

Manuel do Carmo Peixeiro

(1893-1964)

Nasceu na Covilhã em 1893, frequentou a Escola Industrial de Campos Melo e especializou-se na manufatura de tapetes e criou uma técnica chamada de "ponto de

pedra". Devido à fábrica de Manuel do Carmo Peixeiro se ter estabelecido em Portalegre, este método passou a designar-se por "ponto de Portalegre" (Jesus, 2014).

> "Igual fábrica de tapeçaria artística fundou no Porto. Pintores de renome, como Almada Negreiros e Júlio Pomar, executaram cartões para os seus tapetes. Assim a indústria de tapetes de Portalegre atingiu renome universal. Esse artista da indústria têxtil, que faleceu em 1964, sobressaiu entre tantos outros artistas anónimos, que, recebendo a arte de seus pais, mantêm viva uma tradição de muitos séculos." (Jesus, 2014).

João de Figueiredo

(1898-1960)

> "Foi um poeta de índole popular, perdido da labuta dos lanifícios. Autor de bonitas redondilhas, quadras e epigramas, os seus versos alegraram as festas da cidade, e os cantares das janeiras. Além da sua colaboração no semanário "Notícias da Covilhã", onde colaborou sob os pseudónimos de "José Faísca" e "João Ninguém", deixou uns livrinhos de versos, intitulados "Natal" e "Os Pobres" (Jesus, 2014).

Augusto de Figueiredo

(1910-1981)

Irmão de João de Figueiredo, foi um ator que se destacou em diversas peças de teatro como "O Conde de Luxemburgo", "Maluquinhas de Arroios", " A Dança da Morte" e também em várias companhias com a "Companhia Rey Colaço - Robles Monteiro" e a "Mirita Casimiro" em Cascais. Destacou-se no "teatro português, como genial intérprete de Gil Vicente." (Jesus, 2014).

1.4 - Estado Novo na Covilhã

Estado Novo é como se designa a época do regime político ditatorial que Portugal viveu desde a aprovação da Constituição Portuguesa em 1933 até à Revolução de 25 de Abril de 1974 (Pinto et al., 2006).

A partir dos anos 30 em Portugal vivia-se em plena ditadura fascista, que também refletia o terrível momento que o Mundo estava a passar com a Alemanha nazi e a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Civil Espanhola e o Franquismo (Pinto et al., 2006).

As consequências económicas da situação mundial foram aligeiradas em Portugal graças ao comércio colonial e à emigração (Pinto et al., 2006).

Neste período, em Portugal a cultura e a arte foram pouco entendidas e foram censuradas, como tudo o resto, daí o desfasamento dos artistas portugueses em relação à Europa. Assim muitos arquitetos, escultores, pintores e escritores tentaram criar o modernismo português "através de exposições como a que se realizou, em 1935, com os trabalhos de Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szènes e através de construções mais arrojadas e significativas como a do Cinema Capitólio de Cristiano da Silva" (Pinto et al., 2006, p.918).

> "Porém, a partir de cerca de 1940-44, o poder político passou a impor um plano artístico, a proibir obras pelo seu "carácter subversivo" e Oliveira Salazar, então presidente do Conselho de Ministros, criou, em 1933 o Secretariado da Propaganda Nacional (que, depois de 1944, terá o nome de Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo - SNI), dirigido por António Ferro (1895 1956). Este tentou pôr em prática a ideologia do Estado Novo - o tríptico ideológico de Deus, Pátria e Família" (Pinto et al., 2006, p.918).

O Estado Novo assentava na autoridade, na disciplina, na ordem, no nacionalismo, no corporativismo e no catolicismo e a arte foi reflexo disto, servindo de propaganda ideológica. Uma "arte nacionalista". Para fazer a ligação entre a arte e o poder político, António Ferro (1895-1956), à data secretário-geral, organizou em 1940 a "Exposição do Mundo Português". Nesta pareceria entre Estado e Arte estiveram ao serviço António Ferro e Duarte Pacheco (1899-1943), na altura ministro das Obras Públicas e Comunicações. Enquanto Ferro dirigiu a estrutura cultural, Pacheco dirigiu a estrutura física, "ou seja, o primeiro ocupou-se do "espírito", o segundo do "corpo" do Estado Novo."

(Pinto et al., 2006, p. 918).

Nos anos cinquenta, com o pós-Segunda Grande Guerra, houve uma extraordinária evolução cultural por todo o Mundo Ocidental e Portugal não ficou indiferente. De forma muitas vezes clandestina e algumas outras vezes de forma integrada no regime, começou a ir demonstrando a oposição às formas de arte autorizadas, timidamente e sempre com o cuidado que a censura exigia. Essa oposição evidenciou-se na fundação do Grupo Surrealista de Lisboa (1947), na realização do 1ª Congresso Nacional dos Arquitectos (1948), na 1ª Exposição de Arte Abstracta (1954) e na publicação de revistas como a "Vértice" e a "Seara Nova". Apesar destes eventos, a forte repressão resultou nas perseguições e na emigração de muitos artistas (Pinto et al., 2006).

Já com Marcelo Caetano como primeiro-ministro, nos finais dos anos sessenta, houve alguma abertura que deu a possibilidade de surgirem mercados de arte em várias galerias em Lisboa e no Porto. Foram possíveis também a publicação de obras de estudo e de crítica de arte feitas por portugueses e a inauguração da nova sede da Fundação Calouste Gulbenkian, em 1969. Dava-se assim um pouco de cultura e arte ao "povo", mas não demasiada, a maioria da vida artística continuava a ser feita na clandestinidade. Nos anos setenta surgiram produções artísticas privadas e foi autorizado o 3º Congresso da Oposição Democrática, de 1973 em Aveiro (Pinto et al., 2006).

Finalmente chegou a liberdade com o 25 de Abril e com ela a liberdade de pensar e de criar (Pinto et al., 2006).

A arquitetura Modernista em Portugal surgiu durante a ditadura, mas apesar disto conseguiu desenvolver-se e criar projetos significativos. O Modernismo português está discretamente baseado nos franceses, italianos e alemães, podendo caracterizar-se da seguinte maneira:

> "• pela procura da originalidade;
>
> • pela libertação em relação à gramática decorativa clássica e académica, procurando a simplificação e geometrização das formas, dos elementos florais e abstratos, segundo o gosto da Art Deco;
>
> • pela aplicação do racionalismo construtivista e funcionalista de Le Corbusier e do grupo da Bauhaus, nomeadamente na composição assimétrica e livre das plantas e na organização dos volumes e das fachadas daí decorrente;
>
> • pela utilização do betão e dos novos materiais, "respeitando-os" e mostrando-os;

• pelo uso de elementos estandardizados, fruto da produção em série, para embaratecer os custos e possibilitar, nomeadamente, o aumento da construção da habitação social." (Pinto et al., 2006, p.920).

Todas estas características foram aplicadas no urbanismo e na arquitetura – "com especial referência nas moradias e nos prédios de Cassiano Branco, atingindo também as artes gráficas e decorativas" (Pinto et al., 2006, p.920).

Durante esta época destaca-se um dos mais inventivos arquitetos da altura, Cassiano Branco (1898-1970). Foi um sonhador que edificou a cidade de Lisboa mudando a sua imagem. Responsável por icónicos cafés como os já demolidos "Cristal" e o "Palladium", os cinemas "Restauradores" e "Eden", ou o "Pavilhão de Lisboa", onde faz renascer os revivalismos (Pinto et al., 2006 e Vaz, 2003).

Mas a sua obra não se ficou só pela capital, também teve expressão no Porto e em Benguela, Angola. Foi também autor do Portugal dos Pequenitos em Coimbra, em 1938. Nos seus edifícios Cassiano Branco adotou algumas das regras que a ditadura do Estado Novo impunha, mas deu-lhes o seu cunho pessoal e modernista, tentando conciliar o nacionalismo imposto pelo regime com as experiências funcionalistas (Pinto et al., 2006).

A partir de 1938-40 o Estado Novo, impôs uma arquitetura que considerava "Nacional" que se baseava em promover e defender a "casa portuguesa" de Raul Lino. Para tal o regime contou, mais uma vez, com Duarte Pacheco e António Ferro que organizaram o concurso para a "Aldeia mais Portuguesa" (Pinto et al., 2006).

Toda esta arquitetura nacionalista usou as tecnologias da arquitetura modernista submetida às doutrinas do regime assentes nos símbolos históricos classicizantes e religiosos da época em Portugal. Assim, perseguidos pela vaga anti-modernista e pró-portuguesa, foram depurados alguns desenhos considerados mais modernos ou mais abstratos (Pinto et al., 2006 e Vaz, 2003).

"Assim surgiu a arquitetura nacionalista, que se caracterizou:

• pela imposição de um estilo único, com tipologias próprias e modelos oficiais para todas as construções públicas, e mesmo privadas, como prédios de arrendamento e moradias apalaçadas;

• pela realização de projeto de equipamento social, com sentido de propaganda e funcionalidade, como escolas, liceus, estradas, pontes, viadutos, lotas, hospitais,

sanatórios, bairros económicos (sem adereços, de um ou raramente de dois pisos) e prédios de renda económica para as classes médias urbanas, com o máximo de quatro pisos, como o Bairro de Alvalade, em Lisboa. Este tipo de bairros tentava reproduzir as dimensões e a imagem da aldeia - fechados, com uma capela e uma escola no centro;

• pelas formas monumentais, simétricas, austeras, estáticas, de grande verticalidade, com um vocabulário neoclássico, como colunas verticais na fachada, grandiosas entradas e escadarias monumentais, com pés-direitos altos, usando granito ou mármore, procurando assim demonstrar a força do regime, a sua capacidade de concretização e inculcar o sentido da autoridade e da ordem, como nos edifícios públicos (tribunais, câmaras, etc.);

• pelas marcas de revivalismo historicista, como a influência da arquitetura manuelina e seiscentista, pois o passado e a história funcionavam como garantia da autenticidade da arquitetura (este preceituário estilístico foi utilizado, sobretudo, em liceus, prédios urbanos, igrejas...);

• pelas fachadas decoradas com linhas Art Deco, com baixos-relevos colocados no plano central da fachada e em painéis, segundo o gosto modernista, mas com alegorias ao "trabalho", ao "progresso" e a "ordem" (como em cinemas, teatros, fabricas...);

• pela pouca atenção à organização do espaço interno" (Pinto et al., 2006, p.924).

Foi neste panorama que trabalharam alguns dos mais importantes arquitetos modernistas e grandes defensores desta arquitetura, tendo assim muitos dos dos seus projetos aprovados. Mas foi-lhes tirada a liberdade de criara de inovar ou experimentar. "Por isso, o período 1940-44 representa o fim da arquitetura modernista portuguesa para alguns especialistas (Pinto et al., 2006 e Vaz, 2003).

Apesar de 99% dos edifícios terem sido feitos por mestres-de-obras e não por arquitetos, foi a ação destes que corporizou tal ideário." (Pinto et al., 2006, p.922).

No final da Segunda Guerra Mundial (1938-1945), realizou-se em 1948 o 1º Congresso Nacional dos Arquitectos, a partir do qual teve início uma contestação ao regime e uma luta pela reconquista da liberdade na arquitetura com o aparecimento de "uma linguagem simples, inspirada na tradição popular, mas também funcional. Assim apareceu o Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa, proposto em 1949 pelo Sindicato Nacional

dos Arquitetos e só realizado em 1955-60." (Pinto et al., 2006, p.924).

Destaca-se nesta "luta", Keil do Amaral (1910-1975), o criador de um modernismo temperado de tradição, que defendia uma estética adaptada à escala dos locais, com pouca volumetria, que fosse teoricamente racional e formalmente tradicional, num novo entendimento da casa portuguesa e da arquitetura popular, acarinhada por novos ideais estéticos como reação ao modernismo monumentalista do Estado Novo. Foi o autor do Aeroporto da Portela, em Lisboa, 1943, do Pavilhão da Feira Internacional de Lisboa (FIL), 1956, e de alguns parques florestais, como o de Monsanto, entre outras obras (Pinto et al., 2006).

> "A partir dos anos 60, Keil do Amaral, Teotónio Pereira (n. 1922), Nuno Portas (n. 1934) e Fernando Távora foram os grandes referenciais.
>
> No Porto, o Modernismo foi sobrevivendo graças aos esforços individuais de alguns arquitectos (Viana de lima (1913-1991), Armênio Losa (1908-1999) Cassiano Barbosa (n. 1911), Agostinho Rica (n. 1915) e outros), patrocinados por uma clientela burguesa que exigia algo de diferente." (Pinto et al., 2006, p.926).

Nas colónias, aconteceu o mesmo, os edifícios do Estado seguiam as regras da arquitetura do Estado Novo, os restantes tinham linhas mais ao estilo "Le Corbusier" (Pinto et al., 2006).

Já na década de 70, houve um grande número de encomendas de imobiliárias e do próprio Estado o que culminaram num acentuado desenvolvimento (Pinto et al., 2006).

Com a Revolução de 1974 chegou também a liberdade de criar. Arquitetos como Souto de Moura (n. 1952), Siza Vieira (n. 1933), Fernando Távora (1923-2005) e outros, deram uma nova vida, um novo impulso à arquitetura nacional, tornando-a mais conhecida e apreciada (E.M.V. Ribeiro, 2020).

A industrialização trouxe consigo uma grande migração de pessoas do campo para a cidade e a Covilhã não escapou a este fenómeno. Para satisfazer a necessidade de habitação dos operários fabris, foram feitos bairros operários, mas estes foram construídos a um ritmo muito lento, tanto é, que no século XIX e com a chegada da república apenas existiam algumas casas para operários que alguns industriais a título privado tinham construído para alguns funcionários das suas fábricas (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Tanto os governos liberais monárquicos, como os primeiros governos republicanos e as Câmaras, achavam que não era responsabilidade do Estado construir habitação social, em vez disso optavam por sensibilizar investidores privados. Mas não havia muito interesse porque a construção de bairros operários não gerava lucro (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Foi o Estado Novo o principal responsável pela construção dos bairros operários. Com esta finalidade foi elaborado um complexo programa que contava com legislação adaptada e com o apoio de entidades fundadas para apoiar os mais necessitados, como era o caso da Caixa de Previdência. Este programa ficou à responsabilidade do ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco e consistia em três fases; O Programa das Casas Económicas, O Programa das Casas Desmontáveis e O Programa das Casas de Renda Económica.

O programa de arquitetura do Estado Novo abrangia toda a reformulação do espaço urbano, e ainda hoje observamos nos centros das cidades portuguesas as a características da arquitetura daquela época (Castro, 1971 e E.M.V. Ribeiro, 2020).

O Programa de Casas Económicas foi o primeiro a ser posto em prática e tinha como finalidade dar habitação às famílias que se deslocaram dos campos para a cidade. O programa iniciou-se em 1932 com construção de baixo custo que começava com a aquisição de terrenos que eram comprados ou expropriados. Normalmente os terrenos localizavam-se afastados dos centros da cidade. A disposição das casas devia obedecer ao plano de urbanização pensado, com casas de diferentes tipologias para responder às necessidades conforme o número de pessoas do agregado familiar e os seus rendimentos (E.M.V. Ribeiro, 2020 e Vaz, 2003).

A atribuição das casas era feita através de um concurso no qual podiam participar sócios dos Sindicatos Nacionais, empregados, operários, funcionários do Estado e aderentes a Corporações. A atribuição era feita aos selecionados, segundo o equivalente a uma renda mensal em proporção dos rendimentos da família e tendo em conta o agregado familiar. A prestação da casa era estabelecida segundo esses fatores e seria paga durante vinte anos no final dos quais a propriedade passava a pertencer ao concessionado (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Muitas famílias não conseguiram a atribuição de casa por não atingirem o mínimo salarial para concorrer, assim o Estado em 1938 lançou uma segunda modalidade, o Programa das Casas Desmontáveis que se destinava a famílias mais desfavorecidas e decorria a par com o primeiro programa (E.M.V. Ribeiro, 2020).

As casas deste segundo programa, eram bastante simples e tinham quintal. Eram montadas com placas de “lusalite”, que hoje conhecemos como fibrocimento com

composição de amianto, um material que na altura se desconhecia ser bastante prejudicial para a saúde. O programa foi um sucesso, até porque na época decorria a II Guerra Mundial e o Mundo atravessava um momento muito complicado. Portugal não era exceção e, apesar de se ter mantido neutro, havia no país muita fome e miséria (E.M.V. Ribeiro, 2020 e Brito, 2012).

No final da II Guerra Mundial é quando é feito o terceiro e último programa designado de Programa das Casas de Renda Económica, com as mesmas condições económicas que os dois anteriores, ou seja, poucos meios para a aquisição dos terrenos, para a construção e para os materiais (Vaz, 2003).

O Programa das Casas de Renda Económica foi elaborado em 1945, já depois da morte de Duarte Pacheco (1900-1943), e sob a alçada de Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) que digeriu bastante dos primeiros programas. Em vez de casas unifamiliares geminadas com quintal, a proposta consistia em blocos de habitação, com um máximo de três pisos, sem quintal e de renda vitalícia, pertencendo sempre a casa à entidade que as construiu. O projeto baseia-se no conceito "Bairro Jardim", desenhado por arquitetos de renome Ebenezer Howard, que deram ideias para a criação de bairros humanizados, que se iriam integrando na cidade à medida que esta crescesse. Este programa estendeu-se até à década de sessenta do século XX, e foi posteriormente retomado no Plano Intercalar de Fomento que durou de 1965 a 1967.

O Estado Novo, juntamente com instituições locais, foram os grandes promotores de uma habitação digna e acessível a todos na Covilhã, mas também alguns dos industriais da Cidade se preocuparam com as condições dos mais desfavorecidos e contribuíram para melhorar as suas vidas (Castro, 1971 e E.M.V. Ribeiro, 2020).

Desde o início, em 1926, que o Estado Novo tomou medidas para proteger a indústria limitando as importações. Para tal a lei que mais se destacou foi a lei do Condicionamento Industrial que esteve em vigor durante muitos anos. Segundo esta lei era necessário requerer autorização ao estado para abrir um novo estabelecimento, para modificar os equipamentos ou até para transferir produções.

Em 1930 era no Porto que havia mais indústria têxtil, com 235 empresas, o que representava 27% do total nacional e 48% dos funcionários ligados à produção têxtil. Logo a seguir estava a Beira Interior com 132 fábricas o que equivalia a 33% das fábricas nacionais e a 40% dos trabalhadores a nível nacional (E.M.V. Ribeiro, 2020).

A expansão da indústria ficou a dever-se à falta de concorrência, mas os industriais e o Estado não aproveitaram a oportunidade para se modernizarem de forma a poderem

competir com as potências industriais mundiais. Em 1960, com a Associação Europeia do Comércio Livre (EFTA) e com Portugal a começar a abrir-se ao Mundo, a concorrência na indústria tornou-se um facto e evidenciou a discrepância entre a indústria portuguesa e a europeia. Em 1970 Portugal tinha apenas 1% de teares automáticos para os 30% de teares automáticos em países como França, Suíça ou Dinamarca.

Dada a falta de modernização da indústria têxtil portuguesa a produção, sem condições para competir, começou a decair significativamente, a isto junta-se a perda dos mercados coloniais após o 25 de Abril, fazendo com que a indústria têxtil entrasse em decadência.

A solução foi e é cada vez mais apostar na modernização dos processos e na qualidade dos produtos. Algumas fábricas da Covilhã foram visionárias e souberam modernizar-se e acompanhar as tendências mundiais o que permitiu a sua sobrevivência. Neste momento o futuro passa também pela produção sustentável (Castro, 1971 e E.M.V. Ribeiro, 2020).

1.4.1 - Dos Bairros Operários aos Palacetes

A distribuição dos bairros operários na Covilhã (Figura 180 e Anexo 3) cumpre o esperado estando estes afastados do centro da Cidade, o que demonstra a típica segregação social. Os bairros vão definir a próxima fronteira da Cidade e atualmente já todos são parte integrante da mesma.

O crescimento da Cidade, como em tantas outras, foi feito a partir do Centro Histórico sendo as vias estruturantes essenciais para o crescimento e união das estruturas. Hoje em dia o afastamento dos bairros operários é basicamente inexistente, mas nos anos cinquenta e sessenta do século XX era ainda muito notória a "ostracização" da classe operária através dos locais escolhidos para a construção das suas habitações: longe do centro, mas próximo das fábricas. Nos anos quarenta e cinquenta houve uma explosão demográfica devida ao crescimento da indústria dos lanifícios, principalmente na Covilhã. Após 1925 foram construídos vários bairros operários na cidade (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Bairros Operários

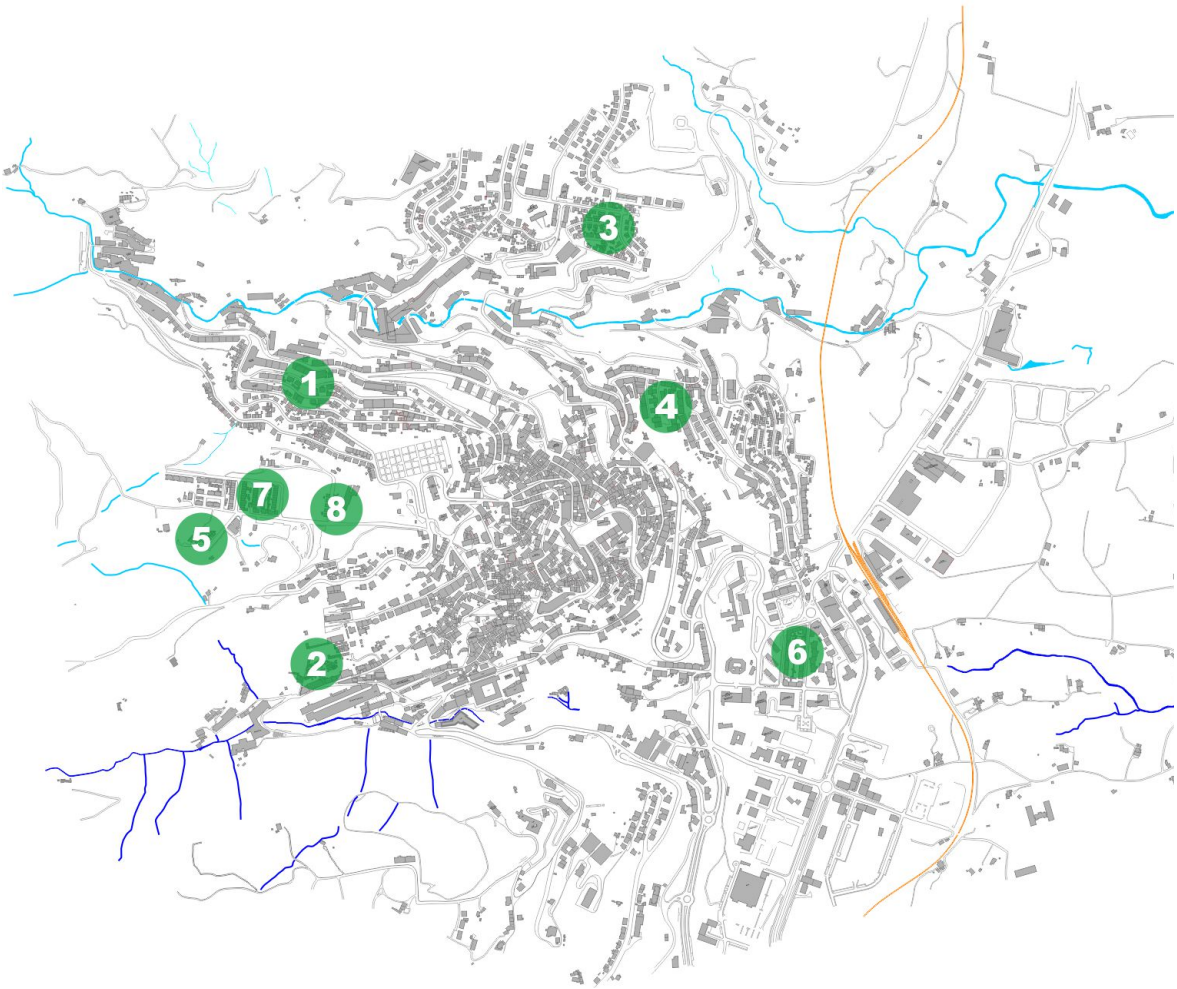


Figura 180 – Representação da planta do Anexo 3 com a indicação da localização dos Bairros referidos, Autor: Vera Almeida

Bairro Municipal

Localização: noroeste do centro histórico, junto à Ribeira da Carpinteira (Rua Afonso Domingues - Rua José Caetano Júnior) (Anexo 3: ref.1)
Promotor: Câmara da Covilhã
Data: 1925

É o mais antigo bairro operário da Covilhã (Anexo 3: ref. 1). Foi mandado construir em 1925 pelo município e destinava-se a famílias de operários. Situa-se a noroeste do centro histórico, junto à Ribeira da Carpinteira, num terreno baldio onde se realizava uma feira de porcos desde o século XIX e que pertencia à família Campos Melo e ao Município da Covilhã (E.M.V. Ribeiro, 2020).

As tipologias das moradias eram diferentes adaptando-se às necessidades das diferentes famílias. Os arruamentos do bairro foram feitos por operários fabris que estavam desempregados devido aos graves problemas que atingiam a indústria covilhanense nessa altura, sendo que a Câmara empregou muitos dos operários que perderam o trabalho nas fábricas (E.M.V. Ribeiro, 2020 e Santos, 1994).

O local onde o bairro foi construído tem um declive acentuado o que obrigou à construção de muros de suporte. Algumas das Ruas do Bairro Municipal originaram o que hoje são importantes vias da cidade, como é o caso da Rua de Afonso Domingues, ou da Rua da Cidade de Cáceres. Ao longo do tempo o bairro foi sendo várias vezes ampliado e muitas das casas simples deram origem a habitações de vários andares (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Bairro da Alegria

Localização: Rua do Marquês de Pombal (Anexo 3: ref.2)
Promotor: José Manuel Catalão
Data: 1938

Foi mandado construir em 1938 pelo industrial José Manuel Catalão e Localiza-se a Sudoeste do centro histórico, numa encosta com bastante exposição solar próximo de uma das principais vias da cidade, a Rua do Marquês de Pombal. Para lá chegar tem que se subir a íngreme Travessa da Saudade e, para vencer este acentuado declive, o bairro (Anexo 3: ref. 2) conta com um conjunto de escadas onde se encontram as diferentes ruas do bairro. As ruas tinham nomes bastante sugestivos, “Independência”, “Primavera” e “Liberdade” (E.M.V. Ribeiro, 2020).

As primeiras casas eram de planta extremamente simples e dispostas em banda. Cada habitação contava com apenas um piso que tinha aproximadamente vinte metros quadrados, onde se encaixavam dois quartos, cozinha, sala e casa de banho. Para o quintal que se situava na frente da casa, abria-se uma porta e uma janela. Hoje em dia a própria câmara promove a reabilitação do local (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Bairro dos Penedos Altos

Localização: Rua da Indústria (Anexo 3: ref.3)
Promotor: Programa das Casas Económicas
Data: 1941

Foi o primeiro bairro na Covilhã do Programa das Casas Económicas (Anexo 3: ref. 3) promovido pelo Estado Novo. As obras iniciaram-se em 1941 e a sua localização fica a norte da Ribeira da Carpinteira, na parte mais alta da Rua da Indústria, num local que, como o próprio nome indica, tem uma encosta com grandes penedos (E.M.V. Ribeiro, 2020).

O Bairro desce a colina na direção da Ribeira da Carpinteira e foi construído numa antiga quinta pertencente à família Campos Melo que a Câmara da Covilhã, a Caixa Sindical de Previdência da Indústria de Lanifícios e a Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios" adquiriram em 1936 com o propósito de construir o bairro operário. Este local foi escolhido por preencher todas as características de um típico bairro operário. Localiza-se junto de importantes fábricas e relativamente afastado do centro da Cidade. Assim o bairro tinha vias de comunicação e condições que lhe permitiam ser independente do resto da cidade. Tinha escola e vários estabelecimentos comerciais, tinha também água, luz e saneamento, o que não era assim tão comum na época (Castro, 1971 e E.M.V. Ribeiro, 2020).

As casas têm um só piso e diferentes tipologias (Figuras 181 a 184), dependente do número de pessoas do agregado familiar. Inicialmente foram construídas cento e cinquenta moradias geminadas com áreas que variavam entre trinta e cinco e quarenta e cinco metros quadrados. As moradias tinham quintal e os contornos das janelas em pedra, típicos da arquitetura do Estado Novo (E.M.V. Ribeiro, 2020).

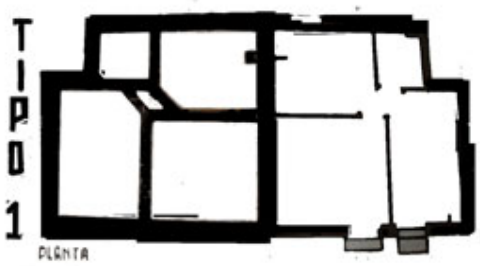


Figura 181 - Planta da 1ª fase do Bairro dos Penedos Altos. Fonte: Abreu, 2010, p.43 (as cited in Arquivo Municipal).

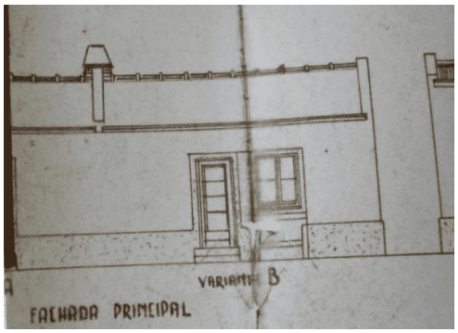


Figura 182 -Alçado principal da 1ª fase do Bairro dos Penedos Altos. Fonte: Abreu, 2010, p.43 (as cited in Arquivo Municipal).

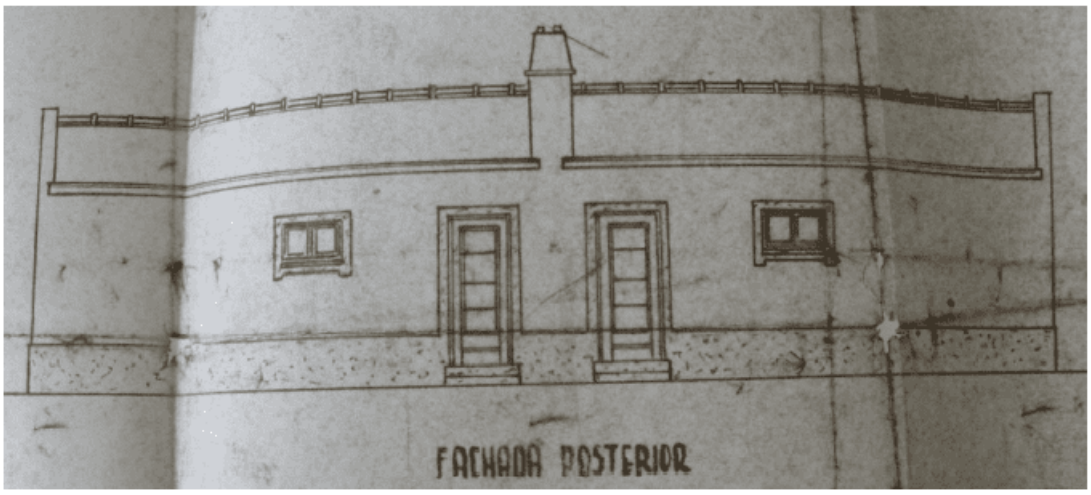


Figura 183 - Alçado posterior da 1ª fase do Bairro dos Penedos Altos. Fonte: Abreu, 2010, p.43 (as cited in Arquivo Municipal).

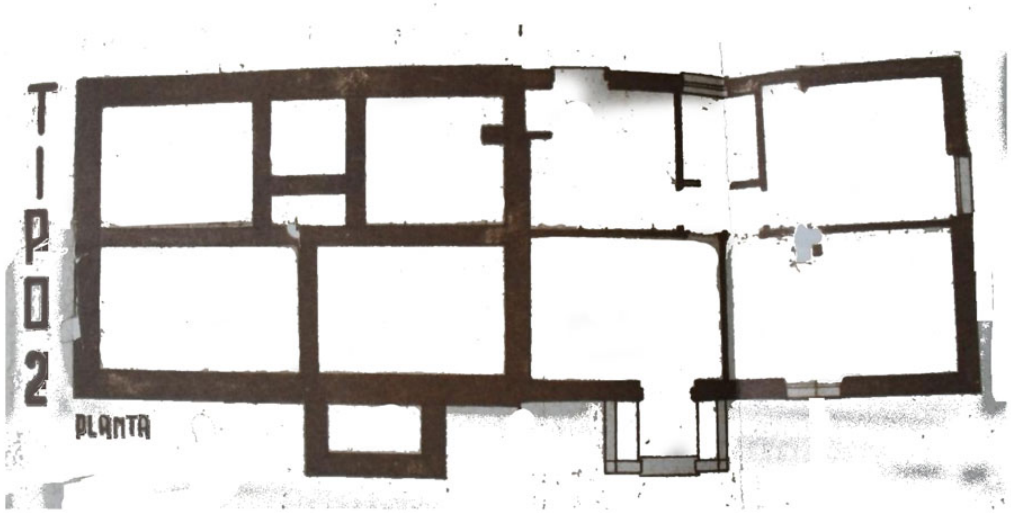


Figura 184 - Planta da 1ª fase do Bairro dos Penedos Altos. Fonte: Abreu, 2010, p.43 (as cited in Arquivo Municipal).

Numa segunda fase de construção (Figuras 185 e 186), entre 1949 e 1952, foi necessária a compra de mais terreno. Nesta fase foram feitas cento e vinte e duas moradias geminadas com tipologia diferente da das moradias iniciais. Tinham dois pisos, sendo o piso térreo para estabelecimento comercial e o superior destinado aos quartos. Todas dispunham de quintal e um pequeno telheiro na porta de entrada. A maioria dos operários que habitavam estas casas solicitou à Câmara autorização para a construção nos quintais de galinheiros e de arrecadação para a agricultura (E.M.V. Ribeiro, 2020).

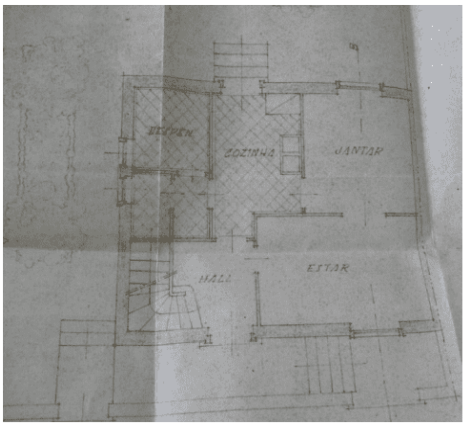


Figura 185 - Planta térrea da 2ª fase do Bairro dos Penedos Altos. Fonte: Abreu, 2010, p.43 (as cited in Arquivo Municipal).

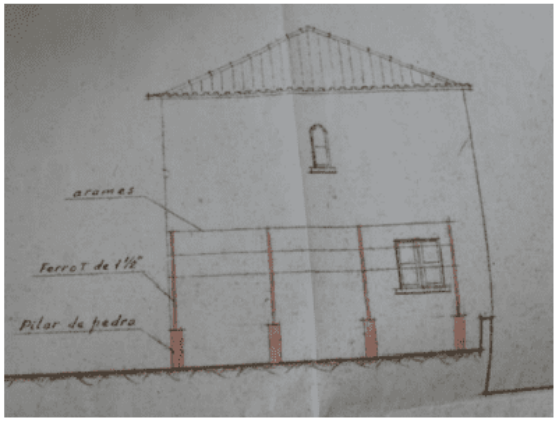


Figura 186 - Alçado lateral 2ª fase do Bairro dos Penedos Altos. Fonte: Abreu, 2010, p.43 (as cited in Arquivo Municipal).

As habitações da segunda fase separavam-se das habitações da primeira fase por uma praça onde foi construída a igreja de São José.

Desde a sua construção que o Bairro não parou de crescer e hoje é uma urbanização bastante agradável, com vegetação, novos jardins, parques infantis, um pavilhão e a piscina municipal da Covilhã (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Bairro do Rodrigo

Localização: Rua do Rodrigo (Anexo 3: ref.4)
Promotor: Caixa Sindical de Previdência da Indústria de Lanifícios, Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios e Câmara da Covilhã
Data: 1947

O bairro (Anexo 3: ref. 4) estende-se pela Rua do Rodrigo e adjacentes. Encontra-se a Este do Centro da Cidade, mais precisamente na parte mais baixa da Cidade. Segundo a ordem cronológica este foi o quarto bairro construído que se destinava a operários têxteis (E.M.V. Ribeiro, 2020).

O terreno onde se localiza pertencia à família Pessoa de Amorim Morão e a aquisição ficou novamente a cargo das instituições Caixa Sindical de Previdência da Indústria de Lanifícios, Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios e Câmara da Covilhã. No programa de construção estavam previstas cem casas, sendo metade com um só piso e a outra metade de dois pisos. A Câmara ficou encarregue de colocar luz, água e saneamento, assim como da construção de uma escola.

Foi desenvolvido em três fases, cada uma com tipologia diferente. Na primeira fase, entre 1947 e 1952, as casas tinham dois pisos, na segunda fase, em 1961, já foram acrescentados mais um ou dois pisos e na terceira fase, em 1963, as moradias já tinham cinco pisos (Castro, 1971) e E.M.V. Ribeiro, 2020).

As casas são unifamiliares, e todas têm telhados de quatro águas com telhas de canudo apresentando as mesmas característica. Todas tinham um quintal e espaços púbicos entre as habitações (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Atualmente está bastante diferente do bairro inicial, pois foram construídos inúmeros prédios onde antes eram casas operárias (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Bairro do Património

Localização: Rua Padre Américo (Anexo 3: ref.5)
Promotor: Património dos Pobres da Covilhã,
Data: 1950

O Bairro do Património (Anexo 3: ref. 5) foi construído em 1950 pelo movimento Património dos Pobres da Covilhã, uma iniciativa privada, daí o próprio nome do bairro (E.M.V. Ribeiro, 2020).

As casas são uni-familiares, geminadas e de um único piso. Têm as mesmas caraterísticas das do Bairro da Alegria, isto é, uma área de aproximadamente vinte metros quadrados, onde se encaixam dois quartos, cozinha, sala e casa de banho. Na fachada principal abria-se uma porta e uma janela que dão para o quintal na parte da frente das moradias (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Há relativamente poucos anos o Bairro foi alvo de uma grande discussão sobre o direito de propriedade. Contudo, a Câmara ficou com o empreendimento pela definição de que o direito às casas só termina com a morte do proprietário (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Bairro da Estação

Localização: Estação - Rua João Alves da Silva, Av. 25 de Abril (Anexo 3: ref.6)
Promotor: Câmara da Covilhã
Data: 1955

Foi feito por três fases, com uma arquitetura característica do Estado Novo. A primeira fase (Figuras 187 a 190, Anexo 3: ref. 6), de 1955, conta com quinze prédios de três e quatro andares que são acedidos por uma escada, com os apartamentos separadas entre direito e esquerdo dando um total de oitenta e três habitações com tipologias T3 e T4.

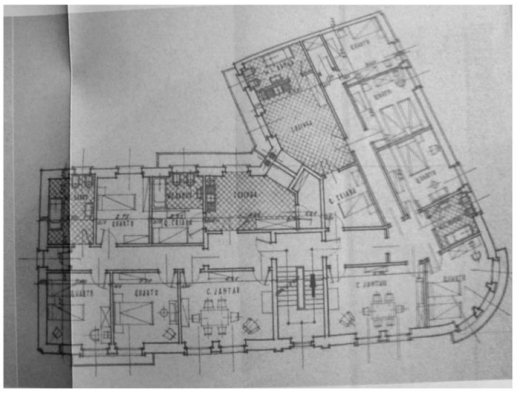


Figura 187- Planta dos pisos superiores de tipologia T4 e T5 da 1ª fase do Bairro da Estacão. Fonte: Abreu, 2010, p.55 (as cited in ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral).

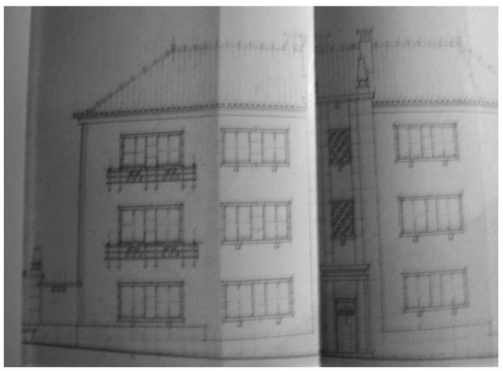


Figura 188 - Alçada 1ª fase do Bairro da Estacão. Fonte: Abreu, 2010, p.68 (as cited in ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral).

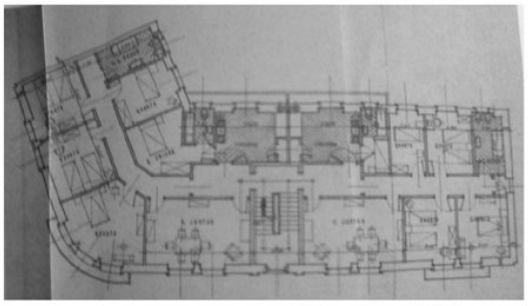


Figura 189 - Planta dos pisos superiores de tipologia T4 e T5 da 1ª fase do Bairro da Estacão. Fonte: Abreu, 2010, p.55 (as cited in ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral).

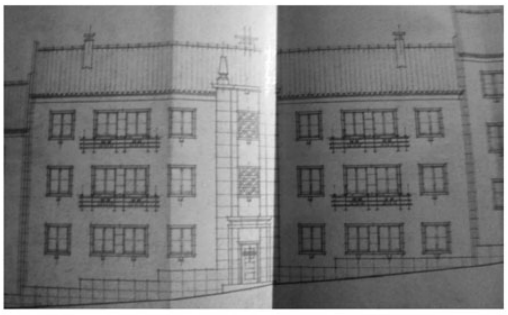
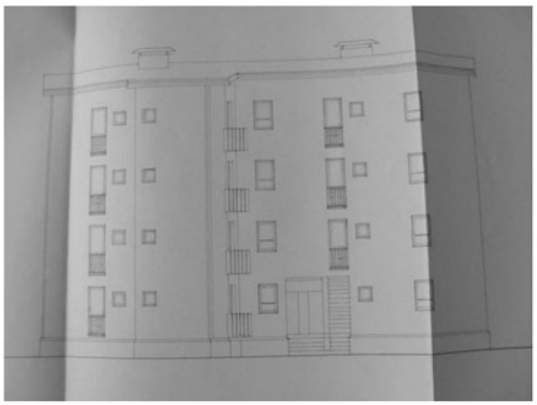


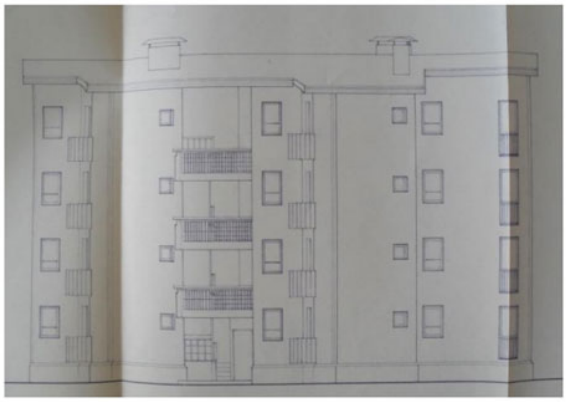
Figura 190 - Alçada 1ª fase do Bairro da Estacão. Fonte: Abreu, 2010, p.68 (as cited in ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral).

A construção do bairro iniciou-se em 1955 e destinava-se a operários e técnicos da indústria têxtil. Localiza-se em terrenos junto à estação dos comboios que a Câmara adquiriu, tendo vendido alguns lotes ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social que no local construiu o empreendimento (E.M.V. Ribeiro, 2020).

O rés-do-chão é destinado ao comércio. Na segunda fase, que data de 1961, foram construídos seis blocos em banda com quatro pisos cada. A terceira e última fase (Figuras

191 a 193) iniciou-se em 1963 e foram feitos mais dois blocos, também com quatro andares e tipologias T2 e T3. A envolver o bairro foram feitos espaços verdes (E.M.V. Ribeiro, 2020).





Figuras 191 e 192 - Alçado dos prédios da 3º fase do Bairro da Estacão. Fonte: Abreu, 2010, p.69 (as cited in Arquivo Municipal).

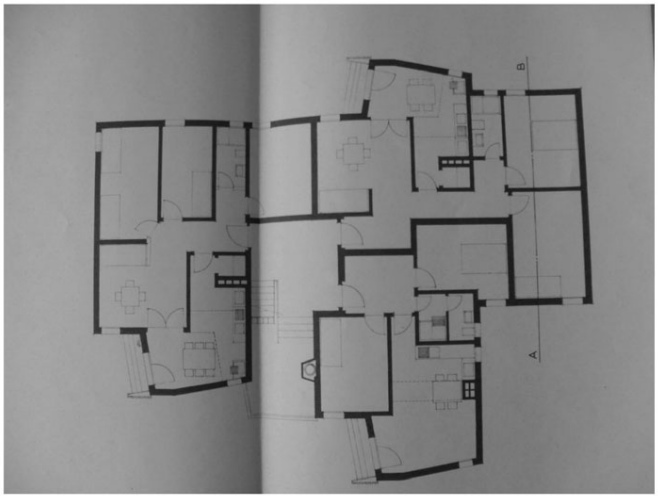


Figura 193 - Planta do piso térreo da 3ª fase do Bairro da Estacão. Fonte: Abreu, 2010, p.68 (as cited in Arquivo Municipal).

Bairro da Biquinha

Localização: Rua Viriato, Rua 1º de Maio (Anexo 3: ref.7)
Promotor: Gestão Financeira da Segurança Social
Data: 1964

A construção do Bairro da Biquinha (Anexo 3: ref. 7) teve início em 1964 num terreno que era propriedade da família Campos Melo e foi adquirido pela Gestão Financeira da Segurança Social (E.M.V. Ribeiro, 2020).

O bairro foi feito em três fases. Na primeira fase foram feitas moradias em banda com dois pisos e quintal. A tipologia era T3 disposta paralelamente ao Estádio Municipal. A segunda fase durou até 1976 e foi construída mais para Leste. As casas passaram a ser de habitação coletiva com três pisos e foi também nesta fase que foram feitas as últimas moradias que têm um único piso e quintal. A terceira fase é já posterior a 2002 e é caracterizada pelo realojamento de algumas famílias. Nesta última fase a qualidade das construções é de nível bastante inferior às fases anteriores (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Bairro 1º de Maio

Localização: Rua Sítio do Pinho do Gaiteiro (Anexo 3: ref.8)
Data: 1976

Situa-se mesmo ao lado do Estádio Municipal da Covilhã (Anexo 3: ref. 8), começou a ser construído em 1976 e conta com apenas dez moradias de um só piso com uma área de trinta e cinco metros quadrados, todas de tipologia T2 e com quintal (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Edifícios Públicos e Palacetes

Palacetes

No extremo oposto da pirâmide social estão os palacetes (Figura 194 e Anexo 4).

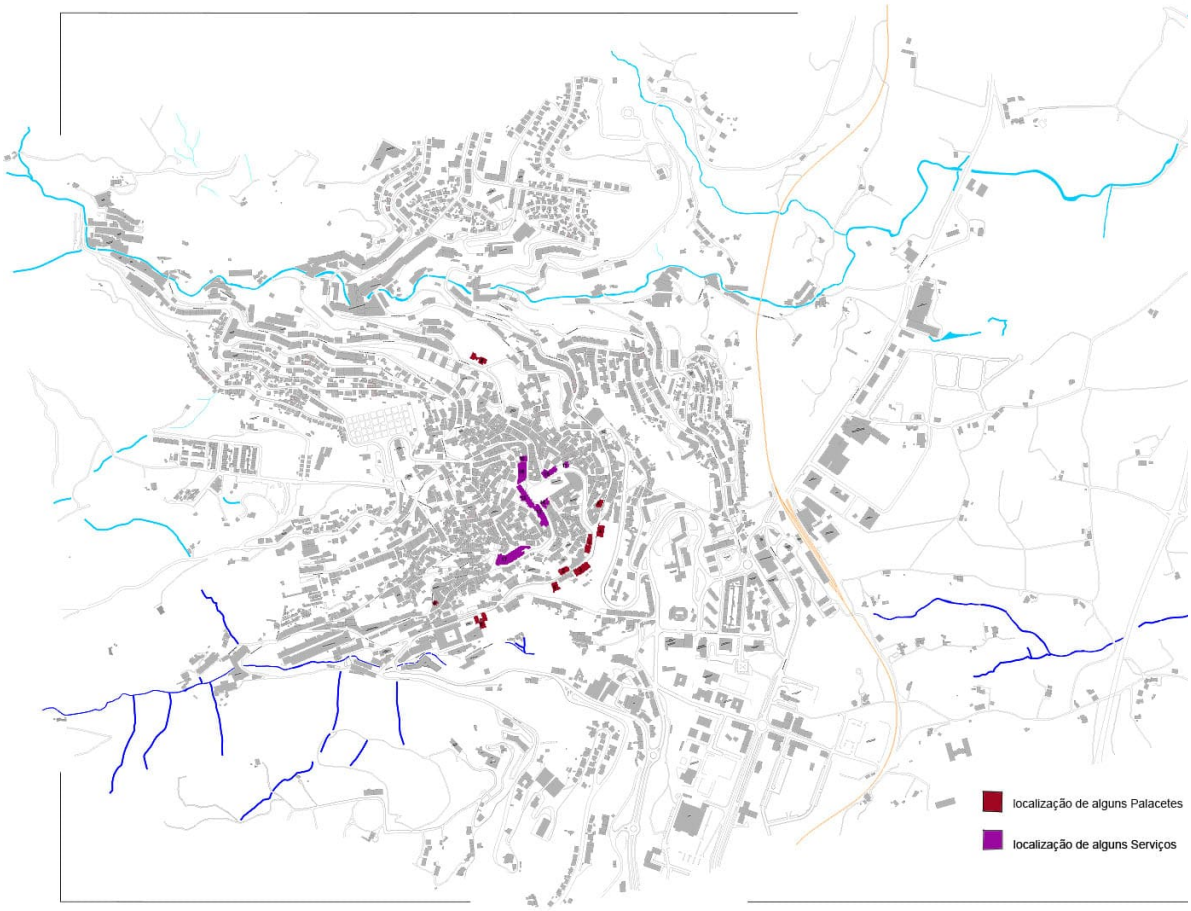


Figura 194 – Representação do Anexo 4 com a Planta de localização de alguns dos palacetes e edifícios públicos referidos. Autor: Vera Almeida

Casas dos Campos e Melo

Localização: Rua Marquês d'Ávila e Bolama Nº140, (Anexo 4: ref.1, 2, 3 e 4)
Promotor: Comendador José Maria Campos Melo
Data: séc. XIX / XX
Atualmente: residencial e Centro de Seminários Conferências e Colóquios da U.B.I

São três casas apalaçadas localizadas na Rua Marquês d'Ávila e Bolama (Figuras 195 a 200, (Anexo 4: ref. 1) perto umas das outras. Foram mandadas construir por José Maria Campos de Melo durante a segunda metade do século XIX para os seus filhos (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 195 - Rua Marques de Ávila e Bolama, década de 60. Fonte: Borges & Morão, 2002. – Anexo 4: ref. 1



Figura 196 - Rua Marques de Ávila e Bolama, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida. – Anexo 4: ref. 1

O incrível palacete situado na Rua Marquês d'Ávila e Bolama (Figuras 197 e 198, Anexo 4: ref. 2) foi construído na segunda metade do século XIX a mando de José Maria Campos de Melo para os seus filhos. Sendo adquirido pela UBI em 1992, recuperado e adaptado o seu interior para que pudesse acolher o Centro de Seminários Conferências e Colóquios (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 197 - Edifício do Engenheiro Melo e Castro, década de 50. Fonte: Borges & Morão, 2002 – Anexo 4: ref. 2



Figura 198 - Centro de Seminários Conferências e Colóquios, atualmente 2021, Autor: Vera de Almeida. – Anexo 4: ref. 2

Uns metros ao lado existe outro palacete também mandado construir por José Maria da Silva Campos de Melo e que também se destinava aos seus filhos. Desde 1828 funciona no edifício o Colégio das Doroteias (Figuras 199 e 200, Anexo 4: ref. 3). A congregação das irmãs Doroteias estabeleceu-se na Covilhã em 1865, inicialmente no local onde atualmente

funciona a Escola Central, com o intuito de se dedicarem ao ensino feminino, em especial de crianças pobres, chegando a ter quinhentas alunas. Devido à revolução de 1910 foram expulsas do país só voltando em 1928 (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 199 - Colégio de Nossa Senhora da Conceição (Colégio das Doroteias), década de 60. Fonte: Borges & Morão, 2002. – Anexo 4: ref. 3



Figura 200 - Colégio de Nossa Senhora da Conceição, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida. – Anexo 4: ref. 1

Ao lado destes dois palacete existe um outro igualmente esplêndido, com enormes jardins (Figuras 201 e 202, Anexo 4: ref. 4). Esta incrível casa destinava-se ao terceiro filho de José Maria Campos de Melo (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).



Figura 201 - Rua Marques de Ávila e Bolama, década de 60, "No centro da imagem, encontra-se o edifício da família Morão". Fonte: Borges & Morão, 2002. – Anexo 4: ref. 4



Figura 202 - Rua Marques de Ávila e Bolama, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida. – Anexo 4: ref. 4

Trata-se se um edifício de planta irregular, com três pisos que se adapta à tipologia do terreno (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

"As fachadas são rasgadas por vãos de arco abatido e arco de volta plena com molduras em cantaria de granito e resguardos de ferro nos peitoris. A fachada principal que abre para a Rua Marquês d´Ávila e Bolama é circunscrita por pilastras, friso e cornija, possui embasamento proeminente no qual são rasgados vãos jacentes correspondentes ao piso inferior. Nesta fachada sobressaem os vãos das portas-janelas que abrem para os dois balcões, os quais ladeiam a porta de acesso ao edifício. A fachada é coroada por platibanda de elementos cerâmicos volutuosos. É, de resto, na originalidade desta estrutura e nas bandeiras de linhas sinuosas que se encontra um prenúncio da gramática Arte Nova." (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Casa de João Roque Cabral

Localização: Rua Marquês d'Ávila e Bolama, (Anexo 4: ref.5)
Promotor: João Roque Cabral
Arquiteto/Projetista: Adães Bermudes
Data: 1940
Atualmente: Residencial

Trata-se de um projeto da autoria do arquiteto Adães Bermudes, bastante inspirado pela Arte Nova e com muitas obras em Lisboa. A casa apalaçada (Figura 203, Anexo 4: ref. 5) foi mandada construir em 1940 pelo industrial João Roque Cabral. Situada na Avenida do Marquês de Ávila e Bolama, desenvolve-se ao longo de quatro pisos e águas-furtadas, aproveitando o declive da Ribeira da Goldra que passa lá em baixo (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 203 - Casa de João Roque Cabral atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida – Anexo 4: ref. 5

Casa da casa da família Veiga

Localização: Rua Marquês d'Ávila e Bolama, (Anexo 4: ref.6)
Promotor: José Mendes Veiga
Data: séc. XIX
Atualmente: Biblioteca Central da U.B.I

A casa da família Veiga situa-se acima da antiga Fábrica de Panos. Foi construída no século XIX a mando de José Mendes Veiga e posteriormente foi arrendada à empresa de lanifícios de Manuel Olegário das Neves e José Dias de Assunção Neves.

O edifício (Figura 204, Anexo 4: ref. 6) é constituído por três corpos. O corpo central está recuado, tendo uma frontaria de granito. Tem três pisos em alvenaria de granito e varandas em ferro ornamentado.



Figura 204 - Atual Biblioteca Central da U.B.I. Autor: Vero de Almeida– Anexo 4: ref. 6

Foi adquirido pela UBI que modificou o seu interior, mas manteve a fachada original. Atualmente é aqui que funciona a Biblioteca Central da Universidade (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Casa Maria José Alçada - Museu de Arte Sacra

Localização: Jardim Publico
Promotor: Família Alçada (doada por Maria José Alçada)
Arquiteto/Projetista: Raúl Lino
Data: 1921
Atualmente: o Museu de Arte Sacra

Trata-se um edifício que pertenceu à família Alçada. É um projeto de 1921 da autoria de Raúl Lino e situa-se junto ao Jardim Publico.

A 20 de Outubro de 2011 foi inaugurado o Museu de Arte Sacra na casa que foi doada por Maria José Alçada. O museu resulta da colaboração da Câmara Municipal e da Diocese da Guarda, que assim conseguiram reunir mais de 600 peças de pintura, escultura, ourivesaria, do seculo XII até à atualidade (e-cultura.pt, 2014).

Palacete do Refúgio

Localização: Junto à estrada Nacional nº 18
Promotor: Comendador José Mendes da Veiga e D. Maria Cândida Tavares Veiga
Data: séc. XIX

Localiza-se junto à estrada Nacional nº 18 e foi mandado construir nos anos trinta do século XIX, por encomenda do Comendador José Mendes da Veiga (1840-1904) e sua esposa D. Maria Cândida Tavares Veiga. Com a morte de ambos, e por não haver herdeiros, todos os bens foram para o seu afilhado, Marcelino José Ventura, que deu continuidade à obra dos seus padrinhos tornando-se um grande industrial e comerciante.

Sucede Cândido Augusto Albuquerque Calheiros que, ao casar com D. Ana Cândida, única sobrinha de Marcelino Ventura, ficou a viver no Palacete (Jesus, 2014).

Foi no Palacete do Refúgio (Figuras 205 e 206) que nos dias 6 e 7 de Setembro de 1891 ficaram hospedados o rei D. Carlos I (1863-1908), a rainha D. Amélia de Orleães (1865-1951), e toda a sua comitiva, quando vieram à Covilhã para a inauguração do caminho-de-ferro da Beira-Baixa. Por se ter sentido bem recebido, D. Carlos atribuiu a Cândido Augusto Albuquerque Calheiros o título de "Conde do Refúgio. Passados sete anos, e por Decreto-Lei de 16 de Fevereiro de 1898, o rei alterou o titulo de "Conde do Refúgio" para "Conde da Covilhã" (Jesus, 2014).



Figura 205 - Palacete do Conde do Refúgio, década de 80. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.



Figura 206 - Palacete do Conde do Refúgio, década de 80. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Com a morte de Cândido Augusto Albuquerque Calheiros sucede-lhe o seu filho, José Mendes Veiga de Quental Calheiros, segundo "Conde da Covilhã", casado com D. Emília Cândida da Costa Fróis. Com a sua morte quem vem a herdar é a sua filha, Alice Frões Albuquerque Calheiros Burguete, que morreu em 1955. Assim o Palacete passou a ser propriedade do filho mais velho Daniel Frões Calheiros Burguete, "filho primogénito que, na eventualidade de não ter descendente varão, passará para o primogénito do irmão a seguir e assim se sucederá até à quinta geração." (Jesus, 2014).

Palacete de Inácio da Silva Fiadeiro

Localização: Rua Conde da Covilhã
Promotor: Inácio da Silva Fiadeiro
Data: sec. XIX

O Palacete de Inácio da Silva Fiadeiro, situa-se na Rua Conde da Covilhã. Foi mandando construir por Inácio da Silva Fiadeiro, proprietário da Fábrica Inácio da Silva Fiadeiro. O palacete localiza-se mesmo ao lado da sua primeira fábrica, depois funcionou como apoio e armazém da principal fabrica que se situava na Estrada do Sineiro (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Casa de Joseph Bouhon (Palacete do Jardim)

Localização: Avenida Frei Heitor Pinto, (Anexo 4: ref.7)
Promotor: Joseph Bouhon
Arquiteto/Projetista: Ernesto Korrodi

Data:1915

A casa de Joseph Bouhon, também é conhecida como "O Palacete do Jardim" (Figura 207 a 210, Anexo 4: ref. 7), foi mandada construir em 1920 por Joseph Bouhon, um industrial belga dono da fábrica com o seu nome. O projeto ficou a cargo do arquiteto Ernesto Korrodi. O palacete situa-se junto ao jardim público, na atual avenida Frei Heitor Pinto. Trata-se de um edifício maioritariamente de estilo Arte Nova (E.M.V. Ribeiro, 2020).



Figura 207 - Fachada principal do Palacete. Fonte: Romãozinho, 2013. P.82. – Anexo 4: ref. 7



Figura 208 - Bow-window da sala de jantar do Palacete do Jardim. Fonte: Romãozinho, 2013, p.90. – Anexo 4: ref. 7



Figura 209 - Ligação à sala de jantar do Palacete do Jardim. Fonte: Romãozinho, 2013, p.93. – Anexo 4: ref. 7



Figura 210 - Cozinha do Palacete do Jardim. Fonte: Romãozinho, 2013, p.107. – Anexo 4: ref. 7

O edifício foi projetado entre 1915 e 1920 para a família Bouhon, que ai viveu. Mais tarde no palacete funcionou o Tribunal do Trabalho e a Delegação do INATEL. Infelizmente atualmente encontra-se desabitado e com marcas de degradação (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

> “Este edifício apresenta caraterísticas Arte Nova, conjugando ainda apontamentos ecléticos, nomeadamente neoclássicos, como seja o uso do rusticado e neo-românicos expressos nas colunas com capitéis tipo colchete. É frequentemente comparado com a Villa Hortênsia, em Leiria, onde aliás viveu o Ernesto Korrodi, apresentando também semelhanças evidentes com vários projetos da autoria do arquiteto Norte Júnior” (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Este é um edifício muito característico da cidade (Figuras 211 a 214) da Covilhã, é impossível passar por ele e não o notar. Um marco de arquitetura e da Arte Nova na Cidade. O arquiteto autor do projeto é o muito consagrado Ernesto Korrodi, autor de vários projetos por todo o país sendo que na Covilhã é responsável pelos projetos da Empresa Transformadora de Lãs e o Banco de Portugal (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

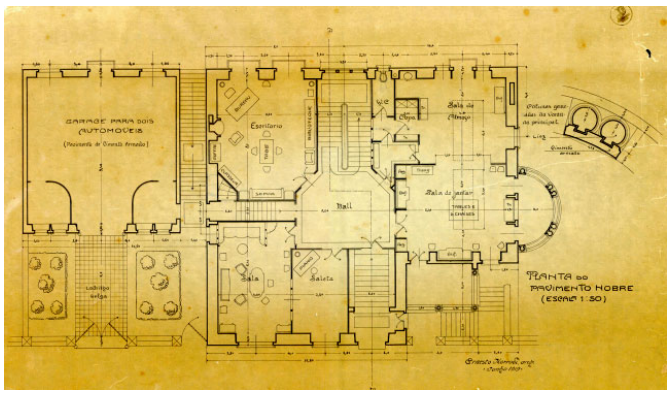


Figura 211 - Planta do piso térreo do Palacete do Jardim. Fonte: Romãozinho, 2013, p.84. (as cited in Acervo do Arquivo Distrital de Leiria). – Anexo 4: ref. 7

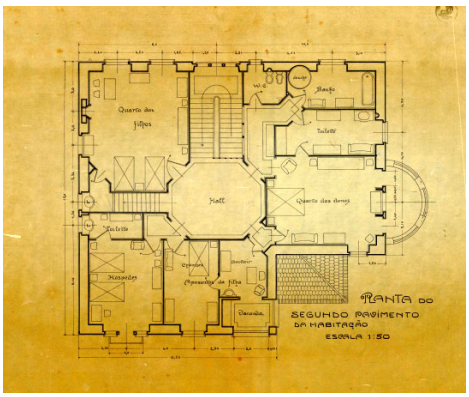


Figura 212 - Planta do segundo piso do Palacete do Jardim. Fonte: Romãozinho, 2013, p.111 (as cited in Acervo do Arquivo Distrital de Leiria). – Anexo 4: ref. 7

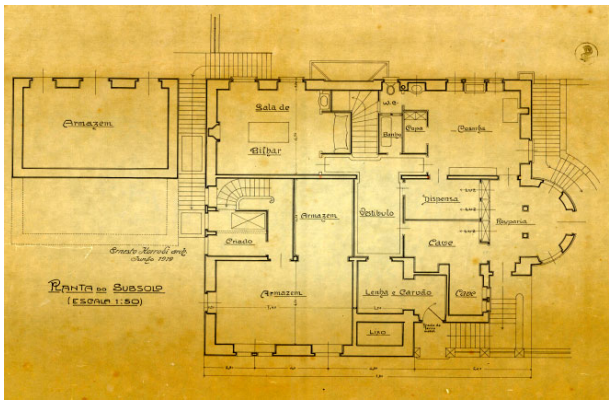


Figura 213 - "Planta do primeiro subsolo: versão quase final apesar de alguns desajustes relativos ao construído. Palacete do Jardim". Fonte: Romãozinho, 2013, p.106 (as cited in Acervo do Arquivo Distrital de Leiria). – Anexo 4: ref. 7)

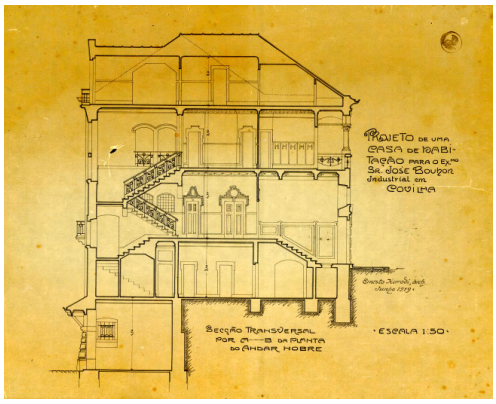


Figura 214 - Corte transversal do Palacete do Jardim. Fonte: Romãozinho, 2013, p.120 (as cited in Acervo do Arquivo Distrital de Leiria). - Anexo 4: ref. 7

Edifício habitacional Rua Beato Francisco Álvares

Localização: Rua Beato Francisco Álvares Nº 9
Data: séc. XX

Trata-se de um edifício residencial que se insere entre outros edifícios. A fachada está virada para a Rua Beato Francisco Álvares e tem uma "grande quantidade de vãos com diferentes modinaturas, frisos, cornijas e sacadas em cantaria de granito lavrado."

> "A empena é precedida de friso de azulejos de inspiração Arte Nova, representando grinaldas e festões, mas contendo também elementos ecléticos como os medalhões.
>
> Já os frisos, que precedem as janelas, apresentam maior erudição no que respeita à gramática decorativa, apresentando papoilas, cujos caules ondulantes se entrelaçam. Ao nível do trabalho do ferro destaca-se a porta do lado direito no piso térreo." (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Edifício residencial Rua dos Namorados

Localização: Rua dos Namorados Nº12
Data: séc. XX

Neste edifício desde 1935 que esta instalado o "Colégio Moderno". A sua fachada dá para a "rua dos Namorados" destacando-se entre as outras pela sua decorada e elegante cantaria de granito lavrado (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

> "A fachada é rasgada por vãos em arco de volta perfeita, contendo molduras duplas e concêntricas interrompidas por três peças dispostas como os raios de uma roda. Os arcos exteriores das molduras, com arquivoltas, assentam em cornija sustentadas por cachorros, enquanto os interiores são definidos por volutas." (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

No segundo pisos existe uma sacada de cantaria que assenta em três cachorros e guarda em balaustrada. A fachada é rematada por um friso com azulejos polícromos representando motivos florais "sobrepujado de cornija em cantaria de granito" (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

> "As outras fachadas mais austeras possuem vãos de lintel reto com molduras e sacadas em granito e guardas em ferro. Nestas últimas, os únicos elementos Arte Nova encontram-se no friso de azulejos que percorre o remate de todo o edifício." (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Edifício Rua Conselheiro Santos Viegas

Localização: Rua do Condestável Nuno Álvares Pereira, Nº 16
Arquiteto/Projetista: Ernesto Korrodi
Data: sec. XX

Este é um edifício com uma planta em L regular, com uma volumetria única e telhado de quatro águas. A sua fachada principal dá para a Rua do Condestável Nuno Álvares Pereira e possui uma mansarda "rematada em empena com aba corrida, rasgada por trífora com molduras comuns recortadas, ladeada por uma pequena trapeira de vão retilíneo, ambas

protegidas por guarda em ferro fundido formando elementos volutados, interrompida por acrotérios." (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Tem três pisos de corpos assimétricos divididos por frisos, "definidos por pilastras toscanas de silharia fendida, sendo rematada por friso e cornija bastante saliente, sustentada por cachorrada de cantaria" (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

No piso inferior existem duas bíforas jacentes do lado esquerdo, correspondentes à cave.

> "no lado esquerdo, ocupando dois pisos, o portal de acesso, de lintel reto e rematado por cornija sustentada por cachorros, protegido por duas folhas de madeira lavrada e postigos de vidro e metal, com bandeira e uma trífora, todas retilíneas, com molduras de cantaria, que se prolongam inferiormente formando falsos brincos sendo rematadas por cornijas sustentadas por cachorros; possuem caixilharias de madeira com o vidro protegido por vitrais com motivos fitomórficos, rosas, lírios, glicínias, jarros, entre outros." (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

No piso superior existe uma janela simples de peitoril com remates semelhantes aos encontrados em toda a fachada que é remata em cornija. As fachadas laterais são partilhadas com os edifícios contíguos. Já no interior existem tetos de estuque decorados com representações orgânicas "fitomórficas, grinaldas, festões e frutas" (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Este edifício, como outros, tem elementos Arte Nova. No caso em específico identificam-se nos vitrais e nos ornamentos do estuque. No exterior esta linguagem arquitetónica destaca a assimetria dos corpos e o trabalho do ferro (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Club União

Localização: Rua Marquês d'Ávila e Bolama Nº221, (Anexo 4: ref.8)
Promotor: Júlio Henrique Nunes da Cruz
Data: séc. XX

Este projeto destinava-se a ser a residência de Júlio Henriques Nunes da Cruz. No início da década de 1960, no edifício funciona o "Club União" (Figuras 215 e 216, Anexo 4: ref. 8). A implantação do edifício tem a forma de U formando assim um pátio interior que se abre para a rua. As fachadas são revestidas com elementos cerâmicos bastantes característicos, os vãos são curvilíneos (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).



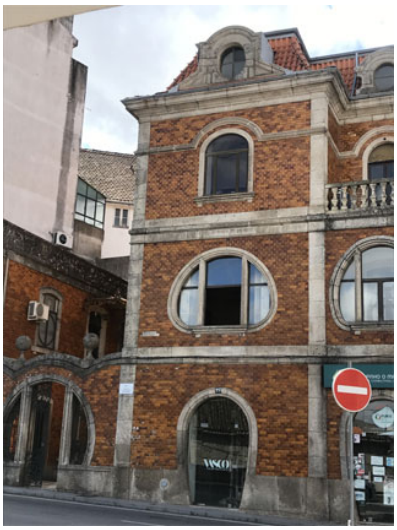


Figura 215 e 216 - Club União atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 8

"Os pisos são divididos por frisos em cantaria de granito lavrado, material igualmente presente nas molduras dos vãos, pilastras e balaustradas e nos paramentos das mansardas. A nível exterior, a sinuosidade do ferro complementa a elegância do todo" (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

> "Ao cimo da escadaria exterior, as entradas para os corpos laterais são protegidas por graciosos telheiros de ferro e vidro. Nas janelas são evidentes alguns vitrais representando temas vegetalistas. No interior destacam-se os tetos e paramentos laterais com aplicações em estuque onde figuram grinaldas e festões relevados e pinturas vegetalistas. Alguns dos ornamentos apresentam uma gramática mais arcaica onde predominam os elementos rocaille. Em algumas divisões encontramos ainda silhares de azulejos polícromos e relevados com padrões vegetalistas estilizados. Algum do mobiliário tal como determinadas ferragens, apresenta a mesma linha." (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Edifício residencial Calçada de S. Silvestre

Localização: Calçada de S. Silvestre, Nº4
Promotor: Celestino da Costa Terenas
Arquiteto/Projetista: Januário Martins d' Almeida
Data: 1920

Este edifício tem uma implantação em L a que foram anexados novos copos que ocuparam o espaço do gaveto. A sua construção foi encomendada em 1920 por Celestino da Costa Terenas e o projeto ficou a cargo de Januário Martins d´Almeida. A fachada abre-se para "o cotovelo da calçada" e é revestida por azulejos (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

> "azulejos que formam padrão geométrico, de cor branca e azul, é circunscrita por pilastras, pormenor que não estava consagrado no projeto inicial. Apresenta três eixos de vãos, incluindo o do lado esquerdo uma pequena e graciosa mansarda que interrompe a cornija. Neste mesmo vão, destaca-se ainda a sacada de cantaria de granito, assente em dois cachorros, protegida com guarda de ferro com bom desenho em linhas sinuosas." (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

No nível do primeiro piso foi feita uma marquise. O interior tem "tetos de estuque com aplicações de madeira, alguns dos panos murários são pintados, representando um jardim inglês" (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

O pavimento com mosaico cerâmico que imita "tesselas romanas e formando motivos geométricos sinuosos, bem como uma arandela de teto" (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Edifício residencial rua Marquês d'Ávila e Bolama

Localização: Rua Marquês d'Ávila e Bolama Nº105
Data: séc. XX

Trata-se de um edifício destinado a habitação com implantação em L. Na fachada principal "com embasamento proeminente, circunscrita por pilastras, friso e cornija, rematada por platibanda de balaústres, sobressai a grande trífora central, em volta plena, ao nível do piso térreo" (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

No piso térreo existem na lateral duas portas retilíneas e duas janelas que se separam das primeiras por molduras que deveriam destinar-se a azulejos. Já no primeiro piso, que é definido por um friso em cantaria de granito, havendo também uma sacada que é suportada por "dois cachorros de volutas e guarda em alvenaria", "é rasgado por duas tríforas e duas portas-janelas unidas por moldura de friso e cornija de onde pendem lacrimais" (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

A fachada lateral esquerda tem um corpo mais recuado a que se acede por uma "escadaria e portão em ferro com pilares de cantaria rematados por leões" (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Trata-se de um edifício com elementos Arte Nova que podem ser observados nas molduras e nas "dimensões dos vãos, assumindo um papel que ultrapassa o estético dando importância a questões funcionais como a iluminação e as acessibilidades" (Brito, 2012 e VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Edifício residencial Rua Cristóvão de Castro

Localização: Rua Cristóvão de Castro
Data: séc. XX

Este é um edifício de planta irregular com três pisos e fachadas abertas para a Rua D. Cristóvão de Castro e para o Mercado Municipal.

> "As fachadas são rasgadas por vãos retilíneos com molduras de cantaria, em granito, e apresentam sacadas angulares, assentes em cachorros. Do lado da fachada da Rua Cristóvão de Castro apresenta, ladeando os vãos em trífora que dão acesso às sacadas, painéis de azulejos com paisagens da cidade e da Serra da Estrela, pintados a azul e branco com molduras Arte Nova formando motivos fitomórficos estilizados e geometrizados. São aliás estes os únicos apontamentos Arte Nova neste edifício, mas que pela sua originalidade não podem ser esquecidos" (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Edifício residencial Rua Conselheiro Santos Viegas

Localização: Rua Conselheiro Santos Viegas Nº 12, (Anexo 4: ref.9)
Promotor: Padre Alfredo Marques dos Santos
Arquiteto/Projetista: J. Loureiro
Data: 1925
Atualmente: Residencial

Este edifício (Figuras 217 e 218, Anexo 4: ref. 9) sofreu alterações no seu projeto inicial. Porém o atual edifício ainda apresenta algumas das caraterísticas iniciais que se encaixam no estilo Arte Nova.



Figura 217 - Atualmente Edifício residencial Rua Conselheiro Santos Viegas. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 9



Figura 218 - Atualmente Edifício residencial Rua Conselheiro Santos Viegas. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 9

A sua implantação é em L, a fachada principal dá para a rua Conselheiro Santos Viegas. "O corpo central possuiria no piso térreo três portas, sendo a central de lintel em arco abatido e as laterais de lintel em arco de volta perfeita, ladeadas por duas janelas de lintel reto." (Vaz, 2004 e VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

O piso superior tinha um grande vão "em tríforа, com sacada de cantaria assente em quatro cachorros, apresentando guarda em ferro ladeada por duas janelas de lintel reto. A empena curvilínea deste corpo seria rematada por uma estátua, provavelmente Minerva, a alegoria da Indústria. Sobre a tríforа do segundo nível encontrava-se uma cartela curvilínea com a inscrição "Santos Marques & CA/ Lanifícios" (VisitCovilhã & C.M.C,

2017).

Atualmente apenas resta o corpo central do projeto inicial, ao nível térreo mantém-se a traça original, já nos pisos superiores há bastantes alterações evidentes. “Da grande trífora, só a moldura segue o risco original, os vãos foram rebaixados até ao início da volta do arco, apresentando agora lintéis retos. A sacada segue o desenho original, mas na grade em ferro surgem elementos mais ecléticos” (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Foram também acrescentados mais dois pisos:

> “um segundo rasgado, na fachada principal, por vãos, duas janelas simples e uma trífora em lintel reto. O terceiro é constituído por uma mansarda central, ladeada por duas grades em ferro e circunscrita por pilastras. Esta estrutura assenta em lacrimais e apresenta cornija que define a empena triangular, truncada no vértice, sugerindo a presença de peça escultórica. O pano da mansarda é rasgado por um grande óculo circular. Toda a fachada sobre a rua Conselheiro Santos Viegas se encontra revestida a elementos cerâmicos retangulares de face piramidal. Da orientação Arte Nova persiste o gosto pelas grandes dimensões dos vãos e o predomínio da linha curva em algumas molduras, a utilização de mísulas e alguns pormenores do corte dos vidros.” (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Banco de Portugal

Localização: Rua Ruy Faleiro Nºs 27 e 29, (Anexo 4: ref.10)
Promotor: Banco de Portugal
Arquiteto/Projetista: Ernesto Korrodi
Data: 1922

Neste edifício funcionou a agência do Banco de Portugal (Figuras 219 e 222, Anexo 4: ref. 10). É mais um projeto de Ernesto Korrodim datando de 1922 (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).



Figura 219 - Agência Do Banco de Portugal, década de 30. Fonte: Borges & Morão, 2002. - Anexo 4: ref. 10



Figura 220 - Agência Do Banco de Portugal, atualmente 2021. Autor: Vero de Almeida. - Anexo 4: ref. 10



Figura 221 - Agência Do Banco de Portugal, década de 30. Fonte: Borges & Morão, 2002. - Anexo 4: ref. 10



Figura 222 - Agência Do Banco de Portugal, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 10

Tem uma planta regular, a fachada principal "historicista e eclética, congrega apontamentos neomanuelinos e, embora pouco insinuados, elementos de Arte Nova." (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

A estrutura é simétrica e composta por três blocos separados por pilastras toscanas, o corpo central é de estilo mais clássico com "disposição côncava, possui no piso térreo duas

portas de lintel reto encimadas por duas janelas de arco abatido" (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

O piso superior tem três vãos em arco de volta prefeita, são divididos "por colunas de fustes coríntios, sendo rematado em frontão semicircular onde se encontra o escudo português, alusão à sua primitiva função. " (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Os corpos laterais são mais elevados e têm, tanto nos pisos superior como nos inferiores

> "janelas retilíneas e no central janelas com vãos de volta plena formando bíforas, sendo rematados por cornija. As pilastras que dividem os três corpos são encimadas por cartelas ovaladas com o caduceu de Mercúrio e ornadas por festões. Os vãos retilíneos possuem falsos fechos, que servem de cachorro de sustentação. O edifício mantém as caixilharias e grades primitivas, bem como o portão do logradouro, do lado direito, onde as linhas sinuosas e orgânicas atenuam a rigidez granítica, gerando assim uma gramática decorativa associada à da Arte Nova" (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Edifício da Agência do Banco Comercial Português

Localização: Rua Visconde da Coriscada, Nº 100, (Anexo 4: ref.11)
Data: Séc. XX
Atualmente: Banco Millennium bcp

O edifício (Figura 223, Anexo 4: ref. 11) está encaixado entre outros edifícios, mas destaca-se a fachada que dá para Rua Visconde da Coriscada. Esta, é rasgada por quatro eixos de vãos em lintel reto, com exceção do correspondente à entrada principal, de arco abatido" (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).



Figura 223 - Atualmente Banco Millennium bcp. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 11

A Arte Nova é facilmente identificável nas janelas do segundo piso, que têm grades de resguardo em ferro.

> "A fachada é rematada por friso de azulejos polícromos, de motivos vegetalistas estilizados, sobre o qual se sustenta, em quatro cachorros, uma platibanda de balaústres, com pilares rematados por jarrões, que resguarda a água rebaixada e a mansarda central. Esta apresenta três vãos retos e empena curvilínea, ostensivamente decorada, onde surge um friso central de azulejos representando grinaldas e festões" (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Teatro Cine da Covilhã

Localização: Praça do Município, (Anexo 4: ref.16)
Promotor: Pina Bicho
Arquiteto/Projetista: Raul Rodrigues Lima
Data: 1940
Atualmente: Teatro da Covilhã

O Teatro Cine ou Cine- Teatro (Anexo 4: ref. 16) é um edifício do Estado Novo. Foi inaugurado em 1945 com a companhia "Amélia Rey Colaço/Robles Monteiro".

Foi projetado pelo arquiteto Raul Rodrigues Lima na Praça do Município no local onde

estava a Fonte das Três Bicas, tornando-se pela sua centralidade num elemento representativo da cultura na cidade. No edifício funcionava também o "Café Montalto". O café era um marco na Covilhã, nele reuniam-se a alta burguesia da cidade, maioritariamente donos de fábricas e altos funcionário da indústria (Jesus, 2016).

> "As gentes simples não sentiam à-vontade em aí ir beber um café, devido à maneira como seriam vistos pelos seus patrões e empregador.
>
> Após o 25 de Abril de 1974, a população operária, ao regressar de uma festa que se realizou no Parque Florestal, deu uma volta ao Pelourinho e entrou neste estabelecimento; então, um dos populares subiu para uma mesa e gritou em voz alta; isto é a nossa Bastilha." (Jesus, 2016).

Greves

Foi em 1907 que, após três semanas de greve, foi aprovada a primeira tabela de salários na Covilhã. A esta seguiram-se outras greves sempre com o objetivo de melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Depois de 1934, forma-se na Covilhã o "Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios" (SNPILC) e o "Sindicato Nacional de Empregados e Técnicos da Indústria de Lanifícios". Estes e outros, como o órgão regional Notícias da Covilhã (NC), defendiam um salário familiar, a saída das mulheres das fábricas e a entrada mais tardia dos menores nas fábricas. Este movimento social católico intensifica a sua atividade nacional no período da Segunda Guerra Mundial e põe a descoberto a situação dos trabalhadores cada vez mais precária (Ferreira Teixeira, 2012).

> "Alguns anarquistas e socialistas, que pertenciam à AC de esquerda, conseguiram manter-se nas direcções do outro SN: o do Pessoal da Indústria de Lanifícios62, embora com um campo de acção muito mais limitado. José Bernardo Gíria, conotado com o Centro Socialista da Covilhã, uma das figuras da AC de esquerda e fundador do jornal O Trabalho, será um dos membros da direcção do SN dos operários, no início da década de 40." (Ferreira Teixeira, 2012, p.20).

É pela importância da influência operária na Covilhã que se instala o Instituto Nacional de

Trabalho e Previdência (INTP) na cidade e não na capital de distrito, Castelo Branco, como era a regra (Ferreira Teixeira, 2012).

> "Entre as diversas regras de disciplina devidas ao operariado contavam-se as seguintes: acatar as ordens dos superiores; não abandonar o trabalho sem motivo justificado; não fazer subscrições dentro da fábrica; submeter-se à revista, e apresentar todos os objectos confiados à sua guarda. Os operários não se podiam despedir sem justa causa. Aos industriais era devido que proibissem "nos locais de trabalho a propaganda de princípios contrários à ordem existente". Tinham ainda a faculdade de repreender verbalmente os seus empregados e operários, e inscrever no cartão de sócio as respectivas repreensões e sanções; multá-los em uma semana; suspendê-los até quinze dias e despedi-los. Uma das causas de despedimento era "a privação, por sentença, dos direitos políticos do empregado ou assalariado, a sua colaboração em actos susceptíveis de prejudicar a organização corporativa da Nação e o facto de promover a luta de classes ou o mal-estar social" (Ferreira Teixeira, 2012, p.23).

Apesar da repressão, a Covilhã, dada a sua estrutura social ligada às fábricas, conseguiu fazer algumas greves e aprovar alguns salários ou melhores condições laborais, destacando-se a greve de 1941. Apesar de se estar em plana guerra mundial, em Portugal a censura calava qualquer tipo de contestação e filtrava a informação, a imprensa era muito condicionada sobre as informações que podia passar acerca do conflito mundial ou sobre as greves que iam havendo. Qualquer contestação social era censurada para manter a população fácil de controlar (Ferreira Teixeira, 2012).

> "Mesmo antes de estalarem as greves na indústria da Covilhã no Inverno de 1941, alguns sinais de alarme social começavam a ser dados por todo o país. A imprensa não perde tempo a noticiar os efeitos nefastos do conflito bélico na economia portuguesa, com a degradação do nível de vida de parte da população e as consequências que daí advinham, como a fome e a proliferação de doenças, que vieram exponenciar a situação já de si difícil. Embora o sinal fosse dado, a censura rapidamente intervinha para repor a "normalidade" na imprensa, impedindo, desta forma, o alarme social" (Ferreira Teixeira, 2012, p.30).

Em suma o clima de medo e repressão vivido durante o Estado Novo era, como em todo o país, sentido na Covilhã, que graças a sua longa ligação a indústria, à falta de condições a que os trabalhadores estavam sujeitos e ao seu espírito lutador, tentou apesar de tudo lutar por melhores condições (Visão Júnior, 2016).

1.5 - 25 de Abril

Portugal, no final do século XIX era um país pouco desenvolvido economicamente, que subsistia essencialmente da agricultura. Nesta altura o País atravessava uma grande crise que cada vez mais punha em causa a governação régia. Toda esta revolta culmina a 5 de outubro de 1910, com a queda da monarquia e o nascimento da Primeira República Portuguesa (Abreu, 2010).

Este novo regime político ficou marcado por uma grande instabilidade. Entre 1918 e até à sua queda, em 1926, houve vários governos. À enorme instabilidade política veio juntar-se a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial. No final da guerra, a situação económica que já não era boa agravou-se ainda mais, o que criou uma grande revolta na população. Esta crescente tensão culmina a 28 de Maio de 1926 com um golpe militar que põe fim à Primeira República, seguindo-se um novo regime de Ditadura Militar que vai durar até 1933 (Abreu, 2010).

O novo regime de Ditadura Militar não conseguiu evitara a crise económica que estava cada vez mais grave, o País continuava com grandes problemas financeiros e encontrava-se muito atrasado no seu desenvolvimento em relação ao resto da Europa. Foi neste contexto que, em 1928, Oliveira Salazar chega a Ministro das Finanças, e em 1932 chega a Presidente do Conselho de Ministros, sendo Óscar Carmona Presidente da República. Com esta gestão acaba a Ditadura Militar, começando um novo regime político que será chamado de Estado Novo (Abreu, 2010).

O novo governo é regido por valores que assentam na família, no trabalho, na religião, na autoridade, na austeridade e no nacionalismo. E vai de encontro ao que se passava um pouco por toda a Europa, que vê cada vez mais o aparecimento de regimes totalitários, como Hitler na Alemanha ou Mussolini em Itália. Estas regimes ditatoriais conseguiram chegar ao poder durante as graves crises económicas que os seus países atravessaram e

aproveitaram-se do desespero da população para serem eleitos. Uma vez no poder acabaram com a liberdade e com a oposição política. Assentavam no nacionalismo, no orgulho da pátria, nos valores tradicionais, fazendo-se valer da ignorância e da falta de informação do povo que iam doutrinando através do ensino e de organizações para-militares, como a "juventude hitleriana", na Alemanha e a "Mocidade Portuguesa" em Portugal (Abreu, 2010).

No caso da Alemanha, a procura por recuperar o que consideravam ser o "orgulho perdido" com a derrota na Primeira Guerra Mundial e a procura de mais espaço para pôr em prática ideologias muito próprias levou, em 1939, ao início da Segunda Guerra Mundial, com a invasão por parte da Alemanha nazi do território Polaco (Abreu, 2010).

A Segunda Guerra Mundial só termina em 1945, com o famoso "Dia D". Apesar de Salazar ser simpatizante das políticas de Hitler, Portugal manteve-se neutro e fomentou boas relações com todos os países envolvidos na guerra, mandando alimentos e materiais como o volfrâmio, entre outros (Abreu, 2010).

Com o final da guerra a Europa estava destruída a todos os níveis e havia uma grande necessidade de habitação o que acabou por ser uma oportunidade para os arquitetos (Abreu, 2010).

> "Em Londres Jonh Nash faz uma intervenção na cidade existente e faz um prolongamento da mesma, projetando um espaço verde com 166 ha.
>
> Cerdá, em 1859, faz um plano de intervenção em Barcelona. Esta intervenção não passa pela cidade existente, antes é uma expansão da cidade. Propõe a criação quarteirões separados por grandes avenidas." (Abreu, 2010, p.4).

Quando um pouco por toda a Europa se vivia o Modernismo, em Portugal os arquitetos estavam impedidos de criar e acompanhar o espírito vivido nos outros países. A arquitetura do Estado Novo seguia regras rígidas, pois Salazar procurava criar a "casa portuguesa". Mas também foi durante esta época que. sob a alçada de Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas de Salazar, começaram a ser feitos planos urbanísticos na Cidade. O regime apostava na construção de Bairros Operários. Nas cidades portuguesas eram erguidos, correios, teatros, câmaras municipais (símbolos do poder), casas apalaçadas e prédios. Estes elementos são facilmente reconhecidos em qualquer cidade de Portugal dadas as suas características, como por exemplo o uso da pedra, impostas pelo

regime Salazarista. Esta política, por um lado descaracterizou os centros históricos de várias cidades, mas por outro lado deu resposta à necessidade urgente que havia de habitação, deu à população o sentimento de ordem e organização, deu fontes de entretenimento (através dos teatros), resolveu problemas que existiam em muitas cidades por não existirem os serviços necessários, como os correios (Abreu, 2010).

Apesar da censura, da falta de liberdade, do atraso económico e tecnológico em relação ao resto da Europa dados os muitos anos de ditadura, o Estado Novo com a sua arquitetura e planeamento urbanístico respondeu a algumas necessidades. Não se sabe o que não se tem nada quando não se teve mais (Abreu, 2010).

Este regime viria a acabar na madrugada de 25 de Abril de 1974, quando as forças militares do MFA (Movimento das Forças Armadas) ocuparam o Rádio Clube Português para transmitir a mensagem de que queriam que "o País fosse de novo uma democracia, com eleições e liberdades de toda a ordem. Inclusive, foram postas no ar músicas de que a ditadura não gostava, como Grândola Vila Morena, de Zeca Afonso." (Visão Júnior, 2016)

Enquanto isto os tanques saíram da Escola Prática de Cavalaria, em Santarém em direção a Lisboa sob o comando do capitão Salgueiro Maia.

Já durante o dia as pessoas iam saindo à rua e juntando-se aos militares e assim o golpe de Estado transformou-se numa revolução. Ficou conhecida como a "Revolução dos Cravos" diz-se que devido a uma vendedora de flores com banca no Rossio, em Lisboa, ter distribuído cravos aos soldados que os colocaram no cano das espingardas (Visão Júnior, 2016).

A revolução de 25 de Abril de 1974 ficaria para a História como uma revolução sem derramamento de sangue, não fosse ao final do dia, já depois de deposto o regime, terem sido disparados tiros da sede da PIDE/DGS, a polícia política do regime que recusava ainda render-se, sobre a população que se manifestava na Rua António Maria Cardoso, ferindo várias pessoas e matando 4 cidadãos (Jorge, 2014).

> "Ao fim da tarde, Marcelo Caetano (o último Presidente do Estado Novo) rendeu-se e entregou o poder ao general Spínola, que, embora não pertencesse ao MFA, não pensava da mesma maneira que o governo acerca das colónias. Um ano depois, a 25 de Abril de 1975, os portugueses votaram pela primeira vez em liberdade desde há muitas décadas" (Visão Júnior, 2016).

Desde a primeira república que a questão da habitação era um problema levado em consideração. Até então os despejos eram fáceis e os contratos de habitação precários. Foi depois de 1910 que apareceu a primeira lei que regulava o aumento das rendas e tornava os despejos mais difíceis. Os primeiros governos republicanos, principalmente o de Sidónio Pais (1872-1914), dedicaram-se a erguer habitações de custos controlados, mas dada a instabilidade governamental e económica o governo quis acabar com as medidas dos antecessores e em 1922 implementa um programa de austeridade no qual os planos de construção de novos bairros operários cessaram e quatro anos depois houve o golpe militar seguindo-se a ditadura de Salazar (Ateliermob, 2015).

Como já referido, foi durante o denominado Estado Novo que muitos bairros operários foram feitos retomando os já criados durante a república e acrescentando mais alguns ao programa de habitação acessível. Este processo foi travado devido às dificuldades financeiras do pós-guerra e depois, nos anos 60, devido à Guerra Colonial (Ateliermob, 2015).

Durante os anos 60 e 70 foram feitos planos para centros urbanos e foram criadas algumas das primeiras ideias de como seria planificar cidades para mais pessoas, mas o Estado não conseguia dar resposta ao problema da habitação. Nos grandes centros urbanos esta questão era premente dado o grande número de pessoas a deixarem o campo para irem para a cidade à procura de melhores condições de vida, estas pessoas acabavam por fazer a sua própria habitação em terrenos próximos dos centros e assim foram criados muitos dos "bairros de lata". "Lisboa e Porto são cidades circundadas por extensos bairros de lata informais que iam acolhendo famílias e novos residentes, muitas vezes, por região de proveniência." (Ateliermob, 2015).

O 25 de Abril de 1974 põe a descoberto o problema da habitação, que se agrava ainda mais com a chegada dos retornados das colónias (Ateliermob, 2015).

> "Passados três meses do dia da revolução, o então secretário de Estado Nuno Portas propõe ao governo lançar um programa nacional de construção de habitação, pioneiro e inovador, que procurava articular o Estado, o financiamento, arquitetos e engenheiros, e cidadãos, organizados em torno de associações de moradores. O programa chamava-se SAAL e foi tão curto quanto revolucionário. " (Ateliermob, 2015).

O clima vivido pós-ditadura era um clima de liberdade, de sede de viver, de ter condições e

exigir uma vida melhor, mas Portugal ainda estava a reerguer-se de tantos anos de isolamento e a tentar estabelecer o governo e a política (Figuras 224 a 227). Talvez por isso não foi possível resolver o problema da habitação, assim a maioria da população ia fazendo as suas próprias casas e criando bairros de modo informal e não planificado, esperando que posteriormente fossem feitas as ruas, trazido o saneamento e a água (Ateliermob, 2015).

> "Aliás, é nesse contexto que surge parte da construção do Monte Xisto, em Matosinhos, na qual se centra a intervenção a ser realizada no âmbito deste sector, nesta representação na Bienal. Ainda que não se possa identificar o bairro com uma época específica, uma boa parte da sua construção, no pós-25 de Abril, resultou da divisão em avos de grandes áreas agrícolas para que nessas parcelas os trabalhadores construíssem as suas casas. " (Ateliermob, 2015).

A Covilhã, assim como qualquer cidade, é o reflexo do que se passa no país. Antes do 25 de Abril a cidade tentava calar o descontentamento, a falta de condições de vida e a desigualdade, gritante no contraste entre as casas senhoriais dos donos de fábricas e familiares e as casas humildes dos trabalhadores, que com sorte tinham uma casa do Programa Casas Económicas do Estado Novo. A fazer a ponte estavam as fábricas, esses edifícios marcantes que ainda hoje desenham o contorno da cidade na encosta. São eles que ligavam estes dois mundos (Ateliermob, 2015).

Na Covilhã assim que a notícia se espalhou, o povo saiu à rua (Figuras 224 a 227).

> "O povo saiu à rua. Na Covilhã, assim que as notícias da revolução começaram a circular, as escolas pararam, as fábricas fecharam, e a população concentrou-se junto ao Pelourinho, em manifestações de júbilo que ninguém esquece. E o poder caiu. A 26 de Abril já o presidente da Câmara estava destituído há largas horas, e reinava na autarquia uma comissão administrativa. Uma das primeiras do País. Nem admira, tratando-se de cidade com fortes tradições e cultura operária." (Jesus, 2016).



Figura 224 - Praça do Município da Covilhã a 25 de Abril e 1º de Maio de 1974. Fonte: Jesus, 2017.



Figura 225 - Praça do Município da Covilhã a 25 de Abril e 1º de Maio de 1974. Fonte: Jesus, 2017.



Figura 226 - Praça do Município da Covilhã a 25 de Abril e 1º de Maio de 1974. Fonte: Jesus, 2017.



Figura 227 - Praça do Município da Covilhã a 25 de Abril e 1º de Maio de 1974. Fonte: Jesus, 2017.

Até 1974, vêm-se fábricas, Casas Senhoriais, Bairros Operários, um ou outro prédio e serviços. Ou seja, vê-se o muito e o pouco e o que liga estes dois mundos tão distintos. Depois de 1974 há uma explosão de construção desmedida, não planificada e sem qualidade, mas a verdade é que essa construção, apesar de não ter nenhum valor arquitetónico, representa o sonho da liberdade, o sonho de ter algo seu, o aparecimento de uma classe media com a exigência de ter uma vida melhor. E na Covilhã de hoje, em 2021, vemos as antigas fábricas, que antes destruíam o sonho dos seus operários e construíam o sonho a uma pequena elite, a serem recuperadas e a criarem o sonho de uma nova geração. Vemos bairros operários, alguns a serem valorizados pela sua localização, que antes era considerada longe da cidade, ou pela sua construção que, apesar de para a época ser considerada económica nela atualmente se vê qualidade, vêm-se casas senhoriais, felizmente bem tratadas e habitadas, pois tal arquitetura tem que ser valorizada e uma

casa só tem sentido quando habitada. Vêm-se prédios de baixa qualidade que deformam o desenho da cidade na encosta. Ou seja, vê-se a História da Covilhã, o bom e o mau, e a esperança no futuro, na reabilitação, na cidade e no respeito pela sua História e habitantes (Ateliermob, 2015).

Conclusão

Ao longo deste primeiro capítulo pretendeu-se estudar de maneira resumida a história da Covilhã, desde a sua origem, passando pela grandiosa época industrial e culminando no 25 de Abril de 1974, por ser um momento de viragem na História Portuguesa e definidor de tudo o que veio a seguir.

Como é um período bastante longo, tentou-se abordar um pouco de tudo. Muito ficou por dizer, mas desta forma é possível ter uma noção de como foi o passado e como chegámos aqui, podendo assim compreender melhor a cidade.

Sem dúvida a Covilhã é uma cidade cheia de História, contada em todos os seus recantos através da arquitetura, um pouco como todas as cidades com História. Na Cidade podem-se observar as diferentes épocas a interagirem e a tocarem-se criando assim um esboço do que poderá ser o Futuro.

Quem diria que elementos outrora considerados vitais à sobrevivência como a muralha, dariam lugar a terraços de casas de habitação, ou que edifícios onde se trabalhava arduamente, sem horários ou condições, sem que existisse a possibilidade de sonhar o futuro, dessem origem a polos universitários onde todos os dias é construido um futuro. Ou fábricas que agora são cafés, bares ou centros comunitários, ou ainda o castelo, que foi prisão, fábrica e é agora uma ruína que está à venda com esperança de ser recuperada.

Com este capítulo, e comparando-o com o Presente, fica-se fascinado ao entender como o tempo não para e como a vida segue direções nunca imaginadas.

A Covilhã é a cidade em estudo nesta dissertação, encarando-a como laboratório de análise de uma cidade, mas nela podemos observar um pouco de todas as outras cidades com origens medievais. Como se formaram devido à necessidade de proteção e sobrevivência, como foram sendo estabelecidas as habitações, os serviços considerados

essências, e como a cidades crescem devido às pessoas, mas sem esquecer de referir o dinheiro, pois é o poder económico que faz crescer uma cidade ou a sua falta que a pode matar (Mathias, 2013).

"O tempo é o arquiteto, as pessoas os obreiros" - Victor Hugo

Capítulo 2 - Presente

Introdução

Com este capítulo pretende-se entender como foi a evolução do Passado para o Presente. O que está a ser feito na Covilhã que seja digno de nota, e qual é o rumo que a Cidade está a seguir. Quais foram os principais fatores de mudança da Cidade e como se valoriza através de medidas interventivas, sejam elas promovidas pela Câmara ou pelos habitantes da Covilhã.

Para já poder-se-á dizer que a Cidade está num caminho esperançoso onde se vão observando várias reabilitações, património a ser recuperado e cultura a ser promovida. Muitos destes pontos deixam um vislumbre de esperança no Futuro das cidades do interior e em particular no da Covilhã.

2.1 - Programa POLIS

O programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades Portuguesas, conhecido como Programa POLIS, foi um projeto de requalificação urbana que teve início a 15 de Maio de 2000 e tinha como objetivo melhorar a qualidade de vida nas cidades do interior, requalificando o território através da valorização ambiental. O grande objetivo era indicar o que poderia ser mudado ou melhorado nos centos urbanos e como poderia ser o caminho a nível urbanístico para deste modo os tornar mais competitivos e fomentar o desenvolvimento do interior (Moura, 2014).

O Programa POLIS inovou em quatro pontos principais, quando comparado com outros programas urbanísticos, a destacar:

"- O Administração Central intervém diretamente em matérias, que desde sempre, foram apenas da competência da Administração Local, em que o capital das Sociedades Anónimas, que foram criadas para gerir os Programas, era detido pela Administração Central;

- Procedeu-se a uma escolha criteriosa de um número limitado de cidades de modo a obter uma maior concentração dos investimentos;

- Criou-se legislação especifica para o Programa, levando a que pudesse assumir compromissos claros em relação à definição de prazos

- Obrigou-se à criação de Planos Pormenor para todas as intervenções, entendendo-se que era necessário que houvesse instrumentos para gestão após a intervenção, obrigando os municípios a um programa pós-POLIS." (Moura, 2014, p.18).

"Em termos de contextualização, cabe referir que, devido às diversas transformações e alterações da estrutura económica e social ocorridas em Portugal após o 25 de abril, o país viu-se alvo de significantes transformações na ocupação do território, que conduziam a um rearranjo da sua configuração, e fazendo corrigir vários problemas, como é referido em NASCIMENTO (2008):

- Desertificação das habitações localizadas nos centros históricos, levando assim ao abandono e degradação destes;

- Deterioração do património edificado em diversas áreas do núcleo urbano;

- Aumento do trânsito automóvel e por consequência, aumento de congestionamentos do mesmo;

- Desgaste acelerado de uma paisagem urbana desprovida de espaços verdes e espaços públicos;

- Aumento das extensões suburbanas, criadas de forma desorganizada e desprovidas de infraestruturas técnicas e sociais." (Moura, 2014, pp.20-21).

O 25 de Abril de 1974 trouxe a tão ansiada liberdade, mas também o grande problema da organização das cidades, e muitas cresceram de maneira desorganizada, sem qualidade e sem planificação, resultando assim em malhas urbanas confusas e não pensadas. Para

tentar solucionar este problema foram criadas medidas para revitalizar e requalificar as cidades de modo a recuperar a sua identidade (Moura, 2014).

Para dar resposta a estes problemas e na sequência de programas anteriores, foi criado o Programa POLIS. Este, tinha como objetivo a reorganização territorial assentando nos pontos essenciais:

> "- A primeira grande motivação do POLIS adveio do facto de as cidades portuguesas visarem uma reconciliação entre o desenvolvimento urbano e o ambiente, com o objetivo de aumentar a competitividade e diferenciação da mesma, sempre com a qualidade de vida em mente: as cidades devem atrair novas pessoas, especialmente aquelas fora da influência das grandes metrópoles como Porto e Lisboa, e só atingirão tal objetivo se oferecerem a melhor qualidade possível;
>
> - O segundo grande impulsionador do POLIS foi o reconhecimento da ocorrência de muitos erros no desenvolvimento urbano no passado: perturbações metropolitanas, subúrbios obsoletos, abandono de centros históricos, disseminação de funções centrais, destruição de bens naturais no interior das cidades, nomeadamente rios e zonas costeiras, aumento da zona urbana e inserção do trânsito automóvel, foram tudo erros causados por um processo de desenvolvimento erradamente acelerado.
>
> - A terceira grande razão foi a aceitação por parte do poder administrativo que as intervenções ambientais nas cidades não podem passar apenas pela edificação de estruturas básicas, como os sistemas de abastecimento de água e os sistemas de águas residuais: a qualidade de vida nas cidades não pode ser só uma prioridade dos espaços privados, mas também dos espaços públicos, isto é, fornecer uma qualidade de vida para além dos níveis básicos. Fornecer uma qualidade de vida a nível ambiental dentro das cidades, tornar a cidade ambientalmente atrativa;
>
> - O projeto da EXPO'98 em Lisboa, projeto este que foi aclamado como uma referência no âmbito da requalificação urbana e integração paisagística, foi a quarta grande inspiração para o Programa POLIS. Este projeto transformou uma das áreas mais devolutas e poluídas da Europa em espaços realmente apelativos. Foram criadas áreas residenciais, parques públicos e ainda equipamentos para a cultura e lazer. A requalificação levada a cabo para a EXPO 98 estabeleceu, sem dúvida, um novo modelo na qualidade de vida urbana. O objetivo do POLIS foi

aplicar os conhecimentos aqui adquiridos e redimensioná-los a uma escala urbana, explorando e desenvolvendo o potencial da requalificação ambiental das cidades;

- A quinta e última grande inspiração foram as várias experiências bem-sucedidas de parceria entre o Estado e os governos locais. Uma das grandes experiências foi a anteriormente mencionada EXPO 98, onde houve uma excelente articulação entre estado e governo local. Outro exemplo de sucesso de parceria entre o estado e o governo local foi o empreendimento multimunicipal de abastecimento de água e tratamento de águas residuais. Estes casos inspiraram o modelo institucional onde empresas públicas juntamente com os governos centrais e locais conduziram as intervenções chave do Programa POLIS." (Moura, 2014, pp.21-22).

Assim pode dizer-se que os objetivos específicos promovidos pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território no Programa POLIS foram a reabilitação urbana, a revitalização dos centros urbanos para os tornar mais multifuncionais, a valorização das frentes ribeirinhas, o aumento das zonas verdes, a promoção de áreas pedonais e a redução do trânsito de automóveis nos centros urbanos (Moura, 2014).

A cidade da Covilhã foi uma das cidades de intervenção do Programa POLIS, por ser uma cidade com um vasto património Histórico-Cultural e Industrial. Foram abrangidos vários castelos, judiarias e museus e as zonas ribeirinhas da Carpinteira e da Goldra, pois junto a estas duas ribeiras localiza-se muito do património industrial da Covilhã (Brito, 2012 e Moura, 2014).

Na revitalização das ribeiras e valorizando o seu potencial através de espaços de lazer, do aproveitamento do relevo que as encostas criam para assim promover uma arquitetura por socalcos, mais integrada na vegetação, com a criação de uma ligação harmoniosa entre o vale e a Cidade. Assentando ainda na reabilitação do património industrial dando-lhe uma nova função como a habitação ou a realização de atividades culturais, na recolocação da industria e do parqueamento automóvel – para o que foram criados parques de estacionamento que, através de meios mecânicos, facilitam o acesso ao centro da Cidade - Na fomentação de formas de acessibilidade alternativas - sendo construídas pontes pedonais para que os bairros mais afastados sejam integrados na cidade - e na implantação de meios mecânicos para vencer os acentuados declives da Covilhã (Moura, 2014 e Pereira,.2005).

Os arquitetos responsáveis para que o programa fosse posto em prática na cidade da Covilhã foram o arquiteto Nuno Teotónio Pereira e o arquiteto Luís Cabral, que fazendo

todo um trabalho incrível em que conjugaram esforços e comunicação com a população, para que esta também fosse parte ativa no projeto e assim se identificasse, conseguiram que o resultado final desse uma resposta à problemática real dos habitantes e não fosse apenas um mero exercício de arquitetura (Portas, Domingues & Cabral, 2003).

Para a reabilitação e a valorização das Ribeiras Goldra e Carpinteira, o Programa POLIS apostou no tratamento da paisagem, demolindo os edifícios que não teriam reabilitação possível e que fossem considerados nocivos para a qualidade de vida, propondo o melhoramento da acessibilidade às ribeiras e trazendo vida para as áreas junto destas com a criação de percursos pedonais e a criação de áreas de desporto e de lazer, com a reabilitação de determinados edifícios para que se tornassem polos de interesse para a vida urbana (Moura, 2014).



Figura 228 - Como seria a ocupação de toda a proposta para a Covilhã no âmbito POLIS. Fonte: Moura, 2014, p. 53

Outro dos grandes objetivos do programa foi a redução da dependência do automóvel e a promoção da mobilidade. Para isto na Covilhã foram a construídas pontes para peões e ciclistas, estava prevista a construção de escadas mecânicas, a criação de estacionamentos com acesso facilitado para tornar possível estacionar o carro e seguir a pé ou usando outro meio de transporte suave. Com o objetivo salvaguardar a paisagem (Figura 228) do vale e promover uma arquitetura integrada na paisagem foram criadas medidas como a

proibição de construir edifícios nas cristas ou encostas que fizessem de barreira visual, e ainda uma pensada e cuidada localização para a expansão urbana, para que sejam evitados os mesmos erros que se verificaram no passado (Moura, 2014 e Pereira,.2005).

A acessibilidade foi uma grande preocupação para Nuno Teotónio Pereira, pois a Covilhã, sendo uma cidade de encosta, tem percursos íngremes, cansativos, o que dificulta bastante a mobilidade. Para tornar a cidade acessível a todos, os arquitetos pensaram sistemas mecânicos, como elevadores, funiculares e pontes. Com o intuito de tornar a Covilhã uma cidade sustentável com uma mobilidade acessível o atelier de Nuno Teotónio Pereira elaborou um Plano de Mobilidade Pedonal (Figura 229), (Machado, 2018).



Termos de comparação (exist.)	Extensão	Desnível a vencer
Jardim Público/Mercado	700 m	15 m
S. Martinho/Pelourinho	700 m	40 m

Percursos Pedonais	Antes	Depois	Antes	Depois
Residencial/Mercado	1470 m	760 m	97 m	37 m
Palmatória/Pelourinho	1530 m	690 m	68 m	23 m
Estação/S. João de Malta	890 m	630 m	111 m	45 m
Pelourinho/St. António (Reitoria)	1730 m	730 m	55 m	34 m
Penedos Altos(igreja)/S. Francisco	1420 m	750 m	71 m	14 m
Penedos Altos (Acad.)/Pelourinho	1400 m	920 m	86 m	56 m
Rodoviária/Pelourinho	1490 m	950 m	127 m	53 m
Escola do Rodrigo/Pelourinho	850 m	540 m	95 m	69 m

Plano de Mobilidade Pedonal, Nuno Teotónio Pereira, 2004 (Pereira N. T., 2009, p. 46).

Figura 229 - Pleno de Mobilidade Pedonal para a Covilhã de Nuno Teotónio Pereira. Fonte: Machado, 2018, p. 30.

A tabela abaixo (Tabela 2), foi retirada da Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Civil intitulada "Programa POLIS, O caso da cidade da Covilhã" da autoria de Bruno Miguel Afonso Moura. Corresponde à proposta pensada para a cidade da Covilhã no âmbito do Programa POLIS:

Tabela 2 - Tabela de obras previstas para a Covilhã no âmbito POLIS. Fonte: Moura, 2014, pp. 49- 52

Empreendimentos previstos no Programa POLIS (adaptado de CMC (2000))

	Tipos de Projeto	Obras
1	Tratamento de Ribeiras	Plantação de matas ribeirinhas - enquadramento das ribeiras com árvores da mata ribeirinha; Ecossistemas autorregeneradores - criação de planos de água de fitolagunagem, com espécies apropriadas à depuração biológica, para afinação da qualidade da água e para fins didáticos.
2	Parques Lineares	Alamedas e matas ribeirinhas - percursos ao longo das ribeiras, em parte sobre o futuro traçado dos emissários de esgotos domésticos a instalar ao longo dos vales: - Mata da Fonte Santa; - Alamedas ribeirinhas nos troços rurais das ribeiras da Goldra e Carpinteira; - Passeio das Ramolas, ligando num percurso este conjunto patrimonial; - Desmatação seletiva de ribeiras.
3	Construção de jardins e parques	Rossio da Ponte do Rato - criação de uma rotunda integrando duas obras de arte, envolvida por um amplo espaço equipado de comércio e restauração Parque da Goldra - parque com um conjunto de piscinas fluviais Jardim "Martir in Colo" - limpeza e tratamento da zona do vale junto à ponte Jardim do Lago - jardim entre a estação rodoviária e a estação de caminhos-de-ferro

	Tipos de Projeto	Obras
		Jardim da Carpinteira – em complemento do equipamento desportivo de ar livre Jardim do Museu da Cidade Miradouros em "testas de pontes"
4	Outras melhorias da paisagem dos vales	Limpeza e desmatação das espécies infestantes Limpeza das Ribeiras – limpeza de lixos dos leitos e margens das ribeiras Percursos vicinais da várzea da ribeira da Carpinteira
5	Reestruturação viária	Vias a montante da Ponte do Rato Via do Parque da Goldra Via do Jardim do Lago Via do Jardim da Carpinteira Alargamento do troço inferior da Calçada das Poldras, acesso ao TCT e ligação à Calçada das Poldras/Bairro do Rodrigo Via e Ligação da Rua da Saudade e Rotunda do Rato
6	Criação de áreas de parqueamento automóvel	Silo-auto da Fonte Santa Silo-auto do Parque da Goldra Estacionamento sob a via do Parque da Goldra Estacionamento no Jardim do Lago Estacionamento no Jardim da Carpinteira Estacionamento em frente à Nova Penteação
7	Construção de pontes pedonais	Construção de pontes para peões e bicicletas, integradas em percursos à mesma cota ligando bairros das margens dos vales, estando previstas duas pontes na ribeira da Goldra e três na ribeira da Carpinteira

	Tipos de Projeto	Obras
		Jardim da Carpinteira – em complemento do equipamento desportivo de ar livre Jardim do Museu da Cidade Miradouros em "testas de pontes"
4	Outras melhorias da paisagem dos vales	Limpeza e desmatação das espécies infestantes Limpeza das Ribeiras – limpeza de lixos dos leitos e margens das ribeiras Percursos vicinais da várzea da ribeira da Carpinteira
5	Reestruturação viária	Vias a montante da Ponte do Rato Via do Parque da Goldra Via do Jardim do Lago Via do Jardim da Carpinteira Alargamento do troço inferior da Calçada das Poldras, acesso ao TCT e ligação à Calçada das Poldras/Bairro do Rodrigo Via e Ligação da Rua da Saudade e Rotunda do Rato
6	Criação de áreas de parqueamento automóvel	Silo-auto da Fonte Santa Silo-auto do Parque da Goldra Estacionamento sob a via do Parque da Goldra Estacionamento no Jardim do Lago Estacionamento no Jardim da Carpinteira Estacionamento em frente à Nova Penteação
7	Construção de pontes pedonais	Construção de pontes para peões e bicicletas, integradas em percursos à mesma cota ligando bairros das margens dos vales, estando previstas duas pontes na ribeira da Goldra e três na ribeira da Carpinteira

	Tipos de Projeto	Obras
8	Construção de escadas mecânicas	Da Rua Nova do Biribau à Calçada Alta e à Rua Marquês d'Ávila e Bolama Da Rua Marquês d'Ávila e Bolama até à zona do Mercado Municipal
9	Criação de percursos no vale da Carpinteira	Percurso que se inicia abaixo das Piscinas Municipais na EN 230, e serpenteia no vale, desembocando no Bairro do Rodrigo Melhoria dum atravessamento existente na Carpinteira, a cerca de 250 metros a montante da Ponte de Caminho-de-Ferro Melhoria dos caminhos rurais na várzea agrícola entre a linha do comboio e o TCT
10	Enquadramento e valorização paisagística de edifícios ou conjuntos	Canal visual e escadarias de ligação do Mercado ao Parque da Goldra Enquadramento a montante da Fábrica Manuel Conde Ações no sentido de estimular a manutenção do uso agrícola dos solos Iluminação cénica das pontes de caminhos-de-ferro Criação de cortinas arbóreas de enquadramento paisagístico do tecido edificado Ruinas da Fábrica dos Cruzes para enquadramento do proposto Centro Museológico
11	Recuperação do património industrial para fins socioculturais e de serviços	Demolição de edifícios existentes: - Tinturaria Francisco Mendes Alçada - demolição de partes pouco significativas nos dois edifícios, para alargamento da via; - Casas no local da Rotunda da Ponte do Rato - para implantar a rotunda; - Edifícios no Parque da Goldra - para implantar o conjunto das piscinas fluviais do Parque da Goldra; - Fábrica Alçada Rosa - para realçar a qualidade da arquitetura do corpo principal da fábrica; - Fábrica Armando Martins - para alargar a via e permitir o

	Tipos de Projeto	Obras
		estacionamento; - Fábrica Campos de Melo (corpo a sul) - para realçar a qualidade da arquitetura do corpo principal - Edifícios a jusante da Fábrica Manuel Conde - para instalar os jardim temáticos do Centro Museológico Recuperação e reutilização dos edifícios industriais existentes: - Recuperação da Fábrica Manuel Conde para a instalação de um Centro Museológico e do Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental; - Elaboração do projeto para o conjunto fabril Charro Pereira - para relocalização de industrias; Relocalização de Industrias - Companhia Nacional de Lanifícios ou Beira-Lã; - Fábrica Fofinha; - Fábrica Manuel Conde

A lista anterior diz respeito a todas as intervenções que estavam previstas no Programa POLIS para a Covilhã, mas dessa lista foram executadas apenas os elementos da tabela abaixo (Tabela 3):

Tabela 3 - Tabela de obras feitas na Covilhã no âmbito POLIS. Fonte: Moura, 2014, p.56

Parques e Jardins:	- Rotunda e Jardim da Ponte do Rato - Parque da Goldra - Jardim do Lago - Jardim "Martir in Colo".
Parques Lineares:	- Mata da Fonte Santa - Passeio das Ramolas do Sol;
Reestruturação de Vias:	- Via a montante da Ponte do Rato - Via do Parque da Goldra - Via do Jardim do Lago
Criação de Parques para Automóveis:	- Estacionamento sob a Via do Parque da Goldra - Estacionamento no Jardim do Lago.
Percursos e Pontes Pedonais:	- Ponte da Carpinteira - Percurso de Atravessamento do Vale da Carpinteira.
Enquadramento e Valorização Paisagística de Edifícios ou Conjuntos:	- Envolvente da Igreja de Nossa Senhora de Fátima - Ações no Sentido de Estimular a Manutenção do Uso Agrícola dos Solos - Enquadramento a Montante da Antiga Fábrica António Estrela - Ponte do Comboio sobre o Vale da Ribeira da Carpinteira
Demolição de Edifícios Existentes:	- Tinturaria Francisco Mendes Alçada; - Edifícios no local da Rotunda da Ponte do Rato - Edifícios no Parque da Goldra e do Sítio do Biribau
Tratamento de Ribeiras:	- Plantação de matas ribeirinhas.

Estas intervenções melhoraram consideravelmente a qualidade de vida, reabilitaram e valorizaram o património da Covilhã, tornaram a cidade mais sustentável através de zonas verdes e de uma mobilidade mais suave e pensada. Todas a intervenções do programa foram muito importantes e é uma pena não terem sido feitas todas as que estavam propostas.

Destacam-se algumas, como a remodelação da Praça do Município (Figura 230). A obra aconteceu entre 1999 e 2001 e foi a primeira de muitas obras que contrariaram o abandono do centro da cidade e promoveram a mobilidade, mostrando que tal era possível, mesmo em cidades de montanha. O programa valorizou o centro histórico adaptando-o aos atuais modos de vida, uma proposta na direção oposta ao que até então estava a acontecer. Em vez do crescimento desorganizado cada vez maior das periferias deixando o centro ao abandono, o programa aposta na qualidade de vida, na reabilitação do centro histórico para que este seja ocupado e habitado com a finalidade de que a cidade volte a ter "vida" no centro histórico (Moura, 2014).

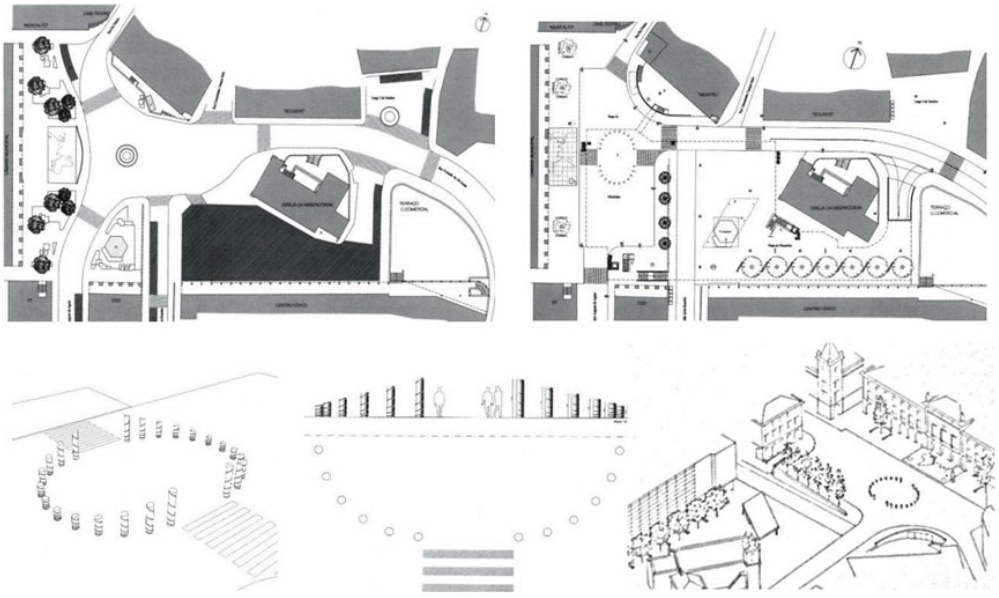


Figura 230 - Proposta para a Praça do Município da Covilhã no âmbito POLIS. Fonte: Moura, 2014, p. 32 (as cited in Pereira A. N., 2005, p. 12)

2.1.1 - Ponte Pedonal de Cima da Ribeira da Carpinteira

Esta ponte foi construída ao abrigo do Programa POLIS com o objetivo de ligar a Rua Marquês de Ávila e Bolama e o Bairro dos Penedos Altos, facilitando o percurso e ligando o centro às zonas mais periféricas (Moura, 2014).

O projeto ficou a cargo do arquiteto João Carrilho da Graça e do engenheiro Adão Fonseca, tendo as obras início em Abril de 2008 e sendo inaugurada no dia 6 de Setembro de 2009. Arquitetonicamente a ponte carateriza-se por um conceito de leveza, como que apenas uma linha que atravessa o vale e liga as duas margens.

A Ponte da Carpinteira tem 220 metros e está a uma altura de 52 metros, "O seu tabuleiro é composto por uma secção com 1,75 metros de altura e por 4,40 metros de largura" (Moura, 2014, p.57).

Em termos de construção pode dizer-se que o tabuleiro é

> "constituído por duas vigas paralelas em aço e para pavimentação e e para pavimentação e revestimento interior da mesm o material escolhido foi a madeira de "azobé" revestimento interior da mesma, madeira de "azobé" foi o material escolhido, devido à sua durabilidade e resistência à abrasão" (Moura, 2014, p.58).

Porém a madeira de "azobé" apesara da sua durabilidade mostrou-se envelhecer mal em climas como o da cidade da Covilhã, por ser originaria de países com clima tropical como Camarões, Costa do Marfim, Gana, Congo, Nigéria, Gabão, Guiné Equatorial. A solução mais adequada seria usar um material da região.

O suporte da ponte assenta em quatro pilares, dois centrais com a mesma proporção e matéria do tabuleiro, e dois pilares menores construídos em betão com secção circular, revestidos por blocos de pedra granítica dispostos em espiral (Moura, 2014).

A acessibilidade foi pensada de forma pedestre e acessível a todos, permitindo o acesso a pessoas de mobilidade reduzida e a velocípedes sem motor (Moura, 2014).

> "A amarração Sul é feita de acordo com o desnível da Rua Marquês de Ávila e Bolama, estando o tabuleiro da ponte à cota da mesma. Do lado Oeste, como o acesso parte da cota 619,60 metros, faz-se por uma escadaria, enquanto do lado Este (cota 618,00 metros), o acesso é feito por uma rampa com uma inclinação de

> 2,94%, garantido assim a acessibilidade a todos como tinha sido referido anteriormente." (Moura, 2014, p.59).

A Ponte da Carpinteira foi reconhecida internacionalmente, conquistando vários prémios, dos quais: "melhor obra arquitetónica na América Latina, Espanha e Portugal na VIII Bienal Iberoamericana de Arquitetura e Urbanismo". Foi considerada um dos sete locais de maior interesse de design do Mundo pela revista "Travel+Leisure" e também recebeu uma distinção pelos "AIT Global Awards" (Moura, 2014).

2.1.2 - Parque da Goldra

O Parque da Goldra foi projetado pela equipa liderada pelo arquiteto José Oliveira, a inauguração aconteceu a 15 de Março de 2009. O parque localizando-se na margem da Ribeira da Goldra e faz a ligação entre a Universidade e o Anfiteatro "Mártir-in-Colo". O parque tem 21.900 m2 e foi construído para cumprir o objetivo do Programa POLIS de requalificação ambiental desta ribeira (Moura, 2014).

O projeto caracteriza-se por vários espaços verdes em patamares relvados, tem também espelhos de água, edifícios de restauração e bares. Foi pensado para receber eventos, para a prática desportiva e oferecer também equipamentos de lazer (Moura, 2014).

Acompanha a encosta com várias plataformas que criam o jardim e o parque, conta também com um anfiteatro formado por escada e rampas para acompanhar a inclinação, com vários percursos que ligam os diferentes espaços verdes, os equipamentos e os espelhos de água (Moura, 2014).

O projeto do Parque da Goldra tinha o objetivo melhorar a vida através de um espaço verde dinâmico, integrando a zona ribeirinha, atraindo a população mais para esta zona e criando espaços de lazer onde se pode fazer exercício, passear o cão ou conviver.

O jardim da Goldra é uma ótima intervenção no âmbito do Programa POLIS. A sua localização, a reabilitação da zona ribeirinha, a ideia de estacionamento que permite depois aceder a pé através do elevador, que agora conta com umas escadas a acompanhar, e que dá acesso à Rua Marquês de Ávila e Bolama a uma cota superior, ligando assim as diferentes cotas da cidade. O respeito pela encosta, a implantação de uma área de desporto

e lazer, sem esquecer que é uma área verde necessária à Cidade (Moura, 2014).

Porém atualmente o parque está degradado, a madeira escolhida não se adapta ao clima da Covilhã e encontra-se degradada, os espelhos de água atraem mosquitos e estão desativados, muitos dos equipamentos encontram-se degradados e existem vários danos causados pela água. Esta degradação deve-se principalmente ao facto de que os percursos da água não terem sido bem pensados durante a projeção do parque (Moura, 2014).

Assim a solução passaria pela reabilitação do parque, retirando a madeira degradada, e pela criação de zonas de sombra através de árvores e plantas, bastante necessárias sobretudo no Verão. Repensar e estudar os percursos da água para que se integrem no jardim e possam ser aproveitados para a rega, restaurar e implementar mais equipamentos de desporto, criar um parque de skates, percursos de mobilidade suave - percursos por todo parque com um pavimento permeável que facilitem andar de bicicleta, de patins, de skate – criar zonas pensadas para haver feiras e exposições temporárias, criar um pequeno quiosque onde possa funcionar uma oficina para bicicletas, skates, etc. Com estas intervenções poder-se-ia reabilitar o Parque da Goldra, valorizar o seu potencial e a importância que tem para a Cidade, conseguir trazer mais pessoas para o jardim e criar uma zona de desporto e um parque de skates, tão necessário para os skaters da Cidade, dando assim continuidade à intervenção do Programa POLIS (Moura, 2014).

Atualmente existem notícias da reabilitação do Jardim da Goldra, algo muito necessário:

> "Covilhã: Parque da Goldra renasce com novo projeto
>
> 29/01/2020
>
> A Câmara Municipal, em colaboração com a Universidade da Beira Interior, pretende requalificar e revitalizar o Parque da Goldra, no quadro de um projeto que visa tornar aquele território num espaço de recreio para toda a cidade, com a particularidade de ali criar uma zona específica para espetáculos variados.
>
> Por outro lado, e de acordo com declarações do presidente da autarquia ao JF, parte do parque seria franqueado à UBI, como prolongamento do campus universitário, também com áreas de lazer e de estudo.
>
> Segundo Vítor Pereira, o assunto já foi tema de uma reunião, realizada recentemente, com o reitor António Fidalgo, ficando acordado que "a Câmara vai contactar um especialista paisagista para elaborar o projeto" (Vieira, 2020).

2.1.3 - Jardim do Lago

A inauguração do Jardim do Lago aconteceu a 16 de Janeiro de 2005, tratando-se de um grande jardim que fazia muita falta à cidade. O projeto é da autoria do arquiteto Luís Cabral (Moura, 2014).

O jardim conta com um restaurante, dois estacionamentos, percursos pedonais, um parque infantil, parque de desporto e um grande lago com espelho e queda de água. Localiza-se já fora da parte velha da cidade, junto da estação de comboios, numa das áreas com maior crescimento habitacional e próximo de escolas. Uma área onde fazia falta um espaço verde. "Os 3000m2 de área de espelho de água e os três hectares de zona verde vieram dar uma nova vida a uma zona que necessitava de um espaço verde e de lazer." (Moura, 2014, p.68).

Um jardim com um imenso interesse urbanístico para a zona pois dinamiza-a, trazendo uma área verde e de lazer ao local, com uma fauna e flora muito diversificada contando com cisnes, peixes, patos, tartarugas e várias aves, o que traz vida e alegria ao jardim, para além do grande relvado que está sempre ocupado em convívios, e da água que refresca o parque nos quentes Verões da Covilhã. Como sugestão poderia haver um jardineiro para cuidar e vigiar o espaço e ainda os cafés e bares deveriam funcionar o ano todo, estando todos bem cuidados e a funcionar (Pereira,.2005).

O Programa POLIS foi importante para a cidade da Covilhã. Reabilitou-a e deu-lhe um urbanismo pensado, integrado e sustentável. Não há dúvidas que existe um antes e um depois do Programa, com um imenso impacto na vida dos habitantes, sejam eles estudantes ou residentes permanentes na cidade. Facto é que as condições de vida urbana foram melhoradas através de áreas verdes, da reabilitação das importantes zonas ribeirinhas e de edifícios que são património industrial com grande importância na História da Cidade. A mobilidades foi facilitada, tirando os carros do centro, mas dando-lhes alternativas e entregando a cidade às pessoas. O projeto POLIS tentou adaptar-se às características da Covilhã enquanto cidade de montanha e que, portanto, necessita de soluções específicas para facilitar a mobilidade (Moura, 2014).

O programa não foi comprido na sua totalidade e houve alguns erros, como é o caso do Jardim da Goldra que não conseguiu cumprir o seu propósito nem atrair pessoas, e que atualmente se encontra degradado. A proposta completa abrangia mais mobilidade e

espaços que tornariam a Covilhã ainda mais interessante e com uma ainda maior qualidade de vida. Mesmo incompleto é opinião geral o impacto positivo que a população sentiu com o Programa POLIS.

Passados vinte anos do Programa POLIS é possível fazer um levantamento de erros. Mas é inegável a melhoria que o programa trouxe à Cidade em temos de urbanismo e de mobilidade. Este projeto tinha como base pilares muito importantes que estão a ser postos em prática em cidades de todo o mundo, como a revitalização das cidades, a aposta na mobilidade suave, a aposta na sustentabilidade. O programa POLIS foi pioneiro e a partir dele, analisando os erros, poder-se-á melhorar, tendo sempre como ponto de partida o que já foi feito (Moura, 2014 e Pereira,.2005).

> "Passando a uma análise ao impacto do Programa POLIS na cidade da Covilhã, a conclusão que se pode tirar é que o programa, aos olhos da população covilhanense teve um impacto muito positivo e que contribuiu significativamente para a melhoria da qualidade de vida do quotidiano da cidade. Estes resultados não surpreendem pois o Programa POLIS introduziu mudanças significativas na estrutura da cidade, levando mesmo ao alterar, para melhor, de certas rotinas da população, pois com a edificação de infraestruturas como o Parque da Goldra, o Jardim do Lago ou a Ponte da Carpinteira, as pessoas viram a sua vida facilitada (no caso dos utilizadores da Ponte da Carpinteira – ligação da periferia ao centro da cidade - e do Parque da Goldra – ligação da zona nova à zona histórica) e ganharam novos espaços de lazer e recreio (Jardim do Lago, Parque da Goldra, Jardim "Martir in Colo", por exemplo). O conhecimento da realidade da cidade antes da implementação do POLIS e o reconhecimento das alterações que este introduziu torna este resultado perfeitamente previsíveis." (Moura, 2014, p.83).

Numa nota breve é de referir o Programa da Mobilidade Pedonal na Covilhã de 2012, um programa da Câmara Municipal da Covilhã com o objetivo de encontrar soluções para a mobilidade urbana, facilitando a locomoção pedestre na cidade e assim melhorando os objetivos ambientais. Para cumprir estes objetivos foram criadas soluções que permitissem vencer os acentuados declives da Cidade através da instalação de elementos mecânicos e pontes. "Deste plano fizeram parte as Escadinhas e Funicular de Santo André, o Funicular de São João, o Elevador da Goldra, e também a Ponte da Carpinteira. Esta última fez parte dos dois programas." (Moura, 2014, p.77).

Este tipo de programas mostraram-se muito importantes para a Cidade, melhorando significativamente a qualidade de vida, valorizando a Covilhã e o seu património, promovendo a sustentabilidade e saúde através de uma cidade que convida a andar, seja a pé, de bicicleta ou outro meio de transporte sustentável (Moura, 2014).

2.1.4 - Nuno Teotónio Pereira

Nasceu em 1922, na alta burguesia lisboeta, com ligações ao Estado Novo, mas distanciou-se das opções políticas da família.

> "o tio, Pedro Teotónio Pereira, foi ministro de Salazar e figura muito influente nas décadas de 1930 e 1940, época em que ocupou também alguns importantes postos diplomáticos – o arquiteto distanciou-se rapidamente do regime na década de 1950, tornando-se num dos militantes mais destacados do movimento dos chamados "católicos progressistas". Quando o 25 de Abril chegou encontrou-o preso em Caxias, para onde fora levado depois de ter sido preso na Capela do Rato a 31 de dezembro de 1973 quando, em conjunto com outros ativistas, uma "greve da fome" destinada a assinalar uma vigília pela paz convocada a pretexto do Dia Mundial da Paz, que o Papa Paulo VI acabara de propor e se celebrava a 1 de janeiro." (Observador, 2016).

Formou-se em 1949 na Escola de Belas Artes de Lisboa. Participou no movimento "1º Congresso Nacional de Arquitectura de 1948" que crítica a arquitetura do regime, que restringia a liberdade criativa impondo uma arquitetura que considerava tradicional e portuguesa, com a imposição da "casa tradicional portuguesa". Em contrapartida defendia o movimento moderno e a Carta de Atenas (Observador, 2016).

Logo nos primeiros anos como arquiteto destaca-se o "Bloco das Águas Livres" em Lisboa, desenhado em colaboração com Bartolomeu Costa Cabral entre 1953 e 1955. Destacam-se

ainda o edifício habitacional da Rua General Silva Freire, n.º 55 a 55 A, nos Olivais Norte, em Lisboa, uma obra realizada com António Pinto Freitas que ganhou o Prémio Valmor em 1967. O polémico edifico de escritórios e comércio desenhado em colaboração com João Braula Reis, conhecido como "Edifício Franjinhas", situado na Rua Braancamp n.º 9 e que foi galardoado em 1971, mas que mesmo assim foi alvo de várias críticas por parte da imprensa popular da capital. A Igreja do Coração de Jesus, realizada em conjunto com Nuno Portas, que conquistou o Prémio Valmor em 1975. De referir também o Quarteirão Rosa do Bairro do Restelo em pareceria com Pedro Viana Botelho que ganhou uma menção honrosa em 1987-1988 (Observador, 2016).

Outra obra marcante é a Igreja Paroquial de Almada, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, de 1965-1967. A Igreja do Sagrado Coração de Jesus foi muito importante para a renovação da arte religiosa, o que levou o arquiteto a fundar o Movimento para a Renovação da Arte Religiosa em 1952 (Observador, 2016).

Destaca-se ainda o prémio INH de 1992 atribuído pelo projeto em conjunto com Pedro Viana Botelho do conjunto habitação social de Laveiras/Caxias. Nuno Teotónio Pereira dedicou grande parte da carreira à habitação social, chegando a ser consultor de Habitações Económicas na Federação das Caixas de Previdência de 1948 a 1972. No âmbito da habitação social destacam-se os projetos de Braga, Castelo Branco, Póvoa de Santa Iria, Barcelos e V. N. Famalicão, sendo também o responsável pela realização do primeiro concurso para habitações de renda controlada. "Em abril de 2015, Nuno Teotónio Pereira foi distinguido com o Prémio Universidade de Lisboa 2015 pelo exercício "brilhante" na área da arquitetura e como "figura ética" (Observador, 2016).

É indissociável a Covilhã do arquiteto Teotónio Pereira, pois é da autoria do seu gabinete a intervenção feita no âmbito do Programa POLIS, que é um marco no urbanismo da Cidade. A sua visão pioneira trouxe uma arquitetura pensada que respeita a escala humana, uma arquitetura que vai de encontro aos princípios de Jan Gehl e nos quais assentam os pilares do futuro das cidades, da arquitetura e do urbanismo (Cunha, 2016).

A vinte de Janeiro de 2016 morreu Nuno Teotónio Pereira. Tinha noventa e três anos e uma carreira de sessenta anos. Ficou assim um vazio na arquitetura, mas ficou também um vasto legado com ideias e obras que servem de referência para o Futuro, para a criação de uma cidade e uma arquitetura humana e pensada. Nuno Teotónio Pereira foi um pioneiro e com os seus ensinamentos poder-se-á desenhar uma cidade com qualidade de vida (Cunha, 2016).

2.2 - Muralha da Covilhã e Praça do Município na atualidade

Atualmente resta menos de metade da muralha da Covilhã, considerada "Imóvel de Interesse Público" em 1986 (Diário da República, Série 2, 1/86 de 03-01-1986).

Como qualquer outra construção do género, só em alturas de perigo é que eram consideradas, e por isso na época medieval era dentro delas que se desenvolvia toda a cidade. Assim, as obras de arquitetura militar são monumentos com maior expansão, devido à sua essencial finalidade de proteção das cidades, considerada indispensável à sobrevivência. Com a evolução do Mundo, uma construção considerada vital dá lugar a novas construções, e assim se dá a demolição da muralha da Covilhã, que aconteceu em 1769 por ordem real para que se construísse a Real Fábrica (Mathias, 2013).

As demolições continuaram no século XX. Nos anos cinquenta, durante o Estado Novo, houve muitas alterações no centro da Cidade. Foi durante esta época que foram construídos os edifícios da Caixa Geral de Depósitos, dos CTT, atual edifício da Telecom, da nova Câmara Municipal, inaugurado em 1958 substituindo o antigo edifício de construção filipina de 1614. Também o Hotel Sol Neve, o Cine-Teatro e antigo Café "Montalto". Estas intervenções alteraram completamente o aspeto da Praça do Município. A segunda grande intervenção na praça foi devida ao Programa POLIS (Mathias, 2013).

Pode dizer-se que a Praça do Município sofreu três grandes alterações. Numa primeira fase na Praça existia o edifício de construção filipina de 1614 que chegou a funcionar como prisão, nesta altura a Fonte das Três Bicas, datada de 1855 e de traça barroca, encontrava-se onde atualmente está o Cine-Teatro. A praça era arborizada e tinha no centro um coreto e era ladeada por edifícios com características do estilo renascentista. Numa segunda fase, com o Estado Novo, a Praça sofreu grandes alterações com a demolição do edifício filipino e o traslado da Fonte das Três Bicas para o Jardim Publico para dar lugar ao Cine-Teatro (Figura 236, Anexo 4: ref. 16), ao edifício da atual Câmara inaugurado em 1958 (Figura 233, Anexo 4: ref. 13), ao Hotel Sol Neve (Figura 235, Anexo 4: ref. 15), à Caixa Geral de Depósitos (Figura 234, Anexo 4: ref. 14) e aos CTT atual edifício da PT (Figuras 231 e 232, Anexo 4: ref. 12). Numa terceira e última fase, que lhe deu o aspeto que atualmente tem, foi intervencionada no âmbito do Programa POLIS construindo-se um grande estacionamento subterrâneo e algumas outras intervenções como a rotunda em frente à Câmara (Jesus, 2016 e Pereira,.2005).



Figura 231 - Antigo edifício dos Correios. Fonte: Borges & Morão, 2002. - Anexo 4: ref. 12



Figura 232 - Atual edifício da PT. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 12



Figura 233 - Camara Municipal da Covilhã, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 13



Figura 234 - Caixa Geral de Depósitos, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 14



Figura 235 - Hotel Sol Neve, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 15



Figura 236 - Cine-Teatro, atualmente 2021. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 16

> "Os vestígios da muralha ainda existente encontram-se nas traseiras dos edifícios da Rua António Augusto d'Aguiar e foram aproveitados para sobre eles se erigirem casas de habitação da Rua 6 de Setembro. Aqui, foi feito um estudo sobre o impacto de obras de reconstrução da casa com o n.º 30, na Rua 6 de Setembro, e da zona envolvente ou melhor da parcela de terreno em frente à muralha." (Mathias, 2013, p.38).

Ao percorrer a cidade da Covilhã tem-se a noção de como a cidade foi um encontro dos tempos (Figuras 237e 238). A muralha deu origem a terraços de casas normalmente com uma ótima vista.



Figura 237 - Rua António Augusto de Aguiar. "Esta Rua era paralela as antigas muralhas da cidade". Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 238 - Atual António Augusto de Aguiar. Autor: Vera de Almeida.

Nas imagens que se seguem observa-se a Rua de Olivença em direção à Rua Conselheiro

Dr. António Pedroso dos Santos, como eram na década de sessenta (Figura 239) e como está atualmente no ano 2021. Como se pode observar não houve mudanças significativas. Destaca-se a escadaria em frente ao atual "minimercado Canário" e a fachada lateral do prédio que tem agora uma montra e uma janela (Figura 240). Mais acima (não observado nas imagens) encontra-se a habitação que assenta em cima da muralha e a aproveita para terraço, do lado esquerdo encontra-se à venda o edifício classificado (Mathias, 2013).



Figura 239 - Rua de Olivença em direção a Rua Conselheiro Dr. António Pedroso dos Santos, década de 60. Fonte: Borges & Morão, 2002.



Figura 240 - Rua de Olivença em direção a Rua Conselheiro Dr. António Pedroso dos Santos, atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida.

> "Nas "Portas de S. Vicente", desapareceram os cunhais visíveis e o que atualmente observamos resulta provavelmente do novo arranjo da rua, após a demolição das duas torres, que se encontravam inteiras ainda no século XVIII, mas em estado de degradação como consta: "A terceira he a porta chamada de S. Vicente para o Poente com duas torres, como as outras asima as quaes ambas estão inteiras e huma tem alguma abertura e barriga ainda que não muito grande; porém outra tem huma grande abertura e ameaça ruína" (Quintella 1899: 91). A cota do nível é de 675m." (Mathias, 2013, p.41).

É na Rua de Olivença que se encontram as antigas Portas de S. Vicente e vários vestígios da muralha. Como constatado, o velho deu lugar ao novo, e se durante o auge da indústria a muralha foi usada para a construção da Real Fábrica de Panos, atualmente encontram-se casas construídas em cima da muralha usando-a como terraço, como suporte, como parede de sustentação. Assim observa-se como a importância da muralha foi mudando ao longo dos tempos e é possível acompanhar a evolução da História ao longo da muralha e das diferentes funções que lhe foram sendo atribuídas, sendo possível observar ao que se

dá importância em cada época: primeiro defesa, depois indústria, agora habitação (Mathias, 2013).

2.3 - Bairro Judaico na atualidade

Na Covilhã a judiaria situa-se na Rua das Flores. Ainda podem ver-se muitas casas que mantêm a tradicional arquitetura de uma casa judaica, a maioria com três pisos tendo uma porta grande e outra pequena.

Ainda hoje se pode observar a janela manuelina e as passagens que davam acesso à sinagoga, felizmente muitos dos edifícios estão a ser renovadas. A comunidade judaica foi muito importante e marcante na cidade (Andarilho, 2021).

"A comunidade judaica da Covilhã foi desde o século XII e até inícios do século XX, a maior e mais importante da Região da Serra da Estrela e uma das mais fortes de Portugal." (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Dos dois núcleos, o mais antigo fica intra-muralhas e situa-se junto às Postas do Sol. O segundo localiza-se já na parte exterior das muralhas, próximo das Portas da Villa, numa área entre as ruas do Ginásio e a das Flores. Ainda hoje apresentam as características da altura: vias estreitas e desorganizadas originando espaços públicos pequenos, edifícios com fachadas estreitas e altas com acrescentos. As habitações foram construídas conforme o gosto ou as necessidades do seu primeiro proprietário, tendo na sua maioria as características típicas da arquitetura judaica. Para além das duas portas, uma grande e outra pequena, também as portas chanfradas ou as ombreiras e as janelas desenquadradas. É também neste núcleo judaico que se encontram três habitações com janelas manuelinas, duas estão na Rua das Flores e uma na Rua do Ginásio Clube. Felizmente muitas destas construções estão a ser reabilitadas com cuidado para manter na medida do possível as características deste tipo de arquitetura (Pereira,.2005 e VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

As placas informativas relativamente à judiaria e à janela manuelina (Figuras 241 e 242) demonstram preocupação em manter e conhecer a História.



Figura 241 - Placa no Largo 5 de Outubro com informação da Judiaria da Covilhã.



Figura 242 - Placa da Rua das Flores com informação sobre a Judiaria da Covilhã

2.4 - Bairros Operários na atualidade

Os Bairros Operários na Covilhã foram construídos em diferentes épocas e isto é evidente nas plantas, nos materiais e na sua organização.

Atualmente podemos encontrar os bairros ao percorrer a Cidade, identificando-os facilmente devido às suas caraterísticas.

O Bairro da Estação, por exemplo, foi construído por fases todas elas bastante diferentes entre si, possibilitando a distinção das suas três fases de construção. Os acessos são bons e facilitam a circulação, tanto pedonal como de veículos. A sua localização à data da construção era considerada longe do Centro, mas com o crescimento da Cidade começaram a ser construídos equipamentos como escolas, a biblioteca municipal, a prisão e o tribunal e assim o Bairro da Estação passou a estar integrado na Cidade. O afastamento que em tempos se fazia notar fortemente, acentuava as diferenças sociais relativamente aos seus habitantes. Atualmente, com o crescimento e a expansão da Cidade estes bairros ficaram perfeitamente integrados na malha urbana (Abreu, 2010).

Bairro Municipal

O Bairro Municipal foi construído em 1925 e foi o primeiro a ser construído para as famílias operárias, sendo que a tipologia variava conforme o número de quartos necessários. Com o tempo o bairro e as suas moradias sofreram alterações, mas mantiveram o número de pisos que tinham inicialmente que variavam entre um, dois e três pisos (Abreu, 2010).

Bairro da Alegria

O Bairro da Alegria localiza-se virado a Sul. Foi construído na encosta entre os anos 1938 e 1940 e está perto da Ribeira da Goldra. Atualmente está perto do Polo de engenharia da UBI e, portanto, perto do Centro. Quando construído estava localizado numa zona mais afastada e não nobre da Cidade, mas, como aconteceu com a maioria dos bairros operários nas cidades, e não sendo a Covilhã exceção, passou a estar integrado na Cidade. O acesso hoje, como à data da sua construção, é feito por uma escadaria. As moradias em banda iniciais do bairro encontram-se algumas devolutas e outras degradadas, a latada que existia inicialmente em frente às moradias desapareceu (Abreu, 2010).

É interessante referir que existe uma dissertação de mestrado em Arquitetura chamada "Do Industrial ao Atual Um novo olhar sobre o Bairro da Alegria", realizada em 2018 por Ana de Jesus Martinho Machado, com a orientação da Professora Doutora Patrícia Santos Pedrosa, que aborda uma proposta de intervenção e reabilitação para o Bairro da Alegria. Mais uma vez é notado o interesse que existe pela Covilhã, pelo seu património e pela valorização que merece (Abreu, 2010).

Bairro do Rodrigo

Construído entre 1948 e 1951 o Bairro do Rodrigo situa-se numa zona mais baixa da Cidade. Organiza-se a partir da escola e desenvolve-se ao longo de uma escadaria. As moradias unifamiliares não sofreram grandes alterações, muitas ainda têm o pequeno telheiro à entrada e estão caiadas de branco e com peitoris de granito nas janelas. O logradouro mantém-se a ser usado como horta e para pequenos anexos. Os equipamentos que foram construídos, como a escola e a igreja fizeram com que o bairro tivesse só por si uma vivencia agradável e. à medida que a Cidade cresceu, passou a estar bem integrado na

malha urbana. Foi um bairro que, como os outros, quando foi construído se encontrava mais afastado da Cidade, tendo os seus próprios equipamentos para que pudesse ser independente, mas atualmente esta bem integrado. Pode dizer-se que já não se nota a segregação que em tempos era caraterística dos bairros operários (Abreu, 2010).

Bairro 1º de Maio

Tanto o Bairro 1º de Maio como o Bairro da Biquinha localizam-se próximo ao Estádio Santos Pinto. Apesar do crescimento da Cidade ainda se encontram um pouco afastados muito graças à encosta onde se localizam, mas já se começa a observar o crescimento da Cidade nesta direção, apesar de não ser prioridade. Aqui localiza-se o estádio, existem casas de habitação e até o Jardim Botânico de Montanha (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

O Bairro 1º de Maio foi construído em 1976, é composto por dez moradias de apenas um piso com dois quartos, uma sala, uma casa de banho e uma cozinha, sendo a área total das habitações aproximadamente 35 m². Atualmente algumas das casas encontram-se a precisar de obras (Abreu, 2010).

Bairro da Biquinha

A zona envolvente ao Estádio Santos Pinto é um local que ainda se encontra pouco pensado em termos de urbanismo. O Bairro da Biquinha foi construído em 1964, feito em duas fases. Na primeira fase foram feitas moradias em banda unifamiliares de dois pisos, numa segunda fase a construção foi feita em blocos de habitação coletiva com três pisos.

Estes dois bairros, o Bairro 1º de Maio e o Bairro da Biquinha, localizados próximos um do outro, junto ao estádio e na encosta, ainda estão pouco integrados na Cidade. Talvez devido às acessibilidades não serem as mais fáceis e intuitivas e ao facto do planeamento inicial dos bairros não prever equipamentos. Eram bairros segregados e sem planificação que permitisse a integração com o resto da Cidade à mediada que esta ia crescendo (Abreu, 2010).

Perto do Estádio e dos dois bairros, localiza-se um espaço verde que veio dar valor à zona. O Jardim Botânico de Montanha é um jardim com uma área de 12 mil m²onde se encontra uma grande diversidade de espécies da flora da Serra da Estrela, do Norte de África e de

zonas montanhosas do Sul e Centro da Europa. Abriu em 2012 depois de obras de requalificação do Parque Alexandre Aibéo. O jardim tem percursos pedonais com placas informativas para as diferentes espécies existentes no local. Também foi criado um quiosque, bar e sanitários, que infelizmente se encontram encerrados, talvez por falta de clientes devido não ser uma zona muito movimentada, apesar das habitações existentes. Trata-se de um jardim que melhora a qualidade de vida e promove os espaços verdes na Cidade. Localizado a caminho da Serra da Estrela, é um local interessante para explorar a natureza (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

A maioria dos bairros sociais estão agora integrados na Cidade. Em muitos casos ao percorrer a Covilhã encontra-se um bairro operário que se consegue identificar pelas características que ainda tem, mas já não está segregado do resto da Cidade. Dependendo do ano de construção os materiais e a qualidade da construção variam, é o caso do Bairro da Estação, que foi feito em três fases bastante distintas. Os prédios da primeira fase são de uma qualidade maior do que os das duas fases posteriores e isto é observado nos materiais usados e, consequentemente, no estado do edifício.

No geral os bairros variam em tipologia, qualidade e classe social conforme o ano e a finalidade da construção, mas pode-se dizer que as tipologias mais usuais são o T2 e o T3. Foram construídos em terrenos distantes do resto da Cidade, por serem mais baratos, e muitas das vezes perto de fábricas. Atualmente a maioria das fábricas que ainda opera foi transferida para o Parque Industrial da Covilhã e os antigos edifícios fabris encontram-se à espera de recuperação para uma nova finalidade ou já recuperados. Os bairros ficaram cada vez mais integrados na Cidade e esta cresceu na direção e com os bairros. Dependendo da planificação feita inicialmente, estariam mais ou menos integrados. Mas a ideia geral que fica é a forma como a Cidade soube “absorver“ os bairros e muitas vezes planificar o seu crescimento tendo em conta esta urbanizações. Já não são locais discriminados, mas sim parte integrante da Cidade (Abreu, 2010).

2.5 - Fábricas, Recuperações da UBI e Exemplos de Reabilitação

Felizmente na atualidade a Cidade da Covilhã tem vários edifícios reabilitados, sejam eles antigas fábricas ou edifícios com importância arquitetónica, e a tendência é continuar. Mas também é importante referir que ao percorrer o Centro Histórico da Covilhã, se encontram muitos edifícios devolutos. Este flagelo é comum a vários centros históricos das cidades Portuguesas. Esta praga poderá vir a mudar se houver incentivos à recuperação e habitação dos centros, para que voltem a ter "vida" e sejam valorizados, pois para além do peso histórico que carregam, oferecem qualidade de vida, aplicando muitas das orientações que o arquiteto Jan Gehl defende para uma cidade que respeita as pessoas e onde é bom viver e envelhecer. Gehl é uma referência na arquitetura e urbanismo. Muitas das suas indicações para uma cidade de qualidade estão presentes nos centros históricos, que devem ser valorizados e habitados. Apesar da recuperação que se vai observando e que dá esperança no Futuro, ainda há muito trabalho a fazer.

Depois do declínio industrial resultando no abandono de inúmeros edifícios fabris e de longos anos de degradação e abandono, a Covilhã encontrava-se maltratada e desvalorizada, com o seu património industrial abandonado e as zonas ribeirinhas completamente esquecidas. Foi graças à instalação da Universidade da Beira Interior na Cidade e ao Programa POLIS, que a Covilhã se reinventou e que aos poucos vai recuperando a sua grandiosidade, valorizando todo o seu imenso potencial arquitetónico e natural (Pereira,.2005).

O Programa POLIS promoveu e reabilitou muitas das antigas fábricas. Foi um programa extremamente importante para a valorização da Cidade e ainda é considerado um programa atual, que assenta em conceitos como a reabilitação e a sustentabilidade que são conceitos pelos quais passa, não só o Presente, mas sobretudo o Futuro das cidades. Para a valorização da Covilhã é imperativo referir a UBI e as suas excelentes recuperações que valorizaram o património e atribuíram aos edifícios um novo propósito, redefinindo a economia da cidade (Moura, 2014).

2.5.1 - Reabilitações feitas pela UBI

Quando a indústria começou a morrer devido à falta de investimento e à importação, a Covilhã começou a repensar o futuro. Para este Futuro que se avizinhava entrou o Instituto Politécnico da Covilhã, que já tinha sido criado em 1973 com o objetivo de dinamizar a indústria dos lanifícios através da formação de engenheiros têxteis e de profissionais administrativos.

Com o objetivo de albergar o Instituto, a Câmara da Covilhã cedeu o antigo edifício das instalações militares do Batalhão de Caçadores 2, que se encontrava desocupado e que originalmente tinha sido o edifício da Real Fábrica de Panos (E.M.V. Ribeiro, 2020).

O Instituto Politécnico da Covilhã mudou de nome em 1979 para Instituto Universitário da Beira Interior, conseguindo finalmente ser Universidade em 1986 e passando assim a chamar-se Universidade da Beira Interior. Durante as obras de recuperação e adaptação do edifício foram descobertos poços, vindo a ser recuperados e reabilitados. Devido a esta descoberta ficou decidido, em 1992, que apesar de pertencer à Universidade o edifício seria Museu dos Lanifícios da Universidade da Beira Interior, com a finalidade de preservar o Passado e a História da Cidade da Covilhã, podendo agora ser visitadas as descobertas arqueológicas da antiga fabrica no Museu (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Outros antigos edifícios de fábricas foram adquiridos pela UBI, recuperados e transformados interiormente, mas preservando as fachadas, para assim homenagear o Passado da Cidade. As recuperações da Universidade da Beira Interior são um excelente exemplo de como o Passado pode construir o Futuro, sendo o Presente uma ponte de ligação. Através dos vários edifícios hoje pertencentes à UBI, que no passado foram fábricas, desenhou-se a nova cidade da Covilhã sem esquecer ou desvalorizar o seu Passado, como noutras épocas infelizmente aconteceu (Pereira,.2005 e E.M.V. Ribeiro, 2020).

A reabilitação levou em consideração a preservação da estrutura fundamental dos edifícios e todos os acrescentos respeitaram os materiais de origem. Assim nasceram os Polos I, II, III e IV que se encontram espalhados por toda a Covilhã, em especial na zona das Ribeiras da Goldra e da Carpinteira, que era onde se encontravam a maioria das fábricas.

A reabilitação também realojou a indústria que ainda existe em parques industriais.

A intervenção que a UBI teve na cidade (Tabela 4) reinventou a Covilhã, sendo que além dos edifícios reabilitados para as instalações da Faculdade também promoveu a

reabilitação de habitações para o alojamento de estudantes (Tabela 5), (E.M.V. Ribeiro, 2020 e Portas, Domingues & Cabral, 2003).

Esta iniciativa da UBI, renovou a cidade, deu um futuro à Covilhã, e é de esperar que a reabilitação das antigas instalações fabris continue, assim evitando a construção de edifícios desenquadrados da paisagem urbana (Pereira,.2005).

> "Não se trata de defender o que é velho em detrimento do novo antes, aproveitar recursos e manter uma uniformidade arquitetónica, fórmula que, na baixa da cidade, está em certos locais comprometida, face ao levantamento dos famosos "caixotes" de gosto muito duvidoso, para se não falar da qualidade da construção." (E.M.V. Ribeiro, 2020).

Segue-se uma lista das antigas fabricas e o que são atualmente:

Tabela 4- Lista de antigas fábricas qua atualmente pertencem a UBI. Fonte: E.M.V. Ribeiro, 2020.

Antiga Fábrica:	**Atual Recuperação da UBI:**
Real Fábrica de Panos	Museu dos Lanifícios, núcleo da Ribeira da Goldra
Real Fábrica Veiga	Museu dos Lanifícios, núcleo da Ribeira da Goldra
Râmolas e estendedor da fábrica de Inácio da Silva Fiadeiro	Museu dos Lanifícios, núcleo da Ribeira da Carpinteira
Real Fábrica Veiga e fábrica de Francisco Roque da Costa Júnior	Departamento de Química e Centro de Informática
Fábrica de Sebastião da Costa Rato	Departamento de matemática da Faculdade de Ciências
Real Fábrica Veiga, escritório e armazéns	Faculdade de Ciências da Saúde
Empresa Transformadora de Lãs	Faculdade de Engenharia
Fábrica de Ernesto Cruz	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Fábrica de José Paulo de Oliveira Júnior	Arquitectura e Engenharia do Papel
Fábrica de Manuel Maria Antunes Júnior	Serviços Técnicos da UBI
Fábrica dos buréis no convento de Santo António	Serviços da Acção Social da UBI

Fábrica de João Roque Cabral	Residência Universitária Pedro Álvares Cabral
Palacete dos Melo e Castro	Centro de Seminários Colóquios e Conferências
Palacete de José Mendes Veiga	Biblioteca Geral da UBI
Fábrica de José Nunes Jacinto e Cristiano Cabral Nunes	Cantina da Boavista

Felizmente outros edifícios seguiram o exemplo da UBI, e foram recuperados, dando-lhes uma nova vida, como foi o caso:

Tabela 5- Lista de antigas fábricas e a sua atual ocupação. Fonte: E.M.V. Ribeiro, 2020.

Antigas Fábricas:	**Atualmente:**
Fábrica de José Monteiro Grilo e J. C. Saraiva	Lar de Idosos da Associação de Socorros Mútuos da Covilhã
Fábrica de Vitorino Duarte Moreno e Aníbal Pereira Nina	Centro de Actividades Desportivas
Fábricas de Inácio da Silva Fiadeiro e a fábrica de Joseph Bouhon e Álvaro Paulo Rato	Residências Universitárias na Ribeira da Carpinteira
Como exemplo: casas da Fábrica Alçada e Mouzaco	Alguns bares
Fábrica de António Estrela	New Hand Lab

Outra excelente recuperação, a nível de habitação, foram os Sineiro Apartamentos. Esta recuperação também é um excelente exemplo de respeito pela estrutura que já existia.

A opinião generalizada é do excelente trabalho que, desde a sua formação até aos dias de hoje, a Universidade da Beira Interior fez de recuperação, dando uma nova vida à indústria e encontrando um novo Futuro para a Covilhã. É muito prazeroso passear na cidade e ir vendo edifícios incríveis que estão reabilitados. Outrora naqueles mesmos edifícios trabalharam operários fabris, muitas vezes em condições desumanas, e

atualmente entram e saem estudantes com o sonho de construir o seu futuro. Por esses mesmos corredores de trabalho quase escravo agora desenha-se o futuro e a igualdade, ou pelo menos tenta-se. Noutras antigas fábricas vive-se ou toma-se café. Conhecer o antes e ver o atual faz ter esperança no Futuro (Pereira,.2005 e E.M.V. Ribeiro, 2020).

Museu dos Lanifícios

Um dos exemplos de reabilitação que contribuiu para o desenvolvimento da Covilhã é o Museu dos Lanifícios, conhecido como MUSLAN e pertencente à Universidade da Beira Interior. Criado com o propósito de preservar e recuperar as tinturarias da Real Fábrica de Panos, descobertas quando as obras para a instalação da universidade estavam a decorrer, o edifício foi classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto-lei nº 28/82 de 26 de Fevereiro) (E.M.V. Ribeiro, 2020).

> "O Museu de Lanifícios resultou da aplicação de metodologias de intervenção desenvolvidas no âmbito do património e da arqueologia industrial, após a celebração, em 1986, de um Protocolo de Cooperação entre o ainda Instituto Universitário da Beira Interior, atualmente Universidade da Beira Interior, e a Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa. Inaugurado em 1992 e aberto ao público, em regime normalizado, em 1996, apresenta-se como um museu de ciência e tecnologia e, estatutariamente, como um Centro da UBI." (M. L. U.B.I, 2008).

O edifico foi adquirido pela UBI em 1997 e foram feitas grandes obras para que aí pudesse funcionar o Museu, que inaugurou em 2005. Trata-se de um edifício cuja área total ronda os 12.000 m2. Nele podem-se visitar algumas máquinas provenientes de várias fábricas da Cidade. Também se pode ficar a conhecer todo o processo de fabrico da lã, desde a tosquia até aos acabamentos finais. Foi também para este edifico que foi transferido o Centro de Documentação e Arquivo Histórico dos Lanifícios que antes estava alojado na fábrica de tecelagem de José Paulo de Oliveira Júnior. O arquivo ocupa sensivelmente 470 m2 e aí se pode encontrar grande parte da documentação histórica dos lanifícios da Covilhã e Gouveia. Este é um arquivo de extrema importância para a investigação e para a história da Covilhã (E.M.V. Ribeiro, 2020).

A casa da família Mendes Veiga, um antigo palacete do século XIX, também é mais um exemplo das recuperações bem-sucedidas feitas pela UBI. Foi recuperada e adaptado o seu interior pelo arquiteto Bartolomeu Costa Cabral para funcionar como Biblioteca Central da Universidade. A inaugurada aconteceunem 2001 e hoje é uma biblioteca muito importante para a cidade e um polo de conhecimento (Universidade da Beira Interior [U.B.I], 2021).

2.5.2 - Alguns Exemplos de Recuperações

Alguns exemplos de recuperações atuais que dão uma nova vida à cidade…

Antiga Fábrica Alçada:

A antiga Fabrica Alçada foi muito importante na sua época, mas infelizmente como tantas outras caiu no abandono. Devido à sua localização privilegiada, mesmo ao lado do Polo das Engenharias, houve várias trabalhos académicos com a proposta para a sua recuperação (Universidade da Beira Interior [UBI], 2020).

> "A Covilhã vai ter mais um importante edifício do seu património industrial recuperado, segundo apurou o Jornal do Fundão. Trata-se da antiga fábrica Francisco Mendes Alçada, situada na zona do Rossio do Rato e Ribeira da Goldra, junto à Faculdade de Engenharias da Universidade da Beira Interior-Polo I da UBI.
>
> De acordo com fontes próximas do processo, o histórico imóvel foi adquirido à Segurança Social por um empresário covilhanense, que estará apostado em transformá-lo numa residencial académica com uma vertente turística destinada a alojamento local." (Vieira, 2018).

Depois do acordo feito entre a UBI e a Caravel Devotion, e terminadas as obras de reabilitação, abriu este ano de 2021 uma residência para estudantes com duzentos e cinquenta quartos e serviços de apoio. Este edifício bastante atual é mais uma reabilitação

da UBI, representando a evolução da Cidade. O que antes era uma fábrica ganhou um novo propósito transformando-se em alojamento e preenchendo as novas necessidades da Covilhã.

> "A estrutura vai elevar o nível de alojamento da cidade e colmatar parte da escassez que se tem verificado, situando-se nas proximidades com o Polo I da UBI (faculdade de Artes e Letras, Engenharia e Ciências).
>
> O protocolo foi assinado esta terça-feira, 4 de fevereiro, entre o Reitor da UBI, António Fidalgo, e responsáveis da empresa Pedro Fernandes Antunes e Roey Shoef.
>
> O acordo prevê ainda que ambas as entidades retirem vantagens de iniciativas de marketing conjunto e do desenvolvimento de outras atividades vantajosas para ambas as partes.
>
> O objetivo do protocolo assinado passa por potenciar a visibilidade internacional da UBI, com o apoio de uma oferta de alojamento para estudantes de qualidade, enquanto a empresa quer alavancar a sua capacidade de atração de estudantes através da rede da instituição." (U.B.I, 2020).

Sanatório dos Ferroviários

Este edifício (Figuras 243 e 244) poderia estar no capítulo do Passado, pela sua importância marcante para a Covilhã, apesar de se localizar a caminho da Serra, nas Penhas da Saúde, a uma altitude de cerca de 950m. Como também poderia estar no capítulo do Presente, dedicado às recuperações. Como poderia estar na parte dedicada ao turismo, pois trata-se de um edifício que soube e teve a sorte de se reinventar.



Figura 243- Entra principal do antigo Sanatório dos Ferroviários, década de 50. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.



Figura 244 - Anos de abandono do Sanatório dos Ferroviários, 1989. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Teve importância para a saúde quando, em 1928, foi mandado construir pelos Caminhos-de-Ferro, com projeto do arquiteto Cottinelli Telmo. Abriu para tratar doentes com tuberculose (Figuras 245 e 246). Com a evolução da medicina e a descoberta da penicilina os sanatórios, que outrora eram tão essenciais à saúde, havendo vários em Portugal localizados em locais onde o ar é mais puro, começaram a fechar e ficaram entregues ao esquecimento e ao abandono. O Sanatório dos Ferroviários não foi exceção encerrando definitivamente em Junho de 1969 (Lopes, 2011).

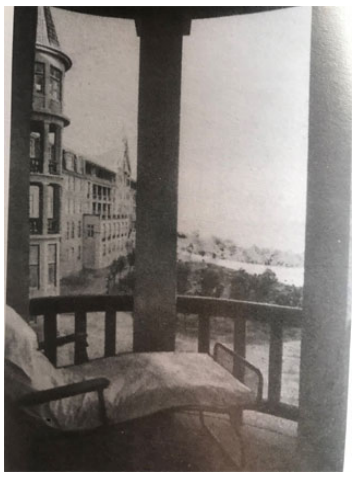




Figura 245 - Quarto do Sanatório dos Ferroviários, década de 60. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Figura 246 - Sala de convívio onde as visitas eram recebidas no Sanatório dos Ferroviários, década de 60. Fonte: Borges & Gouveia, 2003.

Depois do 25 de Abril de 1974 acolheu temporariamente muitos retornados, mas quando deixou de ter essa função foi ficando cada vez mais abandonado, acabando por encerrar em 1992. A partir de então passou por várias entidades e foi alvo de muitos projetos que não chegaram a vias de facto. Até que, depois de adquirido pelo Grupo Pestana Pousadas, foram iniciadas as obras, em 2011, a cargo do arquiteto Eduardo Souto Moura, com o propósito de criar a Pousada Serra da Estrela. Um projeto que respeita e valoriza o antigo edifício, mas adaptando-o à nova função de hotel. É uma incrível recuperação que torna este edifício uma peça do Passado, um elemento do Presente e esperemos que pertença ao Futuro levando-lhe toda a sua história. Assim este é mais um edifício que faz a ponte com o Passado, que pertence ao Presente e demonstra como o Mundo evoluiu no bom sentido. Onde antes se tentava recuperar a saúde, hoje descansa-se e aproveita-se a vida (Jesus, 2010).

Garagem de São João

A Garagem de São João (Figuras 247 e 248) localiza-se próximo do Centro da Cidade da Covilhã e ocupa uma área total de 4.200 metros quadrados que se encontram ao abandono. Mas o Passado fará parte do Presente em breve pois o edifico foi adquirido por um investidor privado da zona de Lisboa num negócio intermediado pelo Grupo Prummo (Covilhã: Parque da Goldra renasce com novo projeto, 2021).



Figura 247 - Atualmente, 2021, fachada da Garagem de São João. Autor: Vera de Almeida.



Figura 248 - Atualmente, 2021, interior da Garagem de São João. Autor: Vera de Almeida.

Trata-se de mais um edifício histórico da Cidade e por esse mesmo motivo há várias dissertação e teses que abordam a sua recuperação, que como tudo indica estará para breve. Nele funcionou desde 1875 o Teatro Velho, vindo a ser vendido pela Câmara Municipal da Covilhã em hasta pública nos anos 30, com a condicionante de aí ser feita uma casa de espetáculos. Porem o projeto não avançou dando lugar a uma garagem, sendo a sua última utilização precisamente uma estação de serviço e oficina de automóveis (Batista, 2021).

> "Em 1949, como recorda Pedro Seixo Rodrigues no Jornal dos Arquitetos, dá entrada na Câmara Municipal o projeto assinado por Alexandre Steinkitzer Bastos para construção de um edifício de 4 pisos destinado a garagem para automóveis, aproveitando o facto de, na mesma altura, estar em construção o novo edifício dos Paços do Concelho e Teatro-cine da Covilhã, da autoria dos arquitectos João António de Aguiar e Raul Rodrigues Lima respetivamente, razão pela qual os promotores do Cine-Teatro de São João, pensado para o edifício, terem abandonado o projeto. O piso -1 destinado a camionagem, o piso 0 com estação de serviço, stand de vendas e oficina de urgências, o piso 1 para recolha de veículos e o piso 2 para recolha e reparação de veículos. A obra, que ficou concluída no início da década de 50, tem a particularidade de, na sua fachada de gaveto, ter representado o mapa da península ibérica, com as principais cidades e ligações entre elas. Após várias décadas em funcionamento a garagem acabou por encerrar levando à situação atual de abandono." (Batista, 2021).

Ainda existem muitas ruínas no Centro Histórico da Covilhã. Felizmente algumas estão a ser recuperadas a maioria com a finalidade de aluguer para estudantes. Mas se a tendência se mantiver de forma exagerada a Covilhã deixará de ser uma cidade inter-geracional e passará a ser só um aglomerado de quartos e casas minúsculas para alugar a estudantes, o que a descaracteriza, deixando de haver a interação das várias gerações, os habitantes com a sua experiência e os estudantes com a sua juventude. A solução passa por medidas que promovam o aluguer de quartos e de casas a estudantes conciliado com casas de habitação própria, pois a ideia é manter a troca de experiências com a qual a cidade só tem a ganhar. Já existem exemplos em Portugal em que por só se apostar num setor, descaracterizou-se a cidade e obrigaram-se os seus habitantes a irem para a periferia. É o caso de Lisboa, onde o turismo, sendo uma grande mais-valia para a Cidade, quando tudo começou a ficar direcionado quase exclusivamente para este setor começou a afastar os habitantes de sempre e a tornar a Cidade uma espécie de "disneyland". Quando alguém vai a um país diferente quer ver, ouvir, conhecer a cultura, interagir com a cidade e não estar no meio de inúmeros outros turistas, pois a beleza está na troca de experiências. O mesmo acontece na Covilhã com a troca de experiências entre estudantes e habitantes locais (Lopes, 2011 e Pereira,.2005).

Na imagem que se segue (Figura 249), está uma planta retirada da dissertação de mestrado "Edifícios a Um Passo da Sobrevivência Reabilitação do Pário dos Escuteiros" da autoria de Cátia Vanessa Rodrigues Lopes, com orientador Prof. Doutor José Neves Dias e Coorientador Prof. Doutora Ana Lídia Virtudes. A dissertação é de 2011 por isso alguns dos edifícios assinalados como devolutos já se encontram reabilitados, porem o índice de devolutos na zona histórica ainda é alto (Lopes, 2011).

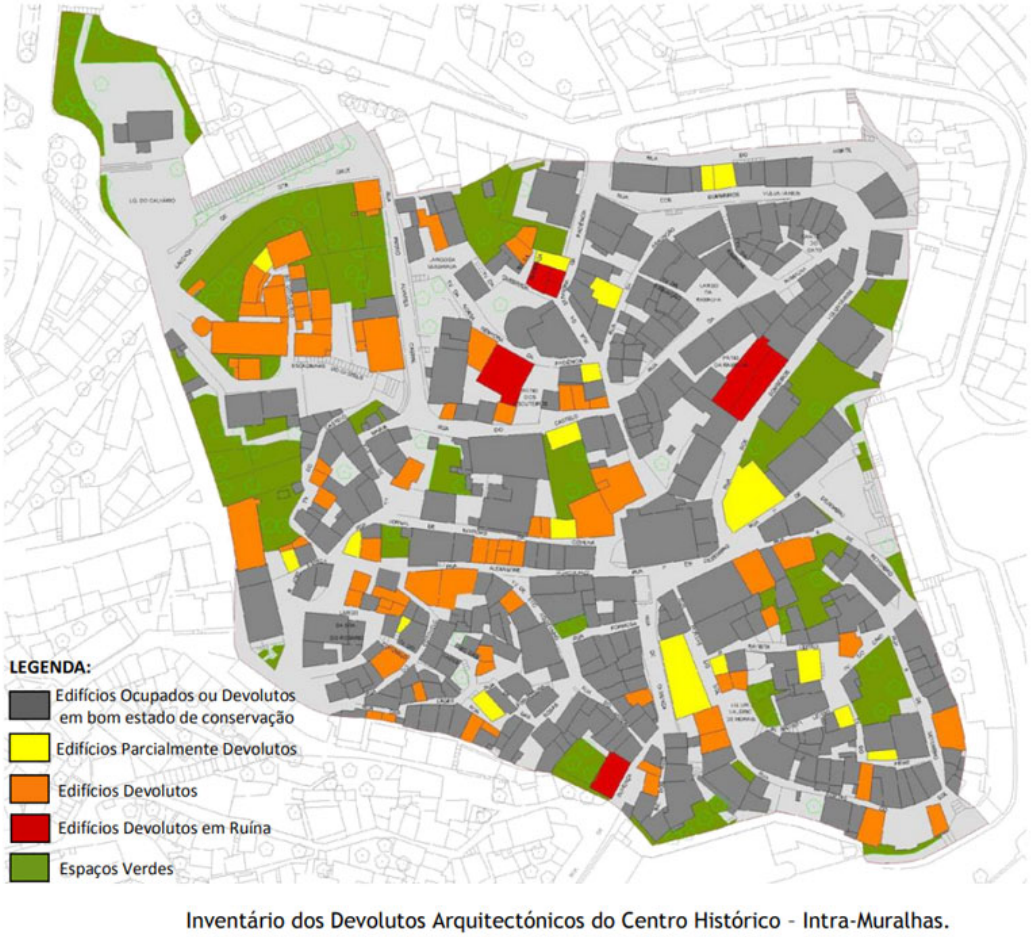


Figura 249 - Devolutos no Centro Histórico – Intra-Muralhas da Covilhã. Fonte: Lopes, 2011, p.52

Apesar de ainda haver muito trabalho para fazer existem reabilitação que merecem destaque. Na lista que se segue estão alguns exemplos de recuperações que dignificam o património Covilhanense. É interessante observar que muitos trabalhos académicos são baseados no património e na recuperação de edifícios da Covilhã. Isto demonstra o interesse que há da parte dos estudantes em conhecer e valorizar a Cidade, sendo que atualmente alguns dos edifícios objeto de reabilitação em dissertação já se encontram reabilitados (Lopes, 2011).

Museu da Covilhã

O Museu da Covilhã foi inaugurado a 3 de Agosto de 2021, depois de concluídas as obras de reabilitação do antigo edifício da sede do Banco Nacional Ultramarino, tendo sido

posteriormente o Museu de Arte e Cultura (Câmara Municipal da Covilhã [C.M.C], 2021)

Cine-Teatro da Covilhã

O importante edifício do Cine Teatro da Covilhã é um projeto de 1954 do arquiteto Raul Rodrigues de Lima realizado por iniciativa privada de João Ferreira Bicho (Figuras 250 a 253, Anexo 4: ref. 16). Encerrou nos anos oitenta e reabriu em 1992.



Figura 250- Praça do Município com o Cine Teatro. Fonte: Leite, 2013 - Anexo 4, ref. 16



Figura 251- Praça do Município com o Cine Teatro, atualmente, 2021. Autor: Vera de Almeida -Anexo 4, ref. 16

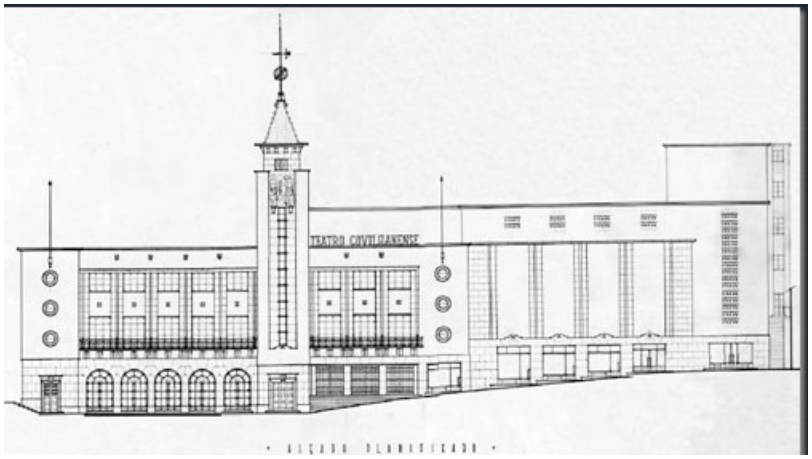


Figura 252 - Alçado do Cine Teatro da Covilhã. Fonte: Leite, 2013 - Anexo 4: ref. 16

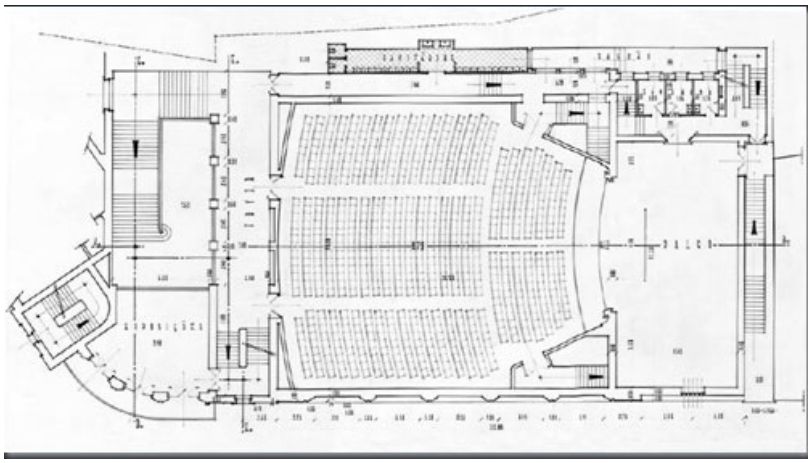


Figura 253 - Planta do auditório do Cine Teatro da Covilhã. Fonte: Leite, 2013 - Anexo 4: ref. 16

Em 2001 começou a ter um cartaz cultural diversificado que promoveu a cultura da região. Foi de novo inaugurado recentemente depois de obras de recuperação de que já há muito necessitava voltando assim a estar presente no panorama cultural da Cidade. Trata-se de um elemento fundamental para a Covilhã pois é o representante da cultura, para além da sua localização central e da sua imponente arquitetura (Figuras 254 a 257).



Figuras 254 e 255 - Interior do Cine Teatro da Covilhã antes das obras de reabilitação e reabertura em 2021. Fonte: Leite, 2013 - Anexo 4: ref. 16



Figura 256 e 257- Interior do Cine Teatro da Covilhã antes das obras de reabilitação e reabertura em 2021. Fonte: Leite, 2013 - Anexo 4: ref. 16

Era imperativa a sua recuperação que felizmente aconteceu. A inauguração deu-se a três de Novembro de 2021, depois de profundas obras de reabilitação que valorizaram o edifício, e acredita-se que terá um lugar destacado no Futuro, pois o Futuro precisa de ter a cultura e as artes, assim como o conhecimento da História, bem presentes, para que se formem cada vez mais seres humanos capazes de melhorar o Mundo (Canotilho, 2021).

Mercado Municipal da Covilhã

O Mercado Municipal da Covilhã (Figuras 258 a 263, Anexo 4: ref. 17) é um edifício da autoria do arquiteto Almeida Araújo, inaugurado a 8 de Dezembro de 1943.



Figura 258 - Rua Conselheiro Dr. António Pedroso dos Santos e parte de fachada do Mercado que acompanha a rua. Fonte: Borges & Gouveia, 2003. - Anexo 4: ref. 17



Figura 259 - Atualmente, 2021, Rua Conselheiro Dr. António Pedroso dos Santos e parte de fachada do Mercado que acompanha a rua. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 17



Figura 260 - Mercado Municipal, década de 70. Fonte: Borges & Gouveia, 2003. - Anexo 4: ref. 17



Figura 261 - Atualmente Figura - Mercado Municipal. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 17



Figura 262 - Mercado Municipal, década de 60. Fonte: Borges & Gouveia, 2003. - Anexo 4: ref. 17



Figura 263 - Atualmente Figura - Mercado Municipal. Autor: Vera de Almeida. - Anexo 4: ref. 17

Também poderia estar no capítulo Passado e esperemos que no Futuro, mas está no capítulo Presente porque ainda está muito presente no quotidiano da cidade. O mercado funciona de terça-feira a sábado das 06h00 às 15h00.

Ainda mantém o desenho exterior inicial, apesar do acrescento posterior que estragou a harmonia do edifício. E ainda funciona com o mesmo propósito inicial de reunir os vários mercados, que antes estavam ao ar livre na Cidade (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

> "O edifício do Mercado Municipal localiza-se na convergência das ruas da Olivença e António Augusto de Aguiar.
>
> A Rua António Augusto de Aguiar é uma das ruas mais importantes da cidade, rica em aspetos históricos e tradições antigas. É paralela às antigas muralhas da

Cidade, das quais restam ainda a zona das Portas do Sol e a Rua 6 de Setembro, nas traseiras do edifício da Câmara Municipal (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Fábrica Inácio Conceição

Como nota breve, mas que é mais um exemplo que dá esperança na continuidade da valorização da Covilhã, é a notícia avançada pela Radio Cidade da Covilhã de que a antiga Fábrica Inácio Conceição será futuramente reabilitada com a finalidade de se tornar num empreendimento de apartamentos turísticos de luxo. O empreendedor António Sardinha diz que a fachada irá ser mantida e o interior alterado para apartamentos em duplex de luxo. Será um grande investimento que terá o seu retorno, gerando emprego e promovendo o turismo e a habitação na Covilhã, demonstrando como a Cidade e o seu património são cada vez mais valorizados e novas funções se instalam na Cidade com o cuidado de valorizar o património existente (Rodrigues, 2021).

Sede da Banda da Covilhã reabre como Centro Cultural

Trata-se de um histórico edifício da Covilhã situado junto do Jardim Público. Já funcionou como escola e biblioteca. Em 2015, depois de obras de conservação, abriu como Centro Cultural da Banda da Covilhã e atualmente é uma academia de música que promove a formação e a cultura (Sede da Banda da Covilhã reabre como Centro Cultural, 2015).

Museu de Arte Sacra

Já foi a casa de Maria José Alçada, mas a proprietária doou o imóvel à câmara com a condição de que funcionasse com um propósito cultural. É um edifício projetado pelo arquiteto Raul Lino com linhas arquitetónicas datadas do início do séc. XX. Atualmente funciona como Museu de Arte Sacra.

> "Com uma área de exposição de 850m² é possível encontrar coleções de pintura, escultura, metais, ourivesaria e paramentaria. No seu espolio destacam-se várias

peças relacionadas com a história da cidade, como o Relicário do Santo Lenho ou a imagem de Cristo Deposto oferecido no século XVI por João Fernandes Alvares Cabral ao Convento de S. Francisco. De salientar ainda, na exposição, peças singulares como a imagem de Nossa Senhora das Almas ou o Menino Jesus da Cartolinha." (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

Ainda não recuperado, mas merece destaque:

Palacete do Jardim

O Palacete é um edifício de destaque na Covilhã. É impossível passar por ele e não reparar. Da autoria do arquiteto Ernesto Korrodi, é um dos maiores símbolos de Arte Nova na Cidade. Atualmente encontra-se devoluto, sendo propriedade privada e com herdeiros que não entram em acordo, o magnífico edifício vai cedendo ao passar dos anos e começa a degradar-se, o que deveria ser considerado crime arquitetónico. Porem, segundo a Direção-Geral de Património Cultural, o edifício será brevemente classificado como sendo do Interesse Público, classificação essa que irá ser muito importante para que o edifício não possa ser alterado e esperemos que seja em breve restaurado, conservando-se assim um edifício tão importante para a arquitetura e para a Cidade. Trata-se de um edifício com um grandioso Passado, mas que no momento ainda não tem Futuro. Reside agora a esperança na classificação para que possa ter um Futuro e de novo uma "vida" (Palacete Jardim. Património Cultural Direcção-Geral do Património Cultural)

Torre de Santo António

Não se trata de uma recuperação nem de uma obra de referência, mas é um edifício que se destaca na paisagem da Cidade e não por boas razoes.

A Torre de Santo António faz parte de um projeto da autoria do arquiteto Fernando Pinto de Sousa. Foi uma das três torres previstas no projeto inicial, uma torre com dezoito andares destinados a habitação, sendo o último para um restaurante panorâmico. As outras duas torres não construídas teriam sete andares e iriam ladear o edifício principal (o único construído). O projeto foi aprovado a 27 de Maio de 1975 pela Câmara Municipal

da Covilhã, então presidida por Augusto Lopes Teixeira. Devido à falência do construtor, o projeto ficou interrompido, os dois edifícios previstos para ladear a torre principal não chegaram a ser começados e a torre principal ficou inacabada. Já em fase de acabamentos quando a obra travou, as habitações do sétimo ao décimo segundo andar estavam em condições de habitação. Depois da falência pouco se sabe, o edifício permaneceu semi-acabado e abandonado. Só a partir de 2006 é que passou a haver documentos oficiais quando o prédio passou a pertencer ao banco Montepio Geral (Mendes & Silva, 2011).

Atualmente, notícias avançadas por órgãos de comunicação locais, datadas do ano 2020, dão conta que existem vários interessados na aquisição e recuperação da Torre de Santo António.

> "Para o presidente da câmara da Covilhã, o edifício tem que ter uma solução de uso, uma vez que, para o bem e para o mal, ele já faz parte da paisagem da cidade" (Brito, 2020).
>
> "Eu não gosto daquela arquitetura, ela desfeia a nossa serra, desfeia a nossa cidade, mas a verdade é que ela, para o bem e para o mal, ela já faz parte da nossa cidade." Vítor Pereira (as cited in Brito, 2020).

Vale a pena lembrar o impacto de edifícios deste género, que não respeitam a envolvente e, no caso, as características especiais que é preciso ter em conta para a construção em terrenos de encosta, e a forma como afetam uma cidade e a sua malha urbana. Este é um edifício marcante na paisagem da Covilhã, mas não pelas melhores razões. Não respeita o local e muito menos a encosta, que é um elemento essencial da Covilhã pois é dela que nasce a cidade. Programas bem pesados e estruturados como o Programa POLIS deixaram sugestões e orientações para o Futuro urbano e arquitetónico da Cidade. Precisamente uma destas diretrizes é respeitar a encosta e que os novos edifícios estejam em harmonia com os declives tão característicos de uma cidade de montanha como é a Covilhã. Mas a verdade é que o edifício existe e como tal tem que se arranjar uma solução para que deixe de ser um cancro para a Cidade, como o são todos os edifícios devolutos para as cidades. Com isto o que resta fazer é recuperá-lo, dar-lhe um uso, e aprender com os erros para que não se volte a ignorar a encosta e a cidade desta maneira (Brito, 2020 e Oliveira, 2015).

2.6 - Turismo e Comércio na atualidade

Este é um capítulo que não poderia aparecer no passado, pois o turismo é um sinal da evolução dos tempos. Demonstra como as condições de vida das pessoas melhoraram bastante ao longo do tempo. Se antes fazer turismo era um privilégio reservado só para alguns, hoje, com mais igualdade, um maior número de pessoas pode fazê-lo e assim ter contacto com outras realidades, ver a beleza natural, conhecer a História dos locais visitados. Este é o caso da Covilhã, "Uma cidade com história que já deu provas de também querer ser uma cidade de futuro. A Universidade da Beira Interior comprova essa capacidade de renovação constante. A candidatura a Cidade Criativa da UNESCO em Design também." (Santana, 2021, p.2).

Com a valorização do património e da cidade, muito devida a programas como o Programa POLIS, e com a chegada da Universidade que impulsionou a economia, foi dado destaque à Covilhã reafirmando o RAN interesse turístico da Cidade que deixa de ser apenas um local de passagem para a Serra da Estrela (Santana, 2021).

> "A lã e os lanifícios fazem parte do ADN da cidade que é, cada vez mais, um laboratório de artes. E não só. Do alto dos seus 800 metros de altitude, a Covilhã pisca-nos o olho com as suas propostas de turismo de natureza, gastronómica, desporto, alojamento." (Santana, 2021, p.2).

O turismo e a Universidade de Beira Interior são dois dos fatores fundamentais para a promoção da economia local, algo imprescindível para o desenvolvimento e a valorização de um local. Com a Universidade muitas antigas fabricas foram reabilitadas e o mesmo acontece com o turismo, muitos antigos edifícios industriais foram ou estão a ser reabilitados para que funcionem ao serviço do turismo. Isto tem também impacto no comércio local, que é bastante promovido. Um ponto de interesse na Cidade da Covilhã é o "Wool-Covilhã Arte Urbana", um festival com dez anos que é o mais antigo festival de arte urbana em Portugal e que ajudou a travar decadência do centro e impulsionou o turismo. Atualmente é um dos principais motivos de interesse na Cidade e conta com um roteiro próprio. O mapa deste roteiro está disponibilizado em vários locais da cidade e o percurso pode ser feito de forma espontânea ou em visita guiada. A cada edição vão sendo

apresentadas novas obras de arte de artistas nacionais e internacionais. Este é um movimento que promove e enriquece a cidade, tornando-a agradável de percorrer ao ir encontrando as obras, tornando assim o passeio interativo, para além de embelezar o património e impedir a sua degradação através da valorização (Oliveira, 2015 e Santana, 2021).

> "O festival nascido pelas mãos de dois irmãos covilhanenses, Lara e Pedro Seixo Rodrigues, e a mulher deste, Elisabet Carceller, trouxe ainda para a antiga capital dos lanifícios artistas como Vhils, Halfstudio, Bosoletti, MaisMenos, Samina, entre outros. Sempre com essa premissa: cada um deles é desafiado a inspirar-se no território e na identidade local. Tiago Galo, por exemplo, homenageou a histórica Banda da Covilhã no seu 150º aniversário, Add Fuel reinterpretou os azulejos portugueses, misturando-os com fragmentos de padrões de tecidos produzidos nas fábricas da cidade, e Bordalo II construiu, usando lixo e sucata, um enorme mocho, símbolo de sabedoria e cultura." (Santana, 2021, p.3).

Um exemplo de reabilitação com a finalidade turística é o hotel Pena D'Água Boutique Hotel & Villas que tem as instalações num edifício reabilitado do final do século XIX, as obras respeitaram o edifício e a sua original identidade.

> "Tanto assim é que para as camas dossel foram usadas vigas originais do edifício. Preserva-se a memória e também o ambiente, preocupação que a casa garante ter muito presente ao apostar no aproveitamento das águas pluviais e nos painéis solares.
>
> Da vivência anterior daquele espaço mantiveram-se, também, as duas fontes com água da Serra da Estrela e às quais o hotel foi buscar inspiração para o nome- Pena D'Água foi, noutros tempos, uma medida usada nas partilhas de água. Estão instaladas na zona do pátio-jardim, um espaço de eleição para os dias mais quentes, e onde é possível usufruir da piscina exterior." (Santana, 2021, pp.3-4).

Como referido as reabilitações são uma enorme vantagem e motivo de valorização para a cidade, muitos destes edifícios são recuperados de modo a preservar a fachada, prestando assim homenagem à História e ao seu Passado, mas são adaptados para que cumpram

uma nova função. É o caso de muitos edifícios da UBI com o propósito do ensino, outros com a finalidade de acolherem turistas, e ainda outros que originam espaços culturais, como é o caso do New Hand Lab, que abriu em 2013 e é atualmente um centro de criatividade e de artes com vários ateliers, salas de exposição, espaços polivalentes e áreas de convívio, mas que em tempos foi a fábrica de lanifícios António Estrela, situada na Ribeira da Carpinteira.

"As máquinas da antiga fábrica de lanifícios António Estrela pararam em 2002, quase 150 anos depois de terem começado a funcionar. As portas foram encerradas, mas o seu proprietário, Francisco Afonso, não descansou enquanto não as voltou a abrir." (Santana, 2021, p.4). A reabilitação manteve ainda as mesas e cadeiras do antigo refeitório da fábrica (Santana, 2021).

> "Também para preservar a memória, mantiveram-se máquinas, rolos de fios, matrizes de tecidos, entre outros vestígios de outrora. Há, inclusive, um gabinete que se mantém impecavelmente salvaguardado. Era a sala de Júlio Afonso, o homem de quem Francisco Afonso herdou a paixão ao mundo das lãs e fios.
>
> Entre os autores que por ali têm morada contam-se os nomes do designer de moda Miguel Gigante e o fotógrafo João Pedro Silva e a artista têxtil Ana Paula Almeida. Esta última passou parte da pandemia a criar uma coleção de candeeiros em crochet e lã, apresentando-os, agora, ao público numa das salas de exposição do New Hand Lab." (Santana, 2021, pp.4-5).

O espaço "New Hand Lab" é um excelente exemplo de preservação do património industrial, onde se pode ficar a conhecer mais sobre este património aliando-o à cultura. Este antigo edifício fabril de Francisco Afonso ganhou um novo propósito e atualmente é um polo de cultura que deve ser visitado (Santana, 2021).

Estando tudo ligado, quanto mais turismo houver na Cidade mais ela é valorizada, mais probabilidades haverá de o comércio local prosperar. O crescimento e a valorização de uma cidade estão interligados com a sua economia, e assim o turismo é um enorme impulsionador. O turismo traz prosperidade económica que por sua vez traz mais pessoas, investidores e emprego à Cidade, fazendo com que esta se regenere e tenha vida (Santana, 2021).

Uma cidade sem pessoas não cumpre o seu fundamental propósito de existência e deste

modo, entre outros fatores, o comércio é um elemento que contribui muito para trazer pessoas para as ruas, tornando a cidade mais segura e com vida. Assim o comércio de rua deve ser promovido. Se antes havia uma cultura de autoestradas, centros comerciais, esquecendo os centros históricos que ficavam ao abandono e degradados, sem comércio e sem pessoas que os habitassem, ocupados apenas por algumas empresas e serviços, felizmente essa tendência já se está a alterar há algum tempo, com a ajuda de arquitetos como Jan Gehl que defendem uma cidade humana, onde é bom envelhecer. No caso em concreto da Covilhã esta mudança começou marcadamente com o Programa POLIS, em 2000. Esta "vida" de que os centros históricos tanto precisam vem com medidas de habitação que tornam a cidade intergeracional, promovem o convívio de várias gerações no centro da cidade, que não está dedicado exclusivamente ao turismo ou aos estudantes. Medidas como a promoção da mobilidade sustentável tornam a cidade um local onde é bom viver e envelhecer, e para isto é necessário retomar a escala humana. O comércio contribui também para a evolução da Cidade neste sentido. Em vez de se compartimentarem as áreas e os serviços, ao misturar as diferentes funções haverá mais movimento e em horas diferentes (Oliveira, 2015 Santana, 2021).

O Centro da Covilhã tem bastantes lojas devolutas, mas existem reformulações de destaque como o caso da Loja de Produtos Portugueses, da Galeria de Arte e também do espaço de trabalho A Tentadora, uma loja que abriu em 1935 como mercearia, sendo adquirida e restaurada em 2013 por Pedro Seixo Rodrigues e Elisabet Carceller, voltando a abrir com uma nova vida, respeitando a identidade da loja, a sua estrutura e móveis originais, mas com um novo propósito, tornando-se assim mais um exemplo de um Passado com Futuro. "Pela história que carrega e pelo presente e futuro que, entretanto, ganhou" (Santana, 2021, p.6).

É impossível falar de turismo na Covilhã sem referir a Serra da Estrela. "Parque Natural da Serra da Estrela – Estrela Geopark, recentemente confirmado como Geopark Mundial da UNESCO" (Santana, 2021, p.7). A sua beleza natural, a sua paisagem geológica faz da Serra da Estrela uma referência conhecida nacional e internacionalmente. De destacar brevemente a escultura da Senhora da Boa Estrela, feita na própria rocha em 1946, da autoria de António Duarte, que representa a padroeira dos pastores e rebanhos. A Covilhã era conhecida como a porta de entrada para a Serra da Estrela, mas tem os seus próprios encantos (Santana, 2021).

Assim Serra da Estrela e a Covilhã podem formar uma excelente parceria promovendo percursos e o aluguer de jipes aos que visitam a Covilhã e gostariam de visitar a Serra, assim como uma maior proteção da Serra com guardas-florestais e com a reabilitação das

famosas e icónicas Torres de Observação da Serra de Estrela. Na imagem que se segue pode observar-se um 3D de uma rápida proposta para a recuperação e novas funções das Torres (Figuras 264 a 267).



Figura 264 - Proposta de reabilitação das Torres da Serra da Estrela. Autor: Vera de Almeida.

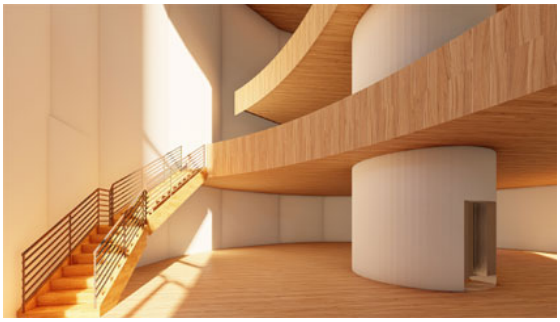


Figura 265 - Proposta da entrada no interior da Torres da Serra da Estrela. Autor: Vera de Almeida.

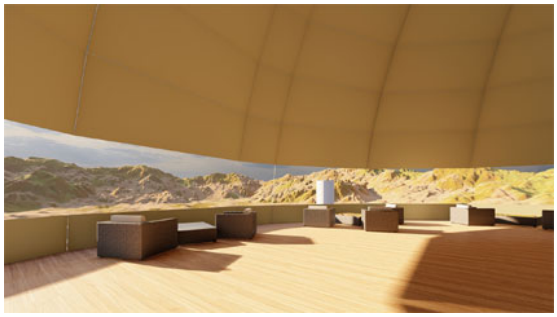


Figura 266 - Proposta bar/café panorâmico da Torres da Serra da Estrela. Autor: Vera de Almeida.



Figura 267 - Proposta bar/café panorâmico da Torres da Serra da Estrela. Autor: Vera de Almeida.

Com este subcapítulo pretende-se destacar a beleza natural e arquitetónica da Cidade, que promove o turismo e consequentemente contribui para a economia local, valorizando a Cidade, os seus costumes e os seus habitantes (Santana, 2021).

Numa breve referência ao comércio da Covilhã é importante abordar a forma como as grandes superfícies comerciais alteraram a vida de muitas cidades (Santana, 2021).

Se em tempos o que era considerado moderno eram as autoestradas, o culto do carro e dos centros comerciais, atualmente a tendência começa a equilibrar-se, ou seja a estabelecer um equilíbrio entre carros e peões. Durante anos os centros históricos foram esquecidos e isto refletiu-se no comércio local, passando a haver cada vez mais lojas devolutas e degradando os centros, pois o comércio é fonte de vida e de movimento do espaço urbano.

A Covilhã seguiu esta tendência com a abertura do Serra Shopping em 2005 que afastou ainda mais as pessoas do Centro. Atualmente o comércio da cidade assenta em algumas lojas locais voltadas para produtos regionais e turísticos, alguns cafés, lojas de informática, lojas de roupa e pouco mais. Faz falta a reabilitação do comércio de rua que deveria ser conciliado com o existente Serra Shopping (Fernandes, 2017).

2.7 - Arte Urbana



Figura 268 - Intervenção de arte urbana da autoria de Bordalo II. Autor Vera de Almeida.

Na Covilhã existem atualmente vários elementos de arte urbana (Figura 268) que embelezam a Cidade e lhe dão dinamismo. Criam um percurso e transformam a Covilhã numa cidade dinâmica, criativa e inovadora (Santana, 2021).

> "17-06-2021
>
> COVILHÃ SUBMETE COM SUCESSO A CANDIDATURA A CIDADE CRIATIVA DA UNESCO EM DESIGN
>
> A Covilhã acaba de submeter com sucesso o dossier da candidatura a Cidade Criativa da UNESCO na área de Design (www.covilhacriativa.com). Após três anos de uma preparação abrangente e dialogante, a formalização da entrega ao

Secretariado Nacional foi feita na tarde do dia 15 de junho, tendo o Presidente da Câmara Municipal, Vítor Pereira, recebido a nota da boa aceitação do documento.

Com fortes expectativas, o executivo municipal, em particular a Vereadora Regina Gouveia e a Equipa de Projeto da C3D UNESCO, assinalam o momento com grande satisfação e agradecimento a todos/as os/as que ajudaram na criação de parcerias, na definição do Plano de Ação e, naturalmente e com grande destaque, na preparação e na depuração do dossier de candidatura. “Sendo certo que a viagem não chegou ainda ao destino, seguimos com ânimo redobrado”, referiu o Diretor Executivo da candidatura, Francisco Paiva.

Submetida que está a candidatura, enquanto Cidade Criativa em Design, a Covilhã prevê: fomentar a colocação da cultura e da criatividade como valores ecossistémicos fundamentais para o desenvolvimento da Cidade e da Região; regenerar o património e valorizar os produtos endógenos, especialmente os ligados aos têxteis, mas estendendo o design a outros campos criativos; estabelecer uma “cultura de design” eficaz e intersectorial, que mude e reaja de forma holística às adversidades, como as alterações climáticas e demográficas; promover um ecossistema mais resiliente, inclusivo e sustentável, com rotinas de cocriação entre entidades locais e estrangeiras, especialmente com a Rede de Cidades Criativas e o Sul Global, a comunidade local e a diáspora; e alimentar os equipamentos existentes e o novo centro criativo na promoção da cultura contemporânea, da literacia digital e da educação através do design.” (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

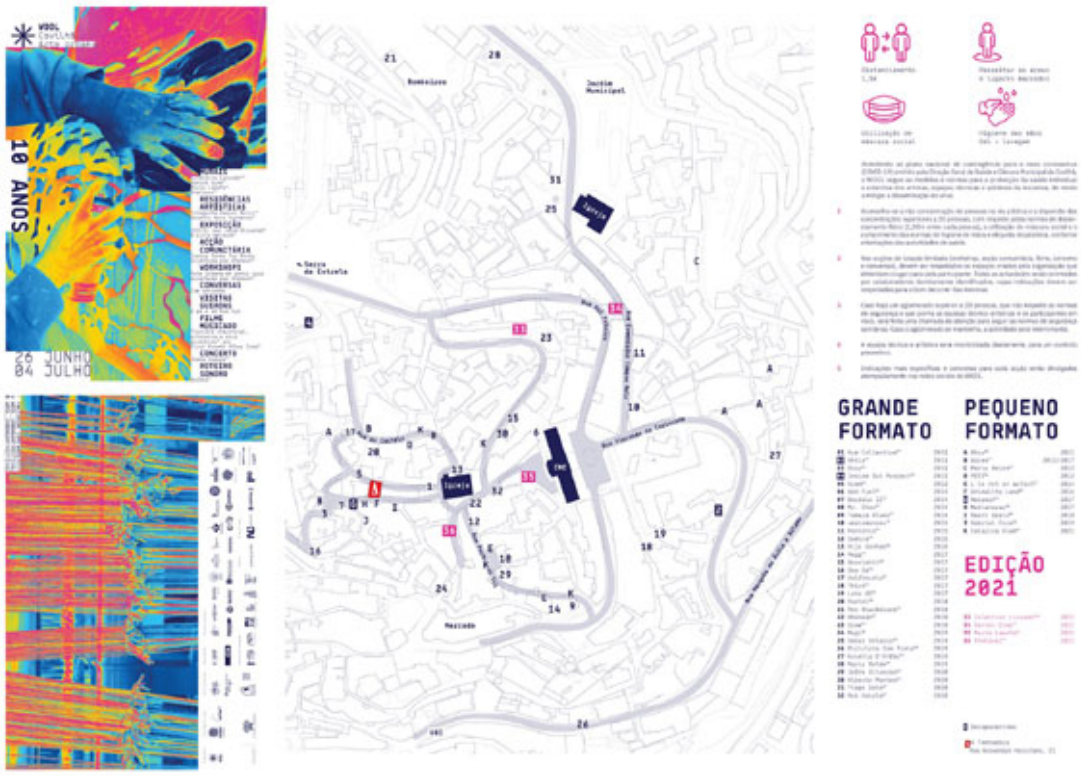


Figura 269 - Catálogo disponibilizado pela Camara da Covilhã para poder descobrir as obas de arte da cidade. Fonte: VisitCovilhã & Câmara Municipal da Covilhã [C.M.C], 2021.

O já referido festival "Wool-Covilhã Arte", criado em 2001 pelos irmãos Lara e Pedro Seixo Rodrigues e por Elisabete Carceller, é um festival de arte urbana que convida vários artistas nacionais e internacionais a criar arte nas paredes do Centro Histórico da Covilhã. É uma iniciativa artística que contribui para o desenvolvimento turístico e cultural da Cidade. Atualmente existem percursos para descobrir as obras (Figura 269). Por ser uma iniciativa inovadora e criativa a Cidade candidatou-se a "Cidade Criativa da UNESCO em Design" (Figuras 270 e 271), (Santana, 2021).

> "O WOOL – Festival de Arte Urbana da Covilhã, iniciado em 2001 foi o primeiro evento destas características no interior do País.
>
> Hoje o WOOL tem na Covilhã 27 ações de artistas nacionais e internacionais espalhados pela cidade sendo também uma forma diferente de ficar a conhecer a zona histórica da cidade.
>
> COVILHÃ MANCHESTER foi o registo da 4º edição do WOOL, 7 anos após a sua fundação. O primeiro longo registo de um desejo partilhado de prestar o devido tributo à história da cidade da Covilhã, intimamente ligada à indústria têxtil e a

todo este território serrano, que transforma um festival de Arte Urbana num evento de características únicas e distintivas, tal como sempre foi a história da então apelidada de Manchester Portuguesa." (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).



Figura 270 - Arte Urbana da Covilhã com ovelhas devido a ligação com a história da cidade. Autor: Vera de Almeida.



Figura 271 - Arte Urbana da Covilhã. Autor: Vera de Almeida.

2.8 - Síntese Cronológica

Para finalizar fica uma síntese cronológica muito interessante retirada da tese de doutoramento "Modernidade e espaço urbano – vazios urbanos O Caso da Covilhã" da autoria do arquiteto Hélder Pereira de Oliveira, realizada em 2015.

"1186 – Foral de D. Sancho I, cria o concelho da Covilhã com amplos privilégios. O primitivo núcleo, saqueado e devastado diversas vezes pelos mouros estava em ruínas e D. Sancho I reedificou-o e mandou construir as primeiras muralhas;

1280 – Viana do Castelo e Nisa, exemplos do urbanismo português, apresentam-se como cidades medievais planeadas. Nesta época, em que D. Dinis alargou a cintura das muralhas, a Covilhã já possuía um traçado tortuoso de vias com acentuada inclinação, derivado das condicionantes topográficas do local de implantação. Anos depois, D. Fernando, com o fim de fixar populações, concedeu novos privilégios;

1453 – D. Afonso V declarou a Covilhã como uma das principais povoações de toda a Beira, confirmando os privilégios concedidos por D. Fernando; Percorrendo as

vias da Vila Velha com acentuada inclinação e traçado tortuoso derivadas das condicionantes topográficas, vão-se detetando alguns vestígios de construções primitivas sacrificadas pelo tempo ainda em que a pequena cidadela se fechava nos seus muros pelas três portas, do tempo de D. Dinis. No entanto os pormenores registados são de um modo geral pobres e desprovidos de interesse.

(...)

1510 – Segundo Foral, concedido por D. Manuel I, tendo já antes passado a vila à jurisdição da coroa e dando o senhorio dela a seu filho, o infante D. Luís.

(...)

1681 – Conde da Ericeira e a criação de uma fábrica-escola na Ribeira da Carpinteira; As providências tomadas pelo Conde de Ericeira, no reinado de D. Pedro II, fundando uma fábrica-escola e contratando três mestres ingleses para o ensino de aprendizes, já permitiram a D. João V que, com o mesmo objetivo de animar a indústria na Covilhã, ordenasse que todas as fardas do exército fossem tecidas na Covilhã.

1755 – O terramoto de Lisboa e os traçados pombalinos em Portugal. Na Covilhã o terramoto destruiu grande número de habitações e grande parte das muralhas, pouco depois utilizadas pelo Marquês de Pombal na edificação da Fábrica Real.

1763 – Fundação da Real Fábrica de Panos, pelo Marquês de Pombal, na Ribeira da Degoldra; A manufatura dos lanifícios sofreu então um forte desenvolvimento, apenas contrariado pelo problema que sempre marcou esta área: a falta de acessibilidade e a dificuldade de comunicações com o exterior.

(...)

1903 – 1.ª Cidade-Jardim, Letchworth (Unwin e Parker);

1903 – Surge o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas (RSEU);

(...)

1918– Publicação da primeira Legislação sobre Habitação Económica através do Decreto 4137, de 25/04/1918, com realce para as ”casas baratas” (casa isolada para uma só família). As casas económicas eram definidas, neste diploma, como sendo «as casas que se destinam ao alojamento das classes menos abastadas, construídas nos centros de povoação, arrabaldes ou praias, e que satisfaçam as condições de salubridade e preço abaixo designados»;

1919 – 2.ª Cidade-Jardim, Welwyn; Fundação da Bauhaus e início de atividade de Le-Corbusier;

1918/20 – Primeiro Bairro Social em Portugal (Arco do Cego, Lisboa). «Denotando uma influência estética do ecletismo fim-de-século, o Bairro do Arco do Cego (o exemplo mais notório que restou, até hoje, da iniciativa pública dessa época, no campo da habitação), pela sua tipologia e organização dos fogos e quarteirões é visivelmente filiada em modelos do Norte da Europa, dando início a um processo de segregação/zonamento funcional/social que irá constituir, até quase aos nossos dias, a imagem de marca dos bairros ditos sociais»; (SOARES, Bruno – "Estrutura Urbana de Lisboa. Alguns elementos para a sua interpretação", in Arquitetura, n.º 138, Lisboa, 1980).

1924 – Início da Luz elétrica na Covilhã;

1925 – A Câmara Municipal recebe terrenos da Firma Campos Melo & Irmão, Lda. para a construção de "Bairro Social" e campo de jogos, em zona adjacente ao Bairro Municipal e futuro Bairro da Biquinha;

1929 – 1.ª Planta da cidade elaborada pelos Serviços Municipalizados da Covilhã. Nesta planta pode-se constatar que a cidade se limitava praticamente ao atual centro histórico. As vias principais eram a de ligação à Serra da Estrela e outra de ligação inter-regional – Fundão, Covilhã, Guarda. A Norte e a Sul as ribeiras com as fábricas. A nascente localiza- -se o caminho-de-ferro na parte mais baixa, ao nível do vale.

(…)

1932 – Eng.º Duarte Pacheco, M.O.P., anuncia uma nova política para a Habitação;

1932 – CIAM lança a Carta de Atenas;

1933 – Publicação do programa das casas económicas através do Decreto-Lei n.º 23.052 de 23 de Setembro de 1933;

1933 – É constituída a Secção de Melhoramentos urbanos (Decreto-Lei n.º 29.218);

1934 – Lei das expropriações;

1934 – O semanário "A COVILHAN" denuncia que «há mais de 20 anos se não constroem casas para operários» (Isto é, desde antes da guerra de 1914-18);

1938 – Governo lança o programa de casas desmontáveis, ao abrigo do Decreto-Lei

n.º 28.912;

1938/40 – Bairro da Encarnação, em Lisboa, de Paulino Montez;

1939 – Início da II Guerra Mundial;

(...)

1940 – A Covilhã representa 60% da produção têxtil do País;

1940 – Fim das "barreiras". Foram fechados os postos existentes nas entradas da cidade da Covilhã onde eram cobrados impostos, passando a ser livre a entrada de mercadorias;

1941 – Entrega das 70 Casas Económicas dos Penedos Altos (1.ª fase);

1941 – O semanário "Notícias da Covilhã" publica a situação das casas económicas a nível nacional: Lisboa – 1386 fogos (6 bairros); Porto – 822 fogos (6 bairros); Braga – 132 fogos; Portimão – 100 fogos; Covilhã – 80 fogos; Vila Viçosa – 76 fogos; Olhão – 66 fogos; Viana do Castelo – 64 fogos; S. João da Madeira – 34 fogos; Bragança – 24 fogos;

1943 – O elevado custo de vida provocado pela II Guerra Mundial leva o Governo ao congelamento das rendas (parcialmente levantado em 1948);

1943 – Publicação do Decreto-Lei n.º 33.278, de 18/11/1943, permite que as empresas privadas invistam na construção de habitação económica;

1943 – Inaugurado o Mercado Municipal da Covilhã, iniciado em 1940;

1944 – É constituída a Direção-Geral dos Serviços Urbanos (DGSU), Decreto-Lei n.º 34.337;

1945 – 2.ª Planta da cidade, mais precisamente um levantamento fotogramétrico mandado executar para a elaboração do Plano de Urbanização. Nesta planta e desde 1926 já são visíveis as ações de habitação económica como o Bairro Municipal, o Bairro operário da Alegria e a 1.ª Fase do Bairro dos Penedos Altos.

1945 – Inauguração do Teatro Cine;

1945 – Inauguração do Aeródromo da Covilhã;

1945 – Fim da II Guerra Mundial;

1945 – Surge o programa das Casas de Renda Económica (Lei n.º 2.007);

1946 – Alvar Aalto, ensaio sobre o fim da "máquina de habitar";

1946 – Edital de venda de lotes para habitação no Bairro Municipal;

1947 – Surge o programa das casas de renda limitada (Decreto-Lei n.º 36.212)

1947 – Inauguração da nova Igreja de N.ª S.rª de Fátima (S. Martinho);

1947 – Assinatura de contrato para 214 casas económicas para a Covilhã;

1948 – 1.º Congresso Nacional de Arquitetura "O Problema Português da Habitação" (apresentação do bairro de Alvalade);

1949 – Entrega das 122 casas da 2.ª fase do Bairro dos Penedos Altos;

(…)

1950 – Inauguração do Edifício dos CTT, na praça do Município;

1950 – Inauguração da Igreja dos Penedos Altos;

1951 – Inauguração das 100 casas do Bairro do Rodrigo;

1951 – Surge o Regulamento Geral de Edificações Urbanas (RGEU);

1952 – Apresentação do Ante-plano de urbanização da Covilhã (António Aguiar);

1952 – Inauguração do Edifício da Garagem de S. João; 1952 – Inauguração do Edifício da Caixa Geral de Depósitos, na praça do município;

1952 – Inauguração do Posto de Condicionamento e Laboratório Têxtil, junto à cadeia;

1952 – 22 Casas do Bairro dos Penedos Altos estão há 3 anos por habitar;

1953 – Inauguração da Biblioteca Municipal remodelada;

1954 – Inauguração do novo Teatro-Cine;

1954 – Inauguração da Capela de S.to António, no Bairro do Rodrigo;

1955 – Início do Palácio da Justiça, na "Baixa" da Covilhã;

1955 – Inauguração da Casa de Saúde de S. Tiago, junto à Igreja;

1955 – Inauguração do Quarteirão de 83 casas e 8 lojas na estação;

1955 – Inauguração das novas Instalações da Escola Industrial Campos Melo;

1955/60 – Inquérito à Arquitetura Popular;

1957 – Aprovação do Ante-plano de urbanização da Covilhã (António Aguiar);

1957 – Inauguração da Adega Cooperativa da Covilhã;

1957 – Inauguração do Edifício do Tribunal;

1958 – Novo chefe de Estado - Almirante Américo Tomás;

1958 – Plano de Olivais Norte, em Lisboa, do GEU da CML;

1958 – Inaugurado o Edifício da Câmara municipal;

1958 – Aprovação da Lei 2092 de 9 de Abril, destinada a financiar casas económicas;

1958 – Inauguração das novas instalações do Ginásio Club;

1959 – Inauguração do Hotel Solneve;

(…)

1960 – Plano de Olivais Sul, em Lisboa, do GTH da CML;

1961 – Inauguração dos 3 blocos de 48 casas de renda económica, na estação;

1962 – Surge o programa de Casas de Auto-construção;

1962 – Inauguração do Centro Cultural e Social da Covilhã;

1962 – Compra de terrenos para 42 habitações a construir na Biquinha (Lei 2092);

1963 – Inauguração da 22ª casa de Santa Zita, na Covilhã;

1963 – Inauguração das 105 casas de renda económica (quarteirão "aberto" da estação);

1963 – Surge um dos primeiros exemplos de edifícios com mais de cinco pisos na rua Mateus Fernandes (da Firma Matos & Soares);

1963 – Bloco de 5 pisos para 10 casas de renda económica junto ao Bairro do Rodrigo;

1963 – A Câmara Municipal promove ela própria alterações ao Plano quando propõe uma alteração de volumetria e tipologia, para o seguinte exemplo, e justificando que «O Ante-Plano de Urbanização da cidade prevê para o local a edificação de 3 moradias isoladas. Todavia, a Câmara Municipal reconheceu ser de maior vantagem a sua ocupação com blocos de andares, visto a cidade estar atravessando uma grave crise habitacional, motivada por carência de zonas centrais urbanizadas, e ainda pelo facto, de vários locais, como o presente, estarem destinados a zonas residenciais de moradias com escassa densidade habitacional…»;

1964 – Aprovação do projeto do novo Liceu;

1964 – Obras de urbanização à volta da cozinha económica. Esta zona teve uma alteração urbanística importante para permitir o melhoramento do acesso ao hospital e à Serra da Estrela;

1964 – Os moradores das casas da 1.ª fase do bairro dos Penedos Altos tornam-se proprietários;

1964 – Entrega das primeiras 40 casas do Bairro da Biquinha (cada lote unifamiliar custou 5.000$00);

1965 – Inauguração do Ringue de Patinagem dos Penedos Altos;

1965 – Empréstimo para a construção de 10 moradias no Bairro da Biquinha, ao abrigo da Lei 2092 e do Decreto-Lei n.º 43186 de 23 de Setembro de 1960;

1965 – 1º Documento legal sobre Loteamentos Urbanos (Decreto-Lei n.º 46.673), sanciona-se o princípio dos loteamentos privados, de forma vaga (habitualmente designava-se por "lotes a retalho");

1966 – A Cidade-Fábrica renova-se com as novas instalações Industriais da Firma Cristiano Cabral Nunes; e novo Pavilhão da Empresa Ernesto Cruz e C.ª;

1966 – Inauguração da Ponte sobre o Tejo em Lisboa;

1966 – Inauguração da Capela da Estação (prefabricada);

1968 – Inauguração da Piscina dos Penedos Altos;

1968 – A indústria da Covilhã atinge o cume mais elevado do seu desenvolvimento;

1968 – Biblioteca "Ferreira de Castro", inaugurada pelo próprio no Grupo Campos Melo;

1969 – Início do funcionamento do novo Liceu; 1969 – Inauguração dos Táxis-Aéreos Covilhã, Lisboa e Porto;

1969 – Criação do Fundo de Fomento de Habitação – FFH;

1969 – Inauguração do novo edifício do Posto Médico;

1969 – Início da construção do Bloco Estrela (60 fogos);

1970 – Inauguração do Cine-Centro;

1970 – Inauguração do Colégio do Sagrado Coração de Maria;

1970 – Inauguração do Liceu Frei Heitor Pinto;

1970 – Inauguração da Subestação Elétrica da Várzea;

1970 – Inauguração do Pensionato do Lar de S. José;

1971 – 3ª Planta da Cidade, mais precisamente um levantamento fotogramétrico mandado executar para a elaboração do novo Plano de Urbanização. Nesta planta e desde 1945 são visíveis as novas ações de habitação económica como o Bairro do Rodrigo, o Bairro da Estação, o Bloco Estrela, o Bairro da Biquinha e a 2ª Fase do Bairro dos Penedos Altos.

1971 – Início do Plano Diretor de Urbanização da cidade da Covilhã da responsabilidade da Hidrotécnica Portuguesa;

1971 – Aprovado o Projeto do novo edifício dos CTT para a Praça do Município;

1971 – Surgimento da EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa;

1972 – Discussão Pública do Plano Diretor (executado pela Hidrotécnica);

1972 – Extinção do Fundo das Casas Económicas, cujo património transitou para o entretanto criado FFH;

1973 – Publicação do Decreto 73/73, onde é estabelecida a qualificação dos técnicos responsáveis pelos projetos de obras sujeitas a licenciamento municipal;

1973 – Criação do Instituto Politécnico da Covilhã, no edifício da Real Fábrica de Panos;

1973 – Inauguração da nova sede do Orfeão;

1973 – O Bloco Estrela começa a ser habitado;

1973 – 2º Documento legal sobre Loteamentos Urbanos (Decreto-Lei n.º 289/73), fixa-se a obrigatoriedade das áreas de cedência e reforça-se a legislação, tornando-a mais dura no caso de prevaricadores;

1974 – Inauguração do Novo Aeródromo da Cova da Beira;

1974 – Inauguração da nova Escola Preparatória Pêro da Covilhã e do Centro Cívico;

1974 – Após o "Golpe de Estado" do 25 de Abril – posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Covilhã – presidente Sr. Luís Mesquita Nunes;

1974 – Criação do "Serviço de Apoio Ambulatório" (SAAL), como corpo especializado do FFH;

1974 – Publicação do Decreto-Lei n.º 737-A/74 sobre as "cooperativas de habitação económica";

1975 – As farmácias estavam ainda concentradas na zona do Centro Cívico. Apenas existiam unidades no centro histórico e ainda não havia em S. João de Malta e Estação;

1975 – Aprovação do Parque de Campismo do Pião (Serra da Estrela);

1975 – A pressão imobiliária leva à concordância da D.G.S.U. em rever o Ante-Plano do Arq.º António Aguiar;

1976 – Fundação da Associação Desportiva da Estação;

1976 – Criação do Parque Industrial da Covilhã (Conselho de Ministros);

1976 – Criação do Parque Natural da Serra da Estrela (Decreto-Lei n.º 557/76);
1976 – É constituída a Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico;

1976 – A pressão imobiliária aumenta e surge a aprovação da torre de S.to António, já com o plano da HP em andamento;

1976 – Exposição Pública do Plano Diretor da cidade da Covilhã;

1976 – Pedido de intervenção SAAL para 130 famílias na Covilhã (única operação prevista para o distrito de Castelo Branco, mas nunca realizada);

1976 – Previsão de 100 casas prefabricadas para a Covilhã;

1976 – Inauguração de dois parques infantis no Bairro da Estação;

1976 – Previsão de construção económica de 5 blocos de 8 habitações/cada (40 fogos);

1976 – Previsão de 900 fogos (particulares) para a Quinta do Covelo;

1976 – Conclusão do projeto das novas instalações dos Bombeiros Voluntários;

1976 – Apresentação do projeto do novo edifício dos CTT (praça do município);

1976 – Extinção do processo SAAL e da sua orgânica de intervenção;

1977 – Elevação da Covilhã a concelho urbano de 1.ª ordem (decreto de 3/1/1977);

1977 – Apresentação de projeto de habitação cooperativa para o campo das festas;

1977 – Criação dos Serviços Municipalizados de habitação com sede na Covilhã e abrangendo Belmonte e Fundão;

1977 – Inauguração do parque infantil do Bairro Municipal;

1977 – Início das casas prefabricadas em terrenos municipais nos Penedos Altos;

1977 – Previsão de construção de 480 fogos com apoio do FFH;

1977 – Início da pavimentação das ruas do Bairro da Biquinha;

1977 – A crise dos lanifícios contabiliza 16 fábricas fechadas na Covilhã;

1977 – Início das obras do Parque Industrial da Covilhã;

1977 – Criação da Cooperativa de Habitação Económica HABITESTRELA, SCARL, a qual nunca chegaria a promover empreendimentos, nem pequenos nem grandes, tendo contudo começado por "angariar" 500 sócios;

1978 – A crise económica atinge a autarquia – «… não há dinheiro para um prego …»;

1978 – Início das terraplanagens para o novo edifício da Escola Preparatória;

1978 – Início das demolições para o novo Centro Cívico;

1978 – Inauguração da residência de estudantes e professores do IPC;

1978 – Ano de maior crise económica e financeira da CMC;

1978 – Aprovação da Nova Lei das Finanças Locais;

1978 – Início de projeto para o parque de estacionamento no Centro Cívico;

1978 – Apoios para aquisição de terrenos na zona das Palmeiras, para fins urbanísticos;

1979 – Início do Plano de Pormenor das Palmeiras;

1979 – Cedência de terrenos para construção da sede da Caixa de Previdência;

1979 – Previsão de nova empresa para o Parque Industrial da Covilhã (400 postos de trabalho), terá começado aqui a diversificação da indústria na Covilhã);

1979 – A Câmara Municipal da Covilhã passava momentos difíceis. O presidente afirmava «(…) sem sangue não se podem fazer morcelas, (…) sem dinheiro a CMC não pode fazer obras, (…) o plano de atividades só pode começar em Maio ou Junho, na melhor das hipóteses»;

1979 – Previsão de construção de 420 fogos (no bairro dos Penedos Altos os 48 fogos prefabricados, iniciados em 1977, estão quase concluídos);

1979 – Instituto Politécnico da Covilhã passou a Universitário;

1979 – Apresentação da maqueta do Complexo Desportivo da Covilhã;

1979 – No ato de entrega das casas prefabricadas à CMC surgiu mais um slogan sobre a cidade, "Covilhã, formoso varandim da Estrela";

(...)

1980 – Referência ao Projeto (antigo) do Parque Alexandre Aibéu;

1980 – A CMC vende terreno à cooperativa HABITESTRELA para 300 fogos, pelo valor simbólico de um escudo por m2;

1980 – Início das obras de Alteamento da Barragem do Viriato, Penhas da Saúde;

1980 – Prof. Passos Morgado, 1.º Reitor do Instituto Universitário da Covilhã;

1984 – Inauguração do novo Quartel dos Bombeiros (109º aniversário);

1984 – Aprovada a Lei dos Loteamentos Urbanos (Decreto-Lei n.º 400/84), onde foram instituídos três tipos de processos – o especial, o ordinário e o simples. É eliminado o princípio das áreas de cedência com um mínimo obrigatório, é prevista a adoção de normas provisórias para vigorarem até à aprovação do PROT ou PDM e possibilitarem o exercício da posse administrativa às Câmaras Municipais;

1986 – Instituída a Universidade da Beira Interior;

1986 – É constituída a Direcção-Geral do Ordenamento do Território;

1988 – Criação da cooperativa Belozezere;

(...)

1991 – Nova Lei dos Loteamentos Urbanos (Decreto-Lei n.º 448/91). Volta o princípio das áreas de cedência com um mínimo obrigatório, mas supletivo. A figura do destaque de um lote é dispensada do regime de licenciamento. O direito à informação e a publicação são aspetos reforçados. É imposto o pedido de parecer às CCR sempre que a operação de loteamento seja fora de áreas abrangidas por PMOT;

1994 – É constituída a DGOTDU – Decreto-Lei n.º 271/94;

1995 – Reforça-se a legislação a favor dos loteadores (Decreto-Lei n.º 334/95), nomeadamente com o encurtamento de prazos e simplificações processuais, mantendo-se e concretizando-se o dispositivo de aprovação tácita estipulado no Código do Processo Administrativo em 1992;

1995 – Publicação do Decreto-Lei n.º 292/95, onde é estabelecida a qualificação oficial para a elaboração de PU, PP e projetos de operações de loteamento.

Continua a não ficar clara a competência do arquiteto quando os limites "arbitrários" de "escala" são remetidos para a alçada das Câmaras Municipais;

1999 – Reunião de dois temas num só diploma – edificação e urbanização (Decreto-Lei n.º 555/99), visando a maior eficácia do sistema a favor do setor privado, aumentando a responsabilidade dos particulares;

2000 – 4.ª Planta da Cidade, mais precisamente um levantamento fotogramétrico em base digital mandado executar para a elaboração do Programa POLIS. Nesta planta e desde 1971 são visíveis as mais recentes ações de habitação económica como o Bloco Marinel, o Bloco Mateus Fernandes, Bairro de N.ª S. rª da Conceição, as prefabricadas do Bairro dos Penedos Altos e as prefabricadas do Bairro 1.º de Maio." (Oliveira, 2015, pp. 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98)

Conclusão

Este capítulo pretende fazer a "ponte" entre o Passado e Futuro. Com base na observação do Presente e adicionando um pouco de esperança e otimismo começa-se a pensar como poderá vir a ser a Covilhã.

Ao percorrer a Cidade vêm-se reabilitações que estão a ser feitas que valorizam o seu património. Durante a investigação reparou-se no facto curioso de que muitos dos edifícios reabilitados já tinham sido alvo de propostas, muitas feitas em dissertações de alunos, não só da UBI, mas também de outras Universidades, o que demonstra o interesse que o património arquitetónico desperta e como a recuperação é necessária e desejada. Porém ainda existe muito trabalho a fazer, pois o Centro Histórico tem muitos edifícios de habitação e comércio devolutos.

Ao percorrer a Covilhã fica-se com a sensação de uma Cidade inter-geracional, e este é um fator importante, pois esta troca de experiências dá muito a ganhar às pessoas e à Cidade. Também a reabilitação é um fator muito importante, muito embora algumas das reabilitações já realizadas (ou em curso) tenham alterado a tipologia da habitação para aumentar o número de quartos ou de unidades de alojamento com o propósito de os alugar a estudantes. Se não houver controle vai acontecer como em outras cidades em que

o Centro deixa de ter habitantes a tempo inteiro passando a estar dedicado apenas a um setor, e ninguém tem a ganhar com isto.

Também é inevitável constatar a promoção da arte urbana na Covilhã, que se alia a percursos com diferentes temáticas promovendo o turismo. Existem vários pontos de interesse, sejam naturais ou culturais. A nível da cultura existem museus muito interessantes e iniciativas privadas com um forte peso cultural como o caso do New Hand Lab.

O capítulo termina com uma citação direta da tese de doutoramento do arquiteto Hélder Pereira de Oliveira que ilustra de forma clara e somatória os principais acontecimentos Mundiais e em particular na Covilhã, ordenados cronologicamente, que faz todo o sentido por permitir ter uma perceção rápida e cronológica dos acontecimentos mais marcantes.

Numa análise ao crescimento da cidade (Figura 272 e Anexo 5) conclui-se que a expansão foi sempre feita de acordo com as necessidades. Conhecendo a época facilmente se compreende como se deu o desenvolvimento da malha urbana.

Numa primeira fase de formação (Figura 272 e Anexo 5: ref. 1), mesmo antes da atribuição do primeiro Foral em 1186, a cidade desenvolvia-se intramuralhas: a principal preocupação era a defesa, por isso a cidade medieval da Covilhã como a maioria das cidades medievais, contava com uma muralha e com um castelo, elementos de arquitetura militar e de defesa considerados vitais para a sobrevivência de uma cidade (Castro, 1971).

Numa segunda fase (Figura 272 e Anexo 5: ref. 2), com o desenvolvimento da indústria, a cidade começou a expandir-se na direção das ribeiras. Inicialmente as fábricas precisavam de energia hidráulica para o funcionamento por isso a localização das primeiras fábricas era junto das ribeiras que eram vitais para o crescimento da indústria. Com as fábricas junto das ribeiras começaram-se a construir os primeiros Bairros Operários de iniciativa privada e por norma junto às fábricas, para que assim os trabalhadores pudessem estar junto do seu local de trabalho. Já os donos das fábricas e os seus familiares preferiam viver em palacetes afastados da classe operária. E nesta segunda fase a cidade começa a desenvolver-se em direção aos bairros e às fábricas (Portas, 2005).

Como a maioria das cidades, a terceira fase de crescimento (Figura 272 e Anexo 5: ref. 3) deu-se na direção da linha do comboio. A chegada da via-férrea foi muito importante para as cidades, dando-lhes mobilidade, algo vital para o desenvolvimento da civilização e é neste sentido que a maioria das cidades cresceram. A Covilhã não foi exceção e expandia-se na direção do comboio. Com os bairros promovidos pelo Estado Novo, este crescimento

foi sendo cada vez maior.

A quarta fase de expansão da Covilhã (Figura 272 e Anexo 5: ref. 4), é uma fase mais moderna, que se expande para lá da linha do comboio, acompanhando as vias de acesso. Esta fase mais atual revela a importância das autoestradas. Mais uma vez percebe-se a importância que a mobilidade tem para o desenvolvimento da sociedade. Este desenvolvimento é feito através de estradas; assim as periferias da Covilhã começam a desenvolver-se e a integrarem-se na cidade, no futuro serão "absorvidas" pela cidade como aconteceu com os Bairros Operários ou as fábricas que inicialmente localizavam-se longe da cidade e hoje são parte integrante da Covilhã (Portas, 2005).

Conclui-se que a cidade da Covilhã cresceu segundo as espectativas históricas de uma cidade semelhante. Mas com a caraterística marcada da indústria adaptada à morfologia do terreno, isto criou um vasto Património Industrial, composto por fábricas, bairros operários e o dinheiro proporcionado pela indústria que permitiu o desenvolvimento da cidade. Fica bastante evidente e reforça-se a ideia de que, conhecendo a história, se compreende facilmente como e porquê uma cidade se expande ou não, como é feito este crescimento e quais os fatores importantes para a sociedade em determinada época (Castro, 1971 e Portas, 2005).

A figura abaixo ilustra as diferentes fases do crescimento da cidade.

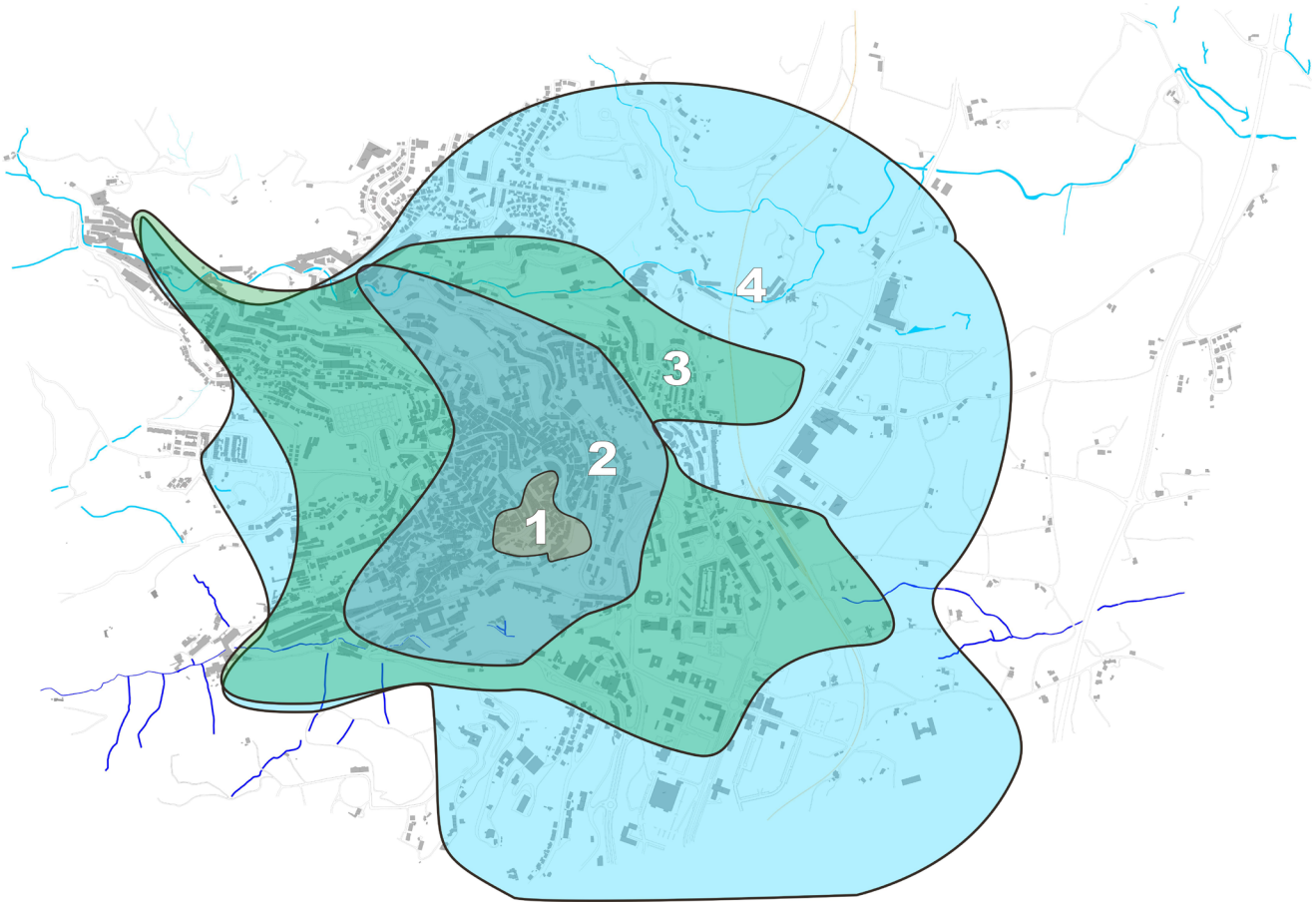


Figura 272 – Representação da planta do Anexo 5 com a representação do crescimento da cidade, Autor: Vera Almeida

Fase 1 – defesa: a cidade está contida dentro das muralhas, o mais importante é a defesa.

Fase 2 – indústria: aproximadamente 1929, a cidade começa a alargar-se para a zona onde surgem as fábricas, os recursos naturais geradores de riqueza são o mais importante.

Fase 3 – mobilidade: aproximadamente 1960, a cidade cresce para junto da linha do comboio, vê-se também o alargamento da mancha nas zonas onde apareceram fábricas, o crescimento destaca a criação de riqueza e o transporte.

Fase 4 – atualmente: a cidade alargou o perímetro e cresceu para lá da linha do comboio, nota-se que acompanha o percurso das estradas de ligação, a área ocupada é maior, refletindo o aumento da população e a importância das vias de deslocação.

Agora começa-se a desenhar o Futuro, que se espera próximo, mas o tempo é relativo e imprevisível. No entanto com base no observado e estudado, aliando ao que já foi ou começou a ser feito em várias cidades do Mundo, pode ter-se uma noção e uma expectativa.

Capítulo 3 – Futuro

Introdução

Por último um capítulo dedicado ao Futuro que aborda uma perspetiva mais utópica de como poderá ser o futuro das Cidades no geral e, em particular, o futuro da Cidade da Covilhã.

É um capítulo dedicado a pensar a Cidade: Como é o horizonte que se avizinha para o espaço urbano, aquilo que está a ser posto em prática cada vez mais transmitindo esperança no Futuro citadino ao apostar mais na qualidade de vida. Esta análise é feita à luz dos novos acontecimentos Mundiais, pois será incontornável pensar uma cidade sem ter em consideração a pandemia do Covid-19 que veio alterar hábitos de vida, refletindo-se isto no espaço urbano. Porque todo o espaço urbano é reflexo dos acontecimentos do seu tempo.

Usando a Covilhã como laboratório será pensada a forma como a cidade pode melhorar, acreditando no futuro e vendo os acontecimentos atuais como uma oportunidade em vários campos, que acaba por se refletir na Cidade. A pandemia traz inevitavelmente novas formas e estilos de vida, como o teletrabalho que poderá ser uma oportunidade para as pequenas cidades, que poderá trazer uma nova perspetiva sobre a vida vindo dar importância a coisas que eram consideradas corriqueiras. Poderá valorizar a natureza e os espaços urbanos como locais de convívio, de socialização, onde se pode desfrutar da vida.

Neste capítulo são descritas várias ideias e propostas sobre diferentes temas que podem contribuir para o crescimento e futuro da Covilhã. Depois da longa analise feita nos capítulos anteriores é-se convidado a pensar quais os pontos principais onde poderá assentar o Futuro de uma cidade, o que pode melhorar e o que se deve valorizar ou apostar. Com base no que acontece em muitas cidades mundiais e com a observação dos valores e preocupações da atual sociedade, pensa-se numa cidade mais humana e sustentável.

3 .1 - Cidades do Futuro

Pensar uma cidade é muito difícil, e ao longo dos séculos este foi sempre o grande objetivo de vários pensadores, estudiosos, filósofos, urbanistas, políticos, arquitetos... Esta missão, se assim lhe podemos chamar, sempre se mostrou ingrata, pois aquilo que era dado como garantido muitas vezes acabou por ser diferente do esperado. Quem faz as cidades são as pessoas e é evidente que quando uma mudança é grande haverá sempre contestação, haverá sempre quem seja contra e quem seja a favor (Ascher, 1998).

> "Mas os edifícios não são simples mercadorias. Eles formam o pano de fundo de nossa vida na cidade. Arquitetura é a arte à qual estamos expostos dia e noite. Ela amplia ou reduz nossa vida porque cria os ambientes onde nossas experiências cotidianas acontecem, sejam elas comuns ou originais. Não é surpresa que a arquitetura seja motivo de controvérsias, nem que seja a forma de arte mais abertamente criticada pelo público, com paixão e entusiasmo. O papel de destaque desempenhado pela arquitetura exige atenção especial do cidadão e isto requer que a sociedade seja informada e exigente em relação à qualidade.
> A profissão também deve definir sua dimensão ética. A exigência de que a arquitetura contribua para uma cidade sustentável em seus âmbitos social e ambiental cobra agora responsabilidades dos arquitetos, as quais vão além dos limites de uma memória de projeto. O status e o poder da profissão diminuíram com o peso da pressão comercial." (Rogers, & Gumuchdjian, 1997, p.68).

A arquitetura é feita por humanos para humanos, por isso é essencial ter em conta o comportamento dos seres humanos. A cultura, a educação, o país, o clima, tudo isto são fatores que influenciam o comportamento, e as necessidades mudam conforme estes fatores se alteram, mas a base do comportamento humano está lá sempre presente. Por isso cabe ao arquiteto observar, pensar e refletir, de modo que consiga responder as estas necessidades e comportamentos. Quando o objetivo é planificar ou intervir numa cidade este objetivo é muito mais difícil de cumprir pois a escala de intervenção, as necessidades e gostos que terá de ver satisfeitos são muito maiores (Gehl, 2010).

É impossível falar do Futuro sem ter em conta o Presente. E o Presente do ano corrente, 2021, é bastante marcado pela pandemia do Covid-19 que afetou o Mundo, sendo impossível ignorar este facto para a idealização de como poderá ser o Futuro de agora em

diante. A pandemia veio dar outra perspetiva sobre a vida em vários campos e o facto de ter tido um impacto mundial faz com que muitos dos sentimentos sejam gerais, apesar dos diferentes países e culturas (Gehl, 2010).

O arquiteto dinamarquês Jan Gehl é uma referência incontornável, um visionário a pensar a cidade. Identifica vários problemas que as cidades têm vindo a mostrar ao longo do tempo e arranja soluções. Tem feito intervenções muito bem-sucedidas em cidades como Copenhaga. Mas outros grandes pensadores e conhecedores da cidade, como o arquiteto Richarde Rogers, pensam o espaço urbano de forma eloquente e estruturada para que se criem locais onde é bom existir (Gehl, 2010).

Um dos problemas apontados por Gehl, e que é muito comum observar em várias cidades ao redor do Mundo, é a total falta de respeito pela escala humana. O planeamento urbano concentra-se em construir em altura e negligencia os espaços para as pessoas, esquecendo completamente a Condição Humana, como se as cidades fossem para ser vistas e vividas de cima. Dando-se prioridade à velocidade e ao lucro, muitas vezes transformam-se os centros urbanos em locais desertos, apenas com empresas e turismo, que é algo bom desde que os habitantes não sejam negligenciados. Os centros têm que ter habitantes em comunhão com o turismo e as empresas, no caso específico da Covilhã; Habitantes Turismo e Estudantes (Gehl, 2010).

Jan Gehl dá como exemplo o Dubai, que se dedica a mostrar ao Mundo o seu poder económico através de prédios cada vez mais altos sem ter a mínima consideração pela escala humana. Os prédios em altura começaram a ser mais comuns e recorrentes após a II Guerra Mundial, para responder às necessidades de alojamento criadas pela guerra, às más condições de vida que existiam na altura e ao "baby boom" do pós-guerra. E também devido ao facto de ser economicamente aliciante a construção em altura. Assim na mesma área de terreno o lucro torna-se muito maior. Com os avanços na tecnologia do betão e o elevador, os prédios puderam ser cada vez mais altos. Esta urgência na construção, mas também os interesses económicos, descaracterizaram cidades e criaram edifícios sem qualquer tipo de qualidade, quer a nível estrutural quer a nível arquitetónico, o que se reflete em cidades sem qualidade de vida (Gehl, 2010).

Uma cidade do Futuro é uma cidade onde é bom viver e envelhecer, por isso os espaços urbanos têm que ser pensados como um todo. Mobilidade, espaços verdes, acessos, comércio, turismo, etc…

Uma ideia que fica muito presente ao longo desta dissertação é a importância da escala humana, a importância de pensar uma cidade para as pessoas. Não se pode destruir o que

já foi feito, mas pode-se corrigir, e aprender como os erros do Passado.

Intervenções como as pistas cicláveis, as zonas verdes, a iluminação, o mobiliário urbano. Pensar a forma como o carro acede aos sítios sem interferir com o conforto e a prioridade do peão, e para tal criar estacionamentos e acessos, divisões verdes, como por exemplo as das estradas, fazendo a separação das duas vias com plantas. Em suma, tornar a cidade mais verde. E com arte, para que seja dinâmico o andar (Gehl, 2010).

Pensando na nossa existência, onde gostaríamos de viver, onde seria mais fácil envelhecer, como seria se a nossa mobilidade estivesse condicionada. Como seria a cidade para nós? Fatores fundamentais a ter em consideração quando se pensa o espaço urbano (Gehl, 2010).

Muitos erros foram feitos em nome do lucro rápido. Falando realisticamente dos grandes responsáveis pela descaracterização de muitas cidades, pela construção de enormes edifícios sem qualidade, estes não ficaram a viver nesses locais. Para eles reservaram zonas onde havia escala humana, onde havia espaços verdes, segurança, onde era bom viver. Esqueceram os que habitam nesses locais descaraterizados, devastados por uma selva de betão sem qualquer qualidade, porque o que realmente importou foi o lucro (Portas, 2005 e Rogers, & Gumuchdjian, 1997).

Por isso é importante que, quando se tem o privilégio e a responsabilidade de construir, projetar ou repensar uma cidade, se tenha sempre no pensamento: Será que este é um bom sítio para se viver? Eu gostaria de viver aqui? Claro que não se pode ignorar o lucro, o dinheiro é sempre um fator fundamental que não é possível dissociar da arquitetura, mas é precisamente neste ponto que os arquitetos se têm que debruçar, para conseguirem arranjar uma solução que cônjuge o lucro com a qualidade de vida. Esta resposta é difícil de encontrar, não é a resposta mais fácil e por isso esta questão é tão importante, sensível e complexa (Rogers, & Gumuchdjian, 1997).

> "A arquitetura surgiu a partir das necessidades do homem por abrigo. Logo tornou-se uma expressão fundamental da habilidade tecnológica e dos objetivos sociais e espirituais. A história da arquitetura documenta a engenhosidade da humanidade, seu senso de harmonia e seus valores. E uma profunda reflexão das complexas motivações de indivíduos e sociedades." (Rogers, & Gumuchdjian, 1997, p.67).

Para que a arquitetura seja bem pensada, cumpra o seu essencial propósito, muitos fatores têm que ser levados em consideração e o principal e fundamental é o ser humano. Este tem que ser a prioridade e para isso é importante conhecer e compreender o ser humano e os seus comportamentos (Rogers, & Gumuchdjian, 1997).

> "A arquitetura extrai beleza da aplicação do pensamento racional. É o jogo entre conhecimento e intuição, lógica e espírito, mensurável e imensurável.
>
> (...)
>
> Atualmente, a rica complexidade da motivação humana que gerou a arquitetura está sendo desmantelada. Quase todas as construções são feitas exclusivamente em busca de lucro. Novos edifícios são vistos como pouco mais que meros produtos, como resultado financeiro no balanço patrimonial das empresas. A busca do lucro determina suas formas, qualidades e desempenhos. Qualquer gasto não relacionado diretamente à obtenção de lucro a curto prazo expõe os incorporadores a desembolso de capital a longo prazo, o que torna a empresa menos competitiva e, portanto, mais vulnerável a riscos financeiros e, em última instância, a ser absorvida por outro conglomerado. Nossa economia de resultados imediatos - cujo objetivo é 'agarrar hoje o dinheiro de amanhã', na descrição assustadora do empresário Lord Hanson da era Thatcher - não oferece qualquer estímulo a investimentos em tecnologias ecológicas a longo prazo. Esta estratégia, que só pode piorar nosso futuro, é a antítese do pensamento sustentável e acaba prevalecendo sobre as considerações estéticas essenciais à boa arquitetura: não dá qualquer incentivo para um gesto público como construir uma passagem coberta, nenhuma razão para usar bons materiais, realizar tratamento paisagístico ou mesmo plantar uma arvore." (Rogers, & Gumuchdjian, 1997, p.67).

A Covilhã reúne muitos fatores que lhe dão potencial para que seja uma cidade de Futuro. Tem uma história muito interessante. Apesar de Cidade do interior e pequena tem a Faculdade, que lhe atribui diversidade de pessoas, vida e a juventude que interage com o conhecimento, sabedoria e calma da população local, resultando numa troca de vivencias muito interessante. Tem edifícios com um enorme potencial, que têm que ser reabilitados e valorizados. Tem a natureza e toda a sua grandiosidade. E tudo isto está reunido numa Cidade pequena, mas de enorme potencial. Este potencial está presente no quotidiano, é só olhar, pensar e valorizar. Para isto devem ser tomadas medidas, como o apoio à

reabilitação, a fomentação do comércio local, a estipulação de percentagens para habitação permanente e habitação sazonal (como os estudantes), a estimulação do turismo. Assim como a promoção e valorização dos espaços verdes, dos acessos, dos transportes, priorizando a locomoção pedestre, a bicicleta e a mobilidade suave (Gehl, 2010 e Oliveira, 2015).

Ao pensar no Futuro, e usando a Covilhã como experiência laboratorial de como deverá ser uma cidade, descobrem-se vários pontos que parecem isolados, mas que contribuem para um todo, porque só assim se consegue criar arquitetura. Turismo, comércio, reabilitação, sustentabilidade, a Faculdade, a Serra da Estrela, os habitantes, os estudantes, os professores, os espaços, os jardins, o teletrabalho, a condição a que todos chegaremos que é envelhecer, a mobilidade... Tudo isto são assuntos que à primeira vista parecem não estar ligados ou nos quais tendemos a pensar em separado. Temos essa tendência: Pensar só no comércio, só na reabilitação, só nos jardins, e esquecemo-nos das necessidades, dos comportamentos humanos. Como interfere uma pandemia com a cidade? O que traz o teletrabalho à cidade? Que interferência tem o comportamento humano no dia a dia? Todas estas questões são por norma vistas em separado, muitas vezes negligenciadas, esquecidas, deixadas para filósofos. Mas realisticamente a arquitetura só funciona, só cumpre o seu propósito existencial, se pensada como um todo tendo em conta pequenos comportamentos humanos, compreendendo o que se passa no Mundo, pensando na economia, na interferência que o quotidiano tem. Por isso ao pensar uma cidade tem que se entender e estudar todos os seus aspetos, dos mais insignificantes aos maiores, para assim ver o que está a acertar, para que se possa entender porque acerta e assim criar mais, e ver o que esta a falhar, para que se entenda o erro e se possa corrigir e não voltar a repetir (Gehl, 2010).

Assim, um arquiteto tem que se debruçar sobre os mais diversos assuntos para poder ser bem-sucedido e, no caso da Covilhã, ao percorrer a Cidade, ao ver, entender e pensar, percebe-se o que está errado e como e onde se pode melhorar para que se torne um local onde é bom viver. Um local só se entende ao andar nas suas ruas, não é fechado num gabinete que se pensa a cidade (Gehl, 2010 e Oliveira, 2015).

Na Covilhã foram identificados vários problemas, que podem e devem ser melhorados:

Um problema grave é o abandono do centro histórico, tanto a nível de edifícios como a nível de comércio. Medidas de promoção à reabilitação, à habitação e de incentivo ao comércio (Figura 273), seriam uma boa opção para combater esta desertificação (Gehl,

2010).

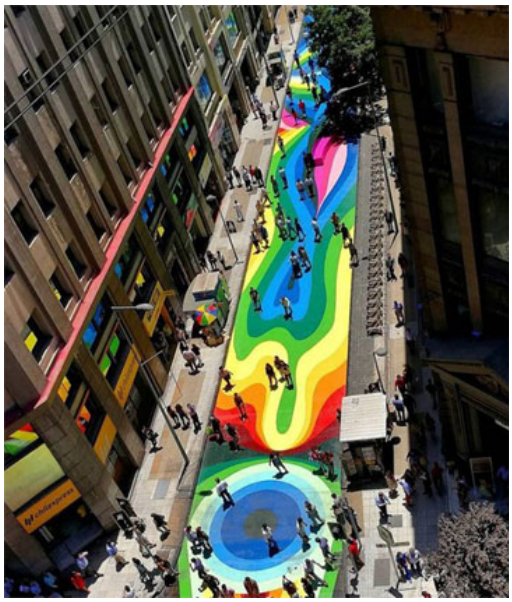


Figura 273 - Ruas de "comércio de rua" mais interativas. Fonte: 100 Street Architecture & Urban Intervention., 2019.

Outro ponto é a falta de manutenção, ou degradação do espaço público. Jardins como o Goldra que, apesar de muito se falar na sua recuperação estão ainda degradados, com enorme potencial, mas que acaba esquecido. A negligência da preservação dos locais públicos, como a falta de manutenção de ruas, dos jardins e da Natureza. A contratação de pessoas com a função de inspecionar e preservar estes locais, como jardineiros, poderia ser uma solução que, para além de criar emprego, promovia a manutenção dos espaços através de vigia, da sensibilização, da penalização (com multas para quem cause destruição) e da manutenção (Gehl, 2010).

Observamos também a inexistência de ciclovias viáveis que transmitam segurança a quem anda de bicicleta e que facilitem a locomoção sustentável. Locais que deveriam ter uma opção alternativa ao carro com passeios largos e ciclovias, como é o caso da Avenida Cidade do Rio de Janeiro que liga a Covilhã ao Teixoso em que a única alternativa de circulação é através do automóvel. Aqui, por exemplo, deveria ser criada uma ciclovia (Figura 274) que permitisse a circulação pedestre e de bicicletas podendo haver barreiras verdes que separem o trânsito de carros destas vias de circulação mais leve (Gehl, 2010).



Figura 274 - Exemplo de jardim e espaço urbano. Fonte: Frearson, 2019.

A falta de estacionamento e o facto de se priorizar o automóvel em vez do peão, dá origem a ruas como a Rua Conselheiro António Pedroso dos Santos, com muito movimento de pessoas que aí passam diariamente pelas mais diversas razões, como deslocarem-se ao Centro, ao comércio, à Faculdade, mas que também tem muita circulação de carros. Sendo uma rua estreita a interação entre os dois acaba por ser desconfortável, sobretudo para o peão, sendo este que tem que dar prioridade ao automóvel. Cidades que oferecem alternativas ao automóvel, estacionamento, acessos que não interfiram com os peões e que promovam o andar a pé (Figura 275), são essenciais para o Futuro das cidades, para a saúde das pessoas, para o comércio, para o bem-estar.



Figura 275 - Circulação como deve ser pensada nas cidades. Fonte: Gehl, 2010, p.245

Por isso devem ser pensados estacionamentos, circulações pedestres e de bicicletas a par de alternativas viáveis aos automóveis (Figura 276) (Gehl, 2010).



Figura 276 - Exemplo de ciclovia. Fonte: Frearson, 2019.

Problemas de drenagem urbana. Quando existe grande precipitação, algo relativamente habitual na Covilhã, existem locais que inundam, como é o caso da Rotunda do Rato. Este problema, se bem estudado e pensado, pode acabar por ser uma solução de sustentabilidade e aproveitamento de águas, através de pisos permeáveis (Figura 277 e 278), percursos de água que respeitem o seu caminho natural, pois este fator é vital para a durabilidade de um projeto, dado que a água segue sempre o seu percurso natural. Criando caminhos para que a água da chuva seja aproveitada para a rega dos espaços verdes da cidade. Esta solução alia a sustentabilidade com a economia e promove os espaços verdes. Assim, inicialmente é um problema torna-se uma solução muito viável (Portas, Domingues & Cabral, 2003 e Rogers, & Gumuchdjian, 1997).

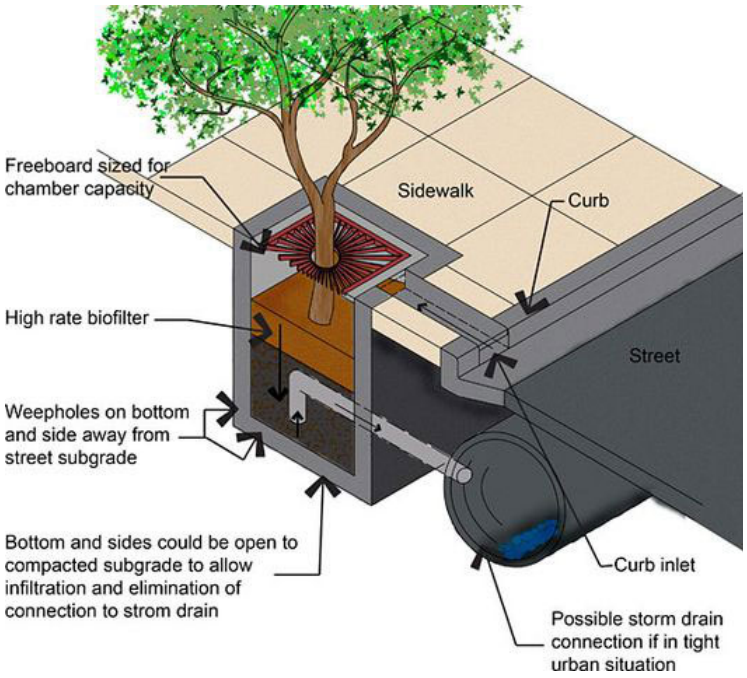


Figura 277 - Drenagem de água urbana. Fonte: Sustainability Toolkit.

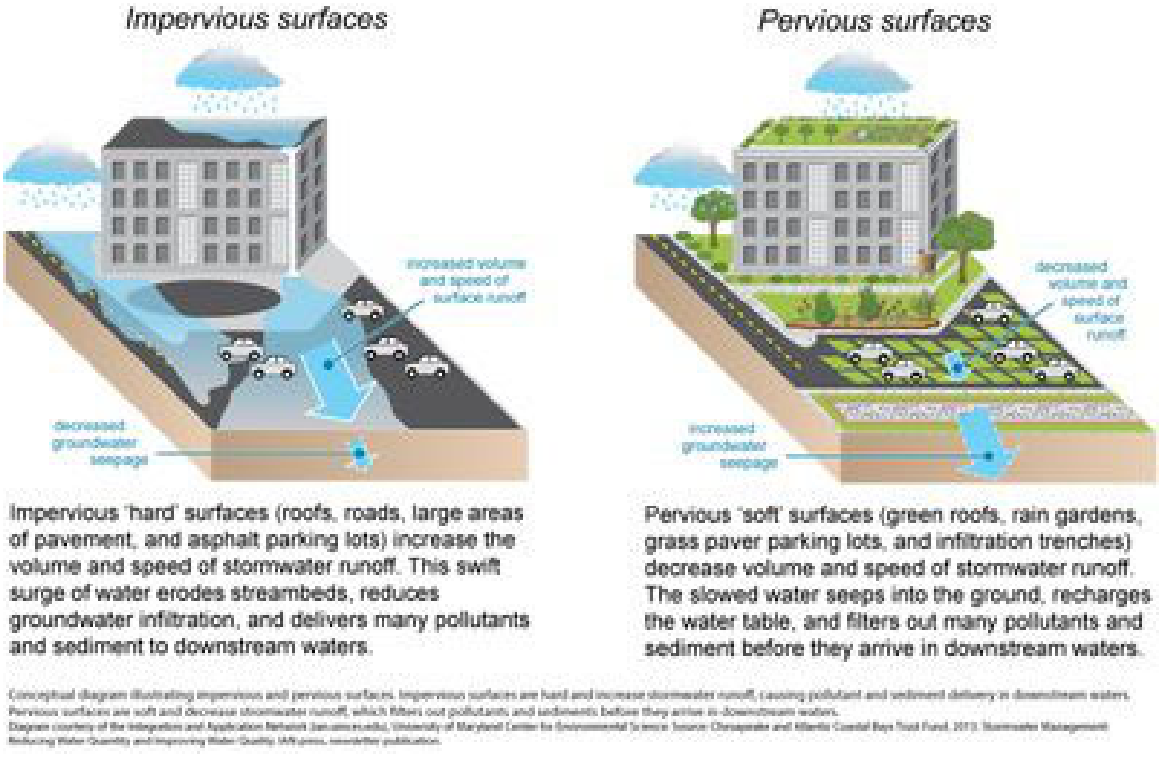


Figura 278 - Drenagem de água urbana, diferença entre pavimento permeável e pavimento impermeável. Fonte: Hawkey, 2013.

> "Os consultores de meio ambiente calcularam que se coletássemos cerca de 10% das chuvas anuais, que caem na paisagem circundante, poderíamos fornecer água aos novos habitantes e melhorar a irrigação das plantações locais. Propusemos então estruturar a nova comunidade em três vilas interligadas, encravadas nas colinas ressecadas do entorno. Uma nova rede de distribuição fornecia água aos moradores e alimentava um sistema de fontes, canais e lagos que resfriavam as ruas e praças e irrigavam as árvores e plantas. As águas servidas e escoadas das chuvas eram usadas para irrigar as fazendas vizinhas, melhorando e aumentando sobremaneira a diversidade e o volume da produção agrícola - reforçando a viabilidade da comunidade agrária tradicional." (Rogers, & Gumuchdjian, 1997, p.54).

Estes são apenas alguns dos problemas identificados ao andar e conhecer a Cidade da Covilhã. Os problemas devem ser identificados sistematicamente de modo a arranjar uma solução, e neste último capítulo, depois de conhecer a História e o Passado da Cidade, de percorrer as suas ruas e ruelas, de observar o que está a ser feito, de pensar o que poderá ser feito, sem esquecer que muitas outras questões ficaram de fora devido à intensidade do tema. Depois de estudar pensadores, arquitetos, urbanistas, de ver exemplos e aplicar a própria experiência, são abordados alguns temas considerados importantes para a construção de uma cidade, e atribuídas de maneira superficial e sucinta algumas soluções, sem as aprofundar, pois tem-se a noção da complexidade e grandeza do tema (Oliveira, 2015 e Rogers, & Gumuchdjian, 1997).

Para pensar o futuro de uma cidade há que ter em consideração os acontecimentos históricos, porque são eles que definem um novo rumo para a vida urbana, como foi o caso do pós-guerra. Depois da Segunda Guerra Mundial muitas cidades ficaram destruídas e isso foi uma oportunidade para repensar a cidade. Atualmente o que o Mundo está a viver é uma pandemia à escala mundial que veio alterar o modo de vida, logo altera a cidade. Algo que se alterou ou tornou usual foi o teletrabalho, de que já se falava e discutia há muitos anos, mas que a pandemia do Covid 19 não só veio acelerar, como fez com que se tornasse essencial à sobrevivência da economia. E um novo modo de trabalho interfere com os hábitos e rotinas das pessoas, altera a cidade a vários níveis, impactando a mobilidade e as vias de acesso, a arquitetura das casas, a importância dos espaços verdes e de como uma cidade deve convidar a andar e a apreciar a sua vivencia. Neste subcapítulo é abordado o teletrabalho, a forma como altera hábitos e necessidades, logo altera desde o particular, a habitação, ao geral, o espaço urbano (Ascher, 1998).

O fim do zonamento, o conceito que causa segregação social. As cidades devem ser inclusivas em todos os aspetos, e não meros centros de trabalho. As cidades do Futuro serão habitadas, com a interação de diferentes gerações e diferentes profissões. Com habitação, comércio e turismo. Nelas existem equipamentos promovendo um modo de vida sustentável, onde o habitante se consegue deslocar facilmente a pé ou através de meios alternativos como a bicicleta, ou ainda em transportes coletivos de energia limpa (que serão grátis). Com variados serviços, com deslocações fáceis, com a interação de diferentes classes sociais, com diferentes propósitos (habitação, comércio, turismo), assim como com a integração da agricultura na cidade, surge um espaço urbano mais sustentável e igualitário, com qualidade de vida (Portas, Domingues & Cabral, 2003).

3.2 - Teletrabalho

A pandemia do Covid 19 veio apressar algo que já se avizinhava: o teletrabalho. "Há uma Certeza que decorre da pandemia: não voltaremos a trabalhar da mesma forma que no passado." (Mateus, 2021). Isto veio alterar por completo a maneira como a casa é entendida, passando, assim, a valorizar-se mais a vivência do espaço da casa e do espaço exterior. Com a pandemia mundial do Covid 19, o teletrabalho que estava a ser integrado aos poucos nas empresas, passou a ser parte essencial do trabalho comum e o Mundo foi obrigado a implementar o trabalho à distância muito mais depressa do que se imaginava. Assim como a flexibilização dos serviços, passando a ser muito mais fácil tratar de assuntos à distância (online). Isto permite que seja aplicado algo que já se fala à muito tempo, mas que sem o teletrabalho não seria possível: a descentralização.

> "Alinhadas com as preferências dos trabalhadores, nove em cada dez empresas admitem que a sua estratégia de regresso ao escritório será sustentada num modelo híbrido de trabalho, permitindo que os profissionais continuem a trabalhar parcialmente fora do escritório, revela um estudo recente da consultora McKinsey." (Mateus, 2021).
>
> "As empresas reconhecem que a decisão está alinhada com o que foi pedido pelos trabalhadores - maior flexibilidade na gestão de tempo e modo de trabalho - e

> muitas admitem que o regime híbrido é uma forma de promover um regresso ao escritório sem impactos na motivação e, consequentemente, na produtividade." (Mateus, 2021).

Claro que para que tudo isto seja possível é preciso que sejam implementadas novas leis e que as empresas se adaptem a esta nova realidade. É preciso criar regras e leis que permitam a possibilidade de trabalhar a partir de casa, mas sem que haja desigualdades ou discriminações. "Num relatório recente, defendem a adoção por parte da União Europeia de um normativo comum para a aplicação do modelo laboral híbrido, de forma a balizar devidamente regras e minimizar os riscos para os trabalhadores (Mateus, 2021).

> "Ninguém duvida, com efeito, de que as novas telecomunicações possam economizar ou substituir as deslocações e o próprio telefone, que já não é suficiente para atender às necessidades: seja para os "particulares", que podem já, por exemplo, obter informações pelo Minitel" sem se deslocarem e sem passarem horas à espera de uma resposta problemática de um serviço de informações telefónicas; seja para as empresas, que podem organizar videoconferências, ou para as empresas de manutenção, que podem, à distância, controlar os sistemas, medir e facturar os fluxos (contadores de água, de eletricidade, etc.)." (Ascher, 1998, p.31).

Até agora sempre se trabalhou de maneira presencial, algo que por ser o que sempre se fez nunca ninguém parou para pensar na injustiça ou na discriminação que implica, como por exemplo o facto de uma pessoa com mais possibilidades poder viver mais perto da empresa, se assim o entender, e com isto usufruir das vantagens de viver perto do local de trabalho, pessoas com graves problemas de mobilidade também se sentiram muito mais integradas, com maiores oportunidades laborais com o crescimento do teletrabalho. Assim, se as coisas forem vistas por este prisma, o teletrabalho é muito menos desigual. Claro que desigualdades sempre existirão e o teletrabalho em si pode trazer outras desigualdades entre funções mais ou menos passíveis de serem feitas à distância, mas cabe às políticas, aos arquitetos e a toda a sociedade atenuá-las o máximo possível seja em que campo for.

E agora, com esta imensa janela de oportunidade que o teletrabalho traz, cabe às políticas adaptarem-se, assim como a planta de uma cidade tem que se adaptar para dar resposta a

uma nova forma de vida.

> "O híbrido pode ser o melhor do trabalho remoto e presencial ou o pior destas duas realidades. E para conseguir que seja o melhor é preciso garantir que há um enquadramento claro de como é executado para evitar desigualdades e assimetrias", explica José Miguel Leonardo, presidente da consultora de recrutamento Randstad, (Mateus, 2021).

A descentralização é algo que já tem vindo a ser estudado, mas que não poderia ser aplicado sem que houvesse sustento – é o dinheiro e o poder económico que fazem crescer uma cidade e criam empregos. Ora com o teletrabalho as pessoas já não precisam de viver ao lado da empresa. Talvez muitas pessoas prefiram viver numa cidade como a Covilhã mesmo que a sede da empresa onde trabalham esteja em Lisboa ou até em Paris.

> "Os economistas defendem que a adoção do modelo híbrido "deve ser generalizada a toda a empresa", para quem o preferir. Um modelo que prevê o regime híbrido apenas para categorias específicas de trabalhadores dentro da organização deve ser evitado.
>
> A possibilidade de regime híbrido de trabalho é uma das várias medidas que têm vindo a ser adotadas pelos recrutadores como aliciante para trazer os profissionais de volta ao escritório numa base regular, a par com outras como a criação de espaços de trabalho mais informais, que promovam o equilíbrio, o bem-estar e o contacto com a natureza, ou que se integrem com a vida familiar. É o que está a preparar a Nestlé, que está a reestruturar as suas instalações eliminando os gabinetes para criar espaços que permitam aos trabalhadores levar os filhos (ou até animais de estimação) para o escritório, bem como trabalhar num espaço exterior ou criar uma horta pessoal na empresa. Conciliação é a palavra-chave." (Mateus, 2021).

O teletrabalho muda a planta da casa. Espaços que eram dispensáveis, como o espaço de escritório, voltaram a ser essenciais. A pandemia mudou a maneira de ver, de compreender e de viver a casa, trouxe novas necessidades que precisam de ser resolvidas. Passou a dar-se mais valor a um espaço onde se passam mais horas onde o pessoal e o

profissional convivem.

Estas novas necessidades que surgiram com a pandemia e que têm que ser pensadas alteram a planta da casa e a estrutura da cidade. A planta da casa foi evoluindo ao longo dos tempos, acrescentando-se ou retirando-se divisões conforme os usos da sociedade da época em que foram construídas. Por exemplo, o quarto para empregados é algo que atualmente é muito pouco usual, mas nos anos 50 era indispensável nas casas mais abastadas. Graças à evolução da sociedade e ao aumento da igualdade passou a ser desnecessária uma zona de serviço para empregados, ou pelo menos de forma tão marcada. Porque a planta de uma casa conta a forma de pensar do seu tempo e a própria planta pode discriminar (Castro, 1971 e Mateus, 2021).

Também passou a dar-se mais valor ao espaço exterior, e o teletrabalho permite que se possa viver longe da empresa em que se trabalha sendo as deslocações à empresa não diárias, mas apenas as necessárias. Isto permite que cidades como a Covilhã, que têm imenso potencial, sejam de novo ocupadas e habitadas. Quem diz a Covilhã diz Manteigas, etc... Felizmente a Covilhã tem habitantes, muito devido à Faculdade, mas para outras cidades que por não terem empregos ficaram desertificadas, o teletrabalho poderá ser uma solução, uma oportunidade de poder viver onde se quer sem restrições, com liberdade de mobilidade.

Porque a verdade é que uma cidade, por mais potencial que tenha, nunca vai ter população se não houver um motivo para as pessoas lá ficarem, e esse motivo é sempre o dinheiro: É o dinheiro que recupera as casas, o emprego que atrai as pessoas e faz crescer as cidades. Quando uma empresa se instala numa cidade pequena, isso gera emprego, atrai pessoas e o comércio reabre, os mercados, os cabeleireiros, as frutarias... Um exemplo bastante concreto é o Fundão, que conseguiu atrair empresas, sobretudo ligadas às novas tecnologias, a sediarem-se na Cidade e isto trouxe muito mais pessoas e começou a gerar riqueza. Assim o Fundão passou a ser uma referência de empresas tecnológicas e a Cidade só teve a ganhar com isso. Vieram pessoas, a economia da região cresceu e a Cidade passou a ser valorizada. A Cidade passou a ter motivos para lá haver pessoas e é para isso mesmo que servem as cidades. Agora cabe à câmara do Fundão, aos urbanistas e a toda uma vasta equipa, melhorar a Cidade, reabilitar, pensar no espaço público, na escala humana, nas zonas verdes, no Centro Histórico e no comércio, para que a cidade dê uma solução às necessidades que aparecem.

Mas a possibilidade de trabalhar a partir de casa permite que o crescimento de uma cidade não esteja dependente da instalação de uma grande empresa no território. Permite que as pessoas sejam muito mais independentes e possam estar onde querem estar. Alguém pode

trabalhar numa empresa que se sedia em Lisboa ou Londres e viver na Covilhã. Claro que para isto são precisos meios de transporte eficientes, seria impossível todo este progresso se a viagem da Covilhã a Lisboa fosse de muitas horas, sendo este um facto já bastante estudado: os meios de transporte e as vias de comunicação (Bastos, & Albuquerque, 2021).

> "Existe, finalmente, ainda uma terceira grande razão que justifica o acréscimo simultâneo das deslocações e das telecomunicações, que é a de que estas últimas não só não podem substituir todos os contactos directos, como também elas próprias desencadeiam novas deslocações "clássicas". As telecomunicações tornam de facto possíveis e até necessárias as relações económicas e sociais que suscitam, de seguida, uma mobilidade dos bens e das pessoas. Esta situação não é nova. A história do telégrafo e a do telefone são, deste ponto de vista, muito interessantes." (Ascher, 1998, p.33).

3. 3 - Mobilidade

A mobilidade é algo essencial ao ser humano. Desde todos os tempos a deslocação sempre foi um fator de crescimento das cidades.

Portugal ainda é um país muito dependente do automóvel, mas a tendência na Europa é cada vez mais para apostar em modos alternativos de transporte (Pereira, 2009).

Mesmo antes da pandemia do Covid 19, e quando ainda todos se deslocavam para o emprego, o carro já passava a maior parte do tempo parado. Com a revolução que se adivinha com o teletrabalho, o tempo que o automóvel passa sem andar é ainda maior, saindo apenas para passeios de fim-de-semana, ou tarefas como compras. As famílias começam a questionar se vale a pena os custos que acarreta ter um automóvel e quanto mais tempo estiver parado mais se levanta esta questão.

> "O teletrabalho promove uma redução substancial da mobilidade. Uma meta-análise de dezenas de estudos internacionais conclui que, em média, faz reduzir até 30% as viagens pendulares, o que diminui o para-arranca e a poluição, alivia as

> horas de ponta e promove uma utilização mais eficiente dos transportes públicos" (Bastos, & Albuquerque, 2021, p17).

No último inquérito da mobilidade realizado em 2018 pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, conclui-se que o principal motivo para a utilização do automóvel é a ida para o emprego. Ora com o Covid 19 o paradigma do trabalho altera-se, passando uma parte substancial da população a trabalhar a partir de casa. E tudo indica que o teletrabalho se irá manter mesmo quando se regresse à normalidade (Bastos, & Albuquerque, 2021 e Pereira, 2009).

A esta nova realidade as empresas de aluguer de carros já se estão a adaptar, com apostas em tornar o serviço cada vez mais acessível, possibilitando o aluguer de automóveis a qualquer altura através de uma aplicação. Esta mesma aplicação integrará e permitirá o aluguer não só de carros como de bicicletas ou scooters (Bastos, & Albuquerque, 2021).

> "Muitas rent-a-car já têm a opção de entregar a viatura em casa da pessoa e o que agora ainda é um serviço VIP vai tender a banalizar-se. Mas o grande investimento passa pelas aplicações que permitem, a qualquer momento, abrir os carros através do telemóvel." (Bastos, & Albuquerque, 2021, p17).

Tudo isto vem revolucionar a planta da cidade, passando a ser o automóvel alugado tão facilmente como até agora era apenas a bicicleta, a malha urbana muda, passando a haver novas necessidades para resolver. E outras que se tornam de mais fácil resolução, como o estacionamento, que sendo à mesma necessário, por ser menos, pode ser que o que já existe resolva as necessidades futuras (deixando de haver carros mal-estacionados por todo o lado). Porém, com a facilidade de aluguer de carros passam a ser necessários locais onde os recolher, podendo haver contratos acordados com os clientes para entregar e recolher os carros à porta de casa ou postos onde se recolhem os carros, como já existem para as bicicletas. "Dentro de pouco tempo, alugar um carro vai ser tão simples como é hoje alugar uma bicicleta" (Bastos, & Albuquerque, 2021, p.17).

> "Vamos ter automóveis espalhados pela cidade, nos parques de estacionamento e junto aos principais terminais de transportes, e a pessoa passará a fazer o aluguer diretamente através da aplicação, desbloqueando o carro e seguindo viagem. Até ao

> final do ano já haverá empresas a disponibilizar este serviço, que vai rapidamente generalizar-se" (Bastos, & Albuquerque, 2021, p.17).

A tendência é para que nos grandes centros urbanos haja cada vez mais uma maior proximidade nos serviços, o que consequentemente torna as deslocações mais curtas e as pessoas a deslocaram-se mais a pé, de bicicleta ou de transportes públicos, deixando assim o uso do automóvel para viagens maiores como os passeios de fim-de-semana ou de ferias. E neste panorama a solução mais compensadora a todos os níveis é o aluguer de carros.

Com esta nova tendência muitos fabricantes têm-se vindo a adaptar arranjando novas soluções (Bastos, & Albuquerque, 2021 e Pereira, 2009).

> "Várias marcas têm vindo a apostar em plataformas de partilha de carros. Só desde 2010, as construtoras investiram mais de 100 mil milhões de euros em start-ups de mobilidade, nomeadamente na área do car sharing, que é uma das principais tendências do sector automóvel nesta década. Com a covid, houve alguma paragem nesta área por causa do receio de contágio nos carros partilhados, mas uma vez ultrapassada a pandemia vai voltar em força nos centros urbanos" (Bastos, & Albuquerque, 2021, p17).

Não basta o sector privado adaptar-se para que esta verdadeira revolução na mobilidade seja possível, reduzido o trânsito e consequentemente a poluição nas grandes cidades. É preciso haver investimento público não só em transportes públicos, mas também numa rede "de transportes coletivos, como o sistema de partilha de bicicletas e carros" Jorge Vieira da Silva (Bastos, & Albuquerque, 2021, p.17).

"A ideia é que a mobilidade passe a ser entendida como um serviço, o que já está a ser posto em prática, sobretudo no Norte da Europa e no Reino Unido." (Bastos, & Albuquerque, 2021).

Está tudo interligado: com o teletrabalho, a hora de ponta desaparece e a dependência do carro deixa de existir. Passa a dar-se valor a um comércio local mais personalizado reabilitando-se os centros onde o comércio de rua estava a cair no esquecimento. Assim é possível andar mais a pé com mais saúde e sustentabilidade (Bastos, & Albuquerque, 2021 e Portas, 2005).

“O futuro passa pela criação de passes de mobilidade, que não incluam apenas transportes públicos, mas também bicicletas, trotinetas e o aluguer de um carro x dias por mês, consoante a necessidade da pessoa” (Bastos, & Albuquerque, 2021, p.17).

Num meio mais rural esta dispensa total de carro próprio talvez seja mais difícil, mas mesmo em cidades como a Covilhã, mais pequenas e nas quais a aplicação destes novos meios de mobilidade é menos fácil, mesmo assim é possível e necessário repensar a mobilidade (Pereira, 2009).

A pandemia não trouxe só coisas más, dela podemos aprender e tirar algo de bom para que se possa evoluir no caminho certo. Teletrabalho, descentralização, valorização do espaço da casa, do espaço exterior, comunhão com a natureza, mobilidade, comércio mais personalizado/local, sustentabilidade em hábitos e estilos de vida, assim como nos métodos de construção e de locomoção, tudo isto altera a malha urbana. A planta de uma cidade altera-se para que possa dar resposta a novas necessidades. Numa cidade maior é mais fácil aplicar algumas destas novas medidas, como a mobilidade, mas numa cidade pequena também é possível (talvez com um pouco mais de esforço e de investimento, mas também é possível). Mas uma cidade menor é capaz de oferecer mais facilmente sustentabilidade, tanto a nível de comércio como de estilo de vida. Com a possibilidade do teletrabalho e a vantagem que oferece de possibilitar o retorno às cidades mais pequenas, é agora possível repensar a cidade, valorizar as pequenas cidades que injustamente estavam no esquecimento, trazer pessoas, ocupar as cidades, dar cultura, economia e qualidade de vida (Bastos, & Albuquerque, 2021).

Outras opções que podem ser tidas em consideração para melhorar a mobilidade sustentável não incluem apenas as bicicletas, mas todos os transportes alternativos como trotinetas, patins, skates, etc… e o meio pedonal. Porém no caso prático da Covilhã, sendo uma cidade de encosta tem necessidades específicas, e este tipo de mobilidade tem que ser pensada de modo a facilitar a locomoção, suavizando as inclinações através de novos percursos e tornando as deslocações fluídas e intuitivas (Gehl, 2010).

A emergência climática que se vive e o aumento de emissões de gases com efeito de estufa, muitos emitidos por veículos motorizados, torna ainda mais urgente pensar e criar medidas que promovam a mobilidade sustentável em detrimento do automóvel. Por ter a noção da importância de reduzir a poluição, a Europa criou várias medidas que promovem a mobilidade sustentável (Nogueira, 2020).

> "Recentemente, muitas cidades introduziram vários tipos de bicicletas que podem ser emprestadas ou alugadas em postos ou estações. A ideia é reforçar o uso desse veículo em trajetos curtos, oferecendo um sistema público de locomoção para que as pessoas não precisem de comprar, guardar e consertar as suas próprias bicicletas" (Gehl, 2010, p.187).

Em Portugal foram desenvolvidas medidas baseadas nas políticas da Comissão Europeia com a finalidade de promover a mobilidade sustentável. Destas destaca-se o Projeto Mobilidade Sustentável.

> "O Projeto Mobilidade Sustentável teve como objetivo elaborar e consolidar planos de mobilidade sustentável em 40 municípios selecionados no âmbito do projeto. Como objetivos específicos pretende a melhoria contínua das condições de deslocação, a diminuição dos impactes ambientais e o aumento da qualidade de vida dos cidadãos, indo de encontro às orientações comunitárias e nacionais. Este projeto forneceu apoio técnico e científico aos municípios selecionados no desenvolvimento e consolidação dos planos, através da criação de uma rede de centros Universitários. Esta rede garantiu a partilha e intercâmbio de experiências e de conhecimento entre os municípios e entre os centros e os municípios, dotando-os de capacidade técnica para o futuro, garantindo um abordagem e resposta sustentada harmoniosa a problemas comuns em termos de mobilidade. A realização deste projeto permitiu a compreensão dos problemas existentes em termos de mobilidade urbana ao nível local, apontou soluções possíveis e permitiu uma melhor fundamentação das políticas a delinear neste âmbito" (Nogueira, 2020, p.9).

Na Covilhã houve o Programa POLIS em 2000 e o Programa da Mobilidade Pedonal em 2012, que foram bastante importantes para a Cidade e tiveram a preocupação de pensar a mobilidade numa cidade de encosta como é a Covilhã. O Programa POLIS foi muito marcante para a Cidade em termos de melhoramento e valorização do património, e passados vinte anos ainda é um programa muito atual que promove a valorização do espaço urbano, da qualidade de vida, da mobilidade suave e da sustentabilidade, assuntos bastante atuais e que se revelam a resposta para o Futuro.

Como Jan Gehl diz, as cidades, mais precisamente os centros históricos, não foram feitos

para o carro pois ele não existia quando foram construídos, foram pensados para andar a pé. Com a modernização o automóvel passou a coabitar na cidade com os peões, congestionando a cidade.

No entanto o carro também tem de aceder aos centros. É fundamental em muitas ocasiões e facilita muitos aspetos da vida. Mas é necessário reduzir a circulação de automóveis nas zonas urbanas. Pensar o acesso dos carros, mas não os considerar prioritários. Em contrapartida promover a circulação pedonal e por meios alternativos de transporte. Por exemplo: restringir a velocidade nas zonas habitacionais através do pavimento, algo que já é feito em muitos locais. As ruas do centro histórico serem maioritariamente para peões podendo os habitantes dessas ruas aceder com o carro, pois é importante também ter centros históricos habitados (Gehl, 2010).

Pensar zonas de estacionamento com fácil acesso ao centro para que se possa estacionar o automóvel e circular facilmente a pé, uma medida que já foi pensada no Programa POLIS da Covilhã. O automóvel não é o inimigo, é um facilitador da vida, mas a cidade não pode ser pensada para servir o carro, tem que ser o carro a servir as pessoas (Nogueira, 2020).

Assim o peão volta a ser a prioridade nas cidades, seguindo-se transportes de mobilidade sustentável, depois os transportes públicos e por fim os veículos motorizados (Gehl, 2010).

Para que algo cumpra eficazmente a sua função é preciso conhecer o comportamento humano, pois dele ira depender o sucesso. No caso em particular da mobilidade pedonal é preciso conhecer o comportamento e as características das pessoas. “As aptidões físicas, mentais e intelectuais dos peões são aspetos essenciais para o correto dimensionamento de um qualquer elemento do sistema pedonal, de modo a obter uma circulação segura, confortável e de fácil perceção” (ICOMOS 1964 e Nogueira, 2020, p.15).

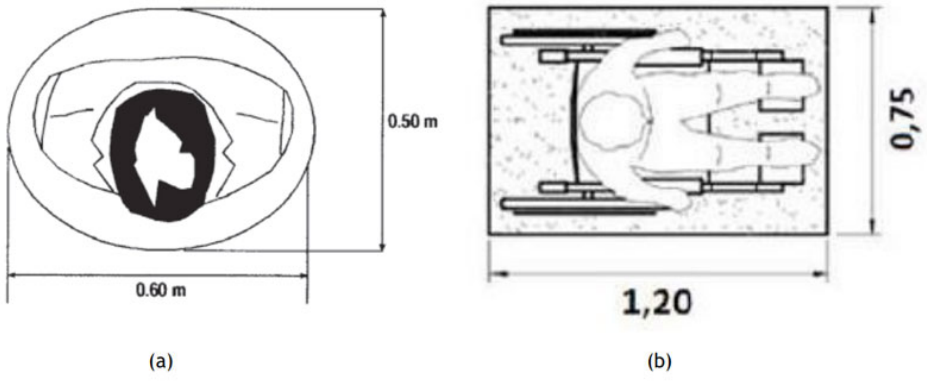
A deslocação de peões depende de muitos fatores, como a idade, a condição física, o motivo da deslocação, a hora do dia, a inclinação dos percursos, as condições atmosféricas e a envolvente. Alguns grupos de pessoas precisam de uma atenção especial para a sua integração e segurança no meio urbano, como as crianças, os idosos, as pessoas com mobilidade reduzida (Nogueira, 2020 e Portas, 2005).

As crianças têm um comportamento imprevisível e só a partir dos onze ou doze anos é que desenvolvem um comportamento semelhante ao de um adulto em contexto de trânsito. Pessoas com mais idade por norma deslocam-se mais lentamente, o tempo de reação é maior, a visão e audição são mais fracos o que dificulta a deslocação no meio do trânsito (Gehl, 2010).

A mobilidade reduzida inclui pessoas que tenham uma deficiência física a nível motor

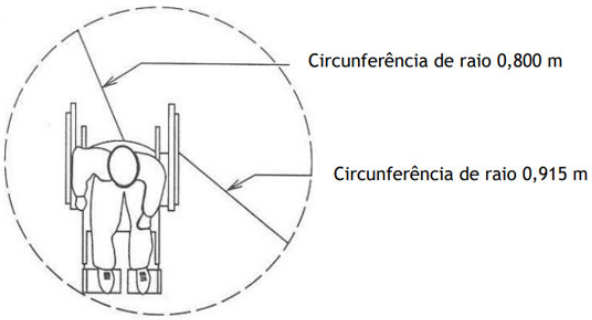
(Figuras 279 e 280), mental ou sensorial sendo que algumas pessoas deste grupo precisam de apoio na deslocação, como por exemplo por cadeira de rodas. Este grupo tem necessidade de mais espaço e de acessos adaptados o que é frequentemente esquecido nas cidades, sendo necessária especial atenção para adaptar as infraestruturas para que sejam acessíveis a todos, (Gehl, 2010 e Pereira, 2009).

> "Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto (DL 163/2006), que aprova o regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, suporta o enquadramento legislativo da regulamentação do espaço pedonal, tendo como ponto de partida as pessoas com mobilidade reduzida." (Nogueira, 2020, p.16).



(a) Espaço ocupado por um peão (Austroads, 2017); (b) Espaço ocupado por uma pessoa com mobilidade reduzida em cadeira de rodas (Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto)

Figura 279 - Medidas de espaço ocupado conforme as necessidades de cada um. Fonte: Nogueira, 2020, p.17.



Espaço mínimo para manobrar uma cadeira de rodas (Austroads, 2017)

Figura 280 - Espaço necessário para manobra de uma cadeira de rodas. Fonte: Nogueira, 2020, p.17.

Outro fator a ter em consideração é o motivo da deslocação. Se o motivo for passeio a deslocação é feita de modo mais lento e calmo, se existe uma finalidade como ir trabalhar, ir às compras, cumprir uma tarefa, o percurso é feito de maneira mais rápida e objetiva. Assim os percursos devem ser pensados nestes dois sentidos. Um percurso mais didático e longo, outro alternativo mais rápido. Nos jardins, por exemplo, é frequente existirem percursos maiores que passam por pontos de interesse, observando-se na relva caminhos alternativos feitos pelas pessoas para chegarem mais rápido ao destino. São um bom exemplo de como se pode pensar um percurso mais didático para o passeio e outro mais direto para uma deslocação mais objetiva (Ascher, 1998 e Oliveira, 2015).

As escadas urbanas são elementos que reduzem a distância e o tempo do percurso. Nas cidades de encosta como a Covilhã são elementos frequentemente usados para facilitar os acessos (Pereira, 2009).

Com a consciência das fragilidades dos peões, as infraestruturas têm que cumprir vários parâmetros ligados à segurança, à comodidade, à rapidez e eficiência do percurso, à coerência e à atratividade. Algumas destas medidas são:

> "• Separação adequada entre o sistema viário e pedonal, garantindo a máxima segurança aos peões.
>
> • Garantia de uma interligação coerente com a hierarquização viária e, caso não seja possível, definir níveis de prioridade relativa. As soluções a utilizar em cada caso devem ser o mais normalizadas possíveis.
>
> • Criação de redes pedonais integradas, capazes de agregar os principais pontos de

geração e atração de deslocações pedonais.

• Assegurar a melhor ligação possível entre os vários modos de transporte, em particular com a rede de transportes coletivos.

• Evitar soluções em que a extensão do percurso seja muito elevada em comparação com a distância em linha reta, pois é um fator que condiciona a obtenção de bons níveis de comodidade e rapidez.

• Considerar as necessidades dos grupos de peões mais vulneráveis, nomeadamente das crianças, dos idosos e dos peões com mobilidade reduzida." (Nogueira, 2020, p.25).

As estruturas urbanas para peões são essenciais e deveriam cumprir as condições acima descritas com o objetivo de ligar as habitações e os diferentes serviços públicos através de elementos urbanos pensados para a circulação de peões e de transportes de mobilidade suave. Estes elementos podem ser passeios, escadarias, travessias pedonais, escadas rolantes urbanas ou passadeiras rolantes (atualmente estes elementos são pouco estéticos e feitos em série, mas futuramente poderão ser pensados de modo mais estético e adaptado ao local, para que para além de cumprirem o seu propósito sejam também harmoniosos na cidade). Os elevadores ou funiculares são mais pensados para facilitar a mobilidade em terrenos com grandes declives como é o caso da Covilhã (Gehl, 2010 e Pinheiro, E., 2009).

Os passeios: são espaços destinados à circulação de todos os tipos de peões e como tal têm que apresentar qualidade para esta circulação. O passeio tem que ser "homogéneo e articulado, para que o peão não seja obrigado a recorrer à faixa de rodagem dos veículos motorizados para efetuar a sua deslocação" (Nogueira, 2020, p.25).

Mesmo quando destinados à mobilidade de pessoas há elementos essenciais às condições de circulação que ocupam espaço na largura do passeio, como as árvores - muito importantes para criar sombra e essenciais sobretudo no Verão, sem esquecer a sua importância para a absorção de CO2 e para um ambiente agradável tornando a cidade mais verde - os postes de iluminação, com extrema importância para a segurança, os elementos de arte urbana - que felizmente são cada vez mais introduzidos na cidade tornando-a mais didática, interativa e facilitando a circulação ao tornarem o percurso mais interessante – os elementos de mobiliário urbano como caixotes do lixo e outros (Tabela 6). Assim "surgem os conceitos de largura útil/efetiva (WE) e de largura bruta (WT) dos passeios, que correspondem, respetivamente, ao espaço disponível para as

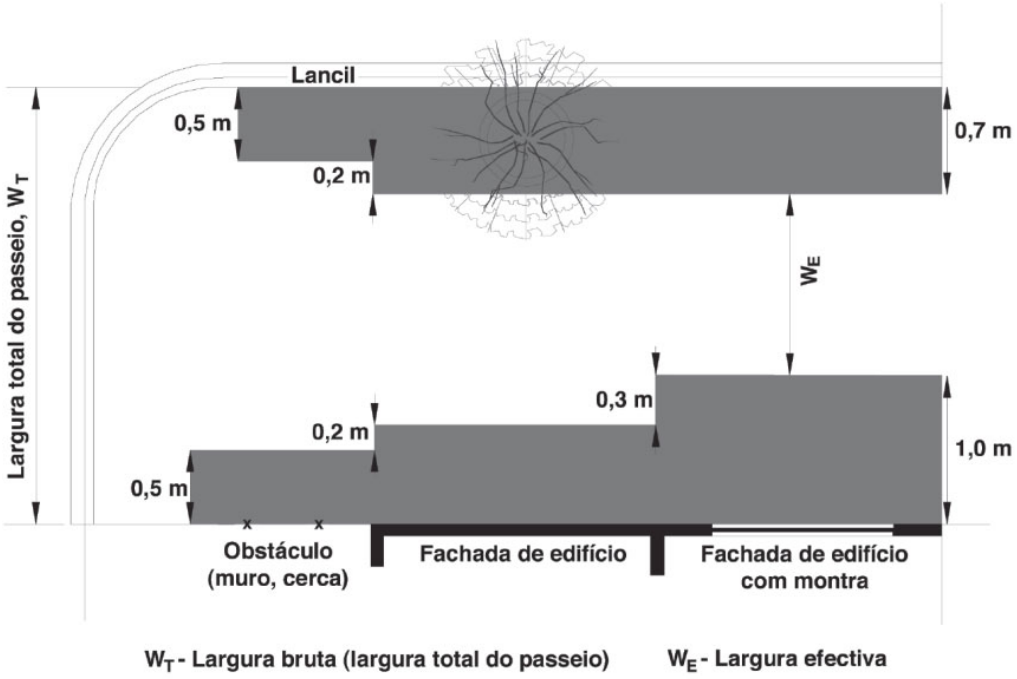
deslocações e à largura total do passeio" (Nogueira, 2020, p.26).

Tabela 6 – Largura desperdiçada devido a obstáculos no passeio. Fonte: Nogueira, 2020, p.26.

Largura perdida devido à presença de obstáculos nos passeios (Adaptado de HCM (2016))

Tipo de obstáculo	Descrição	Largura Perdida (m)
Distâncias de segurança	Berma do passeio	0,30 - 0,50
	Muro, sebe	0,30 - 0,50
	Fachada de edifício	0,70
	Montra	1,00
Mobiliário Urbano	Postes de iluminação	0,80 - 1,10
	Postes de semáforos	0,90 - 1,20
	Sinalização vertical	0,60 - 0,80
	Parquímetros	0,60
	Cabines telefónicas	1,20
	Caixotes do lixo	0,90
Mobiliário Urbano	Bocas-de-incêndio	0,80 - 0,90
	Marcos de correio	1,00 - 1,10
Vegetação	Árvores	0,60 - 1,20
	Pontos de vegetação/arbustos	1,50
Usos Comerciais	Quiosques	1,20 - 4,00
	Esplanadas de cafés (2 filas de mesas)	2,10

Quando não é possível cumprir as medidas estipuladas (Tabela 7), (Figura 281) estas poderão ser inferiores para ceder espaço ao estacionamento (Tabela 8):



- Definição da largura útil e da largura bruta de um passeio (Adaptado de HCM (2016))

Figura 281 - Largura útil e largura bruta de um passeio. Fonte: Nogueira, 2020, p.27.

Tabela 7 - Largura mínima do passeio. Fonte: Nogueira, 2020, p.27.

Largura mínima dos passeios (m) (Adaptado de HCM (2016))

Tipo de Passeio	Largura Desejável (m)	Largura Aceitável (m)
Passeio sem mobiliário urbano, árvores ou montras	2,00	1,50
Passeio com fila de árvores ou montras	3,00	2,50
Passeio com árvores e montras	4,00	3,50

Tabela 8 - Largura mínima admissível do passeio para ceder espaço ao estacionamento. Fonte: Nogueira, 2020, p.28.

Largura mínima admissível dos passeios (m) (Adaptado de HCM (2016))

Tipo de Passeio	Largura Desejável (m)	Largura Aceitável (m)
Passeio sem obstruções	1,20	1,00
Troço <10 m junto a obstrução	-	0,80

> "Segundo o enquadramento legislativo português, no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto (DL 163/2006), os percursos pedonais devem ter em todo o seu desenvolvimento um canal de circulação contínuo e desimpedido de obstruções com uma largura livre de 1,20 m, medida ao nível dos passeios, excetuando as vias principais e as vias distribuidoras, em que a largura livre não deve ser inferior a 1,50 m." (Nogueira, 2020, p.28).

Apesar de estipuladas em Decreto-Lei, estas medidas são insuficientes tendo em conta as dimensões de uma cadeira de rodas. A cidade, em particular os seus passeios e vias que se destinam à circulação de peões, não podem discriminar. Uma cidade tem que ser um espaço de integração e de igualdade não podendo de maneira nenhuma esquecer ou ignorar qualquer tipo de pessoa. Cabe a uma sociedade evoluída tentar equilibrar as desvantagens que a vida atribuiu a um determinado grupo de pessoas, logo a Lei deve prever, cuidar e responder a todo o tipo de necessidades que um peão possa ter. O futuro passará por passeios largos, pensados para facilitar a locomoção de todos, de modo que ninguém seja discriminado. Atualmente, como observado na tabela (Tabela 8) a lei está pensada para beneficiar o carro em prol do peão, algo tão referido por Jan Gehl. Para que uma cidade evolua tem que acontecer o oposto. Assim o estacionamento é necessário e deve ser bem pensado, mas nunca sobrepondo-se às pessoas tirando-lhes mobilidade e criando desigualdade (Milhano, 1992 e Nogueira, 2020).

Em suma, os passeios e vias pedonais são elementos estruturantes de uma cidade, essenciais à circulação, que têm que ligar todos os seus pontos importantes. Existem desde a formação das cidades (Gehl, 2010).

O aparecimento do carro trouxe inúmeras vantagens e foi um fator de grande progresso

que transformou as cidades, mas o excessivo "culto do automóvel" trouxe a desumanização ao centro das cidades e à vida quotidiana. Começa a ser evidente que é necessário inverter este paradigma colocando de novo as pessoas como prioridade e defendendo a sustentabilidade.

Assim as cidades têm que se adaptar novamente. Não se trata de ignorar o automóvel, pois não está em questão a sua utilidade, mas de priorizar as pessoas, pensando estacionamentos com fácil acesso aos locais, passeios largos onde seja possível a qualquer tipo de peão circular em segurança e comodamente. Para uma cidade justa e para todos (Figura 282). É importante ter em conta nestes passeios mais largos as árvores, o mobiliário urbano, a iluminação.... Parece que há mais coisas a colocar no mesmo espaço, mas ao reduzir os carros nos centros urbanos e nas zonas onde haja a circulação de peões é possível privilegiar a circulação de forma segura, igualitária e interativa, existindo espaço para estes elementos essenciais (Gehl, 2010).

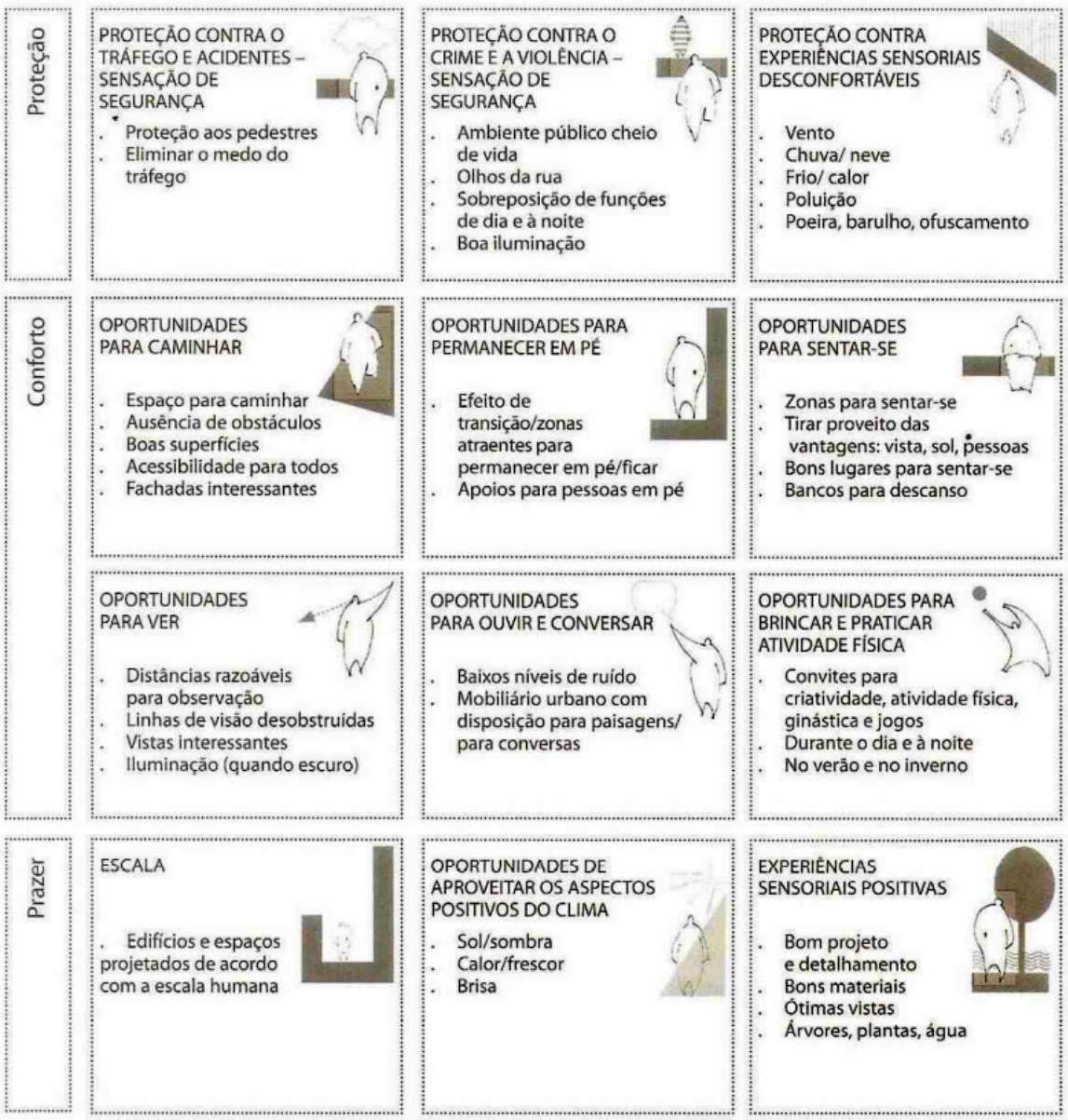


Figura 282 - Critérios de qualidade para o peão. Fonte: Gehl, 2010.

Como nota adicional relativamente aos passeios, por norma em Portugal estes são revestidos a calçada portuguesa e, apesar do grande debate gerado, o facto é que para além da sua resistência e permeabilidade são Património Cultural Português e encontram-se em vários pontos do mundo como em Macau, levados por portugueses. São uma marca muito portuguesa e que por isso deverá ser mantida e preservada, adaptando-se os passeios e os equipamentos de mobilidade (rodas de equipamentos mais largas, calçada sem falhas e recuperada, faixas de circulação com pavimento antiderrapante).

Juntamente com os passeios, as Travessias Pedonais são também essenciais à circulação

de peões, mas são também onde reside uma maior preocupação relativamente à segurança. É aqui que reside o maior conflito entre peões e automóveis sendo necessário definir bem a prioridade. Os locais de travessia devem estar muito bem pensados para que se evitem comportamentos de risco, sendo importante ter em consideração os requisitos que tornam a travessia mais segura e acessível:

> "• Conforto - Garantir que a localização da travessia é a mais conveniente possível para os peões, garantindo a continuidade do percurso pedonal e a ausência de obstruções. Apoiar os peões com mobilidade reduzida através da colocação de rampas no passeio ao nível da via, ou subindo a via ao nível do passeio, assegurando a continuidade do percurso e o conforto.
>
> • Atratividade - As travessias devem situar-se em zonas visíveis e bem iluminadas, garantindo sempre a visibilidade entre peões e veículos.
>
> • Rapidez - O tempo de espera não deve ser elevado, de modo a evitar que o peão adote comportamentos de risco em casos de tempos de espera excessivos.
>
> • Articulação - Deve existir uma adequada articulação entre os vários sistemas, nomeadamente entre o sistema pedonal e os sistemas viário e de transportes públicos. (Nogueira, 2020, p.29).

As travessias pedonais podem ser travessias de nível ou desniveladas. As de nível são as mais comuns nas cidades nas quais o automóvel deve abrandar para que o peão se sinta seguro e livre para circular no meio urbano. Já as travessias desniveladas são comummente usadas onde o tráfego e a velocidade são maiores e a presença do peão não é recomendada, não sendo uma boa opção para a cidade (Nogueira, 2020).

Seja qual for o tipo de travessia deve estar sempre presente o aceso a todos os peões, seja qual for a sua condição, assim é necessário a construção de rampas com a inclinação certa e o nivelamento do passeio com a via para que uma cadeira de rodas consiga circular facilmente.

Travessias Pedonais de Nível: são travessias ao nível da faixa de rodagem, devem obedecer a determinadas regras:

"• A largura normal de passagem deve ser de 4,0 metros. Nos casos em que as velocidades dos veículos e os volumes de peões sejam baixos ou existam restrições físicas inultrapassáveis, pode-se adotar valores na ordem dos 2,5 a 3,0 metros.

• A linha de cedência de passagem deve situar-se a uma distância entre 1,5 e 2,0 metros do local formal da travessia.

• O sinal vertical de passagem para peões deve estar localizado junto à linha de cedência de passagem. Nos casos em que a visibilidade por parte dos condutores não seja a ideal, deve ser colocado um sinal de perigo a uma distância entre 150 a 300 metros da travessia.

• Deve-se garantir que o local da travessia apresenta boa visibilidade por parte dos peões e dos condutores.

• Proibir o estacionamento e as ultrapassagens junto às travessias.

• Em casos de necessidade, prever mecanismos físicos de redução de velocidade na aproximação das travessias (por exemplo, bandas cromáticas).

• Considerar a construção de um refúgio central para peões para travessias com comprimento superior a 10 metros." (Nogueira, 2020, pp.30-31).

Assim, como Gehl defende, a travessia pedonal deve ser feita de maneira direta e sem obstáculos (Figuras 283 e 284).

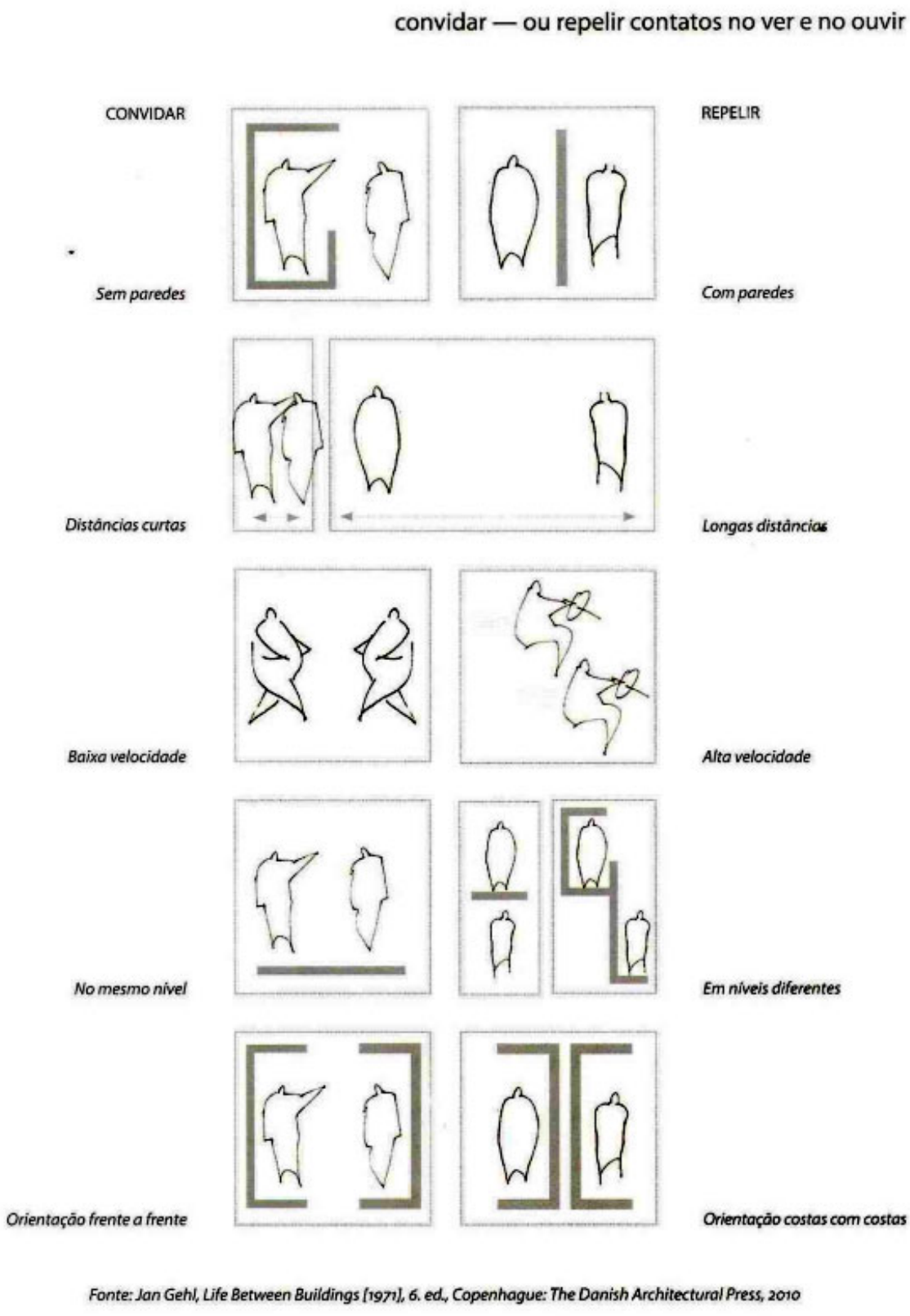


Figura 283- O que afasta as pessoas da circulação e o que convida as pessoas à circulação. Fonte: Gehl, 2010.



Figura 284 - "Reordenamento prioridades, por favor", como ainda acontece e como deveria acontecer. Fonte: Gehl, 2010.

Algumas medidas para melhorar a qualidade e segurança das pessoas na cidade, já são bastante conhecidas:

> "• Rebaixamento dos passeios, de modo a facilitar o movimento dos peões com mobilidade reduzida.
>
> • Utilização de sinais sonoros nos sinais luminosos para informar os invisuais.
>
> • Utilização de elementos táteis para guiamento e alerta dos peões invisuais.

• Instalação de guardas para canalização dos movimentos dos peões a uma distância de 0,50 metros da berma, para evitar toques nos veículos.

• Garantir que as guardas ou outros elementos não limitem a visibilidade.

• Trajetos com canalização o mais próximo possível dos trajetos naturais dos peões.

• Boa iluminação dos locais destinados aos peões.

• Aplicação de materiais antiderrapantes em zonas onde existam problemas de aderência com o piso molhado." (Nogueira, 2020, p.42).

Estas medidas, este cuidado em pensar abordando todas as perspetivas, faz toda a diferença. Assim quando um arquiteto pensa não se pode nunca esquecer que ele próprio é um ser humano e de que forma gostaria de viver na cidade (Gehl, 2010).

3.4 - Reabilitação e Sustentabilidade

A Cidade da Covilhã tem uma enorme história e tradição que vem de há séculos, pelo menos desde 1186 quando o primeiro Foral foi outorgado à cidade. Toda esta história está muito presente nas ruas e ruelas da cidade assim como nas pessoas que nela vivem, seja porque aqui nasceram ou porque a cidade lhes está emprestada. Elas merecem uma Covilhã reabilitada e orgulhosa.

"Sem dúvida que a urbanização não é contínua e que pôde e poderá conhecer pausas e retomas. No entanto, não existe exemplo histórico de sociedades ou de civilizações que tenham sobrevivido a uma "desurbanização".

Até onde poderemos, então, chegar no controlo da metapolização? Tal é uma das questões centrais colocadas à nossa sociedade e à qual é preciso tentar responder sem nos deixarmos cegar pela inquietude ou pela angústia desencadeada, por vezes, pela formação das metápolis e pelas mudanças que elas acompanham." (Ascher, 1998, p.21).

Conhecendo o Passado compreendemos o Presente e desenhamos o Futuro. O Futuro passa pela reabilitação, por uma construção sustentável e pensada. Quando aplicável dependendo do valor patrimonial do imóvel alvo de reabilitação, deve manter e respeitar a sua imagem mesmo que adaptando o interior à sua nova funcionalidade (Ascher, 1998 e Vaz, 2004).

Como se lê no Portal da Habitação

> "Esta ARU constitui a 3ª alteração a uma anteriormente delimitada, e integra um conjunto urbano e industrial cuja intervenção se impõe para a manutenção da identidade da Cidade da Covilhã e para a melhoria da qualidade de vida da população. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba o Centro Histórico da Covilhã (Zona Intramuralhas e Judiaria) a zona envolvente e consolidada de aglomerado urbano antigo e a área industrial abandonada da Ribeira da Carpinteira e sua envolvente, pela importância histórica do património industrial desta área. É prevista uma intervenção urbana integrada, dirigida às infraestruturas, espaços públicos e reabilitação do edificado." (Portal da Habitação, 2019).

É inevitável pensar no Futuro das cidades e da arquitetura sem falar de reabilitação e sustentabilidade. Uma cidade pensada e planificada tem que conhecer a sua História e os edifícios fazem parte dessa História. Para planificar bem uma cidade deve-se levar em consideração o seu Passado e para isto é necessário habitá-la e reabilitá-la. (Rogers, & Gumuchdjian, 1997, Milhano,1992 e Pinheiro, E., 2009)

Os edifícios só cumprem o seu propósito existencial se forem habitados e para tal a reabilitação é fundamental. A importância da reabilitação assenta em muitos fatores como a importância de valorizar o património e conhecer e perpetuar a História local (Rogers, & Gumuchdjian, 1997).

> "Os edifícios deveriam inspirar e compor cidades que celebrassem a sociedade e respeitassem a natureza. Nossa necessidade atual de edifícios sustentáveis oferece oportunidade para repensar a ambição e para desenvolver novas ordens estéticas.

> E poderia ainda proporcionar ímpeto para um novo despertar da profissão do arquiteto." (Rogers, & Gumuchdjian, 1997, p.69).

Reabilitação e sustentabilidade são dois fatores cada vez mais indissociáveis. A reabilitação é um elemento de sustentabilidade, pois recuperar um edifício causa um impacto ambiental mínimo, respeita a envolvente e evita a construção de novos edifícios que poderão impactar a paisagem e não fazem qualquer sentido, visto que existem muitos edifícios a necessitarem de serem reabilitados e habitados. A recuperação de edifícios não interfere com o trabalho criativo de um arquiteto, antes pelo contrário, o desafio está precisamente em adaptar os velhos edifícios às necessidades e conforto atuais (Rogers, & Gumuchdjian, 1997).

Para uma reabilitação ser bem-sucedida é necessário ter em consideração a sustentabilidade e isto passa pela elaboração de projetos energeticamente eficientes e sustentáveis que são adaptados ao edifício existente (Rogers, & Gumuchdjian, 1997 e Pinheiro, E., 2009).

O que é uma casa sustentável? Deverá ter em consideração vários elementos como a iluminação natural, a ventilação natural e os bons isolamentos térmicos, de modo a diminuir a necessidade de sistemas de ar condicionado e de aquecimento. O consumo energético da casa deve passar por painéis solares ou fotovoltaicos, pelo aproveitamento da água da chuva não para consumo, mas para equipamentos de uso doméstico, caso haja muito empenho e bombas de filtragem regularmente inspecionadas, a água da chuva também poderá ser usada para consumo humano. Os equipamentos eletrónicos e a iluminação deveram ser de classe energética baixa (Rogers, & Gumuchdjian, 1997).

Cada vez mais a reabilitação, a sustentabilidade e a tecnologia, ou seja, uma arquitetura que conta com a ajuda da tecnologia para facilitar o quotidiano, são conceitos que se misturam e interligam (Pinheiro, E., 2009).

No caso de uma habitação, a arquitetura sustentável é uma arquitetura que respeita a envolvente e o local, usando materiais da região que serão mais económicos na sua aquisição e transporte, para além de serem resistentes e adaptados às condições do local. Estudando o local e as suas condições climatéricas específicas pode pensar-se uma casa orientada de maneira a garantir a eficiência energética, usando a orientação solar, a proteção do vento, usando barreiras verdes que também protegem do trânsito e da poluição. A tecnologia pode melhorar o conforto da casa, a produção de materiais e a eficiência energética (Rogers, & Gumuchdjian, 1997).

Durante a reabilitação ou construção de projetos deve ter-se em conta, para além dos referidos materiais locais, materiais mais ecológicos e que durante a sua produção tenham pouco impacto ambiental.

Portugal sofre de um grave problema de pobreza energética nas habitações. Apesar do clima ser dos mais amenos da União Europeia, as pessoas continuam a passar calor no Verão e frio no Inverno nas suas próprias casas. As habitações portuguesas não estão preparadas e isso resulta numa baixa qualidade de vida e até em danos para a saúde (Horta, 2020).

Cabe ao arquiteto pensar neste problema e em medidas que o possam resolver. O problema das construções em Portugal reside no envelhecimento natural dos materiais e na falta de manutenção, mas também na falta ou ineficiência dos isolamentos e dos sistemas energéticos instalados.

A eficiência energética dos edifícios está intimamente ligada à sustentabilidade, logo a uma casa bem projetada ao nível do reaproveitamento de água (Figuras 285 e 286), ao aproveitamento de energias renováveis como o sol ou a energia geotérmica, ao isolamento térmico bem pensado (Lusa, 2021 e Milhano, 1992).

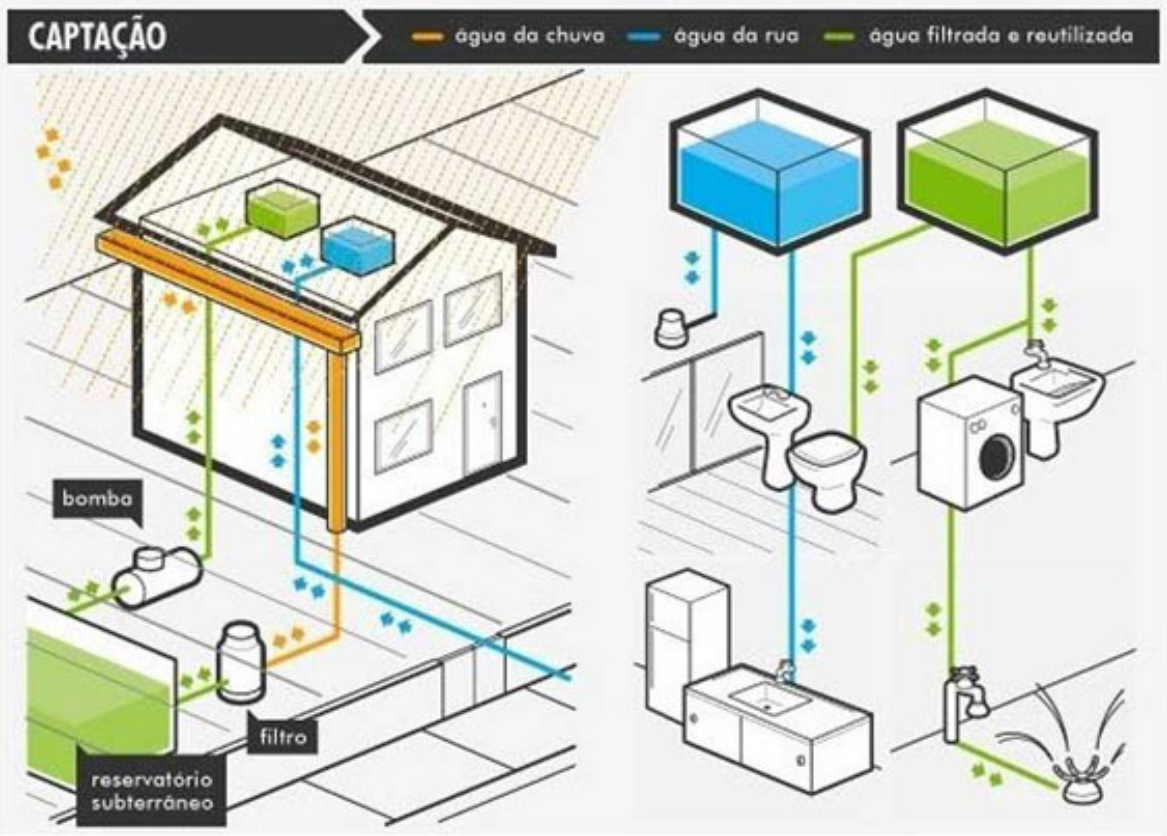


Figura 285 - Esquema de solução para aproveitar água da chuva. Fonte: Arasaki, 2022.

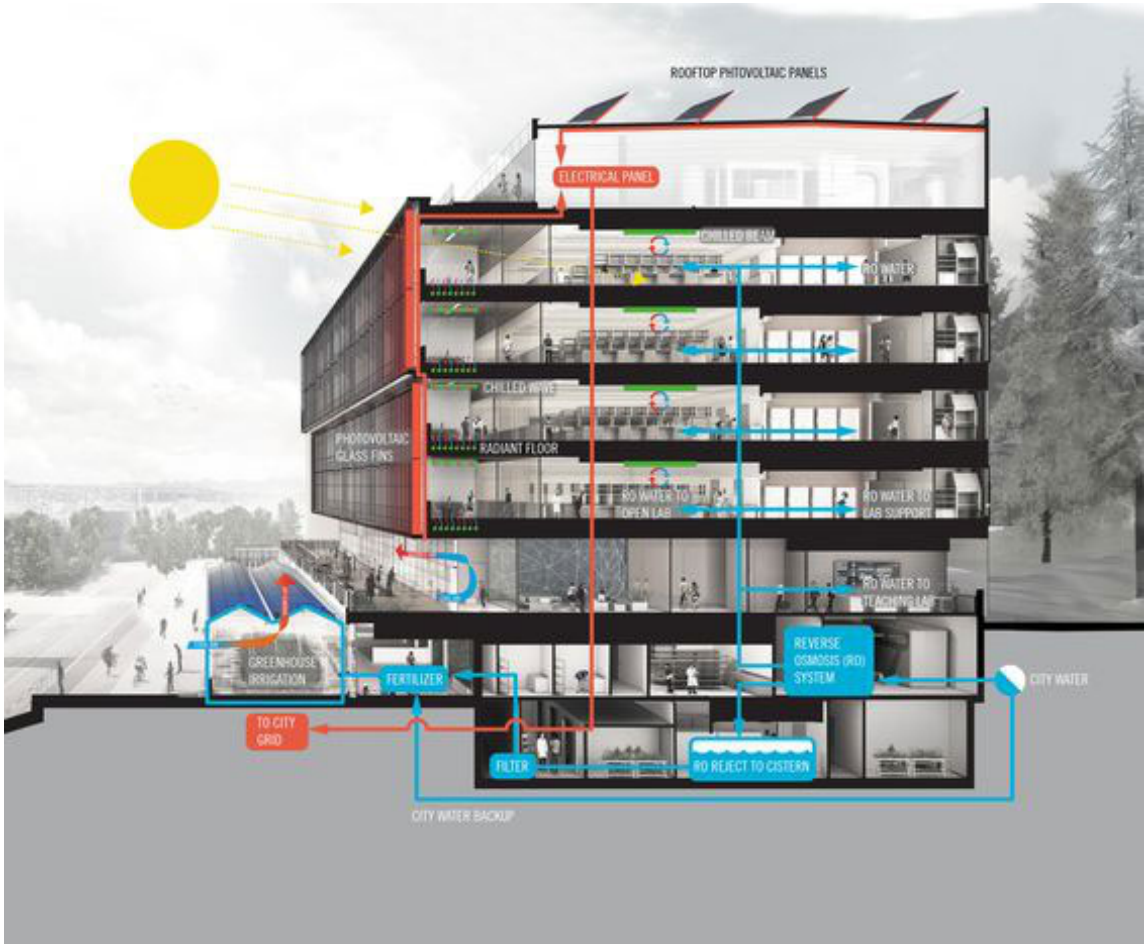


Figura 286 - Esquema de solução para aproveitar água e aquecimento em prédios. Fonte: arch daily, 2018.

Uma boa opção de aquecimento é um sistema de climatização que consiste na captação da energia do solo com a finalidade de a transformar para aquecimento dos edifícios, permitindo ainda o aquecimento de águas.

No Inverno a energia do solo é aproveitada para aquecer e no Verão o calor dos edifícios é transferido para o solo. Para isto são colocados captadores geotérmicos no terreno e dentro de casa é instalado um gerador, para regular a temperatura do interior através de trocas térmicas entre o edifício e o terreno (Pinheiro, E., 2009).

Existem duas formas de captação:

Captação horizontal (Figura 287): os captadores de energia são instalados a uma

profundidade entre os 60cm e os 70cm. É o sistema mais usado por ser mais fácil e económico de instalar. A desvantagem é que precisa de uma área de instalação 1,5 vezes superior à área que se pretende climatizar.

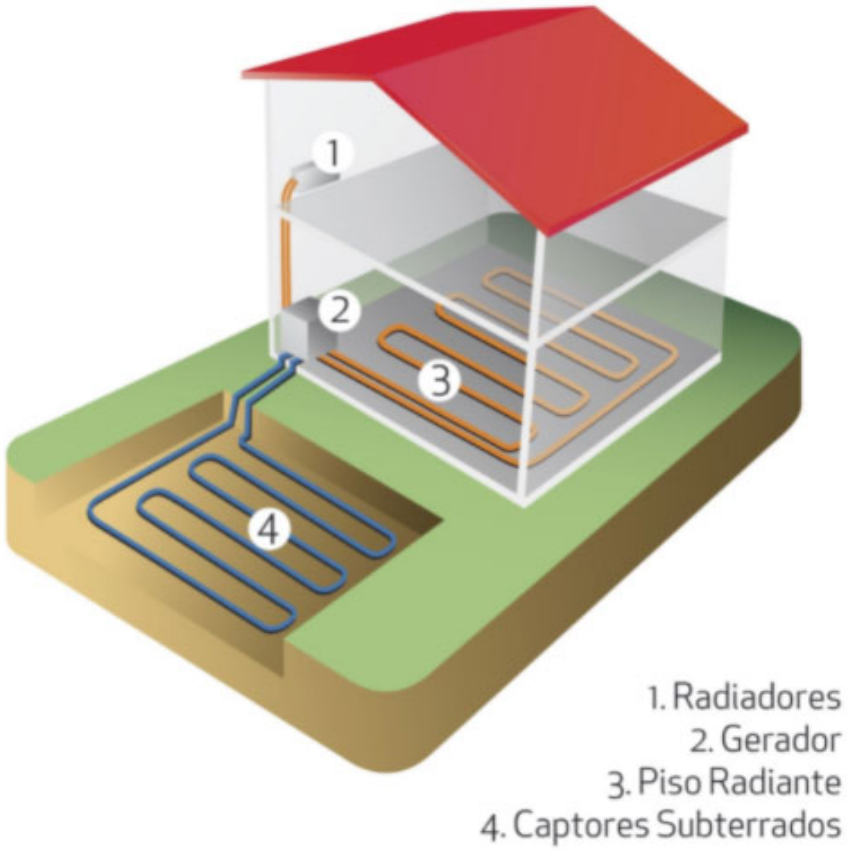


Figura 287- Esquema de Captação Horizontal. Fonte: ENAT – Comércio de Equipamentos e Energias Naturais, LDA.

Captação vertical (Figura 288): este é um método mais eficiente, mas a sua instalação tem um custo mais elevado. A instalação precisa de ter uma profundidade entre os 80m e os 120m sendo possível fazer a instalação em terrenos com menor área.

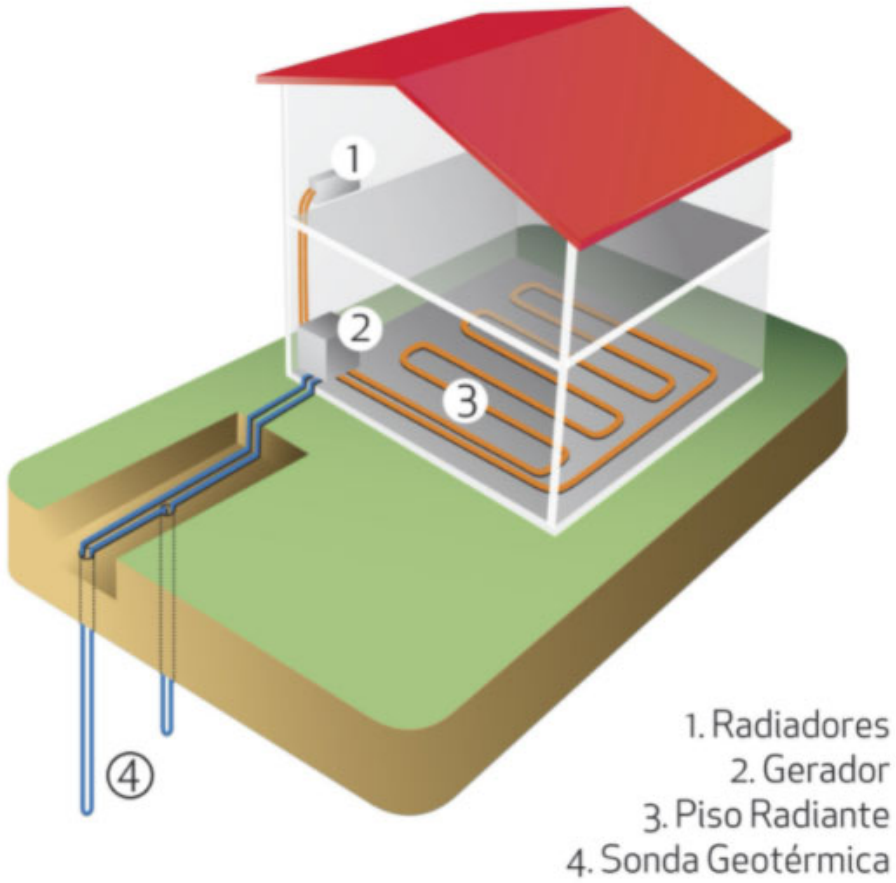


Figura 288- Esquema de Captação Vertical. Fonte: ENAT – Comércio de Equipamentos e Energias Naturais, LDA.

As vantagens principais do aquecimento geotérmico são a poupança que este tipo de aquecimento proporciona, o conforto térmico constante, não dependendo das condições climatéricas exteriores, e a oferta de vários tipos de soluções, como o piso radiante, ventiloconvectores, convectores ou radiadores. É uma opção sustentável. O terreno onde é instalado pode ser ajardinado à mesma, não precisa de cuidados específicos de manutenção, não usa combustão nem produtos inflamáveis para o seu funcionamento, é usada apenas a energia natural da terra e a corrente elétrica. Em casa o aquecimento usa apenas água, o que torna este tipo de aquecimento numa opção segura e ecológica (ENAT – Comércio de Equipamentos e Energias Naturais, LDA).

A Covilhã sofre de um flagelo que infelizmente é comum a muitas outras cidades

portuguesas, que é a degradação dos centros históricos, deixando-os ao abandono, com edifícios e comércio devoluto. Este problema deveria ser combatido através de políticas que promovam a reabilitação e a habitação dos centros históricos, pois são estes que reúnem muitos dos conceitos de arquitetura humanizada e de escala humana. Conceitos defendidos por grandes estudiosos como Jan Gehl e Nuno Teotónio Pereira, entre outros. Algo comum aos grandes visionários da arquitetura e da cidade é o respeito pelo ser humano e isto é indissociável da Natureza e do local, por isso é tão importante pensar de modo ecológico (Gehl, 2010).

> "As cidades são uma adaptação entre direitos particulares e responsabilidades públicas. Em 1768, o arquiteto Giambattista Nolli desenhou um mapa de Roma e, ao colorir os espaços privados, ilustrou tudo o que era acessível ao cidadão. Além das passagens, ruas, praças e parques que pensamos como espaços públicos, ele também incluiu vários espaços semipúblicos: igrejas, termas, prefeituras e mercados." (Rogers, & Gumuchdjian, 1997, p.69).

As obras de reabilitação que se verificam são uma esperança para a reconstrução do Centro Histórico covilhanense, mas ainda há muito trabalho a fazer no campo da reabilitação.

Os edifícios devolutos na cidade provocam curiosidade, interesse e pena em muitos estudantes, habitantes e turistas, por esse motivo existem inúmeras teses, dissertações e trabalhos académicos baseadas na reabilitação de edifícios da Covilhã (Rogers, & Gumuchdjian, 1997).

> "Mas é a massa tridimensional de cada edifício que define o âmbito público, uma contínua e sempre mutável sequência de espaços, que constitui a assinatura da cidade.
>
> Sentimos isto nos espaços apertados das cidades muradas, onde somos conduzidos por estreitas vielas e ruas, para finalmente emergir na dramaticidade de uma praça cívica aberta…" (Rogers, & Gumuchdjian, 1997, p.69).

Numa referência breve a edifícios que necessitam urgentemente de reabilitação, apontam-se as torres icónicas da Serra da Estrela. Apesar de não estarem abrangidas na área de

estudo desta dissertação fica a breve nota, pois trata-se de edifícios icónicos, com uma arquitetura diferente e interessante que podem ter inúmeras finalidades. E a cidade da Covilhã é indissociável da Serra da Estrela...

Propostas esquemáticas de reabilitação de dois edifícios devolutos da Covilhã

Seguem-se duas propostas rápidas para a reabilitação de edifícios devolutos na Covilhã.

A primeira proposta incide sobre um edifício em ruínas na Rua do Comendador Marcelino, localizado entre o n.º 8 e a fonte.

A proposta reabilita a ruína existente transformando-a num edifício unifamiliar com espaço exterior/garagem (Figura 289).

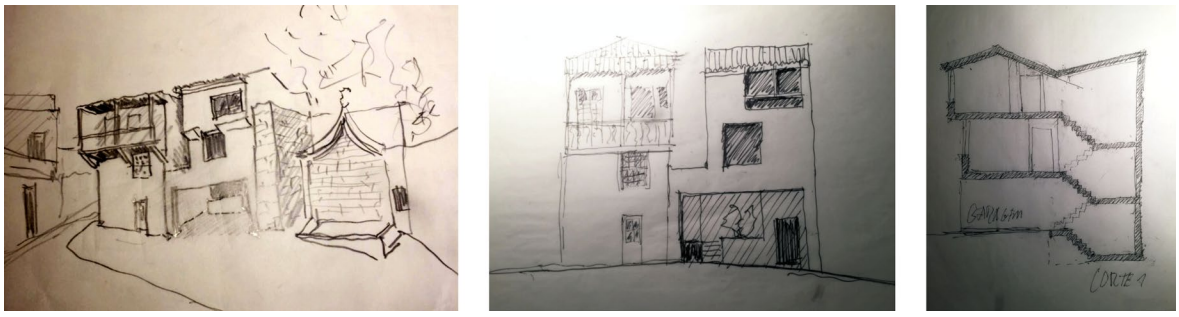
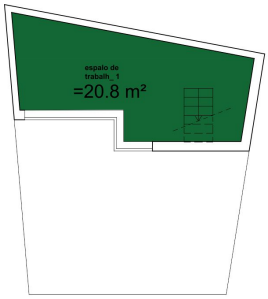


Figura 289 - Esquiços da proposta e esquema dos pisos desencontrados. Autor: Vera Almeida.

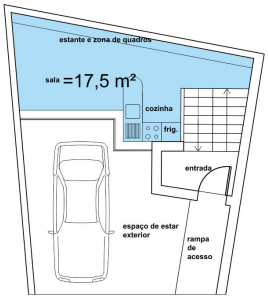
Dada a área de implantação ser muito reduzida e o edifício ter apenas uma frente para a rua, tirou-se partido da construção em altura usando-se um átrio interior para dar luz a toda a casa. A solução de usar pisos desencontrados pretende quebrar a sensação de altura e também criar dinamismo nos espaços e nas entradas de luz. O edifício resultante tem 4 pisos desencontrados, sendo um semi-enterrado, e é composto por uma entrada larga onde é possível estacionar o carro (que pode ser um espaço de uso exterior caso os habitantes não tenham carro), uma sala de jantar com cozinha aberta, uma sala de estar, dois quartos e duas instalações sanitárias.

O Piso 1 é semi-enterrado e é pensado para ser usado como espaço de trabalho (Figura 290).

O Piso 2, de entrada, tem um espaço exterior ao nível da rua que pode ser para estacionamento de um carro e a uma cota ligeiramente mais alta está a sala de jantar com cozinha aberta (Figura 291).



Piso 1

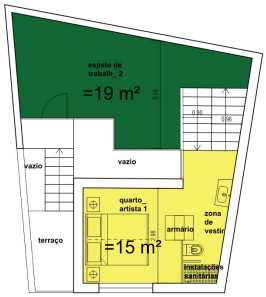


Piso 2

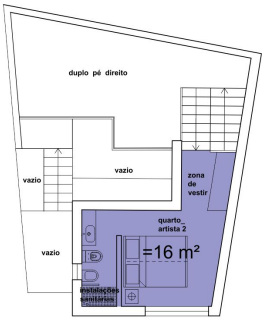
Figuras 290 e 291 - Plantas dos pisos 1 e 2. Autor: Vera Almeida.

O Piso 3 é composto pela sala, de pé direito duplo e a uma cota ligeiramente superior encontra-se um quarto com casa de banho (Figuras 292).

O Piso 4 tem o segundo quarto com casa de banho (Figuras 293).



Piso 3



Piso 4

Figuras 292 e 293 - Plantas dos pisos 3 e 4. Autor: Vera Almeida.

Esta é apenas uma pequena proposta para uma das muitas ruínas que se encontram no centro da Covilhã que, com a sua reabilitação e adaptação às exigências da vida atual, podem promover a ocupação do centro da cidade por pessoas que a habitem o ano inteiro (Figuras 294 e 295).



Figura 294 - Corte e maquetes. Autor: Vera Almeida.

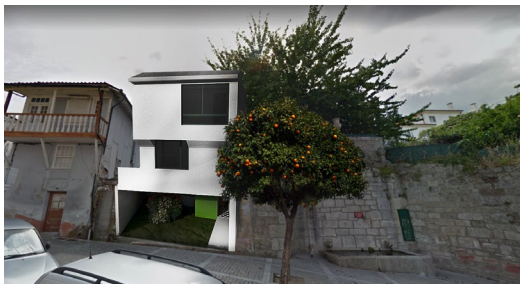


Figura 295 - Montagem. Autor: Vera Almeida.

A segunda proposta de reabilitação incide sobre um edifício classificado que se encontra na Rua de Olivença, 15 a 19. É um edifício mesmo no centro histórico da Covilhã, "colado" à muralha, nas Portas de São Vicente (Figura 296).



Figura 296 - Esquiços da no local e para estudo da proposta. Autor: Vera Almeida.

A proposta para esta reabilitação passa por uma obra que preserva a fachada e aproveita a muralha transformando-a num terraço com uma vista incrível sobre a serra. Nesta abordagem o edifício poderá funcionar como hostel dispondo de um jardim interior, transformando-se assim num espaço de acolhimento para quem visita ou estuda na Covilhã. A muralha, que tantas funções exerceu ao longo da história da Covilhã, passa a ser terraço deste novo espaço e testemunho mais uma vez de uma nova forma de estar.

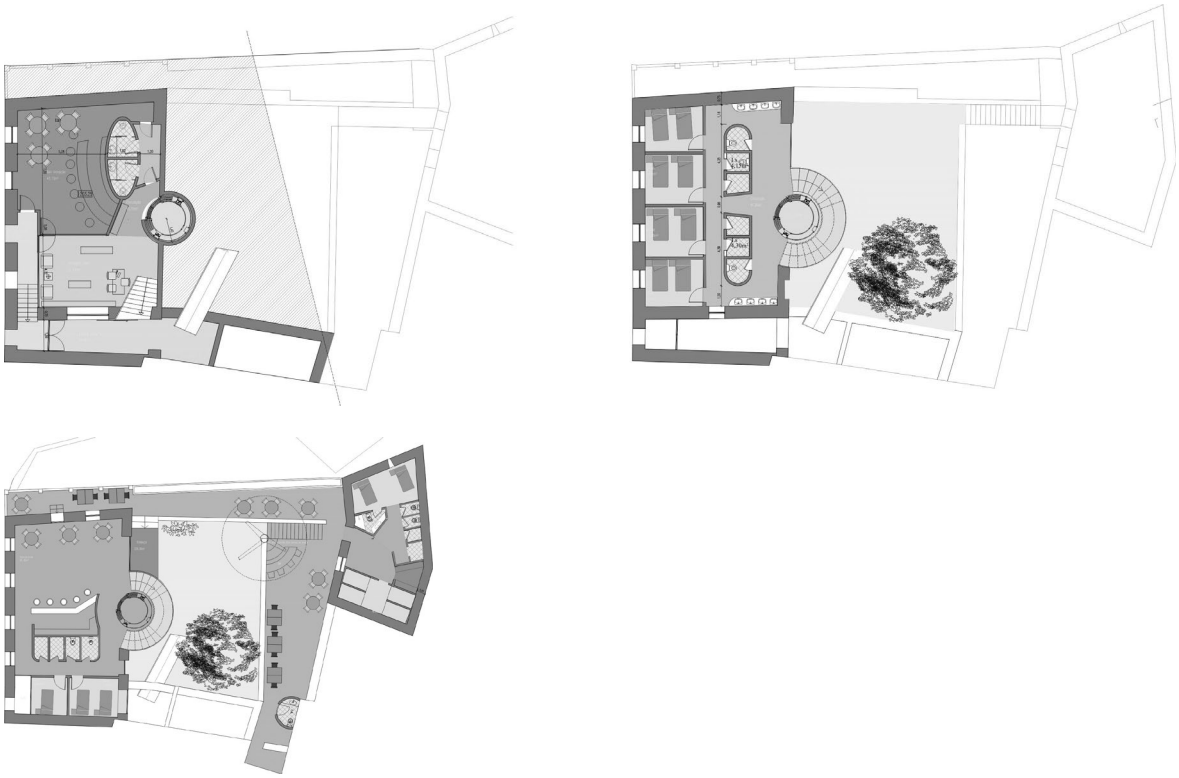
Nesta reabilitação explora-se o desnível do terreno em 3 pisos, sendo o piso de entrada

com menor área (Figuras 300).

Piso 1 (de entrada) – Pequeno espaço para café/bar e zona separada para receção (Figuras 297).

Piso 2 – 4 quartos e instalações sanitárias comuns (Figuras 298).

Piso 3 – 2 quartos, instalações sanitárias e restaurante com acesso a um espaço de estar exterior e ao terraço sobre a muralha (Figuras 299).



Figuras 297, 298 e 299 - Plantas dos pisos 1, 2 e 3 respetivamente. Autor: Vera Almeida.



Figura 300 - Montagem. Autor: Vera Almeida.

Uma cidade sustentável é em grande escala aquilo que já deve ser em pequena, isto é, com uma arquitetura que respeita o local, o clima e as condições próprias da região.

A escala humana tem que ser respeitada, para tal é importante pensar e interpretar a vivência da cidade. É essencial que seja acessível e inclusiva, com população intergeracional para a troca de ideias e para a evolução pessoal de cada habitante (Gehl, 2010).

As vias de acesso são vitais em qualquer cidade e devem ser pensadas de maneira a serem intuitivas e responderem às necessidades da cidade, que variam consoante a sua escala, clima, localização e tipologia da malha urbana (Ascher, 1998).

Os acessos têm que ser pensados de modo a permitirem a fácil circulação pedestre e de transportes suaves. Dentro da malha urbana o peão é prioritário e os acessos são facilitados e seguros. O carro apesar de poder aceder ao centro não é priorizado como atualmente acontece em muitas cidades. Mas tudo tem que ser pensado, não se pode apenas exigir sem oferecer soluções. Os estacionamentos com fáceis ligações a transportes, os meios de acesso que permitem vencer barreiras como as existentes na Covilhã, dado o declive que a localização em encosta proporciona, levou Teotónio Pereira a oferecer uma solução que passou por funiculares e elevadores urbanos (Gehl, 2010 e Vaz, 2004).

Os acessos, para além de serem adaptados ao terreno e às necessidades do local, têm que abranger todas as pessoas. Estes acessos devem ser intuitivos e o caminho que oferecem o mais direto e fácil, pois é do ser humano ir pelo caminho mais curto e contornar os obstáculos da forma mais intuitiva. Os percursos pensados de maneira a oferecerem sombra, iluminação, segurança, para além de interatividade através de um comércio vibrante e de obras de arte públicas (Gehl, 2010 e Vaz, 2004 e Milhano, 1992).

A cidade tem que oferecer vários espaços verdes que promovam a vida exterior em contacto com a natureza. Estes espaços devem ser cuidados, vigiados de modo a promover a sua preservação. Barreiras verdes poderão ser usadas para definir divisões entre peões e estradas, assim como para separar vias de automóveis (Gehl, 2010).

Todas estas medidas que valorizam a cidade devem ser aliadas às tecnologias para facilitar a tarefa de tornar a cidade ecológica, intuitiva, segura e acessível. Termos como cidade inteligente e cidade verde (Figuras 300 e 301), que no fundo querem dizer o mesmo, uma cidade bem pensada em todos os aspetos. Independentemente da temática em que mais se foquem, estas diferentes maneiras de pensar a cidade (que acabam por ser a mesma) são indissociáveis umas das outras e, para que o propósito de uma cidade seja eficazmente

cumprido, dever-se-á pensar no espaço urbano como um todo e não um espaço compartimentado. Assim como os conceitos devem associar se uns aos outros, trabalhando em conjunto para melhorar todos os aspetos de uma cidade, não se deve cair no erro de pensar um espaço urbano focando-se apenas num só termo (Gehl, 2010 e Vaz, 2004).

Usando as tecnologias poder-se-á promover a ligação por wifi da cidade, aumentando o número de pessoas com acesso aos recursos da Internet, como já acontece em alguns locais. Podem ser criadas apps que facilitem os transportes, podendo inclusive estas apps ser universais (ou pelo menos serem as mesmas para todo o território Português). A videovigilância é cada vez mais uma opção viável para a segurança (Ascher, 1998).



Figura 301 - Exemplo de smart city, Copenhagen, Dinamarca. Fonte: Stott, 2016.



Figura 302 - Mobilidade de Copenhagen, Dinamarca. Fonte: Stott, 2016.

3.5 - Turismo

O turismo é um indicador da evolução da qualidade de vida.

É impulsionador para uma cidade pois, para além de ajudar a economia local, o que é essencial para as cidades, valoriza o seu património cultural. Por isso o Futuro conta com

o turismo para a sua construção. Portugal tem imenso potencial turístico e a Covilhã é uma Cidade com muita História, com um incrível património industrial, com uma beleza natural aliado a proximidade à Serra da Estrela, o que torna a Cidade um polo muito interessante para o turismo (Rogers, & Gumuchdjian, 1997).

A ideia consiste no que já acontece em outras cidades. Conciliar o turismo como os moradores locais. Na Covilhã, para além dos moradores também existem os estudantes, e é nesta interação entre turismo, comércio, habitantes locais e estudantes que reside o Futuro de uma Cidade próspera (Gehl, 2010).

Atualmente poderá dizer-se que a Covilhã é uma cidade intergeracional, pois nela coabitam os covilhanenses com os jovens estudantes numa interação muito benéfica para as pessoas e para a Cidade. Traz consigo troca de conhecimentos e de experiências. Por um lado, os habitantes locais contribuem com a sua sabedoria e conhecimento, por outro lado os estudantes trazem dinamismo e juventude à Cidade. É esta troca de vivências que se mostra muito interessante. Espera-se que se mantenha habitação de moradores locais vizinhos de estudantes e com turismo (Gehl, 2010 e Vaz, 2004).

Como a Covilhã tem muito potencial em várias vertentes a nível turístico, poder-se-iam criar percursos turísticos temáticos que podem ser aliados a um jogo interativo. Por exemplo haveria o percurso industrial com uma rota que passa por várias fábricas importantes para a Cidade. Mesmo que a fábrica tenha atualmente outra função passa-se pela fachada onde haveria uma placa com uma breve descrição e um código que daria acesso a um artigo e imagens da época da fábrica. Poderia haver também um jogo onde o objetivo era fazer o percurso e em cada fabrica haveria um "quiz" ganhado um ponto - no final haveria um pequeno prémio a quem cumprisse o percurso. Uma das fábricas do percurso poderia ser reabilitada para uma experiência imersiva onde se via e sentia o clima de uma fábrica. Esta ideia transpõe-se para os outros percursos: arte nova, judiaria, etc (Pereira,2009).

A Câmara da Covilhã já está a ir um pouco nesta direção disponibilizando folhetos com percursos. Com esta intervenção os percursos seriam interativos e haveria mais divulgação nas placas da Cidade, possibilitando que uma pessoa, ao andar na Cidade, comece a fazer os percursos de forma quase intuitiva.

Outro ponto que poderia ser trabalhado no Futuro turístico da Covilhã são os pontos de aluguer de bicicletas. É algo bastante comum em outras cidades, como em Lisboa. Na Covilhã, apesar de existirem pontos de bicicleta, estes estão sempre vazios. Seria interessante o Departamento de Mobilidade da Câmara dedicar-se ao aluguer de

bicicletas, com responsáveis pela sua manutenção. Seguindo o exemplo de cidades como Lisboa, uma app da cidade (que até poderia ser a mesma app para todo o País, facilitando o acesso a bicicletas em qualquer cidade) permitiria o aluguer de bicicletas e forneceria mapas com sugestões de percursos. Assim um visitante da cidade poderia ficar a conhecê-la de bicicleta percorrendo os seus pontos mais interessantes. Quanto aos residentes, poderiam alugar as bicicletas mensalmente. A UBI já tem um programa de aluguer de bicicletas, mas ainda tem que melhorar. A ideia seria facilitar o aluguer de bicicletas de maneira acessível para todos, quer a um turista que quer usar a bicicleta por um dia ou dois, quer a um habitante que queira alugar a bicicleta regularmente. Esta medida promoveria uma cidade mais verde e com mais mobilidade para todos (Gehl, 2010 e Pinheiro, E., 2009).

Seguindo o exemplo da "New Hand Lab", onde numa antiga fábrica é promovida a cultura sem esquecer o Passado e a íntima ligação à Covilhã, poderia o Futuro da Covilhã passar pela reabilitação das zonas ribeirinhas integrando-as na cidade, criando percursos ao longo das ribeiras, com passadiços que permitam percorrer essas zonas e vencer os desníveis que existem entre o Centro Histórico e as ribeiras (Gehl, 2010).

Atualmente e devido ao crescimento da cidade e às características do terreno, as ribeiras estão pouco integradas. O Programa POLIS tentou precisamente integrar as ribeiras na cidade, mas as propostas não foram bem conseguidas e muito ficou ainda por fazer, como no caso do Jardim da Goldra.

Passados vinte anos é possível avaliar o que correu bem e o que correu mal e com base nisso fazer uma nova proposta, com a criação de passadiços e percursos de mobilidade suave, ligando o Centro às ribeiras, criando na zona ribeirinha percursos onde se contacta com o natural e se podem ver as fábricas. As fábricas despertam um enorme interesse e, devido às suas características arquitetónicas, são edifícios de uma grandeza que merece reabilitação e valorização.

Este percurso passaria ao longo das ribeiras, por exemplo ao logo da Ribeira da Carpinteira. Para apreciar a beleza natural, seria executado em passadiços, passaria por baixo da Ponte da Carpinteira, pela "New Hand Lab" e por uma ou outra fábrica que seria recuperada e onde funcionaria uma fábrica interativa, onde o visitante via as condições de trabalho, as máquinas, como era a vida numa fábrica, uma espécie de recriação da época industrial. E por outra recuperação de um edifício industrial que poderia ser um café/restaurante. Resumidamente, a ideia seria recuperar o património industrial com o intuito de fazer percursos interativos e educativos pela natureza e ir conhecendo a história industrial da Covilhã (Pinheiro, E., 2009).

O percurso pela Goldra passaria pelo Museu dos Lanifícios, pelo Jardim da Goldra, poderia ter vários níveis de dificuldade, sendo mais curtos ou maiores. Nos mais extensos poder-se-ia passar pela Judiaria da cidade e por um Bairro Operário, em pontos de interesse haveria placas com uma breve descrição do local.

Os passadiços e respetivas placas poderiam ser feitos com o material da marca "Extruplás" (ou outra marca semelhante) que recicla plástico e o transforma num material resistente com aspeto de madeira e que já é usado para o fabrico de placas e passadiços em vários locais, incluindo algumas placas na Serra da Estrela (Rogers, & Gumuchdjian, 1997).

Estes percursos seriam promovidos nacional e internacionalmente e ligariam a Covilhã à Serra da Estrela. A ideia base para estes percursos seria ligar a Serra da Estrela à Covilhã, com passadiços que permitam fazer caminhadas mais ou menos extensas e assim incluir a Cidade no turismo já conhecido da Serra da Estrela. É também inspirado na ideia das Levadas da Madeira (Figura 302).



Figura 303 - Imagem das Levadas da Madeira. Fonte: Quintal, 2010.

São meras propostas de possibilidades para explorar o potencial turístico da Covilhã. O turismo valoriza a cidade e impulsiona a economia. A Covilhã não é só um local de passagem para a Serra da Estrela, é uma Cidade com características naturais e arquitetónicas que devem ser exploradas, aliando o turismo na Serra a Estrela à histórica Cidade da Covilhã.

Ao analisar a Cidade, o que é feito atualmente a nível de turismo, e vendo o seu potencial, foi pensada uma forma de melhorar e valorizar a Cidade, através de percursos e de ideias para espaços que atualmente se encontram devolutos, integrando-os num percurso turístico que valoriza a Cidade e o seu património (Rogers, & Gumuchdjian, 1997).

> “Os pioneiros do movimento moderno - Frank Lloyd Wright, Le Corbusier, Mies van der Rohe, Nervi, Alvar alto, Buckminster Fuller, Lubetkin, Prouvé - voltaram-se para técnicas industriais e novas formas, porque estas ofereciam liberdade e a perspectiva de melhorias sociais. Hoje, o enorme potencial destas técnicas é aplicado para um único objetivo: lucro. Basta olharmos de perto a um empreendimento comercial médio e veremos quão pobre ele é. Depois de um século de melhorias, as construções metálicas ou de concreto nunca tiveram custos tão baixos, nem foram construídas com tão poucos recursos'. Estas estruturas estéreis, com suas modernas fachadas clássicas, neo-vernáculas, como se escolhidas a partir de um catálogo de fachadas, não têm qualquer ligação com a comunidade ou o lugar. Edifícios de todos os tipos são embrulhados e padronizados. Escolhem-se os arquitetos em função de seus honorários, e não pela qualidade de seu trabalho. A profissão está condenada a realizar a maior área pelo menor custo, no menor tempo possível' e a vestir' fachadas com qualquer estilo que seja possível 'aparafusar'. Estes edifícios são verdadeiras estruturas que desperdiçam energia e são responsáveis pela metade do consumo anual de energia do mundo.” (Rogers, & Gumuchdjian, 1997, p.68).

Uma pequena referência ao comércio e como poderá ser o seu Futuro.

A aposta seria no comércio local e tradicional assentando em medidas promovidas pela Câmara para promover e atrair o comércio de rua. Isto poderá passar por rendas controladas para o comércio e pela atração de mais comerciantes para a zona histórica, para que as atuais lojas devolutas sejam ocupadas. Como está tudo interligado, ao conseguir melhorar a mobilidade e trazer mais pessoas a andar na rua, aliando as reabilitações que trazem mais habitantes e o turismo que traz mais visitantes, haverá mais clientes. Um local de comércio só funciona se tiver fácil acesso e muito movimento de passagem, porque o ser humano vai aos locais que conhece e porque ao ver cobiça. Assim melhorando uns campos prosperaram outros que talvez só precisem de um impulso de medidas de estímulo (Rogers, & Gumuchdjian, 1997).

Conclusão

A esperança reside em que o mundo continue a evoluir. Quando se pensa ou diz "antigamente é que era" revela-se pouco conhecimento do Passado ou falta de esperança no Futuro. Porque a sociedade, com as suas dores de crescimento, as suas dificuldades, a evolução que antecede a um retrocesso, apesar de tudo, mal ou bem, vai evoluindo e caminhando na direção certa. E a cidade é o palco de tudo isto. Em pequena escala é o cenário onde vivemos, crescemos, somos felizes e infelizes. Onde se realizam as nossas interações, onde vemos e somos vistos. Em grande escala é palco dos grandes acontecimentos históricos, das revoltas, manifestações, conquistas, exposições, representações dos mais diversos sentimentos. E comum a tudo isto, independentemente de ser épico ou quotidiano, está a arquitetura. Está lá sempre presente, sempre como cenário e por isso é tão importante e fundamental que seja bem pensada.

A cidade, a casa, os edifícios, são o cenário de toda a vida do humano e o palco de todos os acontecimentos que desenham a História e traçam o Futuro. Assim o Futuro da cidade passa por pontos chave e incontornáveis, como a sustentabilidade e o respeito pelo Mundo para que ele nos respeite a nós. Só dando é que recebemos.

E assim, talvez de maneira utópica ou sonhadora, é pensado um Futuro para a Covilhã. Tendo por base grandes arquitetos, estudando exemplos, respeitando o comportamento humano e a forma como o espaço urbano com ele interfere diretamente. Estudando de modo geral em grande escala para que depois se possa aplicar numa escala menor e com exemplos práticos, a forma como uma Cidade, que tem tudo, pode melhorar e tornar-se uma referência Mundial de um local onde é bom viver.

Este último capítulo pretende, depois de uma grande viagem ao Passado, de ter observado o Presente e estudado nomes de referência como Jan Gehl, Richard Rogers, Francois Ascher entre outros, identificar alguns problemas da Covilhã e propor pensar em soluções.

Este é um capítulo de grande complexidade, tendo a perfeita noção de que muito ficou por dizer ou referir e que o Futuro é um lugar desconhecido, tentou-se começar por pensar num local onde qualquer um de nós gostaria de viver, um lugar que se acredita que será mais verde, sustentável, que dará as mesmas oportunidades, um lugar que promova a igualdade de todo o tipo. Depois da elaboração deste capítulo ficam muitas questões, algumas ideias e a plena consciência que ainda há muito por estudar, por conhecer, por pensar e fazer.

Já se começaram a mudar mentalidades, caminhos já foram traçados, algumas soluções

encontradas, visionários começaram a pensar como gostariam de viver e atreveram-se a idealizar. Essas idealizações finalmente começaram a ser postas em prática e começou-se a desenhar o Futuro que espreita em cidades de todo o Mundo.

O caminho ainda é longo e existe a noção que a História é feita de avanços e recuos. Mas também existe a esperança de que Futuro será cada vez melhor, e de que o ser humano passe a respeitar a natureza e a ser a prioridade na cidade. Porem fica também a dúvida se isto é apenas utopia, simples trabalho académico que não tem nenhum impacto nem qualquer ligação com a realidade. Fica a dúvida, mas também a esperança.

Considerações Finais

Com a elaboração desta dissertação ficou bastante presente a importância que os acontecimentos históricos têm numa cidade e a forma como influenciam a malha urbana, e como tudo isto é facilmente contado através da arquitetura.

Quando o tema desta dissertação foi proposto, o objetivo era conhecer melhor a Covilhã. Entender como a sua história interferiu na Cidade e a forma como podia ser contada através da arquitetura. Durante a realização da mesma, foi ficando cada vez mais clara a importância que o Passado tem para o desenvolvimento de todos os espaços urbanos. Mas também ficou bem patente a imensidão que é a História de uma cidade, e muitos factos tiveram que ficar de fora, sendo difícil por vezes conseguir largar algum tema para poder prosseguir para o próximo, pois o objetivo era fazer uma viagem no tempo de maneira rápida, para ser possível entender o Presente que vivemos.

No capítulo do Passado, que foi o que originou toda a curiosidade para a escolha deste tema, faz-se uma análise agora à luz do conhecimento histórico. Este capítulo tornou-se fascinante devido à grandeza que o tempo tem ao esculpir a sociedade, refletindo-se em todas as suas vivências, nomeadamente na arquitetura, que é o palco de toda a encenação do quotidiano.

Foi especialmente fascinante ver como a cidade se transforma e como as prioridades

mudam ao longo do tempo. Como está evidenciado no caso da Universidade da Beira Interior que funciona em muitos edifícios que em tempos foram fábricas. Nestes edifícios trabalhava-se sem condições e sem esperança em algo melhor. A abismal desigualdade social estava representada nos modestos primeiros bairros operários em oposição aos luxuosos palacetes. Nessas mesmas fábricas desenha-se agora o Futuro e a esperança de muitas pessoas. Os Bairros Operários são valorizados devido à sua localização, que ocupa agora uma nova centralidade. Os palacetes, alguns felizmente habitados, outros com novas funções, e outros ainda à espera impacientemente de recuperação, à espera que a sua arquitetura marcante e representativa de uma determinada época seja valorizada, como é o caso do Palacete Jardim. É também interessante observar a forma como a muralha foi usada ao longo dos séculos. Um elemento considerado essencial à sobrevivência da Cidade, que originou fábricas e que é atualmente o terraço de algumas habitações.

Estas são apenas algumas demonstrações da força que o tempo e as prioridades da sociedade têm em cada momento.

Ao estabelecer a ligação entre o capítulo do Passado e o do Presente foi nascendo a esperança no Futuro. Este poderá ser mais humano, mais sustentável, estabelecendo uma ligação entre a Natureza e o ser humano com respeito, em que cada humano tenha uma vida com qualidade na qual a arquitetura e a cidade interferem diretamente. Fica a esperança de um Futuro melhor sem esquecer o Passado.

O Futuro da Covilhã deveria passar por uma cidade que cresce e melhora dia após dia. Uma cidade mais humana, mais sustentável, com mobilidade e acessibilidade a todos, uma cidade que não exclui, que respeita o ambiente, as caraterísticas do terreno, do local, do clima.

Como em outra cidade qualquer, para que esta se desenvolva é necessário estimular a economia. A Covilhã pode e deve apostar em cinco frentes:

- A Universidade, o Turismo, a Reabilitação, as Acessibilidades, os Espaços Verdes

A Universidade

A Universidade da Beira Interior é sem dúvida um fator de crescimento, transformação e prosperidade que trouxe à Covilhã uma nova vida e um novo futuro.

A Universidade traz alunos e professores que movimentam a economia local através do arrendamento de casas ou quartos, do aumento do comércio nas papelarias, nos mercados, nas lojas de roupa ou informática, nos cafés e bares. Todos estes serviços são

favorecidos e promovidos pelo movimento que a Universidade traz à cidade.

A interação entre as novas ideias dos estudantes vindos de outras partes de Portugal e do mundo e o conhecimento dos habitantes locais é fonte de vitalidade e construção de futuro.

A cidade está bem consciente desta mais-valia e tem acolhido muito bem a Universidade.

Turismo

Não é possível falar da Covilhã sem referir a Serra da Estrela. Conhecida tanto em Portugal como no estrangeiro, a Serra é uma referência a nível turístico, mas desenquadrada da Covilhã como se esta estivesse de costas voltadas para a Serra.

O turismo é uma mais valia para a cidade e pode trazer crescimento económico a todos os níveis, sendo que atualmente a Covilhã não tira partido das maravilhas naturais de que dispõe. É essencial, a cidade começar a ligar-se à Serra, a promover o turismo, um turismo que respeita a natureza.

Para tal ficam algumas sugestões:

- a contratação de mais guardas florestais para a preservação da natureza, dos percursos e para auxilio ao turismo;

- a reabilitação e promoção de bungalows para arrendamento a turistas na Serra;

- a criação e divulgação de circuitos naturais que podem ser feitos a pé ou de bicicleta (atualmente já existem alguns mas estão pouco divulgados e carecem de manutenção);

- a criação de pistas cicláveis e pistas que permitam caminhadas na Serra. Inclusive ligar a Serra ao centro da Covilhã com uma pista que permita fazer os percursos a pé (seria uma longa caminhada, mas haveria quem a fizesse);

- o estímulo à criação de empresas com guias turísticos, com passeios organizados pela Câmara que ligam a cidade à Serra; e a exploração dos acessos à Serra por transportes que levem os visitantes até à Serra a partir da Covilhã, como por exemplo o aluguer de carros para passeios ou autocarros que que façam o percurso Covilhã/Serra.

É importante deixar bem patente a importância que é ligar a cidade à Serra.

Outros fatores a ter em conta quando se pensa na Serra da Estrela são:

- a reabilitação das casas existentes na Serra;

- a reabilitação das duas torres de observação existentes na Serra da Estrela dando-lhes

uma nova função (nesta dissertação existe uma pequena proposta para estas torres – uma continuaria a funcionar dedicada à GNR mas reabilitada e com condições, a outra teria uma função lúdica, aberta ao público com um café panorâmico e um observatório interativo para crianças e graúdos).

- e o destino a dar à casa existente próximo das torres. Poderá ser reabilitada atribuindo-se uma função como por exemplo o arrendamento a turistas, ou ser demolida, caso não exista a possibilidade de reabilitação.

Não tem cabimento a Serra estar tão maltratada com edifícios devolutos ou sem condições.

É importante também que haja

- maior oferta e diversidade de comércio e cafés na Serra;

- um posto de turismo, que disponibilize aluguer de bicicletas e faça a divulgação de percursos de carro, de bicicleta ou a pé;

São sugestões que sem dúvida significam um investimento inicial, mas que podem ser também um estímulo à iniciativa privada e que iriam elevar muito o potencial turístico da cidade trazendo-lhe um retorno duradouro a todos os níveis.

Ligando a cidade à Serra aproveitando o turismo, passaria a haver mais emprego, mais comércio, mais reabilitação, mais habitantes, mais riqueza para a cidade que ficaria muito mais valorizada.

A cidade está agora virada apenas para a Universidade como fonte de rendimento e prosperidade, mas isto pode e deve ser complementado e o turismo é sem dúvida o complemento perfeito para uma cidade que tem um dos patrimónios naturais mais bonitos de Portugal.

O turismo pode e deve ser uma aposta de Portugal. O país tem imenso potencial turístico com serra, praia, planícies, sol, bom tempo, boa comida. Tudo isto faz de Portugal uma referência para o turismo, e com a visão certa, as políticas certas, o turismo em Portugal pode não ser apenas uma “moda” mas sim uma referência mundial. A par com outras atividades faz crescer a economia e valoriza o país.

A Covilhã dispõe de tudo para apostar no turismo, como está refletido no existente interesse por parte das pessoas em visitar a cidade, mesmo não havendo grande investimento nesta área. Isto reforça a ideia de que com mediadas de incentivo e boa gestão da Câmara, poderá o turismo ser uma grande mais valia.

Sendo feita a ligação entre turismo de montanha e a cidade da Covilhã poder-se-ia

também reabilitar e aproveitar o seu património industrial, promovendo um turismo histórico e científico.

Reabilitação

Como é referido várias vezes nesta dissertação, a reabilitação do imenso património industrial da Covilhã é vital para que a cidade se valorize.

Reabilitando as fábricas, umas poderiam ser museus interativos onde se aprende a história de criatividade, empreendedorismo e trabalho que deu riqueza à Covilhã, ou se aprenderiam as ciências da água, do tratamento das lãs e outras ciências e tecnologias ligadas à cidade.

Outras reabilitações de fábricas poderiam ter uma nova função de habitação, comércio ou indústria, mas mantendo os traços da fachada original, como uma homenagem à indústria, tendo inclusive uma placa na fachada com uma descrição do foi em tempos o edifício.

Outras fábricas seriam reabilitadas mantendo o "espírito" de fábricas, mas funcionando como cafés ou restaurantes temáticos, e ainda noutras poderia ser criada uma experiência imersiva em que o visitante sentia como era trabalhar numa fábrica.

Ligando estas reabilitações à aposta no turismo, todas estas fábricas fariam parte de percursos.

Seriam percursos interativos que passariam junto das ribeiras e pelas fábricas. Estes percursos estariam disponíveis numa aplicação da Câmara permitindo a quem quisesse fazer os percursos de maneira autodidata e espontânea, havendo também a possibilidade de os percursos serem feitos com guias turísticos. Na cidade seriam colocados alguns placards com informação e os diversos caminhos estariam devidamente assinalados. Seriam criados passadiços ao longo das ribeiras. Já houve alguma coisa feita neste sentido mas os percursos existentes atualmente estão mal assinalados, há pouca informação.

Nestes novos percursos integram-se as fábricas, criam-se caminhos junto às ribeiras ligando as fábricas que estariam reabilitadas e com novas funcionalidades.

Com isto a Covilhã pode valorizar-se, criar mais e novos empregos, atrair e reter uma nova população.

Não há dúvida do enorme potencial que a Covilhã oferece, mas tem também ainda muito a melhorar. No centro histórico existe muito a fazer a nível de recuperação. A Câmara deveria criar medidas de incentivo à reabilitação do centro histórico e incentivo à

habitação, temporária (de estudantes) mas também permanente (de habitantes locais) assim como é fundamental promover o comércio de rua. O comércio local traz vida e segurança, isto deve ser estimulado.

Um ponto fundamental é a reabilitação dos edifícios devolutos na Covilhã. Já existe alguma coisa a ser feita, mas também ainda há muito mais a fazer.

Percorrendo o centro histórico vê-se o flagelo que é o abandono de habitações e espaços comerciais. Atualmente o centro histórico da Covilhã sofre do mal de muitas outras cidades Portuguesas que é o abandono dos centros, isto tem que ser combatido. Uma cidade foi feita para ser habitada e para tal tem que haver medidas que incentivem a reabilitação e a ocupação dos centros, como os incentivos à reabilitação dos edifícios, rendas controladas, incentivos ao comércio local. A qualidade de vida iria melhorar muito se as pessoas tivessem a possibilidade de habitar o centro e de se deslocarem facilmente a pé para qualquer lado, o que também reduz as emissões de CO_2.

Estas reabilitações devem ser promovidas e feitas apostando na sustentabilidade dos edifícios com o aproveitamento ao máximo das energias sustentáveis, como a energia solar. No caso em particular da Covilhã, para além da energia solar também seria interessante aproveitar o lençol freático que a cidade tem. Na reabilitação é fundamental não esquecer a importância do isolamento, que em muitos casos é desprezado reduzindo a qualidade de vida e aumentando o consumo de energia. A térmica em Portugal é bastante desprezada, mas é essencial a todos os níveis.

A promoção do turismo faz crescer a economia local e permite reabilitar e habitar o centro histórico. Faz com que a cidade prospere e assim poder-se-á pensar em melhorar a cultura, que, através da criação dos percursos e da reabilitação das fábricas com a finalidade de promover o Património Industrial, já estaria a caminhar nesse sentido.

Estando tudo interligado, para trazer pessoas para cidade, para habitar o centro, o teletrabalho é um enorme aliado.

O teletrabalho traz a possibilidade da mobilidade. Com esta opção é possível trabalhar em Lisboa ou Londres e viver na Covilhã. Isto oferece a possibilidade de escolher onde se quer viver e promove a reabilitação e a ocupação do interior. O arquiteto tem que pensar na cidade, logo, entender o comportamento humano, ver o que está a ser feito e o que pode melhorar a vida em cidade.

Ao longo dos anos sempre houve muitas teorias e estudos para a cidade. Como deveria ser desenhada, habitada, como as pessoas deveriam viver o espaço urbano. Depois desta dissertação poderíamos concluir que o pensamento que fica é de uma cidade sustentável,

habitada, feita à escala humana, que oferece condições de vida. Pensadores como Jan Gehl são referências e os seus conceitos deveriam ser aplicadas na cidade da Covilhã.

Acessibilidades

Outro ponto fundamental numa cidade é a acessibilidade, que deve ser pensada não para priorizar o automóvel, mas sim as pessoas. Andar faz bem, todos nós somos peões, basta sairmos do automóvel.

Devem ser criados passeios largos com sombra, onde é fácil e bom andar. Não como acontece atualmente na Covilhã, onde existem ruas com inexistência de passeios ou sem a largura mínima, ou com imensos obstáculos. Ruas em que os peões têm que se encostar às paredes para que os carros passem.

Desenhar as acessibilidades de uma cidade é muito mais do que projetar passeios que em teoria podem funcionar bem, ou porque são feitos noutras cidades ou porque estão na moda, mas que na prática não funcionam porque é preciso ir ao local, ver, sentir, entender como pode ser feito, compreender as pessoas e os problemas com que se defrontam e estudar a forma como se podem resolver.

E porque não o arquiteto urbanista encarregue de determinado percurso experimentar deslocar-se no local da intervenção em cadeira de rodas, para sentir os problemas e assim os tentar resolver?

No caso da Covilhã ainda há imenso a fazer a nível de acessibilidades. É importante pensar em percursos, como referido anteriormente, tirar proveito das ribeiras e criar passadiços - como exemplo ficam as levadas na Madeira.

Na cidade é imperativo repensar o automóvel, criar estacionamentos grátis, como no Programa POLIS já se começou a fazer, e promover a circulação na cidade a pé com passeios largos e sombreados.

Por ser uma cidade de montanha é importante promover a criação de mecanismos capazes de vencer os declives acentuados da cidade, como os funiculares e elevadores já existentes, mas que atualmente estão sempre fechados e são vistos como um “luxo”, quando na realidade são muito importantes para a circulação. A isto poder-se-á juntar a construção de mais alguns elevadores urbanos e escadas rolantes urbanas.

Ao repensar a mobilidade pensa-se em reorganizar a circulação na cidade: passará a haver ruas na Covilhã só para pedestres e onde o carro só poderia passar para servir os habitantes dessas ruas.

Resumidamente, priorizar o peão dando-lhe conforto, criar percursos pensados, sombreados, largos e acessível a todos. Para isto é preciso arranjar uma solução para os automóveis e esta passaria por estacionamentos grátis com ligação a meios que facilitassem a mobilidade. O Programa POLIS foi uma boa iniciativa, mas ainda existe muito a fazer.

Por último em termos de acessibilidade é importante pensar em todos, isto quer dizer, pensar nas pessoas que se deslocam em cadeiras de rodas, que têm dificuldade de mobilidade, que têm algum problema visual ou auditivo, assim como pessoas com nanismo. Para tal fica a sugestão de passeios largos sem obstáculos, ruas só para pedestres, cota zero entre estrada e passeio, caso existam pins de segurança estes terem os espaçamentos que permitam passar a cadeira de rodas, as bordas dos passeios (com desnível ou sem) teriam linguagem braile para pessoas com dificuldades visuais. Esta linguagem deve ser integrada em todo o espaço urbano e pode ser feita de maneira estética.

É importante pensar no acesso a todas as pessoas em todo o espaço urbano e isto diz respeito a equipamentos, como salas de espetáculo onde não se deve pensar apenas no público, mas também no palco, nos camarins e nos bastidores. Também é importante pensar em alternativas para as pessoas com nanismo poderem aceder por exemplo aos balcões de bilheteiras, lojas ou serviços.

Espaços verdes

No espaço urbano são fundamentais jardins. Fica a sugestão da criação de novos jardins, assim como a tão falada reabilitação do Jardim Goldra.

Em modo de sugestão fica a proposta de reabilitar o Goldra criando plataformas junto à ribeira, ou seja, dar acesso à ribeira. Atualmente a ribeira encontra-se a uma cota muito mais baixa o que faz com que se torne inacessível, nesta sugestão fica a ideia de “dar” as ribeiras às pessoas, isto é, permitir o acesso e possibilitar percursos ao longo das ribeiras.

No caso do jardim Goldra, criar-se-ia uma plataforma junto à ribeira. No inverno, quando o caudal sobe, esta plataforma poderia inundar, mas haveria outra, e por aí em diante. Ou seja, o jardim seria feito em plataformas que possibilitariam chegar à ribeira e usufruir da água. O jardim Goldra foi um pouco pensado neste sentindo, criar plataformas para vencer os desníveis, mas esqueceu-se a ribeira, talvez por estar a uma cota muito mais baixa. Nesta sugestão ter-se-ia de escavar mais, mas seria possível e o resultado seria integrar as ribeiras na cidade.

A Covilhã carece de jardins e estes são vitais para a qualidade de vida numa cidade. Para além da recuperação do Jardim Goldra, criar-se-iam mais alguns jardins, aproveitado os percursos de água existentes para a rega e manutenção, evitando, porém, os espelhos de água, pois a água tem que circular para não atrair mosquitos.

É importante pensar na sombra e na iluminação. A flora escolhida seria a local que exige pouca manutenção, mesmo assim os jardins seriam mantidos por jardineiros da Câmara, responsáveis por zonas das quais estariam encarregues da manutenção e preservação.

Em resumo...

A cidade escolhida para esta análise foi a Covilhã, por ser uma cidade que desperta muita curiosidade, em grande parte pelo seu incrível Património Industrial, mas também pela sua proximidade à Serra da Estrela, pelo grande potencial que a sua história e geografia oferecem.

Assim, depois de um grande estudo sobre a História da cidade, ficam sugestões para um Futuro que se espera que não seja apenas utópico. Sugestões que resultam do conhecimento da História da cidade, mas também da vivência quotidiana enquanto estudante. Estas sugestões resultam de um olhar enquanto estudante de arquitetura, mas sobretudo enquanto pessoa que habita o espaço urbano e que durante os seus percursos se desafia a pensar o que está bem, como se pode melhorar, e a tudo isto acresce a enorme responsabilidade de futuro arquiteto. Ao fim contas a cidade é o laboratório do arquiteto.

O arquiteto é responsável pela vida das pessoas, tem o poder de melhorar ou piorar a vida de todos os intervenientes no espaço urbano, e isto é uma grande responsabilidade. Assim algo de que o arquiteto não se pode esquecer nunca é de que tem essa responsabilidade, mas também de que é uma pessoa e que pode pensar sempre no espaço a partir da sua condição humana.

Fica assim um documento que, para além de refletir um conhecimento geral da Covilhã, tentando abordar todas as suas épocas até à atualidade, desenha um Futuro cheio de esperança.

Durante esta dissertação ficou clara a importância histórica da Covilhã e como isto não pode ser esquecido. E que o Futuro deve conhecer o Passado para caminhar numa direção melhor. As indicações que resultam desta dissertação são apenas sugestões, mas que se acredita iriam fazer da Covilhã uma cidade muito próspera em todos os sentidos.

“Sem História não há Memória, sem Memória não há Futuro. Se não aprendemos com o Passado repetimos os mesmos erros!” Max Eisen (Sobrevivente de Auschwitz).

O objetivo deste trabalho sempre foi entender o peso que a História tem na arquitetura e como isto se reflete na vida. Como a arquitetura conta a história da humanidade em todas as suas facetas. Foi usada a Covilhã como caso de estudo. Nela foram aplicadas as ideias encontradas depois de um longo e extenso processo. Para que o desenho do Futuro seja consistente é preciso ter sempre em conta toda a História. Não viver da História, mas compreendê-la e adaptá-la. Pois, o Futuro de hoje é a História de amanhã.

Bibliografia

Abreu, P. C. C. (2010). Casas Económicas do Estado Novo - Os Bairros Sociais na Covilhã (Master's thesis, Universidade da Beira Interior). Retrieved from https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/2203

Andarilho. (2021, 03, 16). A Judiaria da Covilhã e a Herança que Chega aos Dias de Hoje [Web log post]. Retrieved from https://viagens.sapo.pt/viajar/viajar-portugal/artigos/a-judiaria-da-covilha-e-a-heranca-que-chega-aos-dias-de-hoje

Arasaki, T. H. (2022,01,27). Como reaproveitar a água da chuva?. I B D A – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Arquitetura. Retrieved from http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=23&Cod=1409

arch daily. (2018). Life Sciences Building for the University of Washington. arch daily. Retrieved from https://www.archdaily.com/912260/life-sciences-building-for-the-university-of-washington-perkins-plus-will/5c773210284dd13908000066-life-sciences-building-for-the-university-of-washington-perkins-plus-will-sustainable-section-with-combined-energy-water?next_project=no

Ascher, F. (1998). Metapolis, Acerca do futuro da cidade. Oeiras: Celta Editora.

Ateliermob. (2015.03,09). Arch daily - O direito a ter uma casa - As políticas de habitação em Portugal durante o século XX e o sonho do 25 de Abril. Retrieved from https://www.archdaily.com.br/br/762741/o-direito-a-ter-uma-casa-as-politicas-de-habitacao-em-portugal-durante-o-seculo-xx-e-o-sonho-do-25-de-abril-ateliermob

Bastos, J. P. & Albuquerque, R. (2021, 06, 18). Alugar carro será tão fácil como alugar uma bicicleta. Expresso, página 17.

Batista, R. (2021, 06, 25). Covilhã: BCP coloca emblemática Garagem S. João à venda por 1,2M€ - Construir Imobiliária. Retrieved from https://www.construir.pt/2021/06/25/covilha-bcp-coloca-emblematica-garagem-s-joao-a-venda-por-12me

Brito, J. (2012). A cidade industrial - Reabilitação e renovação de identidade. Caso de estudo: Tinturaria Petrucci. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Borges, A. G. & Morão, H. C. (2002). História Urbana em Postais e Fotografias da Freguesia de São Martinho da Covilhã (1890-2000). Covilhã: Edição Junta de Freguesia de São Martinho.

Borges, A. G. & Gouveia, M. R. G. (2003). História Urbana em Postais e Fotografias da Freguesia de Santa Maria da Covilhã (1890-2000). Covilhã: Edição Junta de Freguesia de Santa Maria.

Brito, P. (2020, 03, 10). Há esperança para A Torre de Sto. António. Rádio Cova da Beira Fundão. Retrieved from http://www.rcb-radiocovadabeira.pt/pag/59322

Câmara Municipal da Covilhã [C.M.C] & Madaleno, C. M. D. (2012). Património Eclesiástico da Covilhã. Covilhã, Portugal: Câmara Municipal da Covilhã.

Câmara Municipal da Covilhã [C.M.C]., Madaleno, C., & Ferreira, S. (2015). Carpinteira, do Sineiro às Poldras Itinerários: Património Industrial e Natural Retrieved from http://www.cm-covilha.pt/db/documentos/899.1.1541418585.pdf

Câmara Municipal de Manteigas, [C.M.M]. 2021) Judaica. Retrieved from https://cm-manteigas.pt/diretorio/judaica/

Câmara Municipal da Covilhã [C.M.C]. (2021,08,11). Novo Museu da Covilhã já abriu ao Público Retrieved from http://www.cm-covilha.pt/?cix=noticia107871&tab=792&lang=1

Canotilho, C. (2021, 01, 20). O renascer do Teatro Municipal da Covilhã - Jornal do Fundão. Retrieved from https://www.jornaldofundao.pt/sociedade/o-renascer-do-teatro-municipal-da-covilha/

Carvalho Dias, M. N. P., & Carvalho Dias, M. C. J. M. (2020, 04, 30). Covilhã – Subsídios para a sua História [Web log post]. Retrieved from http://covilhasubsidiosparasuahistoria.blogspot.com/

Costa, M. P. (2004). Glossário de termos têxteis e afins. Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO, I Série vol. III, pp. 137-161. Retrieved from https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4088.pdf

Castro, A. (1971). A revolução industrial em Portugal no século XIX. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Covilhã: Parque da Goldra renasce com novo projeto. (2021, 11, 05). Jornal do Fundão. Retrieved from https://www.jornaldofundao.pt/covilha/garagem-de-sao-joao-comprada-por-investidor-de-lisboa/

Cunha, S. S. (2016, 01,20). Nuno Teotónio Pereira: o revolucionário discreto. Visão. Retrieved from https://visao.sapo.pt/atualidade/cultura/2016-01-20-nuno-teotonio-pereira-o-revolucionario-discreto/

Delgado, R. (1991). História da Covilhã (1800 a 1926), Vol.1 – Organização Judicial e administrativa. Covilhã: Edição de Autor.

e-cultura.pt (2014, 11,19). Museu de Arte Sacra. Retrieved from https://www.e-cultura.pt/patrimonio_item/13803

ENAT. Geotermia. ENAT – Comércio de Equipamentos e Energias Naturais, LDA. Retrieved from https://www.enat.pt/geotermia

Espinosa, F., Guerra, M. (1980). História, Idade Média, Idade Moderna. Porto: Porto Editora

Estendedouro de Lãs das Escadinhas do Castelo. Património Cultural Direcção-Geral do Património Cultural. Retrieved from http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/22936365

Esteves, A. L. (2017). Reabilitação de Edifício Indústrial para Residência Universitária em Covilhã (Master's thesis, Universidade da Beira Interior). Retrieved from https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/8005

Fernandes, L. (2017. 04. 21). Celebrar a história. Retrieved from https://www.serrashopping.com/lifestyle/articles/uma-teia-de-momentos-invade-o-serra-shopping/

Ferreira Teixeira, C. S. (2012). As greves dos operários de lanifícios da Covilhã no Inverno de 1941 - O início da agitação operária em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial (Master's thesis, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa [F.C.S.H]). Retrieved from https://run.unl.pt/bitstream/10362/8643/1/Tese%20de%20Mestrado%20C%C3%A1tia%20Teixeira.pdf

Fidalgo, A. (2005). As fábricas, o arquitecto e a UBI. Ubi et Orbi – Jornal Online da UBI, da Região e do Resto, Edição 274. Retrieved from https://urbi.ubi.pt/050503/editorial.html

Frearson, A. (2019, 01,02). Twelve buildings to look forward to in 2019. dezeen. Retrieved from https://www.dezeen.com/2019/01/02/new-buildings-complete-2019-big-zaha-hahid/?utm_medium=email&utm_campaign=Dezeen+Weekly+602&utm_content=Dezeen+Weekly+602+Version+B+CID_1d6f12b71884344e7c36da7e2ac43eb4&utm_source=Dezeen+Mail&utm_term=12+buildings+to+look+forward+to+in+2019

Gehl, J. (2010). Cidades Para Pessoas. Brasil. Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Hawkey, J. (2013, 06,10). Stormwater Management. Integration and Application Network. Retrieved from https://ian.umces.edu/media-library/impervious-versus-pervious-surfaces/

História da rota d´água. (2021,04,19). História da roda d'água e sua importância para nosso desenvolvimento. Retrieved from https://museuweg.net/blog/historia-da-roda-dagua-e-sua-importancia-para-nosso-desenvolvimento/

Horta, A. (2020). Pobreza energética: por que está Portugal entre os piores da UE?. Publico. Retrieved from https://www.publico.pt/2020/12/13/sociedade/noticia/pobreza-energetica-portugal-piores-ue-1942219

ICOMOS (1964). Carta de Veneza sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios. Veneza. Consultado em 22 de Novembro de 2013, disponível em http://www.igespar .pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf.

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, SA. Museu Casa da Moeda. Retrieved from https://www.museucasadamoeda.pt/collection/3

Jesus, P. A. R. D. (2008). Covilhã Cidade Fábrica, Cidade Granja - Igrejas da Cidade. [Web log post]. Retrieved from https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/1401.html

Jesus, P. (2009, 11, 24). Covilhã cidade fabrica, cidade granja. [Web log post]. Retrieved from https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/4370.html

Jesus, P. A. R. D. (2010, 09, 09). Covilhã Cidade Fábrica, Cidade Granja - A Fábrica Alçada - Factos e Figuras da História da Covilhã. [Web log post]. Retrieved from https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/13661.html

Jesus, P. A. R. D. (2014). Covilhã Cidade Fábrica, Cidade Granja - Personalidades da Covilhã. [Web log post]. Retrieved from https://pj1966.wixsite.com/cidadedacovilha/em-branco-c30f & https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/1728.html

Jesus, P. A. R. D. (2016,09,15). Memórias da Covilhã - Praça do Município Pelourinho. [Web log post]. Retrieved from https://memoriasdacovilha.blogs.sapo.pt/3735.html

Jesus, P. A. R. D. (2017,04,12). Memórias da Covilhã – O 25 de Abril e o 1º de Maio na Covilhã 1974. [Web log post]. Retrieved from https://memoriasdacovilha.blogs.sapo.pt/1974-o-25-de-abril-e-o-1o-de-maio-na-17482

Jorge, F. (2014, 04, 26). O Mundo a Partir do Pombal do Marquês - As vítimas do 25 de Abril [Web log post]. Retrieved from https://pombaldomarques.blogspot.com/search?q=As+v%C3%ADtimas+do+25+de+Abril+

Leite, J. (2012, 09, 16). Restos de Colação – Indústria Têxtil em Portugal e a FNIL. [Web log post]. Retrieved from https://restosdecoleccao.blogspot.com/2012/09/industria-textil-em-portugal-e-fnil.html

Leite, J. (2013, 11, 13). Restos de Colação – Indústria Têxtil em Portugal e a FNIL. [Web log post]. Retrieved from https://restosdecoleccao.blogspot.com/2013/11/lanofabril.html

Lopes, C. V. R. (2011). Edifícios a um Passo da Sobrevivência - Reabilitação do Pátio dos

Escuteiros (Master's thesis, Universidade da Beira Interior). Retrieved from https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/2244

Lusa. (2016, 12, 09). RTP Notícias - Governo quer classificar antigas fábricas da Ribeira da Carpinteira na Covilhã. Retrieved from https://www.rtp.pt/noticias/cultura/governo-quer-classificar-antigas-fabricas-da-ribeira-da-carpinteira-na-covilha_n968211

Lusa. (2021,10,25). Casas portuguesas têm as taxas de poupança energética mais baixas da EU. Retrieved from https://www.idealista.pt/news/imobiliario/habitacao/2021/10/25/49422-casas-portuguesas-tem-as-taxas-de-poupanca-energetica-mais-baixas-da-ue

Machado, A. J. M. (2018). Do Industrial ao Atual. Um novo olhar sobre o Bairro da Alegria (Master's thesis, Universidade da Beira Interior). Retrieved from https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/8644?locale=en

Madeira best. (2017). Madeira Island Levadas. Retrieved from https://madeira.best/guia/factos-madeira/levadas-da-ilha-da-madeira

Mendes, J. (2006). Industrialização e património industrial: desenvolvimento e cultura. In viver a Natureza. Pensar o Desenvolvimento: Actas do VIII Curso de Verão da Ericeira 24 de Julho / 20, 21 e 22 de Julho de 2006. Instituto de Cultura Europeia e Atlântica. Consultado em 25 de Novembro de 2013, disponível em http://www.icea.pt/Actas/21_10h30m_José%20 A%20Mendes.pdf

Mendes, R. & Silva, S. C. (2011, 03,30). História da Torre de Santo António. Ubi et Orbi – Jornal Online da UBI, da Região e do Resto. Retrieved from https://urbi.ubi.pt/pag/8811

Marques, A. L., & Salvado, A. (1998). Medicina na Beira Interior da Pré-história ao seculo XX. Retrieved from http://www.historiadamedicina.ubi.pt/cadernos_medicina/vol12.pdf

Mateus, C. (2021). O futuro do teletrabalho. Expresso. Retrieved from https://expresso.pt/economia/2018-08-05-Fundao-atraiu-empresas-e-pessoas-agora-faltam-casas

Mathias, M. H. J. (2013). Achegas da Arqueologia à História da Covilhã: o património urbano e a cintura das muralhas. Ubimuseum Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, volume: 2, páginas: 31-52. Retrieved from: http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/artigos.html

Mattoso, A., Henriques, A. (1973). História Geral e Pátria I Antiguidade e Idade Média. Livraria Sá da Costa Editora.

Mixlife. (2011). Rede de Judiarias de Portugal. [Web log post]. Retrieved from https://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/informacoes

Milhano, J. (1992). Covilhã – Um passado, que futuro?. Fundão: Edição Casa Milhano.

Moura, B. M. A. (2014). Programa POLIS - O caso da cidade da Covilhã (Master's thesis, Universidade da Beira Interior). Retrieved from https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/4918

Museu dos Lanifícios Universidade da Bira Interior [M. L. U.B.I]. (2008). História do Edifício. Retrieved from http://www.museu.ubi.pt/?cix=3045&lang=1)

Nogueira, A. F. C. (2020). Avaliação do potencial da infraestrutura pedonal para promoção da mobilidade suave em cidades de encosta (Master's thesis, Universidade da Beira Interior). Retrieved from https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/10581

Observador. (2016,01,20). Nuno Teotónio Pereira. Obeservador. Retrieved from https://observador.pt/2016/01/20/morreu-arquiteto-nuno-teotonio-pereira/

Oliveira, D. (2010, 10, 27). Gregório Lopes Arroz. Ubi et Orbi – Jornal Online da UBI, da Região e do Resto. Retrieved from https://urbi.ubi.pt/_urbi/pag.php?p=8393

Oliveira, H. P. (2015). Modernidade e espaço urbano – vazios urbanos O Caso da Covilhã (Doctoral dissertation, Universidade da Beira Interior). Retrieved from https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/3997

Oliveira, A., Brás, I. & Silva, M. (2020, 05, 05). Notáveis Covilhanenses: Família Campos Melo e o seu Legado na Indústria Têxtil e no Ensino na Covilhã. Jornal fórum Covilhã. Retrieved from https://www.forumcovilha.pt/noticias/noticia/?idn=11339

Palacete Jardim. Património Cultural Direcção-Geral do Património Cultural. Retrieved from http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/155645

Pereira, D. (2009). A estrutura urbanística da Covilhã entre a Idade Média e a Idade Moderna. In Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade Fábrica, nº 29 (Pp. 16-23). Lisboa: IHRU.

Pereira, N. T. (2005). Uma Ideia para a Cidade da Covilhã. Nuno Teotónio Pereira. Candidatura ao Prémio Sir Robert Matthew. Prize Nominee. UIA 2005. Lisboa: Ordem dos Arquitectos – Conselho Directivo Nacional /Caleidoscópio

Pereira, N. T. (2009). Reconquistar a Mobilidade Pedonal. Um Plano para a Covilhã. Em Uma Ideia para a Cidade da Covilhã. Nuno Teotónio Pereira, Candidatura ao prémio Sir Robert Matthew, Prize Nominee, UIA 2005. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Pinheiro, E. (2009). A Universidade da Beira Interior e o seu papel na reabilitação e reutilização do património industrial da Covilhã. In Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade-Fábrica, nº 29 (Pp. 98-109). Lisboa: IHRU.

Pinheiro, E.C. (2016). Breve contextualização histórica da indústria de lanifícios da Beira Interior. Retrieved from https://run.unl.pt/handle/10362/41899

Pinheiro, E. C. (2021, 01, 21). José Mendes Veiga (1762-1817), o fundador da Real Fábrica Veiga (Covilhã): alguns dados de enquadramento biográfico. UBImuseu – Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, páginas 198-211. Retrieved from http://www.ubimuseum.ubi.pt/n05/assets/docs/14.pdf

Pinto, A. L., Meireles, F., & Cambotas, M. C. (2006). História da Arte Ocidental e Portuguesa, Das Origens ao Final do Século XX. Porto, Portugal: Porto Editora.

Portal da Habitação. (2019). Portal da Habitação – Instituto da Habitação e da Reabilitação, Infraestrutura e Habitação, República Portuguesa. Retrieved from https://www.portaldahabitacao.pt/

Portas, N.; Domingues, A. & Cabral, J. (2003). Políticas urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Portas, N. (2005). Os tempos das formas. Vol. I: A Cidade Feita e Refeita. Minho: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM).

Porto Editora (Ed.). (2022, 01, 09). Conde de Ericeira na Infopédia. Retrieved from https://www.infopedia.pt/$conde-de-ericeira

Proença, M. C. (2015). Uma história concisa de Portugal (pp. 316-330). Lisboa: Temas e Debates.

Quintal, R. (2010). WalkMe - Levadas and Footpaths of Madeira. 4ª Edição. Edições Francisco Ribeiro. Funchal. Retrieved from https://walkmeguide.com/pt/what-is-a-levada/

Ramos, R., Sousa, B., Monteiro, N. (2012). História de Portugal. 7ª Edição, A Esfera dos Livros.

Ramos Silva, M. (2014). Projecto de Requalificação Industrial do Edifício Real Fábrica Velha, Covilhã (Master's thesis, Universidade da Beira Interior). Retrieved from https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/4965

Ribeiro, A. (1952). Príncipes de Portugal, Suas Grandezas e Misérias. Lisboa: Livros do Brasil.

Ribeiro, E.M.V. (2020). III – Os Polos e Fábricas de Produção Nacional Têxtil III.3 – O polo da Beira Interior e de Portalegre. In E. Ribeiro (Ed.), A Indústria em Portugal nos séculos XVIII, XIX e XX. Retrieved from https://www.academia.edu/44429230/A_IND%C3%9ASTRIA_EM_PORTUGAL_NOS_S%C3%89CULOS_XVIII_XIX_E_XX_III_OS_P%C3%93LOS_E_F%C3%81BRICAS_DE_PRODU%C3%87%C3%83O_NACIONAL_T%C3%8AXTIL_III_3_O_p%C3%B3lo_da_Beira_Interior_e_de_Portalegre

Rodrigues, B. (2021, 08, 02). Paulense torna velha fábrica na Covilhã em apartamentos turísticos de luxo. Retrieved from https://radio-covilha.pt/2021/08/sociedade/paulense-torna-velha-fabrica-na-covilha-em-apartamentos-turisticos-de-luxo/

Rogers, R. & Gumuchdjian, P. (1997). : Cidades para um pequeno planeta. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA.

Romãozinho, A. M. P.R. M. (2013), Arte Nova e Eclectismo no palacete projectado por Ernesto Korrodi para a família Bouhon. Anais do Museu Paulista, v. 21. n.2. Retrieved from https://www.scielo.br/j/anaismp/a/Np8R9pW34HM7Mf3KWsbPdrh/?format=pdf&lang=pt

Santiago, E. (2013,02,11). Tratado de Methuen. Retrieved from

https://www.infoescola.com/historia-europa/tratado-de-methuen/

Santos, J. (1994). Breve História Cronológica da Covilhã. Covilhã: Edição de Autor.

Santana, M. J. (2021, 07, 03). Covilhã Naturesza, arte urbana e muita criatividade – Expresso Fugas, páginas 2-12.

Saraiva, H. S. (1981). Pequena História das Grandes Nações -História de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores.

Sede da Banda da Covilhã reabre como Centro Cultural. (2015, 04, 29). Ubi et Orbi – Jornal Online da UBI, da Região e do Resto. Retrieved from https://beira.pt/portal/noticias/sede-da-banda-da-covilha-reabre-como-centro-cultural/

Silva, J. (1970). História da Covilhã – 1870-1970, Centenário da Cidade. Covilhã: Edição de Autor.

Silva, M. R. (2014). Projecto de Requalificação Industrial do Edifício Real Fábrica Velha, Covilhã (Master's thesis, Universidade da Beira Interior). Retrieved from https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/4965

Soares, F. A. C. (2016). O Foral da Covilhã (1510): Edição, Estudo e Glossário (Unpublished master's thesis). Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Sogalpoes. (2019, 01,10). Galpão. sógalpões – A Imobiliária do seu Galpão. Retrieved from https://blog.sogalpoes.com.br/galpao-industrial-o-que-sao-e-como-escolher-o-melhor-modelo/

Stott, R. (2016, 10,13). Copenhague é eleita a cidade mais habitável do mundo pela Metropolis Magazine. arch daily. Retrieved from

https://www.archdaily.com.br/br/795129/copenhague-e-eleita-a-cidade-mais-habitavel-do-mundo-pela-metropolis-magazine

100 Street Architecture & Urban Intervention. (2019, 10,27). Hang Out.100 Street Architecture & Urban Intervention. Retrieved from https://100architects.com/project/hang-out/

Sustainability Toolkit. Design Strategies: Tree Walls, Retrieved from http://www.ladstudios.com/ladsites/sustainability/strategies/Strategies_TreeWell.shtml

Torrão, C. (2011, 02, 09). Andanças Medievais - A Rainha D. Teresa [Web log post]. Retrieved from https://andancasmedievais.blogspot.com/2011/02/rainha-d-teresa.html

Universidade da Beira Interior [U.B.I] (Ed), (2020, 02, 05). UBI assina protocolo com promotora de residência universitária - Ubi et Orbi – Jornal Online da UBI, da Região e do Resto. Retrieved from https://urbi.ubi.pt/pag/18437.

Universidade da Beira Interior [UBI], on-line. (2021,06,15). História e Símbolos. Retrieved from http://www.ubi.pt/Pagina/historia.

Vaz, D. (2003). Imagens exógenas da cidade da Covilhã: contrastes, polaridades e mudança. In Sociedade e Território, nº 36, pp. 131-144.

Vaz, D. (2004). Cidades Médias e Desenvolvimento. O Caso da Cidade da Covilhã. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Vieira,R. (2018, 01, 24). Nova residência de estudantes em fábrica histórica. Jornal do Fundão. Retrieved from https://www.jornaldofundao.pt/sociedade/nova-residencia-estudantes-fabrica-historica/

Vieira,R. (2020, 01, 29). Covilhã: Parque da Goldra renasce com novo projeto - Jornal do Fundão. Retrieved from https://www.jornaldofundao.pt/sociedade/covilha-parque-da-goldra-renasce-com-novo-projeto/

vini. (2019,02,05). Arquitetura Industrial: principais características dessa modalidade. Retrieved from https://portejr.com.br/arquitetura-industrial/

Visão Júnior. (2016, 04, 11). O que foi o 25 de abril de 1974?. revista Visão Júnior. Retrieved from https://visao.sapo.pt/visaojunior/noticias/2016-04-11-o-que-foi-o-25-de-abril-de-1974/

VisitCovilhã & Câmara Municipal da Covilhã [C.M.C]. Todos os direitos reservados ICOVI Desenvolvido por Essential Tools. (2017). Rota Das Judiarias. Retrieved from https://www.visitcovilha.com/rota-das-judiarias/

VisitCovilhã & Câmara Municipal da Covilhã [C.M.C]. Todos os direitos reservados ICOVI Desenvolvido por Essential Tools. (2017). Retrieved from https://www.visitcovilha.com/en/

Zacarias, C. (2011). Densidade do espaço urbano e identidade local: estudos comparativos das antigas judiarias da Covilhã, Castelo Branco, Guarda e Trancoso (Master's thesis, Universidade da Beira Interior). Retrieved from https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/2273

Anexo

Em anexo as plantas de estudo elaboradas ao longo da dissertação. São um total de quatro plantas em formato A2. As plantas dizem respeito ao estudo da localização de alguns elementos arquitetónicos estudados. Através deste estudo percebe-se a localização dos edifícios e estabelece-se uma ligação com a importância que tinham ou a função que exerciam.

Anexo 1 – planta de localização das Igrejas.

Anexo 2 – planta de localização das Fábricas.

Anexo 3 – planta de localização dos Bairros Operários.

Anexo 4 – planta de localização de alguns Palacetes e Edifícios Públicos construídos durante o Estado Novo.

Anexo 5 – planta do crescimento da cidade da Covilhã.

Glossário

Terminologia da Produção Têxtil:

- Acabamentos – últimos procedimentos para finalizar o tecido. Consiste na lavagem e no apisoamento (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

- Apisoamento – ato de usar o pisão para amaciar as fibras da lã para que o tecido fique mais macio. Quando usado ao extremo torna os tecidos de lã quase impermeáveis, é o caso das capas de pastro (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

- Bobinagem – depois do fio estar tingido e seco é enrolado nas mais diversas formas, sendo a mais comum o cone. Após este processo o fio está pronto a ser usado (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

- Cardação – a cardação distingue-se em dois tipos de tecidos. O fio para tecidos penteado consiste na abertura da lã na carda o que dá origem a uma fita de fibras que em seguida é penteada de modo a retirar as fibras mais curtas e as impurezas vegetais. O outro método é o fio para tecido cardado que consiste na utilização da lã aberta e misturada durante a preparação de lotes e só depois entra nas cardas para eliminar as impurezas vegetais e formar as mechas (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

- Debuxo – é o nome dado ao desenho ou estampa, é uma peça das fábricas de estamparia feita em relevo ou vazada, sobre a qual são aplicados os corantes ou tintas para estampar os desenhos nos tecidos (Costa, 2004).

- Escolha – é o processo de separar a lã conforme as diferentes partes do corpo da ovelha - (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

- Estendedouros de lã – consiste num espaço aberto com terreno pavimentado por lajes e

relativamente inclinado. Tinha como finalidade dispor a lã em rama depois de ter sido lavada, para que secasse ao sol (M. L. U.B.I, 2008).

- Fiação – as fibras que originam da cardação e da penteação são estiradas e torcidas de modo a dar origem aos fios cardados ou penteados. No trabalho artesanal são usados fios penteados (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

- Fios de estambre – nome dado a fios de lã ou de seda ou a fios da urdidura ou teia e também lã cujos filamentos são dispostos paralelamente entre si e que não estão misturados como no caso da lã cardada (Costa, 2004).

- Fio penteados – definição dada a fibras têxteis que são limpas de impurezas (penteadas), e alongadas para atingir um comprimento semelhante, para posterior fiação (Costa, 2004).

- Lavagem – como o próprio nome indica, consiste no processo de lavagem da lã para eliminar sujidades e impurezas que podem ser mais pesadas que o produto final. É extraído o excesso de gordura natural originando a lanolina que depois é aproveitado para produtos de cosmética (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

- Mungos – Material fibroso que é usado na produção de fio cardado geralmente em mistura com lã, resultante do esfarrapamento e recuperação de trapos, tecidos ou malhas de lã (Costa, 2004).

- Percha – máquina de levantar pelo, por exemplo para a produção de flanela (Costa, 2004).

- Pisão – é a máquina onde se aperta e pisa o tecido, sobretudo o de lã, com o objetivo de o tornar macio e apertado, dando-lhe assim mais consistência (Costa, 2004).

- Tecelagem – consiste no ato de tecer entrelaçando os fios da trama (fios transversais)

com os fios da teia (longitudinais) originando, assim, o tecido. Para este processo é usado o tear (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

- Tecido Final – produto final obtido depois de todo o processo de fabrico do tecido (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

- Teia – consiste em fios longitudinais, entre os quais passam os fios da trama (Costa, 2004).

- Tinturaria - processo para a obtenção de tecidos ou fios com cores (Costa, 2004).

- Tingimento – as fibras, os fios e os tecidos passam por um processo de tingimento que lhes confere a cor final pretendida (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

- Tosquia – uma vez por ano, na Primavera remove-se a lá das ovelhas com tesouras apropriadas (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).

- Urdição – é a preparação para a tecelagem e consiste em dispor os fios de lã de acordo com a cor e/ou qualidade de maneira própria para formar uma teia (VisitCovilhã & C.M.C, 2017).